

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

DESIGNAÇÃO E INSTABILIDADE DO SENTIDO
- "ISRAEL" E "PALESTINA" NA FOLHA DE SÃO PAULO -

Taisir Mahmudo Karim

TAISIR MAHMUDO KARIM

DESIGNAÇÃO E INSTABILIDADE DO SENTIDO

- "ISRAEL" E "PALESTINA" NA FOLHA DE SÃO PAULO -

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem
2000



200015591

UNIDADE	8C
N.º CHAMADA:	T/Unicamp
	K. Mbd
V.	Ex.
TOMBO BC/	42678
PROC.	161278/00
C	☐
D	☒
PREC	R\$ 11,00
DATA	14/10/00
N.º CPD	

CM-00147044-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

K146d

Karim, Taisir Mahmudo

Designação e instabilidade do sentido: "Israel" e "Palestina" na Folha de São Paulo. / Taisir Mahmudo Karim. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Referência (Linguística). 3. Imprensa. 4. Paráfrase. 5. Polissemia. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

TAISIR MAHMUDO KARIM

**Esta Dissertação foi apresentada e defendida perante Comissão
Examinadora constituída dos seguintes professores:**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães - Orientador

Prof. Dr. Éric Fernandez Hernandez

Profª Drª Mónica Graciela Zoppi-Fontana

Este exemplar é a redação final da tes.
defendida por Taizir mahmudo

Karim

e aprovada pela Comissão Julgadora em
14 / 09 / 2000.

Mina ✓

A água é capaz de suportar os mil estados intermediários da matéria: o claro, o cristalino, o transparente, o fugidio, o gelatinoso, o viscoso, o esbranquiçado, o buliçoso, o arredondado, o elástico, todas as dialéticas são possíveis entre a água e o homem. Mas não é tudo: por seu poder de ligação, ela é também o elemento mítico das fecundações, ou seja, o homogêneo que ela propõe é um espaço-duração, ao mesmo tempo substância e porvir.

Michelet

A Mahmud Muhd Abdel Karim, in memorian.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães, com quem tive a oportunidade e o prazer de conviver de perto durante todo o período de orientação. Orientador, que com estilo impar, a partir de suas leituras e sugestões do trabalho, nos mostrou outros lugares de significação, com os quais pudemos construir o percurso para a realização desse trabalho.

A meus pais e irmãos que sempre acreditaram e torceram por esse momento.

À Jocineide, Hanner, Maher e Laila, que mesmo distante sempre estiveram incentivando e dando forças para que esse sonho se tornasse real.

À Prof^a. Neuza Zattar, em especial, que sempre disposta, ouviu-me e contribuiu ativamente nas inúmeras leituras e discussões desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Éric Fernandez Hernandez, pelo companheirismo, e sugestões apresentadas a cada conversa.

À Prof^a. Dr^a. Bethania Mariani, pela leitura, sugestões e incentivo.

A todos os professores do Mestrado Interinstitucional em Linguística da UNICAMP, em especial, Prof^a. Dr^a. Bernadeth Abaurre, Prof. Dr. Jairo Moraes Nunes, Prof^a. Dr^a. Mônica Zoppi Fontana, Prof^a. Dr^a. Eni Orlandi, Prof^a. Dr^a. Suzi Lagazi, Prof. Dr. Eduardo Guimarães, pelo profissionalismo sempre presente em todas as atividades por eles desenvolvidas.

Aos funcionários do IEL, em especial aos da pós-graduação, da biblioteca do IEL e do laboratório de informática, que sempre prontos nos atenderam.

A todos os colegas do Mestrado Interinstitucional, em especial à Prof^a. Mariza Pereira da Siva, Prof^a. Maria José Landivar e Prof. Wellington Quintino por estarem sempre dispostos a ajudar, ouvir, sugerir e incentivar, principalmente nas horas mais angustiantes.

ÍNDICE

Resumo	12
Apresentação	13
Capítulo I	
HISTÓRICO	18
1- Breve Histórico do Estado da Palestina	20
2 -Breve Histórico do Estado de Israel	24
Capítulo II	
ELEMENTOS DE UM QUADRO TEÓRICO	29
Capítulo III	
A INSTITUIÇÃO “JORNAL”	35
Capítulo IV	
O CORPUS: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO	44
1- Do Caderno Especial	
1.1. Da página 01	46
1.2. Da página 02	47
1.3. Da página 03	48
1.4. Das páginas 04/05	49
1.5. Da página 06.....	50
1.6. Das páginas 08/09	51
1.7. Da página 10	53
Capítulo V	
DAS DESIGNAÇÕES ISRAEL/PALESTINAS	57
1 – O Funcionamento da Designação	59

2 – As Designações Israel/Palestinas e israelenses/palestinos	65
2.1. Quadro 01: Israel/Palestina	66
2.2. Quadro 02: israelenses/palestinos	67

Capítulo VI

ANÁLISE DAS DESIGNAÇÕES ISRAELO/PALESTINAS

1 – Do Nome à História	69
1.1 ...será Israel	70
1.2 Dos Filisteus à Palestina	71
2 - Estrutura Morfossintática	
2.1 Estrutura morfossintática das designações que reescreveram Israel/Palestina	75
2.2 Estrutura morfossintática das designações que reescreveram israelenses/palestinos	77
3 – Funcionamento Semântico-Enunciativo	
3.1. Funcionamento semântico-enunciativo das designações Israel/Palestina	81
3.2. Funcionamento semântico-enunciativo das designações israelenses/palestinos	91
4 – Um rápido balanço	97
5 – As Determinações na Constituição das Designações	100
5.1 Designações que referem Israel	103
5.1.a Construindo uma designação: sua cena enunciativa	106
5.1.b As Posições de Sujeito e as designações de Israel	116
5.2 Designações que referem Palestina	123
5.2.a Outra designação: outra cena enunciativa	125
5.2.b As Posições de Sujeito e as designações da Palestina.....	133
5.2.b.1 A Palestina e a Imprensa	135

CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
RÉSUMÉ	153
APÊNDICE	154
BIBLIOGRAFIA	242

RESUMO

Procuramos, neste trabalho, a partir da perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, mostrar o movimento das designações que referem Israel/israelense e Palestina/palestinos no discurso da imprensa, movimento esse constitutivo da significação que institucionaliza e estabiliza determinados sentidos silenciando outros, sendo que esses sentidos institucionalizados são os sentidos ditos verdadeiros, os do senso comum.

Desenvolvemos nesta pesquisa, primeiramente, uma reflexão sobre a concepção, ainda muito forte, de que a atividade jornalística preza (assegura) uma de suas principais regras básicas, a da exigência da imparcialidade. Em seguida analisamos o processo de reescrituração das designações que referem Israel/israelenses e Palestina/palestinos no discurso da imprensa. Para essa análise consideramos três aspectos: **a.** o da estrutura morfossintática; **b.** o do funcionamento semântico-enunciativo e **c.** o das determinações.

Essas análises nos levaram a compreensão do processo das formações imaginárias constitutivas da imagem que o jornal constrói de si mesmo e daquilo de que trata.

Palavras-chave: designação; enunciação; efeito de evidência; discurso jornalístico; semantização; paráfrase e polissemia; reescrituração; referência; semântica.

APRESENTAÇÃO

O discurso da imprensa tem sido constantemente objeto de discussão na academia, principalmente para estudiosos da linguagem que buscam compreender seu funcionamento. Neste trabalho interessa-nos também refletir sobre essa temática. Para tanto, elegemos, como corpus a ser analisado, um material específico do Jornal **Folha de São Paulo** de 23 de abril de 1998. O *Caderno Especial* dessa tiragem. Esse Caderno foi especialmente escrito por conta das comemorações alusivas dos 50 anos da criação do Estado de Israel. O Caderno traz reportagens relacionadas diretamente com a história de Israel e da atual situação em que se encontra o País, como também, reportagens dos países vizinhos que constituem o Oriente Médio, entre eles a Palestina. Não podemos descartar aqui, a possibilidade de que essa escolha possa ter sido tomada a partir de um interesse pessoal, isto porque, somos descendente do povo palestino, daí talvez, o nosso interesse pela problemática Israelo/Palestina.

A questão que nos interessa aqui diz respeito, a partir do discurso da imprensa e, mais especificamente, do jornal escrito, à institucionalização e à estabilização de um sentido em detrimento a outros na/pela sociedade, o qual, sob o *efeito ideológico da evidência*, produz a naturalização do sentido institucionalizado.

O percurso que tomamos para essa análise considera o *processo designativo* como centro de reflexão. Nesse domínio pelo menos duas posições

tiveram grande repercussão nos estudos lingüísticos. A primeira que considera que a questão de referência é marcada pela relação da linguagem (palavra) com o mundo (objeto referido), posição essa adotada pelos formalistas que têm inspiração da lógica. Nessa posição podemos citar estudiosos como Frege, Tarski e Davidson. A outra posição procura sustentar a intencionalidade de um sujeito falante, ou seja, a referência é entendida *como ato de um sujeito de particularizar um objeto do mundo*. Essa posição é adotada por estudiosos como Strawson, Grice e Searle. Como podemos notar, a partir dessas duas posições, o referente é apresentado como algo no mundo e o sentido aparece “colado” ora na língua, ora no sujeito falante. Ou seja, a língua se apresenta como instrumento para comunicar algo onde todos previamente conhecem o significado das palavras, ou como instrumento para expressar a intenção de um sujeito falante. É importante observarmos que em ambas as posições a concepção de referente é uma só, a de que o referente é algo no mundo.

Mais recentemente Ducrot (1984) em “O referente” procura deslocar essa concepção de referente. Para esse autor *o objeto como exterioridade é constituído de algum modo pela linguagem*. E a objetividade desse objeto é *constituída pelo fato de várias falas falarem desse objeto*. Ou seja, as várias designações constróem o objeto referido e algumas designações se constituem como dominantes. Têm-se então com os formalistas e intencionalistas a relação do referente com a língua, uma relação direta em que a fala assegura o objeto, para Ducrot que adota uma perspectiva enunciativa, essa relação é ampliada, ou

seja, o objeto é construído a partir das várias designações que referem o objeto, sendo que algumas acabam sendo predominantes.

A partir da perspectiva teórica na qual nos filiamos, a Semântica Histórica da Enunciação, formulada por Guimarães, essa questão é tratada de modo diferente. Segundo o autor (1995: 73-74), o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. E isso se dá no sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é esse confronto. Isto é, a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposta à diferença.

A partir dessa posição procuramos compreender, pela análise das designações apresentadas pelo jornal em relação aos fatos publicados, o processo das formações imaginárias constitutivo da imagem que o jornal constrói de si mesmo e daquilo de que trata (Israel/Palestina).

Para tanto se faz necessário conhecer a organização seqüencial dos capítulos desenvolvidos nesta pesquisa, com os quais procedemos nossas análises.

O Capítulo I procura apresentar o assunto que norteará nosso tema de análise, o conflito Israelo/Palestino nos textos jornalísticos brasileiros, bem como narrar um breve histórico factual e cronológico dos povos em discussão, Israelenses/palestinos.

O Capítulo II está reservado para a apresentação da teoria à qual nos inscrevemos, objetivando desenvolver nossas análises, a Semântica Histórica

da Enunciação, desenvolvida por Guimarães. Nesse capítulo tecemos considerações sobre a proposta do autor em buscar um novo deslocamento nos estudos semânticos trazendo para a reflexão a aproximação da Semântica Enunciativa com a Análise de Discurso da Escola Francesa e com isso incluindo a história aos estudos semânticos, ou seja, *tratar a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente*.

O Capítulo III é de suma importância para nossa dissertação, uma vez que esse capítulo trata de apresentar considerações sobre “A Instituição Jornal”, objeto de nosso estudo. Analisamos o seu funcionamento como também a imagem concebida em geral pela sociedade quanto ao caráter de imparcialidade dessa instituição.

No Capítulo IV descrevemos o material empírico de análise constituído pelo Caderno Especial num todo. Descrevemos também a distribuição gráfico-visual desse material.

Já o Capítulo V está subdividido em duas partes: a primeira procura apresentar o percurso que trilhamos em relação à questão de referência, passando por Frege, Ducrot e Guimarães; na segunda parte apresentamos as expressões que designam Israel/israelense e Palestina/palestino.

Finalmente no Capítulo VI analisamos as expressões que designam Israel e Palestina, primeiramente sob o aspecto da constituição histórica dos nomes Israel e Palestina e, em seguida, essas expressões sob três aspectos, a saber: primeiramente quanto a sua estrutura morfo sintática, segundo quanto ao

seu funcionamento semântico-enunciativo e finalmente quanto às determinações das designações.

Nas considerações finais, procuramos sistematizar os resultados levantados em consequência de nossas análises, em relação ao processo designativo no discurso jornalístico e a partir dessas reflexões esperamos, de alguma forma, deixar nossa contribuição para os estudos semânticos enunciativos.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"Hoje, duas nações reivindicam para si o mesmo pequeno país. A primeira chama a terra de "Israel", a outra, "Palestina". Ambas estão inabalavelmente convencidas do seu direito. Israel, assim dizem os israelis, está em suas terras, as de seus antepassados; os palestinos dizem a mesma coisa – e os dois têm razão".

Reichert, 1972

É comum vermos, nos principais jornais e revistas de circulação internacional e nacional, manchetes estampadas sobre os fatos que ocorrem no Oriente Médio. Como sabemos, essa região tem sido palco de constantes conflitos, principalmente entre árabes e judeus. Um dos motivos que contribui para

que esses conflitos ocorram é a disputa entre israelenses e palestinos pelo reconhecimento territorial de seus Estados numa das regiões mais conhecidas da humanidade, onde hoje se encontra o Estado de Israel e o Estado da Palestina (Faixa de Gaza e da Cisjordânia). Se por um lado os israelenses argumentam que essa região teria sido a da Terra Prometida por Deus ao povo judeu, por outro, os palestinos a consideram sua nação, pois segundo eles, foram seus antepassados os primeiros a fixar um Estado na região.

No ano de 1998 o assunto ganhou destaque ainda maior na mídia, isto porque a comunidade judaica comemorou no dia 14 de maio deste ano o cinqüentenário da criação do Estado de Israel, e essa comemoração por si só deveria consolidar de vez a nação judaica perante a comunidade árabe, como também firmar novas negociações para que os acordos de paz entre israelenses e palestinos se constituam de fato o mais breve possível.

Como lingüista e semanticista, interessa-nos o funcionamento enunciativo das designações no “**jornal**” enquanto instituição e seu lugar na mídia em geral. Para isso nos ocuparemos do funcionamento semântico-enunciativo no **discurso jornalístico**. Analisaremos enunciativamente textos jornalísticos brasileiros publicados por ocasião da comemoração do cinqüentenário da criação do Estado de Israel durante o primeiro semestre do ano de 1998. Procuraremos compreender pela análise das designações apresentadas pelo jornal, em relação aos fatos publicados, o processo enunciativo dessas designações e das formações imaginárias constitutivo da imagem que o jornal constrói de si mesmo e daquilo de que trata, no nosso caso do conflito Israel/Palestina. Nesta análise

nos guiaremos por uma pergunta: Por que o leitor/ouvinte de uma determinada sociedade tende a referendar a institucionalização de um sentido em oposição a outros? Para responder a esta pergunta, analisaremos o funcionamento enunciativo das expressões que designam Israel/israelense e Palestina/palestino, bem como os procedimentos das predicções e determinações que afetam estas designações. Tomaremos para isso as posições da Semântica Histórica da Enunciação.

Faz-se necessário no entanto, para uma melhor contextualização e compreensão do assunto, conhecermos um pouco da história factual e cronológica desses povos.

1. Breve Histórico do Estado da Palestina¹

A Palestina está situada no Oriente Médio, onde faz divisa com a Síria e Líbano ao Norte, Jordânia e Egito ao Sul e o Mar Mediterrâneo ao Oeste. Os palestinos descendem dos Semitas de origem. Os Ancestrais palestinos chegaram à costa do Mar Mediterrâneo antes de 3.500 a.C. para se dedicarem à pesca, agricultura e pastoreio.

Desde 2.500 a.C. com a construção do Reino de Canaã os palestinos promoveram na Palestina uma civilização bastante avançada principalmente nas áreas de agricultura, indústria, comércio, ciências e artes.

¹ As informações contidas nesse histórico foram retiradas de documentos que nos foram enviados pelo Escritório da OLP no Brasil, como também de informações levantadas em diversos outros documentos que listamos na bibliografia desse trabalho.

Ao longo dos séculos, os palestinos enfrentaram diversas dominações, entre elas a dos hebreus que invadiram a Palestina em 1020 a.C. e fundaram um Reino Hebreu que resistiu coeso até 923 a.C. A partir daí foi dividido em dois reinos, logo em seguida, durante a invasão dos Assírios em 721 a.C. ambos desaparecem.

No ano 636 d.C., as conquistas islâmicas na Palestina deram a ela sua característica árabe, que continua predominando até os dias atuais, apesar do domínio de egípcios, assírios, caldeus, persas, romanos, cruzados cristãos, mongóis, do Império Turco-Otomano e inglês.

O domínio dos turcos na Palestina durou 400 anos, de 1517 até o ano de 1917, quando a Inglaterra assume o controle da Palestina. Durante todos esses acontecimentos, os palestinos sempre estiveram presentes na Palestina.

No princípio do período da colonização britânica foi aprovada uma medida pelo governo Inglês, a chamada Declaração Balfour, que tem por objetivo fundar uma pátria para os judeus na Palestina, desde que fossem respeitados os direitos dos árabes ali residentes. Com essa Declaração ocorreu uma grande imigração de judeus para a região, sendo a sua maioria oriunda da Europa. Essa imigração foi chamada de sionismo. Esse movimento fez com que eclodisse uma situação de conflito entre os árabes e os judeus. Ocorreram seguidos movimentos palestinos contra a política de colonização britânica, por considerar que a intenção dos britânicos era a de não conceder à Palestina a sua independência e sim nela fundar um Estado judeu pois estes, com apoio dos ingleses, consideravam a Palestina seu lar nacional baseados em argumentos fundamentados na bíblia.

Em 1947, as Nações Unidas aprovaram a partilha da Palestina entre árabes e judeus. Com a prematura retirada das forças britânicas da Palestina em 1948, Israel é apoiado pelos EUA e a ONU anuncia a fundação de seu Estado. Usando a força e violando a resolução de divisão aprovada pelas Nações Unidas que concedia 56% da Palestina aos judeus, Israel ocupa 78% do território palestino. Em consequência dessa situação de conflito centenas de milhares de palestinos são perseguidos e ameaçados pelos judeus, com isso obrigados a emigrarem para os países árabes vizinhos. Essa emigração fica sendo conhecida como a diáspora palestina. Os palestinos, então, passam a viver em acampamentos precários nas regiões vizinhas de Israel, reivindicando seu Estado.

Em 1950, a Jordânia passa a controlar a Cisjordânia, quando também inclui o setor oriental de Jerusalém, que se torna, pela primeira vez, uma cidade dividida. O setor ocidental é dominado pelos judeus. A Faixa de Gaza é anexada ao país vizinho, o Egito.

Em 1958, os palestinos iniciam o movimento de luta armada para retornar a sua pátria. Um ano depois, Yasser Arafat, um engenheiro com forte liderança, funda a organização Al Fatah, que se estabelece em Argel na Argélia no ano 1962.

Em 1964, com apoio dos países árabes, é fundada em Jerusalém a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel passa a ocupar todo o Território Palestino, inclusive a Faixa de Gaza e Cisjordânia, além de parte do território do Egito e da Síria.

Em 1969, Yasser Arafat foi eleito Presidente da OLP. E em 1974, as Nações Unidas reconhecem a Organização para a Libertação da Palestina como representante legítimo e único do povo palestino. A OLP passou a ser membro observador da ONU. Neste mesmo ano o Papa recebeu o Presidente Yasser Arafat.

Em 1982, Israel invadiu o Líbano e ocupou Beirute, com o pretexto de destruir o quartel-general da OLP. Não obtendo sucesso na missão, os israelenses financiam e instigam os milicianos cristãos libaneses a atacarem os campos de refugiados de Sabra e Shatila. Esse ataque ficou sendo conhecido como o Massacre de Sabra e Shatila, tendo como vítimas milhares de palestinos civis, instalados nestes acampamentos. Israel continua no sul do Líbano, na chamada faixa de segurança.

O Levante do Povo Palestino, que começou em 1987 e foi até 1994, contra a ocupação dos judeus, conhecido como Intifada (Revolta das Pedras), coroou a luta palestina para conquistar seus direitos legítimos e inalienáveis. Milhares de pessoas fizeram manifestações de protesto, jovens militantes, mulheres e crianças, empunhando pedras como armas enfrentam os soldados israelenses. Durante esses enfrentamentos muitos palestinos são feridos e mortos pelos israelenses. Essa atitude de brutalidade contra os palestinos faz com que o Conselho de Segurança da ONU condene severamente Israel. A partir daí, a opinião pública começa a se tornar favorável à OLP.

Em 1988, O Conselho Nacional Palestino anunciou a independência do Estado da Palestina. Este Estado obteve reconhecimento de mais de 120

países da Comunidade Internacional. Sob a orientação de Yasser Arafat o Conselho Nacional Palestino reconhece pela primeira vez o Estado de Israel.

Em 1991, na Conferência Internacional de Paz em Madri, Israel pela primeira vez participa de conversações diretas com os palestinos. Em 1993, é firmado um histórico acordo de paz em Washington, a assinatura do Acordo da Declaração de Princípios entre a OLP e o Governo de Israel. Em 25 de maio de 1994, com a retirada israelense da Faixa de Gaza e da Cidade de Jericó dá-se início novamente à autonomia do Estado da Palestina. No ano seguinte acontece a retirada israelense da maioria das cidades e aldeias palestinas.

No dia 21 de janeiro de 1996, foram realizadas as primeiras eleições para o Conselho Legislativo Palestino no território palestino, Yasser Arafat foi eleito presidente, em eleições diretas e democráticas.

Atualmente as negociações continuam mas com muita lentidão e dificuldades. Assuntos básicos e importantes como a questão dos refugiados; Jerusalém; os limites; as colônias israelenses que ainda estão nos territórios palestinos; entre outros, ainda devem ser discutidos, conforme o Acordo de Oslo, selado entre árabes e judeus em 1992.

2. Breve Histórico do Estado de Israel²

O primeiro Estado judeu foi fundado na Palestina com o reinado de Davi, por volta do ano de 1000 a.C. Com a morte do rei Salomão em 926 a.C., o

Estado entra em crise e é conquistado por vários povos, entre eles os babilônios, assírios, persas, gregos e romanos. Em 70 d.C. o general Tito destrói Jerusalém e expulsa os judeus de seu Território, os judeus que sem terem um local definitivo para se instalarem acabam se dispersando pelo mundo todo. Esse fato fica sendo conhecido como a Diáspora do povo judeu.

No ano de 636 da era cristã, os árabes ocupam a Palestina e com isso a cultura islâmica acaba influenciando fortemente quase todos os habitantes da região.

Em 1517, os turcos dominam a Palestina e a incorporam ao império Turco-Otomano. Essa dominação teve uma longa duração, a Palestina ficou em poder dos Turcos até o ano de 1917 quando estes são obrigados a se retirarem pela Inglaterra. O Reino Unido então ocupa a Palestina. Nesse mesmo ano, o chanceler britânico, Arthur Balfour, propõe a criação de um lar dos judeus na Palestina desde que se respeitassem os direitos das comunidades ali existentes.

Com a perseguição dos nazistas aos judeus a partir de 1933, milhares de judeus imigram para a Palestina em busca de segurança em seu país. Em 1936 começa uma guerra civil entre árabes e judeus que dura até 1939. Durante a 2ª Guerra Mundial, a perseguição aos judeus aumentou tanto que ao término em 1945 já tinham sido exterminados 6 milhões de judeus. Com isso os judeus ganham apoio internacional à criação de um Estado judeu.

A divisão da Palestina Britânica em dois Estados, um para os árabes e outro para os judeus é aprovada pela ONU no ano de 1947. Os árabes

² As informações contidas nesse histórico foram retiradas de vários documentos que consta na

palestinos rejeitam o plano da partilha, que favorece os judeus, plano esse que concedia ao novo Estado de Israel 56% das terras da antiga Palestina Britânica, enquanto que o Estado da Palestina ficaria com os 44% restante da região.

Em 14 de maio de 1948, é proclamado o Estado de Israel. Os Países árabes entram em guerra contra Israel imediatamente. A guerra termina em 1949 com a vitória de Israel que passa a controlar 75% do território da Palestina. Com isso os árabes palestinos são intimidados pelos judeus e obrigados a procurar segurança nos países vizinhos.

Em 1949, acontecem as eleições parlamentares em Israel que conduz o país a um governo de coalizão. São aprovadas leis que incentivam o retorno de judeus a Israel. Com a chegada maciça de judeus de todas as partes do mundo, a população cresce e fortalece consideravelmente o país.

No ano de 1956, com a crise do Canal de Suez, Israel alia-se à França e Inglaterra e ataca o Egito.

Em 1964, numa reunião de chefes de Estado árabes, no Cairo, cria-se a Organização para a Libertação da Palestina OLP, que organiza guerrilhas para atacar alvos judeus.

Em 1967, Israel ataca o Egito, a Síria e a Jordânia, esse ataque fica sendo conhecido como a Guerra dos Seis Dias. Nessa guerra Israel conquista importantes pontos estratégicos como o Monte Sinai e Faixa de Gaza no Egito, Colinas de Golã na Síria, Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém da Jordânia, estes pontos são imediatamente anexados ao território de Israel.

Durante o feriado judaico Yom Kipur do ano de 1973, o Egito e a Síria atacam Israel no intuito de reconquistar o que perderam durante a Guerra dos Seis Dias. Eles chegam a avançar sobre o Monte Sinai e as Colinas de Golã, mas são expulsos dias depois. Com a interferência dos EUA e da USSR, Israel é obrigado a cessar sua contra-ofensiva.

Em 1974, Golda Meir, primeira-ministra de Israel, é substituída por Yitzhak Rabim e a OLP é reconhecida pelos países árabes como a única representação do povo palestino.

Em 1977, o presidente egípcio Anuar Sadat, é o primeiro árabe a dialogar com os Israelenses. E em 1978, nos EUA é assinado o acordo de Camp David por Begin e Sadat. Este acordo estabelece a paz entre os dois países e o comprometimento de Israel em negociar a autonomia Palestina.

Em 1982, o exército israelense invade o Líbano com o objetivo de afastar o Quartel-general da OLP de Israel. A OLP deixa Beirute protegida pela ONU e se instala na Tunísia, norte da África.

Em 1985, O rei da Jordânia junto com Arafat propõe a paz a Israel em troca da retirada israelense das regiões ocupadas. Os Judeus rejeitam a proposta.

Em outubro de 1991, ocorre o primeiro encontro entre árabes palestinos e judeus, em Madri, na Espanha, sem que se feche nenhum acordo.

Em setembro de 1993, em Washington, é assinado um acordo de paz entre palestinos e israelenses que prevê a instalação, por cinco anos, de um regime de autonomia limitada para os palestinos. Em 1994, Israel e a OLP

continuam as negociações. Nesse mesmo ano, é assinado um acordo de paz entre a Jordânia e Israel. Em 1995, finalmente Israel e OLP firmam o acordo de autonomia para a Palestina inteira. Nesse mesmo ano o primeiro-ministro de Israel é assassinado por um extremista da direita israelense, pondo em risco todo o processo de paz já conquistado.

Atualmente as negociações prosseguem com muita lentidão, Israel exige mais ação palestina contra os radicais árabes, enquanto que os palestinos exigem mais autonomia e a proibição de assentamentos de colonos judeus em territórios palestinos.

CAPÍTULO II

ELEMENTOS DE UM QUADRO TEÓRICO

“Não existe página em branco, Nunca existiu”.

Soliman, 1990.

Para desenvolver este trabalho tomaremos como suporte a teoria da Semântica Histórica da Enunciação, proposta e desenvolvida por Guimarães. A proposta dessa posição teórica já aparece em 1987, quando o autor em *“Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português”*, relaciona a Semântica com a Análise do Discurso objetivando um deslocamento nos estudos semânticos.

“A abordagem semântica que procuraremos desenvolver pretende abrir uma relação com a análise do discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito. Nossa intenção não é,

simplesmente, produzir uma semântica articulável com uma teoria do texto, mas com uma teoria e análise do discurso".

Guimarães, 1987

Sendo assim, Guimarães propõe tratar da questão da significação a partir da inclusão da exterioridade da língua (o mundo, o sujeito, o referente, a história). Outros teóricos também reintroduziram em seus estudos lingüísticos essa exterioridade, como é o caso de Benveniste e Ducrot. Para esses dois autores a história é concebida cronologicamente. Guimarães, ao contrário, ao incluí-la procura constituir uma semântica enunciativa que considera a representação do sujeito na constituição do sentido. Considera, assim, que o sentido de um enunciado são os efeitos de sua enunciação, segundo as condições histórico-enunciativas em que aparece.

A linguagem nessa perspectiva passa a ser entendida como "um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra. Quanto a uma língua, diríamos que ela é uma dispersão de regularidades lingüísticas que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno constituídas sócio-historicamente" (Guimarães, 1987:17). A enunciação por seu turno, é tomada como um acontecimento histórico, ou seja, a significação é histórica, não no sentido da história cronológica, historiográfica, onde os fatos significam um acontecimento social determinados apenas no tempo, sendo desse modo um fato sempre único e irrepetível, mas no sentido de que a história é constitutiva do

presente de uma enunciação, *sua significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade.*" (Guimarães, 1995: 66). Ou seja, esse acontecimento histórico

"...não está num presente de um antes e de um depois no tempo. Ele instala uma temporalidade: essa a sua diferença. De um lado abre em si uma latência de futuro, sem a qual ele não é um acontecimento de linguagem, sem a qual ele não significa, pois sem ela nada há aí de projeção. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Por outro lado esse futuro próprio do presente do acontecimento funciona por uma memória que o faz significar".

Guimarães, 1999

É aqui que tomaremos o ponto de contato da Semântica Histórica da Enunciação e da Análise de Discurso. O discurso não é algo que apenas transmite informações de forma clara e objetiva. Pois "as relações da linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores" (Orlandi, 1999:21).

"Isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção". Pêcheux,

UNICAMP

1993

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Ou seja, a materialidade lingüística deve ser pensada na sua constituição discursiva, onde o processo discursivo é definido pelas condições de produção de sua enunciação, pelos efeitos do cruzamento de diversos discursos, e das várias posições do sujeito, nesse sentido, reafirmamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores.

Para Orlandi 1990, as condições em que os sentidos são produzidos são constituídas pelo contexto histórico e social, pela ideologia, pela situação, pelo falante e ouvinte, e pelo objeto do discurso, sendo que o que se diz tem relação com quem diz, com o que não se diz, com o lugar social daquele que diz, para quem se diz, em relação ao que os outros dizem, etc. Dessa forma, o acontecimento da enunciação deve ser entendido como discursivo. Ou seja, todas essas condições de produção é que irão constituir o sentido da enunciação.

A inclusão da história/historicidade (como acabamos de conceber) nos estudos semânticos nos permite reservar para a enunciação, segundo Guimarães 1993, dois itens importantes: o caráter de acontecimento; e o de relação com a língua. Nesse sentido, a enunciação passa a ser “então um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso” (Guimarães, 1993:70). Sendo assim, a enunciação deixa de ser uma organização intelectual do sujeito, entendido como fonte, origem dos sentidos produzidos, nem tampouco se reduz ao contexto em que se fala, a enunciação não diz respeito apenas à situação.

Nos processos discursivos, “há duas noções que estão na base do mecanismo da argumentação e que desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político: 1- a noção de antecipação, sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias (posições-sujeito); 2- a noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva)” (Orlandi, 1998). Essas noções interessam-nos para o desenvolvimento de nossa análise.

Segundo Pêcheux em seu trabalho *Análise Automática do Discurso*, a noção de antecipação é sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias no discurso. No caso específico do discurso jornalístico, poderíamos dizer que a imagem que o sujeito jornalista faz de si mesmo, é a de que ele sabe e está autorizado a dizer o que sabe por assumir a posição de imparcialidade exigida pela instituição jornalística, já em relação à imagem que o sujeito jornalista faz do seu virtual leitor, é a de que seu leitor é aquele que não sabe e que precisa saber, ou se sabe, precisa de informações (extras) novas para a completude do seu saber.

Quanto ao sujeito leitor, a imagem que esse faz de si mesmo é a de que ele é aquele que precisa saber, aquele que precisa conhecer os fatos que ocorrem no mundo para participar, para fazer parte das discussões do meio “social” (o indivíduo na sociedade deve ser bem informado e por isso não pode ficar alheio aos fatos que ocorrem no mundo). Já a imagem que esse leitor faz do sujeito jornalista é a de que o jornalista é aquele que detém o poder de conhecer os fatos na fonte, *in loco*, e retransmiti-los na íntegra e por isso o seu saber é o

saber verdadeiro, o saber que o leitor precisa para complementar sua formação intelectual (Mariani, 1998).

Vale a pena ressaltar que os sujeitos envolvidos nessas formações imaginárias não são pessoas representadas fisicamente, organismos humanos individuais onde cada qual é responsável e origem de seu discurso.

Trata-se, na verdade, de um objeto imaginário, isto porque estes sujeitos ocupam determinadas posições na estrutura de uma sociedade, posições essas que indicam lugares diferentes de se posicionar, como por exemplo em uma escola, o diretor, o professor, o guarda, o aluno, a merendeira, enfim todos os envolvidos numa comunidade escolar assumem posições (lugares) distintos uns dos outros, e essas posições *são marcadas por propriedades diferenciais determináveis* (Pêcheux., 1993:82).

Sendo essas posições constituídas nos processos discursivos, concordamos com Pêcheux quando diz que todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, pois “faz parte da estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir do seu próprio lugar de locutor, o que regula a possibilidade de respostas, o escopo do discurso” (Orlandi, 1987:26).

CAPÍTULO III

A INSTITUIÇÃO JORNAL

“A construção do discurso jornalístico foi, durante séculos, cultivando essa imagem de um discurso que se supõe isento de pré-julgamento, um discurso suporte para fatos que falam por si”. Mariani, 1993

Como todos sabemos, o discurso jornalístico, seja ele impresso radiofônico ou televisivo, tem servido de meio de circulação dos diversos acontecimentos que ocorrem no mundo todo, sendo também este discurso provavelmente o que atinge maior número de pessoas nos mais diversos pontos do planeta, desde os grandes centros urbanos até os mais longínquos vilarejos rurais. Isso se deve principalmente ao crescente avanço tecnológico das últimas décadas.

Ao perguntarmos qual a utilidade desse discurso aos leitores/ouvintes, é comum termos como resposta que o discurso jornalístico tem

por objetivo manter-nos informados sobre os fatos que acontecem no mundo. Porém, o que nos chama atenção e inquieta em relação a tal discurso é que quando os leitores/ouvintes se deparam com uma determinada notícia, as reações destes podem ser as mais diversas possíveis, muitas vezes uns a recebem com prazer e vibração, enquanto outros ficam estarecidos e indignados. E é exatamente pensando nessa diversidade de reações que cabem alguns questionamentos a respeito desse assunto como, por exemplo, o de compreender os motivos que levam os leitores/ouvintes a ter essas reações tão antagônicas diante de uma mesma notícia. Por que os leitores/ouvintes são afetados diferentemente por uma mesma notícia se se supõe que a função do discurso jornalístico é a de informar os fatos como eles são, de forma transparente, sem assumir posição alguma? Ou melhor dizendo, e aqui parafraseando Mariani quando diz que a atividade jornalística tem cristalizado uma jurisprudência própria de neutralidade, sendo que esta atividade tem o poder de dizer algo – entendido como comunicar, informar, mas não opinar.

A afirmação abaixo citada vem de encontro a esta jurisprudência,

“Norman Mailer destrói uma das regras básicas do jornalismo, aquela que exige imparcialidade. Exatamente por isso fez um grande livro”.

Celso Fonseca, 1999

Esta, por si só nos revela um outro lado da imprensa, a dualidade instalada no discurso jornalístico; o conflito entre a posição de imparcialidade, concepção essa que ainda predomina, e da posição de parcialidade, que pouco a

pouco tem conquistado seu espaço. Achamos pertinente neste momento trazer para nossa reflexão alguns questionamentos em função dessa afirmação.

A afirmação parte do crítico literário da revista semanal *Isto é*, Celso Fonseca, que na oportunidade tinha a tarefa de tecer uma crítica do livro recém-lançado *"Luta épica"*, do escritor e jornalista Norman Mailer. O interessante é que nesse caso temos a posição explícita da quebra do conceito básico do jornalismo, a imparcialidade, e exatamente essa tomada de posição, para indicar o sucesso do livro que nos chama a atenção.

Se por um lado, ainda hoje, temos jornalistas que defendem a idéia de que uma das regras básicas da imprensa é a exigência de sua imparcialidade, por outro, temos também jornalistas que admitem a tomada de posição do jornal. Tempos atrás, a discussão dessa última posição era impossível. É claro que hoje esta discussão não se restringe apenas ao meio jornalístico, vários setores da sociedade questionam a suposta posição imparcial do jornal, a qual implica aparentemente em dizer que o jornal revela os fatos como eles são, ou seja, como "verdade absoluta", a própria imprensa conforme observamos na citação acima ou em, *hoje, ainda que timidamente, ela assume seu lado interpretativo, e o fato de que cada jornal acaba tomando uma direção política prioritária* (Mariani, 1998:59). Mas o importante para nós nesse momento é perceber que o sentido estabilizado na sociedade de modo geral é o de que a imprensa é uma instituição que procura narrar os fatos com o máximo de neutralidade e imparcialidade. Mesmo que o leitor discorde da forma como a notícia foi descrita pelo jornal, ele tem sempre a ilusão de que apesar de tudo o jornal está informando-o de algo ainda

desconhecido, e isso é possível a partir do funcionamento do discurso jornalístico onde o jornalista e o leitor assumem papéis distintos nessa relação.

“O sujeito jornalista se investe e é investido imaginariamente pelo leitor como aquele que sabe. A posição do leitor, por sua vez, é a de quem precisa ser informado por aquele que detém o conhecimento. Essas imagens produzidas historicamente ainda hoje se auto-entre-alimentam: o leitor confere ao jornal e ao jornalista a completude de um saber que nele, leitor, é considerado incompleto”.

Mariani, 1998

Entendendo dessa forma esse discurso, poderíamos dizer então que o “jornal” não opina e nem interpreta, por isso seu discurso é objetivo e imparcial. Nesse sentido este discurso institucionalizou-se como o discurso da neutralidade, em que apenas informa os fatos como eles são, de modo que se faça parecer transparente, sem que a instituição “jornal” tome posição alguma. Diríamos que *Noticiar só pode ser informar de modo neutro com a utilização de uma linguagem- invólucro, cujo conteúdo são os fatos. Não é permitido opinar nem interpretar* (idem, 1993:35).

Mas essa aparente ilusão de que o leitor/ouvinte, e somente ele, é o responsável pelos seus atos lingüísticos e que por isso é ele que acaba por determinar o sentido daquilo que leu, e que as palavras aparecem como que se referendassem um sentido único, sentido esse aparentemente determinado pelo próprio leitor/ouvinte, é possível porque: primeiro, o sujeito ao ser interpelado pelo

funcionamento da linguagem é afetado por dois tipos de esquecimentos, pelo esquecimento um e dois. Segundo Pêcheux (1997), o esquecimento número um, chamado de esquecimento ideológico, resulta do modo pelo qual o indivíduo é afetado ideologicamente. Para o autor, é nesse esquecimento que se tem a ilusão de sermos origem daquilo que falamos, mas na verdade, o que ocorre é que aquilo que dissemos já está de alguma forma determinado pela maneira como o indivíduo encontra-se interpelado pela língua e pela história.

O esquecimento número dois por sua vez, segundo o autor, é da ordem da enunciação, é o esquecimento enunciativo. Sempre que enunciamos, enunciamos de uma forma e não de outra e é isso que nos passa a ilusão de que quando falamos, temos a impressão que falamos a partir de uma determinada escolha de palavras organizada pelo nosso pensamento (*ilusão referencial – o sujeito consciente de suas intenções, tem o domínio sobre a língua*). Essa aparente escolha é que garante que aquilo que dissemos só poderia ser dito com aquelas palavras e não com outras.

A segunda questão que colocamos em relação a essa ilusão, e que consideramos também importante, refere-se à própria materialidade do jornal impresso. Considerando a formulação lingüística, a linearidade textual do jornal, aparentemente observa-se nessa constituição sua pseudo-posição de neutralidade. Como exemplo disso podemos observar, em nosso corpus, que de certa maneira todo o espaço material, o gráfico visual do jornal, foi distribuído “quantitativamente” em partes iguais entre todos os envolvidos na questão, seja em número de fotos, entrevistas, desenhos, enfim, o jornal procura sempre

evidenciar para seu virtual leitor (*efeito de antecipação*), de uma ou outra forma sua posição de imparcialidade. Essa questão da representação de neutralidade da linguagem materializada no jornal, a nosso ver, por já ser institucionalizada, acaba por produzir a ilusão de que o sentido está apenas na relação do leitor/texto, e que por isso as palavras significam apenas nessa relação. Posição essa que não corresponde à nossa. Pois, entendemos que o sentido são

“os efeitos de sua enunciação. Ou seja, são os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento. Assim o sentido não é o efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento”.

Guimarães, 1995

São esses processos que de certa maneira acabam por referendar o conceito já cristalizado da prática do discurso jornalístico, e pelo viés desse conceito institucionalizado ainda lhe é concedida a absolvição pela própria sociedade. Dito de outro modo, as notícias produzidas pelos jornais além de serem referendadas pela sociedade como verídicas têm também o cunho da imparcialidade.

O jornal, assim, tem se maquiado ao longo do tempo como uma instituição responsável apenas pela narração dos fatos como são e por isso então, ao narrar os fatos, assume supostamente a posição de total imparcialidade, e nesse caso cristaliza sua função de simplesmente informar e não opinar. Essa

suposta posição de imparcialidade é garantida pela própria história dessa instituição que de certa forma ao negar a presença do sujeito narrador institucionaliza o dizer por si só, ou seja, qualquer sentido outro suscitado que interfira no do senso-comum é de exclusiva responsabilidade do leitor/ouvinte, pois a imprensa por ser uma instituição referendada pela sociedade sempre fala do lugar politicamente correto – imparcial – pois o sentido outro não foi isso que o jornal disse. Mas se atentarmos para o fato de

“que no discurso jornalístico já se tem uma memória da própria constituição histórica da imprensa agindo na produção das notícias. Memória atravessada pela ética dos direitos de alguns humanos (Badiou 1995), promovendo filiações nos processos de produção de sentidos das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo político é significado. Resulta daí que as notícias jornalísticas se reinscrevem, sob o efeito ideológico da evidência, da obviedade, na direção de sentidos desejada/determinada politicamente pela formação discursiva hegemônica”.

Mariani, 1998

O discurso jornalístico deixa de ser então um discurso neutro que não toma partido nem a favor nem contra. A ilusão de objetividade e imparcialidade que foram constituídas e cultivadas durante muito tempo e que sustentam essa imagem (a de apenas informar) só existe enquanto efeito imaginário que afeta o leitor/ouvinte comum, principalmente porque este considera

que as instituições funcionam harmonicamente na sociedade, e ao indivíduo cumpre seguir o papel por elas determinados.

Sendo o discurso jornalístico concebido desse modo, podemos asseverar que este contribuiu e contribui sensivelmente para a estabilização e apagamento de certas significações da nossa memória histórica. E aí é bom lembrarmos que o papel dessa memória histórica é o de sedimentar, institucionalizar um dos sentidos entre vários possíveis como verdade uma em determinada situação social: “a sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal” (Orlandi, 1988). Dessa maneira, cabe-nos agora desmistificar esse conceito que perdura há séculos na nossa sociedade, procuraremos mostrar, através de uma análise enunciativa, fundamentados pela teoria da Semântica Histórica da Enunciação, que o processo que acaba por instituir, disseminar e cristalizar determinadas verdades como sendo de senso comum, verdades oficiais em uma dada conjuntura social no discurso jornalístico, funcionam de acordo com os interesses ideológicos de quem controla a instituição, pois como dissemos acima, todos (inclusive a instituição “Jornal”) estão atravessados ideologicamente. Dito de outro modo,

“a Instituição jornalística “esquece” que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada. Ou melhor, que assegura, juridicamente, a fronteira entre o que pode e deve ser dito (ideologia dominante). O resultado desse processo

*é a ilusão do jornalismo verdade, ou seja, a ilusão de
que os jornais são apenas testemunhas, meios de
comunicação ou veículos informativos”.*

Mariani, 1999

Como podemos observar acima, esse assunto tem muitas questões ainda a serem levantadas e desvendadas, e é de nosso interesse desenvolver discussões lingüísticas a esse respeito, porém este trabalho procura de certa maneira limitar-se apenas a buscar resposta para as indagações acima levantadas. Para isso, nos propomos a analisar o funcionamento do discurso jornalístico impresso brasileiro nos textos que dizem respeito à comemoração dos cinquenta anos da criação do Estado de Israel.

CAPÍTULO IV

O CORPUS: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

O corpus para nossa análise foi constituído de reportagens sobre a comemoração dos cinquenta anos da criação do Estado de Israel, publicadas no caderno Especial do jornal de circulação nacional, **Folha de São Paulo**, ano 78, número 25.222, da quinta-feira de 23 de abril de 1998. Jornal esse que contou com uma tiragem de 540.974 exemplares. Vale ressaltar que nessa edição o jornal teve 72 páginas. O caderno Especial sobre as comemorações dos cinquenta anos da criação de Israel, intitulado, **Israel 50 anos 1948/1998**, ocupou 10 páginas do jornal. O assunto também ganhou destaque especial na sua primeira página.

Esse Especial contém:

1 – uma caricatura do artista plástico brasileiro Cândido Portinari, feito em viagem a Israel em 1956; cartaz dos anos 20 da colonização judaica na

Palestina; e o símbolo oficial das comemorações do cinquentenário de Israel que estampam a primeira página;

2 – oito matérias escritas pelo enviado especial ao Oriente Médio da Folha de São Paulo, o jornalista Jaime Spitzcovsky;

3 - o artigo, **Da busca da terra prometida até a difícil conquista da paz na região**, elaborado especialmente para o jornal pelo professor de Estudos Semíticos na Universidade de Cambridge (Reino Unido) Avihai Shvitiel;

4 - dois artigos do Conselho Editorial, um escrito por Clovis Rossi, **Criação de Israel faz Palestina explodir**, e outro por Carlos Heitor Cony, **Luta é um fantasma na cabeça de todos**;

5 - o artigo, **Guerras testaram armas de EUA e URSS**, escrito especialmente para o jornal, de Ricardo Bonalume Neto;

6 - dois artigos da Equipe de Articulistas, um de Gilson Schwartz, **Empresas de ponta esvaziam kibutz**, e outro de Nelson Ascher, **Sionismo renovou cultura judaica** ;

7 - o artigo, **Tragédia iguala todos na culpa**, escrito pelo escritor israelense Amós Oz;

8 – um pequeno glossário formado de Termos de uso árabe e judeu;

9 – entrevista com palestinos e israelenses a respeito dos problemas da região;

10 - um quadro sobre a economia dos países da região;

11 – um histórico cronológico da região.

12 – doze fotos que retratam a região.

Vejamos agora de que maneira esses materiais foram distribuídos no Jornal. É importante salientar que o jornal **Folha de São Paulo**, para elaborar esse caderno, enviou ao Oriente Médio, por dezesseis dias, o jornalista Jaime Spitzcovsky e o fotógrafo Niels Andreas.

Começemos por dizer que já na primeira página do jornal o assunto ganhou destaque. Dois textos sobre o assunto chamam a atenção do leitor, um intitulado **“Estado judeu chega aos 50 anos – Israel 1948/1998”**, um breve comentário do enviado especial ao Oriente Médio da Folha. O outro **“Região vive conflito entre certo e errado”**, breve comentário do escritor israelense Amós Oz. Ao lado direito uma pequena cópia da caricatura de Cândido Portinari, feito em Israel, em 1956, que procura representar as duas nações, a dos judeus e a dos árabes. Estes materiais ocupam um espaço significativo do lado esquerdo na primeira página.

1 - Do Caderno Especial

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

1.1. Da página 01

Como já dissemos acima, o caderno especial possui 10 páginas que tratam do assunto da comemoração dos cinquenta anos da criação do Estado de Israel e da região de conflito entre israelenses e árabes no Oriente Médio.

A primeira página desse caderno está constituída da seguinte forma: ao centro, ocupando praticamente toda página, repete-se a caricatura feita por Portinari da primeira página, só que desta vez no tamanho da página do jornal. Na parte superior dessa caricatura está a manchete **“ISRAEL 1948-1998”**. Na parte inferior estão escritos dois enunciados, primeiro **“O Estado judeu chega aos 50 anos, e os palestinos se aproximam da criação de seu país”**, o segundo **“No Oriente Médio, conflito religioso substitui a ameaça de novas guerras”**. As cores usadas para grafar as letras destes enunciados são as mesmas das bandeiras de Israel e da Palestina.

Também nesta primeira página há ao lado desse desenho um cartaz e um símbolo além de dois textos, um do lado esquerdo e outro do lado direito. O texto do lado esquerdo foi escrito pelo enviado especial da Folha, Jaime Spitzcovsky, que faz um breve histórico da região a partir da criação do Estado de Israel; na parte superior desse texto está o cartaz dos anos 20 em que judeus pedem ajuda à colonização judaica da Palestina. O texto do lado direito, corresponde ao índice do Caderno Especial, na sua parte superior, está o símbolo oficial das comemorações do cinquentenário de Israel.

1.2 - Da página 02

Na segunda página do Especial, há um texto escrito especialmente para a Folha, do professor de Estudos Semíticos na Universidade de Cambridge (Reino Unido) que foi traduzido por Clara Allain. Esse texto, intitulado **“Da busca**

da Terra Prometida até a difícil conquista da paz na região.”, relata a história do povo judeu/israelense dando ênfase às conquistas e perseguições ocorridas por esse povo. Abaixo desse texto, do lado esquerdo há uma foto tirada em setembro de 1993, na qual o presidente dos EUA, Bill Clinton, observa o aperto de mão entre o premiê israelense, Yitzhak Rabin, e o líder palestino Iasser Arafat.

Este artigo divide essa segunda página com um quadro da história cronológica da região, desde 98.000 a.C. até 1996 d.C., com desenho do mapa da região de 1947, 1949, 1967 e o atual. No centro desse quadro da História cronológica, o ano de 1947 está em destaque com a foto do Diplomata brasileiro que presidiu nesse ano a Assembleia Geral da ONU que aprovou a partilha da Palestina. Esse material foi retirado da coleção Caminhos do Povo Judeu (vols. 1,2,3 e 4) de Jewish History Atlas.

1.3 - Da página 03

A página três possui à esquerda um texto escrito por Clóvis Rossi, do Conselho Editorial da Folha, intitulado **“Criação de Israel faz Palestina explodir.”**. Este texto trata da relação entre israelenses e árabes nos últimos 50 anos. Também ao lado direito desta página temos uma tira reservada para o glossário de algumas palavras usadas na região por israelenses e árabes.

Ao centro da página há um texto composto a partir de quatro perguntas elaboradas pelo jornal, e que são, supostamente, respondidas pelos israelenses e palestinos. É interessante que observemos que tanto as perguntas

como as respostas não são assinadas, ou seja, não aparece nenhuma pessoa responsável pelos enunciados.

No lado direito, na parte inferior da página, está a foto tirada em maio de 1948 em que o líder sionista Ben Gurion proclamou a independência do Estado de Israel.

1.4 - Das páginas 04/05

As páginas 4 e 5 estão distribuídas da seguinte forma. A 4 especificamente para assuntos referentes aos palestinos, e a 5 para assuntos israelenses. A manchete ao alto, ocupa as duas páginas com o seguinte enunciado: **“Árabes aceitam existência de Israel, um país fraturado pela diversidade.”** Na página quatro, destinada aos palestinos, logo abaixo da manchete na parte superior da página há uma foto que mostra crianças palestinas brincando num campo de refugiados. No meio da página, escrita com letras garrafais, a palavra **PALESTINOS**. Do lado esquerdo há um texto escrito pelo enviado especial ao Oriente Médio, que trata da situação atual dos palestinos, da Intifada³ e dos desafios a serem enfrentados pelos palestinos com a criação de seu Estado.

Do lado direito há uma foto de um palestino e logo abaixo dessa foto o espaço é ocupado por um quadro geopolítico da Palestina. Há também, já no

³ Intifada: “Revolta das Pedras” começou em 1987 e durou até 1994. Foi um movimento de resistência dos palestinos nos territórios ocupados por Israel (Gaza e Cisjordânia) contra o exército

final da página, mais à direita, uma entrevista do enviado especial ao Oriente Médio da Folha com Mahmoud Abbas, o número dois da Autoridade Nacional Palestina.

Na página 5, destinada aos israelenses, as reportagens estão organizadas exatamente como as da página anterior, a dos palestinos, logo após a manchete que ocupa as duas páginas há uma foto que mostra vários israelenses num bairro de Jerusalém. Ao centro igualmente à página anterior, está escrita a palavra **ISRAELENSES**, sendo que do lado esquerdo também há um texto escrito pelo enviado da Folha ao Oriente Médio que trata da situação atual dos israelenses, música e desafios internos a serem enfrentados pelos israelenses.

Do lado direito há também uma foto de um judeu religioso e logo abaixo o quadro geopolítico do Estado de Israel. Abaixo, à direita, uma entrevista do enviado especial ao Oriente Médio com o presidente da Agência Judaica, Avraham Burg.

1.5 Da página 06

A página seis do Especial está reservada para textos que têm como tema central a guerra. Nessa página aparecem três textos, sendo que o **“Luta é um fantasma na cabeça de todos.”**, escrito por Carlos Heitor Cony – do Conselho Editorial da Folha – ocupa grande parte da página, faz um paralelo entre

israelense. Os palestinos enfrentavam os soldados israelenses com pedras, daí a designação

as conquistas alcançadas pelos israelenses, na região árida dos desertos, com as guerras com os vizinhos árabes. No meio desse texto há uma foto de uma jovem israelense passeando com um fuzil AR-15 numa feira de artesanato em Tel Aviv.

No lado direito da página destaca-se uma faixa com o texto **“Guerras testam armas dos EUA e URSS”** de Ricardo Bonalume Neto. Este texto, escrito especialmente para a Folha, traz comentários desse analista referentes às cinco grandes guerras que ocorreram entre israelenses e árabes.

Na parte inferior à esquerda, há um pequeno texto, **“Conheça cenas de duas guerras.”**, que trata das guerras de 1973 e 1982, mais especificamente sobre o material bélico usado nessas duas guerras. Para facilitar a compreensão do leitor, a Folha ilustrou logo abaixo do texto com dois desenhos, que procuram mostrar como cada uma das partes envolvidas usaram seus equipamentos bélicos durante os conflitos nessas guerras. Esses desenhos foram também legendados objetivando com isso maior clareza para os leitores sobre o assunto. O texto também não foi assumido pelo escritor, ou seja, não há nenhuma pessoa que se responsabilize pela reportagem.

Ao centro da página o fundo está estampado com um grande desenho que procura representar o cenário de um campo de batalha com soldados, tanques, e mísseis.

1.6 Das páginas 08/09

Nas páginas oito e nove, na parte superior, ocupando as duas páginas aparece a manchete **“Guerra persiste no sul do Líbano, e árabes moderados optam por “paz fria”.**”

Nessas páginas os textos tratam mais especificamente dos países vizinhos de Israel, o Líbano, a Síria, o Egito e a Jordânia. Vale ressaltar que eles foram escritos pelo enviado especial ao Oriente Médio da Folha. Nessas páginas há três fotos e um desenho. O desenho, ao centro da página oito, mostra o mapa da região de conflito entre Israel e seus vizinhos. Na parte inferior à direita do desenho há um globo terrestre onde está destacado o lugar exato da região de conflito. Já em relação às fotos, uma está localizada ao centro na parte superior da página oito, a foto da capital libanesa, Beirute, que mostra a reconstrução da capital de um lado e do outro os sinais de destruição provocados pela guerra civil em 1990.

As outras duas fotos estão na página nove, uma na parte superior ao centro, esta da cidade de Giza, onde ao fundo aparecem as pirâmides do Egito. A outra foto está logo abaixo, mostrando alguns jordanianos comprando ovelhas de um pastor em Amã, capital da Jordânia.

Para os quatro textos foi utilizado um único título, **“Vizinhos enfrentam conflito constante”**. Cada um desses textos também possui um subtítulo. Na página oito, mais à esquerda, o texto com o subtítulo **“Ocupação do Líbano fortalece guerrilha.”**. Mais à direita o texto **“Mesmo só, Síria crê na vitória militar”**. No centro da página temos quadros geopolíticos do Líbano e da Síria, extraídos da Encyclopedydia Britannica.

Na página nove, mais à esquerda, há o texto **“Egito ainda desconfia de Israel”**, e, mais à direita o texto **“Jordânia busca ser uma ponte para a paz”**, ao centro, como na página anterior, aparecem em destaque os quadros geopolíticos do Egito e da Jordânia, ambos retirados da mesma fonte citada logo acima.

1.7 Da página 10

A página 10 está preenchida com dois textos e duas fotos. As fotos estão distribuídas na parte superior à direita da página, sendo que uma mostra a rua principal de Tel Aviv e a outra a banca de um vendedor de masbahas⁴ no centro de Beirute.

Já quanto aos textos, um ocupa um pequeno espaço ao centro da página, e este faz um breve comentário sobre o escritor israelense Amós Oz. O outro **“Tragédia iguala todos na culpa”**, ocupa todo o restante da página, sendo que este foi escrito pelo escritor israelense Amós Oz. O assunto tratado nesse texto refere-se à questão situação/relação entre israelenses e árabes, o escritor procura opinar sobre o assunto. Este texto foi traduzido por Clara Allain.

Agora, após este primeiro contato com o material que constitui o nosso corpus, vamos organizá-lo seguindo a ordem numérica, objetivando facilitar o acesso dos leitores aos textos que irão nos subsidiar as análises. Estes textos

⁴ Masbahas: objetos semelhantes com o terço dos católicos, usados pelos muçulmanos durante as orações.

encontram-se na íntegra em anexo. Vejamos então a relação dos títulos desses textos com os seus respectivos números:

TÍTULOS DOS TEXTOS	NÚMERO
Estado Judeu chega aos 50 anos – Israel 1948/1999	Texto 01
Região vive conflito entre o certo e o errado	Texto 02
Israel – 1948/1998	Texto 03
Índice	Texto 04
Sem título – (manchete)	Texto 05
...da busca da Terra prometida até a ... difícil conquista da paz na região.	Texto 06
Cronologia	Texto 07
Criação de Israel faz Palestina explodir	Texto 08
Sem título – (entrevista)	Texto 09
Glossário	Texto 10
Casas já ostentam símbolos nacionais	Texto 11
Dirigente espera estado em maio de 99	Texto 12
Palestina – Quadro geo-político	Texto 13
Caldeirão judaico enfrenta tensões	Texto 14
Fim dos conflitos preocupa israelenses	Texto 15
Israel – Quadro geo-político	Texto 16
Luta é um fantasma na cabeça de todos	Texto 17
Guerra testaram armas de EUA e URSS	Texto 18
Conheça cenas de duas guerras	Texto 19
Empresas de ponta esvaziam kibutz	Texto 20
Sionismo renovou cultura judaica	Texto 21
A economia dos países da região	Texto 22
Ocupação do Líbano fortalece guerrilha	Texto 23

Mesmo só Síria crê na vitória militar	Texto 24
Líbano/Síria – Quadro geo-político	Texto 25
Egito ainda desconfia de Israel	Texto 26
Jordânia busca ser uma ponte para paz	Texto 27
Egito/Jordânia – quadro geo-político	Texto 28
Tragédia iguala todos na culpa	Texto 29
Quem é amós oz	Texto 30

Entendemos ser ainda importante, apontarmos nesse momento, as seguintes informações:

- a - o Especial é sobre o aniversário dos 50 anos da criação do Estado de Israel;
- b - há uma matéria de um especialista sobre Israel, mas não há de um especialista sobre o Estado Palestino;
- c - boa parte das matérias apresentadas no jornal são elaboradas por um enviado especial ao Oriente Médio, o jornalista da Folha, Jaime Spitzcovsky;
- d - o movimento geofísico no mapa da região Israel/Palestina durante os 50 anos da criação de Israel. Como podemos observar abaixo:



Essa descrição geral do corpus além de nos dar certos aspectos de sua distribuição no jornal, nos servirá quando da análise das determinações no processo de designação.

CAPÍTULO V

DAS DESIGNAÇÕES ISRAEL/PALESTINAS

“Um único exemplo: a luta dos guerrilheiros palestinos pode ser chamada de “resistência nacional”, ou de “terrorismo”...”.

Reichert, 1972

Um primeiro aspecto que podemos observar na aproximação inicial do corpus, é a presença de nomes que constróem o espaço de uma história: Israel, Palestina, árabes, judeus, Oriente Médio. Com Rancière, (1994:43) podemos dizer que *as palavras da história são nomes*. E isto nos leva ao estudo das designações.

Tratar o processo das designações de forma geral, e mais especificamente no que diz respeito a povos/países, como em Israel/israelense e Palestina/palestino, a nosso ver, não é simplesmente o caso de considerar esse processo responsabilidade exclusiva do indivíduo, que procura intencionalmente

garantir de forma transparente a relação de um nome com um ser ou de um nome com um lugar geograficamente determinado para classificá-lo no mundo, isto porque, apesar da "designação de uma expressão lingüística se **apresentar como se fosse una**, na verdade significa segundo suas relações interdiscursivas em que se constitui enquanto designação" (Guimarães, 1995:103, grifo nosso).

É claro que o ato de designar algo, aparentemente se apresenta a partir de uma absoluta naturalidade, pois tem-se a impressão de que o desejo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas é que determina essa escolha. Ou seja, ao nomear alguma coisa no mundo, está-se de certa maneira classificando distintamente o mundo, a partir da relação homem/mundo/linguagem.

A língua é entendida nesse caso simplesmente como um recurso de que o indivíduo pode apropriar-se para expressar seu pensamento. O sentido das palavras nesse caso estaria supostamente sob o controle do falante. Conceber a língua a partir dessa possibilidade intencional do falante, é tratar o sujeito falante consciente de suas intenções, possibilidade essa que supostamente garante a transparência do sentido na língua. Ou seja, aquilo que dizemos não estaria sujeito a equívocos, pois haveria um controle do dizer determinado pelo falante. Discordamos dessas concepções formalistas e intencionais. O processo de designação a nosso ver é histórico-enunciativo, sendo que o seu sentido é determinado pelas condições sócio-históricas de sua existência.

"Diria que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Assim a relação

de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposta à diferença”
(Guimarães, 1995:74).

1. O funcionamento da designação

A respeito do processo de designação enquanto representação de algo do mundo real pela linguagem é interessante refletirmos sobre o trabalho desenvolvido por Frege, notadamente em “*Sobre o sentido e a referência*”, (publicado pela primeira vez em 1892). Nesse trabalho Frege procura refletir sobre as questões pertinentes à relação entre objeto/sentido/língua.

Para ele, a relação entre uma expressão e aquilo a que ela se refere, o objeto designado, se estabelece através do sentido da expressão. É o sentido que estabelece o modo de apresentar o objeto. Frege considera que o objeto pode ser representado pela língua a partir de vários sentidos.

A referência de uma expressão ou palavra é o objeto que ela particulariza. Um objeto pode ser referido através de expressões diferentes, ou seja, através de sentidos diferentes. É o caso do clássico exemplo que ele apresenta no seu texto, “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde”. Os sentidos e as expressões não são os mesmos, mas o seu referente, o objeto real, o planeta Vênus, sim. Ou seja, o sentido se sustenta nas possibilidades simbólicas da língua em designar o referente, é o modo de representação do objeto.

Os nomes próprios que têm apenas significado, os nomes usados na ficção, nomes estes sem referentes no mundo real, segundo Frege só são

possíveis porque os homens fazem uso de línguas naturais, e que “ao ouvir um poema épico, por exemplo, além da euforia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas representações e sentimentos que este sentido evoca.” (idem, p.68), e ao considerar a “questão de verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica” (ibid.).

Para ele, esses e outros equívocos que a língua apresenta podem ser justificáveis, uma vez que a língua natural é sujeita à imperfeição. Mas, segundo ele, esses equívocos não ocorreriam na lógica “numa linguagem logicamente perfeita (uma ideografia), deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe de fato, um objeto, e que nenhum sinal seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência” (op.cit.), p.76).

Ou seja, para Frege a língua é imperfeita mas pode ser corrigida, pelo menos em se tratando de Ciência. A referência é sempre uma relação da língua com o objeto. E por isso é que se concebermos uma língua completamente perfeita onde todas as referências correspondam aos seus respectivos referentes, no funcionamento da língua não haveria brecha para que ocorressem deslizes, falhas.

Outro estudo relacionado a essa discussão foi desenvolvido por Ducrot (1998), no texto intitulado “*O referente*”. O problema maior para ele sobre essa questão está na dicotomia interior/exterior do referente ao discurso, melhor

dizendo, a questão para ele está em discernir o problema do “referente”. Procura responder à seguinte questão: o referente é exterior ou está inscrito no discurso?

Ducrot ao tratar de enunciados assertivos, diz que o falante de uma língua sempre acredita que *as coisas foram, são ou serão como ele as descreve, instituindo o mundo como seu juiz* (Ducrot, 1998:418). Nesse caso considera que a palavra não significa nela mesma, o seu significado está voltado para o exterior pois o seu valor depende do mundo em que está inserida, podendo estar inserida num mundo real como também num fictício. Isto porque, para ele “a palavra diz respeito a um objeto no exato momento em que, no entanto, o constitui” (ibid).

Ao relacionar essa discussão com atos de linguagem procura descrever o funcionamento da referencialidade em relação a uma ordem ou a um desejo. Nesse caso “a palavra embora declarando-se senhora da realidade, reconhece a realidade como algo que lhe é exterior.” (ibid). “A palavra, ao exigir ser posta em relação com um real que lhe é exterior, impede a concepção desse real como sendo diferente da imagem que dele é dada. A realidade é muda se não for o referente de um discurso e, se o for parece condenada a refleti-lo” (idem, p.421).

Para poder explicar o fato de que mais de uma expressão pode designar um único ser, Ducrot opera com o conceito de sentido elaborado por Frege. Segundo este autor, sentido e referência funcionam diferentemente, o sentido das palavras deixa de coincidir com as coisas por elas designadas. Com isso, Frege procura explicar que, embora duas palavras ou mais tenham sentidos diferentes, elas podem ter uma mesma referência. E, ao introduzir essa idéia de

“sentido” na discussão, permite , ou pelo menos parece permitir, a separação do que é interior e exterior ao discurso. O referente fica fora do plano lingüístico, mas por essa mesma razão o referente acaba por aparecer, ou melhor, indicar pistas pelo sentido que possibilitará localizá-lo.

Mas só isso não é suficiente para solucionar tal problema, pois segundo ele o dilema pode reaparecer no interior do próprio sentido, para isso basta que o sentido cumpra com eficiência a sua função de apresentar o objeto para que a distinção entre sentido e referente torne-se difícil. O autor, considera que a distinção entre sentido e referente, na verdade procura *separar duas zonas de realidade, dois tipos de entidades, umas situadas no interior, outras no exterior da língua e do discurso* (idem, p.426). Essa distinção lingüística é que separa todos os enunciados em duas categorias de expressão, uma destinada a referenciar os objetos e a outra a descrevê-los. As categorias de expressão que referenciam, procuram referenciar o objeto, ou seja, serve como indicativo dos objetos referidos enquanto que as expressões descritivas apenas descrevem o referente do enunciado.

Ducrot considera que aquilo a que nos referimos é, portanto, aquilo de que falamos, e quando dizemos que algo não existe é discorrer sobre ele, e, nesse sentido é colocá-lo em evidência, é fazê-lo existir, sendo que um ser preciso pode ser designado por diversos enunciados.

Para ele as expressões dêiticas, que contêm uma alusão à situação de enunciação, e põem aquilo que é dito em relação ao acontecimento histórico constituído pelo dizer, acabam por ligar o conteúdo da fala “a um mundo exterior

ao discurso, o mundo em que o discurso se realiza (o que não implica, contudo, que se trate da situação efetiva”, “real”, que seria a minha na perspectiva de uma ciência histórica com pretensões objetivas: pois no meu discurso, eu invento a minha própria situação de discurso)” (idem, p.437). Para ele não se reduz a função referencial à designação de objetos. É impossível abordar os problemas da referência a partir de um conhecimento prévio da realidade, do universo, real ou imaginário, ao qual o discurso faz alusão, pois a enunciação, para Ducrot, é irrepetível, e isso o leva a considerar o dizível do acontecimento como sendo sempre único. Ou seja,

“A necessidade que o discurso tem de referir implicaria, portanto, a necessidade de admitir um indizível originado no próprio dizer. A palavra não cessa de projectar um mundo que, diferente dela, não se pode reduzir ao que ela diz dele, mas que, no entanto, fica inacessível a qualquer outra palavra. Um tal mundo é indizível: por um lado, não pode ser esgotado pelo discurso que o revela (caso contrário não seria mundo) mas, por outro lado, nenhum discurso diferente pode revelá-lo melhor” Ducrot, 1988

Nesse estudo Ducrot avança muito em relação às concepções dos lógicos e dos intencionalistas-psicológicos. A nosso ver ele procura mostrar que o referente não é um objeto único, estático no mundo, fora da linguagem, ao contrário o referente é constituído também pela linguagem. A relação do referente com a linguagem, nesse caso, é formada pelas várias designações enunciadas

que constróem o objeto referente, sendo que algumas dessas designações são predominantes.

Já para nós o referente deve ser considerado como uma exterioridade produzida pela linguagem na enunciação, e por isso não se fixa e nem se pode fixar o sentido do referente como se remetesse a algo único, a sua existência só significa no confronto discursivo a partir da enunciação que o designa. É por isso que designações como ISRAEL/PALESTINA podem ter o mesmo referente mas podem também nunca ter o mesmo referente, pois o que regula essa relação é seu funcionamento numa cena enunciativa relacionado com os diferentes lugares de sujeito da enunciação, o que constitui a instabilidade entre o objeto/ser e a linguagem, expondo ambos à diferença. Consideramos a enunciação um acontecimento histórico e a partir disso, sua relação com o interdiscurso, podemos dizer que ela se dá num processo que parte de uma posição de sujeito determinada ideologicamente.

Então, tratar do processo de designação é considerá-lo como acontecimento enunciativo a partir do seu funcionamento, na relação instável entre a linguagem e o objeto. E para nós acontecimento enunciativo é

"(...) um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso".

Guimarães, 1995

Para início de nossa análise, vamos aqui tratar das designações que nomeiam Israel/israelense e Palestina/palestino. Antes, porém, gostaríamos de explicitar a razão que nos levou a essa escolha, uma vez que poderíamos ter optado por outras designações que também referem esses povos do Oriente Médio e que são supostamente mais universais, por serem designações que determinam as nações e suas religiosidades, como é o caso das designações judeus/árabes ou judeus/muçulmanos-islâmicos. Mas nesse caso estaríamos correndo o risco de não atendermos o propósito de nossa análise, pois ao usarmos as designações que generalizam tanto o povo judeu como o árabe, poderíamos considerar que todos os israelenses são judeus, e, aí, nesse caso, estaríamos considerando não só os nascidos em Israel mas também os nascidos em outros países que tenham ou não imigrados para Israel, os judeus de forma geral fazem parte da sociedade israelense (veremos mais tarde, em nossas análises, que essa eventualidade é possível). Mas, em contrapartida, não poderíamos dizer o mesmo em se tratando dos palestinos. Tudo bem que todos os palestinos são considerados árabes, mas nem todos os árabes são considerados palestinos, por ser essa questão determinada por um povo específico e pela localização político-geográfica de uma nação e não, como no caso dos israelenses, em que a determinação da nacionalidade se constitui também pela religiosidade (judaísmo) de um povo.

2 . As designações Israel/Palestina e israelenses/palestinos

Como já dissemos anteriormente, nosso interesse maior neste trabalho é, ao analisar enunciativamente o processo constitutivo dessas designações, levar em consideração os procedimentos que predicam e determinam essas designações que acabam por estabilizar determinados sentidos no discurso da imprensa. Ao fazermos isso, podemos também procurar, a partir da análise enunciativa, compreender a constituição do jogo das formações discursivas em que se produz o discurso jornalístico em relação a Israel/israelense e Palestina/palestino.

Para colocar, de modo direto, a questão, vejamos as expressões que referem Israel e Palestina no nosso corpus, descrito, de modo geral, no capítulo anterior:

2.1 Quadro 01: das designações Israel/Palestina

Quadro das designações	
Israel	Palestina
Terra Prometido do Povo Judeu	Territórios Palestinos
Canaã	Territórios Árabes
Reino de Salomão	Territórios Ocupados
Império	Territórios de Gaza e Cisjordânia
Palestina	Território
Nação	Estado Palestino
Nação Recém-Fundada	Estado
Terra Prometida	Oriente Médio
Estado de Israel	Autoridade Nacional Palestina
Território de Israel	País

Território Israelense	Região
Estado Judeu	Terras árabes
Estado Independente do povo judeu	Estado Independente
Estado do povo judeu e de todos seus cidadãos	Estado Democrático Palestino
Estado	Palestina Britânica
Novo Estado	
País	
Região	
Terra de Israel	
Reino Hebreu	
Oriente Médio	
Palestina Britânica	

Agora, as expressões que referem Israelense(s) e Palestino(s):

2.2 Quadro 02: das designações israelenses/palestinos

Quadro das designações	
Israelense	Palestino
Judeu	Árabe
Israelenses	Palestinos
Judeus	Árabes
Cidadãos árabes	Vizinhos
Judeus/israelenses	Muçulmanos
Israelitas	Quinto vizinho
Hebreus	Inimigos de Israel
Habitantes	Povo originário da península arábica

Cidadão de Israel	Povo da Antigüidade
População israelense	Povo Palestino
Imigrantes	Habitantes
Povo judeu	População palestina
O povo de Deus	Inimigos
Árabes israelenses	Adversários
Os cidadãos árabes de Israel	Vizinhos árabes
Povo normal	Rivais
Vizinhos israelenses	Guerrilheiros
Povo livre	Vítimas do Terrorismo

A observação destes diversos modos de reescreitar⁵ *Israel* e *Palestina*, no primeiro caso, e de *israelenses* e *palestinos*, no segundo, mostram todo um movimento de sentido que vai ressignificando, como veremos à frente, aquilo que constitui a designação destes nomes. Esse ressignificar funciona como efeito produzido na relação entre o processo parafrástico e o polissêmico, ou seja, no conflito do mesmo com o diferente. Isso se mostra de modo significativo se observarmos que estas reescrituras se fazem por estruturas morfossintáticas diferentes. E esta é uma questão que se abordará a seguir.

CAPÍTULO VI

ANÁLISE DAS DESIGNAÇÕES: ISRAEL/PALESTINA

“O nome de um país parece sempre ser um modo de referi-se a ele no momento em que se enuncia algo que lhe diga respeito. Parece que a história que levou ao nome nada mais é no presente. É como se o nome fosse um rótulo. Mas o nome de um país não é um rótulo. Basta, no mínimo, considerar que o nome de um país funciona também como evocador de uma relação de origem para os que ali nasceram”.

Guimarães, 1992

1. Do Nome à História

Para iniciarmos o estudo dessas designações, achamos por bem falar um pouco a respeito da história em que se constituíram os nomes que

⁵ Sobre reescrituração ver Guimarães – *Textualidade e Enunciação* – Escritos – Ver e Dizer n.º 02.

nomeiam tanto o Estado de Israel quanto o do Estado da Palestina. E, já, a partir dessas análises, observaremos que toda designação está determinada sócio-historicamente no e pelo acontecimento enunciativo.

1.1. ... será Israel

A determinação histórica da designação Israel tem sua origem um tanto quanto curiosa. Conta certa passagem bíblica que o neto de Abraão, filho de Isaac, Jacó, durante sua viagem à cidade de Edon, encontraria Esaú, seu irmão. A noite chegara e ele manda suas duas mulheres juntamente com seus filhos atravessarem o rio Jaboque e continuarem a viagem. Jacó, por algum motivo, ficou para trás, sozinho. Quando ninguém mais podia vê-lo ou ouvi-lo, apareceu um soldado que trava uma luta com ele. Essa luta dura toda a noite e quando o dia começa a amanhecer, o soldado, percebendo que não poderia vencê-lo, fere-o na coxa e começa um diálogo com Jacó:

“- Solta-me, pois já está amanhecendo.

*- Não solto enquanto o senhor não me abençoar –
respondeu Jacó.*

²⁷ Aí o homem perguntou:

- Como você se chama?

- Jacó – respondeu ele.

²⁸ Então o homem disse:

- O seu nome não será mais Jacó. Você lutou com Deus e com todos os homens e venceu; por isso o seu nome será Israel”.

Israel⁶ é um nome que vem do hebraico e em seu sentido restrito à etimologia da palavra significa "combatente de Deus", "ele luta com Deus" ou "Deus luta". Funda-se, assim a designação *Israel*, que nomeia primeiramente um homem, Jacó. Só então, depois das conquistas e sagas do povo liderado por este homem, é que o nome Israel passa a designar uma nação, um país. A nomeação do país contém a nomeação de Jacó, com Israel, por Deus. A nomeação do país contém uma enunciação divina.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

1.2. Dos Filisteus à Palestina

Já em relação à designação Palestina, esta resulta de um processo designativo bem diferente. O nome é originário do povo filisteu. Os filisteus conquistaram

"a costa cananéia de Gaza até a região de Jafa, com suas cidades de Gaza, Asquelão, Asdod, Ecrom e Gate, onde se instalaram e organizaram uma espécie de confederação. O Monte Carmelo marcou a linha de separação entre o país dos filisteus e o dos fenícios, ao norte. A partir da sua posição na planície marítima avançaram pouco a pouco para o interior do país, capturando numerosas cidades cananéias, chegando até Beth-shean (Baisam) que domina o vale do rio Jordão. Então o conflito com os israelitas que estavam conquistando Canaã no sentido inverso se torna inevitável. Os filisteus com superioridade nas armas, devido ao conhecimento da técnica siderúrgica, evidenciaram-se como um

*adversário formidável. No primeiro encontro derrotaram os israelitas e capturaram sua arca, ganhando o controle sobre a maior parte de Canaã que será chamada a partir de então “país dos filisteus”,
Palestina”*

Reichert, 1972

A região passa a ser denominada a partir de então de Palestina⁷, que significa “terra dos filisteus”. Ou seja, o nome Palestina, tem sua origem a partir de uma outra enunciação já constituída, a que designou um povo da antigüidade, os filisteus (palestinos).

Vejamos então a distinção entre esses dois processos enunciativos de designação. Se por um lado o nome que nomeia o Estado de Israel (**Israel**) é enunciado num acontecimento cuja memória faz significar o histórico e o religioso, por outro, o nome que nomeia o Estado da Palestina (**Palestina**) é enunciado num acontecimento cuja memória faz significar a história das civilizações da antigüidade. A princípio poderíamos pensar que os nomes que designam esses países, em ambos os casos, foram supostamente determinados pelos fatos históricos e religiosos que cada povo vivenciou no passado.

Dito de outro modo, poderíamos então dizer que as designações são determinadas a partir de um fato histórico ocorrido, e aqui consideramos o histórico na concepção temporal, cronológica. Sendo que essas designações podem sofrer alterações por conta de um novo fato histórico, ou mesmo, por influência de um outro já ocorrido anteriormente. Mas, o que está em jogo nesse

⁶ MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. Ave Maria. São Paulo, 1973. – ISRAEL – do hebreu ‘isra’ ‘el’ = el (Deus) – isra (luta).

caso é o fato de que designar uma nação, um país, é fazer significar uma determinada região do memorável, no acontecimento⁸.

Ou seja, para nós, designar é um processo sócio-histórico-enunciativo (histórico no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência). Podemos assim considerar o memorável de que falamos há pouco como afetado pela memória discursiva, pois esta “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999:56).

Ao enunciar uma designação, não se está só classificando objetos/seres ou simplesmente fazendo uma alusão à história. Em verdade, o ato de designar está diretamente relacionado com a produção de sentido, não sentidos determinados pelo indivíduo, mas sentidos determinados a partir do funcionamento do interdiscurso (memória do dizer), que significam enunciativamente pelos indivíduos ao ocuparem uma posição de sujeito no acontecimento. Assim, os sentidos são efeitos do cruzamento de discursos diversos no acontecimento enunciativo. Mas é nesse funcionamento que se instaura o conflito entre o mesmo e o diferente (paráfrase/polissêmia) constitutivo da linguagem. E nesse mesmo funcionamento é que se mantêm alguns sentidos e silenciam-se outros. Pois segundo Orlandi *o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história*. Ou seja, a significação passa a

⁷ AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Nova Fronteira. R. J., 1997. Palestina, nome derivado de paleset ou pilistim = país dos filisteus.

⁸ Sobre o funcionamento do memorável na designação com nomes próprios ver Guimarães (2000).

ser determinada pelas condições em que os sentidos são produzidos a partir da posição sujeito assumida pelo indivíduo que se encontra interpelado pela ideologia.

É nestes termos que podemos dizer que as designações significam na relação do processo de sua enunciação. Melhor dizendo,

“o processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como confronto de lugares enunciativos que movimenta a língua. Um lugar enunciativo recorta e assim constitui um campo de “objetos”. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se outro campo de “objetos” relativos a um dizer”

Guimarães, 1999

Desse modo os nomes não classificam, eles significam, ou melhor, designar significa redividir o sensível com a relação nome/mundo. Para nós o referente, o objeto/ser designado significa então na prática discursiva do sujeito que

“é dupla e contraditoriamente afetada: por um lado, a interpelação ideológica o conduz a ocupar uma posição enunciativa, portanto, a identificar-se com uma formação discursiva, podendo, assim, retomar ou resistir a rituais sócios-enunciativos já existentes; entretanto, o fato mesmo dele ser levado a ocupar mais de uma posição enunciativa (sendo afetado pelos efeitos de sentidos ideologicamente produzidos em outras situações de interlocução) pode

*produzir o estilhaçamento do ritual de retomada das formas
do dizer”*

(Mariani, 1998)

Assim, as designações têm com o real uma relação instável, onde os sentidos são determinados pelas condições de sua produção, no interdiscurso que cruza diversas posições ocupadas pelo sujeito segundo as formações discursivas das quais falam.

Nos quadros das designações do capítulo anterior, nos quais estão relacionadas as expressões que referem Israel/israelense e Palestina/palestino encontradas no nosso corpus, de saída, uma questão nos chama a atenção: o fato de diferentes designações reescreverem um mesmo país, uma mesma nação.

Já nesse primeiro contato com o material de nossa análise, percebemos variadas construções morfossintáticas das expressões que designam Israel/israelense e Palestina/palestino. Essa diversidade para nós já marca diferenças que significam na constituição da estrutura gramatical das designações desses países, como poderemos observar na análise a seguir. Para uma melhor compreensão dessa análise, vamos desenvolvê-la traçando um paralelo primeiramente entre as expressões que designam Israel (EDI) e expressões que designam Palestina (EDP), e após, um paralelo entre as expressões que designam israelense e palestino.

2. Estrutura morfossintática das designações que reescrevem Israel/Palestina

2.a – nome próprio de pessoa

EDI - Israel

2.b – nome geopolítico + sintagma preposicionado

EDI – Reino de Salomão, Estado de Israel, Território de Israel, Terra de Israel.

EDP – Territórios de Gaza e Cisjordânia.

2.c – nome geopolítico

EDI – Império, Nação, Estado, País, Região.

EDP – Estado, País, Região, Território.

2.d – nome próprio de uma região

EDI – Palestina, Oriente Médio, Canaã, Judéia.

EDP – Palestina, Oriente Médio.

2.e – nome geopolítico + determinante

EDI – Terra Prometida, Nação Recém-Fundada.

EDP –Territórios Ocupados.

2.f – nome geopolítico + sintagma preposicionado

EDI – Terra Prometida dos Judeus, Estado Independente do Povo Judeu, Estado do Povo Judeu e de todos seus cidadãos.

2.g – nome geopolítico + adjetivo pátrio

EDI - Território Israelense, Estado Judeu, Reino Hebreu, Palestina Britânica.

EDP – Territórios Palestinos, Territórios Árabes, Estado Palestino, Palestina Britânica.

2.h – nomes

EDP – Autoridade Nacional Palestina

3. Estrutura morfossintática das designações que reescreveram israelense(s)/palestino(s)

3.a – adjetivo pátrio

EDI – israelense(s), judeu(s), israeleitas, hebreus.

EDP – palestino(s), árabe(s).

3.b – nome genérico

EDI – habitantes, imigrantes.

EDP – habitantes, vizinhos, muçulmanos.

3.c – nome genérico + adjetivo pátrio

EDI – cidadãos árabes, população israelense.

EDP – povo palestino.

3.d – nome genérico + sintagma preposicionado

EDI – Cidadão de Israel.

EDP – inimigos de Israel, povo da antigüidade, povo originário da península arábica.

3.e – numeral + nome genérico

EDP – quinto vizinho.

De modo geral as expressões que reescreturam Israel/israelense, Palestina/palestino são constituídas por uma determinação, e se formam a partir de diversas estruturas. Há designações formadas apenas com o primeiro nome de uma pessoa, como é o caso de **Israel**. Há também caso em que o nome de uma pessoa precedida de uma preposição predica um termo genérico, como em **Reino de Salomão, Estado de Israel, Território de Israel**.

Semelhante a esse caso, só que formado com nome próprio de uma região geográfica, temos a designação **Territórios de Gaza e Cisjordânia**.

Há casos em que os países Israel e Palestina são designados apenas por nomes geopolíticos, é o caso dos nomes **império, nação, estado, região, território**. Também temos nomes próprios de regiões geográficas que designam esses países, é o caso de **Palestina, Canaã e Oriente Médio**.

Outras designações têm sua estrutura morfossintática constituída por um nome geopolítico mais determinante, sendo que essa constituição funciona especificando o país nomeado, como no caso das expressões **Terra Prometida, Nação Recém-Fundada** (para Israel) e **Territórios Ocupados** (para Palestina). Há casos que além de especificar, particulariza o país determinando seus supostos donos através do sintagma preposicionado, podemos observar esse funcionamento nas estruturas **Terra Prometida do Povo Judeu, Estado Independente do Povo Judeu, Estado Judeu e de todos seus cidadãos**.

Outras estruturas são constituídas por um termo genérico mais um adjetivo gentilício, nesse caso o adjetivo tem uma relação de determinação que funciona especificando a nacionalidade de um povo, é o caso das designações **Território Israelense, Territórios Palestinos, Territórios Árabes, Estado Judeu, Estado Palestino, Reino Hebreu.**

Em relação à estrutura morfossintática das designações que se referem a israelense e palestino, o uso do adjetivo pátrio predomina na constituição dessas estruturas. Há casos em que só os adjetivos são usados para designar esses povos, como em **israelense(s), palestino(s), árabes, israeleitas, hebreus.** Mas temos também casos que tanto os israelenses como os palestinos são designados por termos genéricos, de uso universal, como em **habitantes, imigrantes e vizinhos.**

Há casos em que são usados nomes que particularizam a religião que predomina entre esses povos como **judeus**, termo usado para nomear os seguidores do judaísmo (israelenses), e **muçulmanos**, termo usado para nomear os seguidores do islamismo (palestinos).

Nas estruturas constituídas por nome genérico mais adjetivo gentilício, podemos observar que esse adjetivo funciona como determinante do termo genérico como em **cidadãos árabes, população israelense e povo palestino.**

Um outro grupo de designações que também encontramos é constituído por um nome genérico mais sintagma preposicionado que predica o

nome genérico como **cidadão de Israel, inimigos de Israel, povo da antigüidade, povo originário da península arábica.**

A expressão **quinto vizinho** usada para designar os palestinos é um caso que foge totalmente do padrão da estrutura morfossintática até agora apresentada no processo de designação de um povo, nesse caso, o do uso de um numeral mais um nome genérico significa a presença de um vizinho a mais em relação aos já existentes e considerados, e não é o caso de uma simples enumeração que Israel faz dos seus vizinhos de fronteira territorial, o quinto vizinho é posto na relação com Israel como o excesso. E ao enunciar esse excesso enuncia e afirma também o político do povo palestino.

Bem, agora resta-nos saber o que essas diferenças da constituição da estrutura morfossintática estão significando. Para responder a essa questão precisamos examinar mais detalhadamente o funcionamento semântico-enunciativo dessas designações. É o que faremos a seguir.

3 - Funcionamento semântico-enunciativo

3.1. Funcionamento semântico-enunciativo Israel/Palestina

Designar um país, a princípio produz o efeito de estarmos redividindo o mundo, significa identificar um povo (sua nacionalidade), bem como particularizar o espaço territorial (limite geográfico) pertencente a este povo. Aqui designar um país é mostrar-se único em relação aos demais. Ou seja, o processo

de designação de um país se apresenta como se estivesse delimitando um espaço territorial de um povo, e, com isso, garantindo a existência de um país para sua própria nação, como também para as demais. Diríamos mais, designar um país seria possibilitar o direito de exercer a “cidadania” de um povo.

Assim, parece-nos, então, que o processo designativo de um país funciona como um mecanismo de controle, o homem só pode participar e inserir-se politicamente na aldeia global a partir da cidadania conquistada em função da existência de fato e de direito de seu país. E isso só é possível no processo designativo pelo efeito do *funcionamento do nome próprio*⁹ de um país, pois esse efeito produz a ilusão de unicidade que estabiliza a identificação da nacionalidade político-geográfica de um povo. É como se um país para ser considerado como tal precisasse antes de mais nada ter uma determinada região designada e reconhecida juridicamente por outros países. Ser país, ser nação, seria então ser o outro reconhecido pelos outros a partir da sua nomeação.

É nosso interesse daqui para frente abordar com mais ênfase, em nossas análises, o funcionamento enunciativo do processo designativo, o qual busca identificar e particularizar um povo, um país. Como diz Rancière, não se trata de *classificar um objeto ao nomeá-lo, mas sim o de fazê-lo significar*.

Começaríamos por dizer que a “escolha” da designação de um país não se dá pela simples vontade ou desejo de um povo, muito menos, como pode-se pensar, pela imposição ou determinação de um grande líder de uma nação.

⁹ Sobre a questão *nome próprio*, ver o texto - “Enunciação e Processos de Designação” – Guimarães, 1994. Texto apresentado para os pesquisadores do projeto “O Sentido Público no Espaço Urbano” - UNICAMP.

Para nós o processo designativo é entendido como um processo socio-histórico, e por ser histórica a relação de designação, segundo Guimarães, é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença. E nesse sentido, o objeto referido é constituído no interdiscurso, isto é, ele significa na relação discursiva. Desse modo, o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo. *"Ou seja, a unidade de sentido de uma enunciação é um efeito do modo de presença de posições de sujeito no acontecimento enunciativo. É um efeito do que podemos chamar de dispersão do sujeito, constitutiva do funcionamento da linguagem. Desse modo aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeitos do interdiscurso no acontecimento"* (Guimarães, 1995:68).

Dito isso, vamos a partir de então, analisar o funcionamento semântico-enunciativo das expressões que designam Israel e Palestina encontradas no corpus.

No caso do nome **Israel**, um nome próprio de pessoa é usado para designar um país, a enunciação que o nomeia retoma a enunciação que designou uma pessoa com esse nome. Lembremos que o nome **Israel** é aqui o nome concedido por Deus a Jacó, um dos patriarcas do povo judeu. Desse modo, o nome enuncia não só a identificação de um indivíduo na sociedade, como também enuncia a história específica de um homem. A história do homem escolhido por Deus para conduzir seu povo. Vejam que nesse caso nomear Jacó com o nome **Israel** não é simplesmente identificar e incluir uma pessoa na sociedade,

obrigação esta estabelecida por lei pelo Estado. A enunciação desse nome significa evidenciar toda uma mística religiosa de um povo que se dá a partir da enunciação que se funda com o diálogo de Deus com um homem comum, um ser mortal.

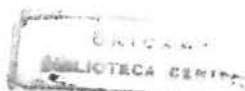
As designações constituídas pela estrutura de um nome geopolítico mais sintagma preposicionado funcionam enunciativamente particularizando, nesse caso, um país. Vejamos que a designação **Reino de Salomão** está funcionando como um nome que se enuncia a partir da enunciação que particularizou um reino e da que nomeou uma pessoa. Novamente, nesse caso, temos um funcionamento semântico-enunciativo semelhante ao anterior em se tratando do nome Salomão, pois esse nome foi o que nomeou uma pessoa, sendo que esta pessoa tornou-se um grande rei do povo judeu na história antiga desse povo. E por isso esse nome foi legado a um dos reinos do povo judeu. É importante que observemos ainda que o povo judeu teve vários reis e reinos, mas nem todos nomearam um reino. Vejam que só o fato da pessoa ser um rei não basta para ter seu nome designando um reino, o rei deve ser tomado como memorável que a memória discursiva faz significar. Diríamos então que a enunciação que nomeia o *Estado de Israel* de *Reino de Salomão* enuncia também o discurso de origem e das conquistas do país e de seu povo.

Estado de Israel e **Território de Israel** são também expressões que designam Israel. Nesse caso essas designações trazem a enunciação que nomeou um Estado e um Território de Israel, e isso não quer dizer que alguém chamado Israel (uma pessoa) tenha um Estado ou um Território, pois aqui Israel

não enuncia o nome de uma pessoa, Israel está enunciando uma nação, e não é o caso de apagar a enunciação que nomeou uma pessoa de Israel, é considerar esse nome na interdiscursividade que o constitui enquanto nome, pois as designações significam na sua discursividade a partir das condições de produção de sua enunciação. E é por isso que a designação é uma relação instável entre a linguagem e o ser, em que os sentidos são determinados a partir da posição de sujeito.

Territórios de Gaza e Cisjordânia por um lado, é uma designação que difere das anteriores. O funcionamento semântico-enunciativo dessa designação enquanto nome da Palestina, se dá a partir da enunciação que nomeou e particularizou duas regiões, no caso Gaza e Cisjordânia. É importante que observemos que essas designações ao serem enunciadas como Palestina passam a ser ao invés de duas regiões distintas, apenas uma, a Palestina. O funcionamento enunciativo dessa designação faz com que se constitua a unicidade do País Palestina. Vejam que o sentido de unicidade funciona como requisito constitutivo de um país. Mas é interessante notar como a construção desta unidade pela conjunção de Gaza e Cisjordânia, significa esta unidade como composta de partes.

Considerando o caso em que o país é designado por um nome geopolítico, a enunciação que nomeia o país com esses nomes funciona retomando a enunciação que determinou esses termos. É nesse caso o funcionamento da memória discursiva, que faz retornar o já dito em outro lugar. Essas designações são determinadas enunciativamente pela força da linguagem



como uma relação de força/poder. Diríamos que enunciar “**império**” é estabelecer um conflito dessa designação em relação a outra, dito de outra forma, designar **império, país, estado, território, região** é considerar a estabilidade de uma designação na própria relação de instabilidade provocada pelo conflito constituído na sua interdiscursividade, ou seja, nas contradições próprias do dizível. Designar um país de império é enunciá-lo como mais (de poder/força) que um país, que um estado, que um território, que uma região mas também é enunciá-lo como um país, um estado, um território uma região. Designar um país de Território é enunciar um ser como menos (de poder/força) que um império, um país, um estado. Mas também o poder vir a ser um império, um país, um estado, uma região. É essa relação instável entre linguagem/ser que constitui o jogo da diferença. É na enunciação que a relação força/poder dessas designações passa a significar. Estas diferenças estão dizendo uma diferença entre Israel e Palestina, como podemos observar no quadro - 1 (ver antes), Israel pode ser reescriturado por todos esses nomes enquanto que Palestina não. A reescrituração império, a que marca como carga semântica a relação de ser mais, não é usada para designar Palestina.

No caso das designações dos países – Israel/Palestina – com o nome próprio de uma região, a enunciação que os designa retoma as enunciações que nomearam essas regiões e a partir dessas inclui as enunciações que enunciam parte da história da nação israelense e da nação palestina, bem como da história geral.

É interessante que observemos que os nomes **Palestina, Oriente Médio e Palestina Britânica** podem tanto designar Israel como Palestina. Mas o nome **Canaã** só designa Israel. Isso leva-nos a considerar o fato de que o funcionamento enunciativo dessa designação se dá a partir de uma tomada de posição particular. A enunciação que nomeia Israel de Canaã retoma a enunciação que nomeou Canaã uma região. Vale lembrar aqui que essa região fora habitada pelos israelenses no passado e isso faz enunciar não só a já presença de israelenses nessa região no passado, mas também a indicação possível de serem eles os primeiros donos da região. É importante ressaltar que esse funcionamento acaba por apagar a enunciação original que designou a região Canaã¹⁰, “país da púrpura”. Isto porque, a atividade predominante dos antigos habitantes dessa região era a fabricação da púrpura e da tinturaria com a púrpura. Por isso designou-se a região Canaã.

Voltemos ao caso da designação **Palestina**. Como pudemos observar no início desse capítulo, a enunciação que funda o nome Palestina é enunciada da posição da história palestina a partir da enunciação que nomeou um povo. Ou seja, nesse caso a região é designada de Palestina a partir da enunciação que nomeou o povo que a habitava, os filisteus.

Já no caso da enunciação que designou Israel de **Palestina**, esta é enunciada da posição histórico-religioso, e por isso Palestina passa a significar a região que vivenciou parte da história do povo escolhido por Deus, os judeus,

¹⁰ REICHERT, Rolf. História da Palestina: dos primórdios aos nossos dias. Herder. São Paulo, 1972. “Os nomes Canaã e Fenícia possuem o mesmo significado, a saber, “país da púrpura” (do huriano kannaggi, do grego phoinix respectivamente)”.

como também a história de Jesus Cristo. Segundo a crença do cristianismo, seria este homem o filho de Deus. E isso nos traz um outro aspecto importante a ser observado, o fato de que o cristianismo no Ocidente tem como fundamentação filosófica o Velho Testamento, livro que narra a história do povo judeu, apesar dos judeus seguirem o judaísmo como religião.

A outra enunciação que designa Israel e Palestina, a **Palestina Britânica**, é enunciada da posição da ocupação inglesa. Essa enunciação remete a uma outra, a que enuncia que a região foi colônia britânica desde o final da primeira guerra mundial. E isso inclui nessa enunciação o fato de que a região era uma região britânica no Oriente que retoma a enunciação que determinou a Inglaterra suposta dona da Palestina. Ou seja, Palestina Britânica enuncia desse modo que a região não pertencia nem aos israelenses e nem aos palestinos, pois esta era uma região pertencente à Inglaterra.

No caso da expressão **Oriente Médio**, enunciada para nomear Israel e Palestina, observa-se ainda a enunciação que nomeou uma região geográfica na Ásia de Oriente Médio. E que nessa região encontram-se, além de outros países, o Estado de Israel e o Estado da Palestina. E nesse sentido essa enunciação enuncia Israel e Palestina, não se trata nesse caso de designar Israel/Palestina separadamente. Oriente Médio designa os dois países ao mesmo tempo, tomando-os como parte constitutiva da região, o que não ocorre com as outras três expressões.

Segundo Guimarães é nessa interdiscursividade, que movimenta a enunciação, em que os discursos se entrecruzam, que a materialidade do

referente se constitui. Isso nos leva a considerar o jogo do acontecimento enunciativo que faz com que uma designação signifique o mesmo como também o diferente. Sendo que esse deslocamento de sentido acontece a partir das condições de produção do sujeito no acontecimento, ou seja, no confronto de posições de sujeito que movimentam a língua.

No caso de designar os países com um nome geopolítico mais um determinante, a enunciação que designa esses países retoma outras enunciações. Em **Terra Prometida**, o nome retoma a enunciação que qualificou de prometido um lugar; em **Nação Recém-Fundada**, inclui a enunciação que determinou cronologicamente a fundação de um país; e no caso de **Territórios Ocupados**, esta reporta à enunciação que designou como ocupados esses lugares (Gaza e Cisjordânia).

As enunciações das designações constituídas por um nome geopolítico mais um sintagma preposicionado, expressões descritivas, parece-nos que intencionam nomear Israel e Palestina a partir do sentido etimológico do sintagma que determina o nome genérico, procurando dessa forma fazê-los representar por uma decisão definidora. Esses nomes funcionam como enunciações de descrições definidas, mas não são descrições, são na verdade, determinações. Pois essas enunciações são tomadas como nomeações. E isso inclui no próprio nome as determinações das enunciações descritivas.

Terra Prometida do Povo Judeu tem o mesmo funcionamento enunciativo do item anterior, Terra Prometida e do Povo Judeu também, só que aqui, do Povo Judeu predica Terra Prometida, que especifica o povo de um lugar

determinado. Nesse caso o funcionamento enunciativo da nomeação se dá a partir de duas posições discursivas, a religiosa e a do nacionalismo. O mesmo ocorre com as outras duas designações. No caso da expressão **Estado Independente do Povo Judeu**, a enunciação evidencia o cruzamento das posições do discurso político com o discurso nacionalista-religioso, que nomeia e determina uma região, sendo que do Povo Judeu funciona como determinante que particulariza um Estado independente, na medida em que temos diversos estados independentes.

Já no caso da expressão **Estado do Povo Judeu e de Todos seus Cidadãos**, a enunciação dessa designação enuncia a partir de outras enunciações o fato de que o povo judeu tem um Estado, só que nesse caso, enuncia também que esse Estado do povo judeu não pertence igualmente a todos os cidadãos que ali nasceram, ou melhor, o povo judeu é considerado como um cidadão que difere dos demais cidadãos de Israel.

O funcionamento semântico-enunciativo das designações formadas por nomes geopolíticos mais adjetivos pátrios, no caso **Território Israelense, Estado Judeu, Reino Hebreu, Palestina Britânica, Territórios Palestinos, Territórios Árabes, Estado Palestino, Palestina Britânica**, tem uma certa regularidade enunciativa. A enunciação que designa o país, nesse caso, retoma a enunciação que determinou a nacionalidade de um povo e a que particularizou um povo como suposto dono de uma região.

A enunciação da designação **Palestina Britânica**, retoma ainda uma outra, a que nomeou uma região de Palestina, não se trata do nome de um país nem de um nome genérico, embora esteja funcionando como se fosse. Pois aqui

continua nomeando uma região específica, sendo que o adjetivo pátrio funciona como determinante do povo a quem pertencia a região. É importante ressaltar que nesse caso ser dono de uma região não está ligado necessariamente ao fato de habitar a região com esse povo, mas sim ao fato desse povo administrar política e economicamente a região, no caso os ingleses.

Um caso atípico apresentado no corpus é o da enunciação que designou a Palestina de **Autoridade Nacional Palestina**, pois esta enunciação, ao mesmo tempo que enuncia a existência de uma área do Estado da Palestina sob jurisdição desse órgão, enuncia também a negação desse país constituído de fato e de direito. Vejam que essa enunciação retoma a enunciação que nomeou o lugar, a que o qualificou como nação e a que autorizou a autonomia política a esse lugar, e ao delegar essa autonomia a um órgão em particular nega-se a independência que o constituiria um país de fato e de direito. É importante que observemos o funcionamento enunciativo dessas designações pois é neste funcionamento que o dizível da intertextualidade significa o dito, o explícito, como também o não dito, o silenciado¹¹. Ou seja, é explicitando a igualdade que a diferença aparece.

3.2. Funcionamento semântico-enunciativo israelenses/palestinos

¹¹ Sobre o silêncio como constitutivo do sentido ver Orlandi (1997).

Em relação ao processo semântico-enunciativo das expressões que designam israelense(s) e palestino(s), a nosso ver, seu funcionamento procura descrever esses povos em relação a uma determinação geográfica e nacionalista.

No caso da enunciação que designou esses povos, **israelense(s)** e **palestino(s)**, essa enunciação se dá a partir da enunciação que nomeou Jacó, Israel, e a que determinou uma região, Palestina, e são enunciadas em ambos os casos. Esta relação entre enunciações se faz da posição do discurso fundador¹² da nacionalidade. Essas designações funcionam enunciativamente determinando os povos desses países, ou seja, israelense(s) e palestino(s) enunciam a nacionalidade desses povos. Outro aspecto interessante a se observar, é o de que ao enunciar essas designações enuncia-se também a determinação constitutiva dos dois países, a sua representação, não apenas do espaço geográfico, mas do povo que o representa, que o constitui.

Semelhante a este caso há as designações **judeus** (israelenses) e **árabes** (palestinos) sendo que estas estendem a noção de nacionalidade restrita apenas a um povo específico de um determinado país. Aqui, essas designações enunciam as enunciações que nomearam esses povos, israelense(s) e Palestino(s), mas com um detalhe a mais, pois aqui, judeus/árabes não se reduzem a cidadãos de Israel e da Palestina, e sim a toda nação judaica e árabe, no caso, os povos que fazem parte dessas nações. É importante que observemos que a nação judaica se constitui por um elo de religiosidade, enquanto que a

¹² Sobre discurso fundador ver Orlandi (1993).

nação árabe é constituída pelos países que têm em comum a cultura de um povo específico (os árabes), em especial o idioma árabe – arabófonos.

Diríamos que o funcionamento enunciativo da designação **judeus** tem uma especificidade que de certo modo difere da designação **muçulmanos**, mesmo estando as duas designações relacionadas à questão religiosa, em particular, de cada povo. Isto porque, no caso da designação **judeus**, observa-se que esta enuncia, como já dissemos, a religiosidade de um povo em particular (judaísmo), mas também constitui a nacionalidade desse povo, e aqui no sentido de nação/estado, uma vez que Estado Judeu é de certo modo paráfrase de Estado de Israel. A enunciação que designa os israelenses de judeus enuncia-se então a religiosidade como também da nacionalidade de um povo. Ou seja, enuncia-se da posição do discurso religioso-nacionalista judeu. Esse mesmo funcionamento enunciativo que desloca o sentido da posição da religiosidade para a posição nacionalista (nação/estado) não ocorre com a designação **muçulmanos**, pois esta enuncia apenas a religiosidade de um povo, a paráfrase Estado Muçulmano/Estado Palestino nesse caso não se constitui. A enunciação que designa os palestinos, muçulmanos, retoma a enunciação que particularizou os indivíduos crentes numa determinada religião (islamismo). Nesse momento, cabe-nos aqui uma indagação em relação a essas designações. Se as duas designações referem-se a questão religiosa, por que então, apenas uma, a “judeus”, enuncia a nacionalidade de um povo? Esperamos encontrar resposta a esta questão quando da análise das determinações dessas designações, no próximo capítulo.

Há casos em que israelenses e palestinos são designados por nomes genéricos, **habitantes**, **imigrantes**, **vizinhos**. O nome **habitantes**, usado para designar tanto israelenses como palestinos funciona enunciativamente a partir da carga semântica institucionalizada desses nomes, assegurando de certa maneira uma das condições básicas de existência de um país, a dele ser habitado. E é bom que se diga que habitantes aqui enuncia, também, a administração política e econômica de Israel pelos seus habitantes, o que não ocorre ao ser usada para designar palestinos.

Já no caso da designação **imigrantes** enunciada para nomear os israelenses, é importante notar que esta enunciação retoma a enunciação que enunciou a história da diáspora do povo judeu. E aí é interessante que observemos que a designação, mesmo sendo um nome genérico, de uso universal, significa na sua enunciação a partir da sua interdiscursividade constitutiva. É nesse acontecimento que o seu sentido se determina.

Vejamos agora o funcionamento enunciativo das expressões **vizinhos**, **quinto vizinho** e **inimigos de Israel**, usadas para designar palestino(s). Nesses casos, as enunciações se dão a partir da evidência do apagamento da nomeação que especifica esse povo. Mas esse efeito de apagamento trazido pelo intradiscurso não nega a existência de um outro povo na região. A nosso ver, designar palestinos **quinto vizinho** é significar na sua enunciação a presença de um povo a mais na região, pode-se dizer que essa expressão silencia a nacionalidade desse povo, mas é exatamente negando essa nacionalidade que

ela se constitui como identidade que individualiza os palestinos no lugar do outro, dos inimigos.

No caso das designações com nome genérico mais adjetivo pátrio como em **cidadãos árabes, população israelense e povo palestino**, essas funcionam enunciativamente de formas diferenciadas. A enunciação que designa israelense(s) cidadãos árabes se dá a partir da enunciação que enunciou uma diferença entre os cidadãos de Israel. Vejam que aqui essa designação enuncia de certa forma que a sociedade israelense também é constituída por árabes, e ao enunciar isso evidencia que nessa sociedade há diferença de direitos constitutivos da cidadania israelense. Nesse caso é bom que observemos que o sentido do senso comum de cidadania – os nascidos em um mesmo país têm direitos iguais – é deslocado, pois aqui, o sentido de cidadania israelense está relacionado à religiosidade. Para ser considerado um cidadão israelense, é preciso que o indivíduo seja judeu, não basta a ele ter nascido em Israel, tem que ser antes de tudo um seguidor do judaísmo. Dito de outro modo, o nascimento em território israelense não dá garantia de cidadania israelense, o indivíduo para ser considerado cidadão israelense tem que ser judeu, não importando o país em que tenha nascido. Pode-se observar esse deslocamento de sentido a partir do enunciado a seguir:

*“Não pode haver um estado judeu, **ele precisa ser o Estado do povo judeu e de todos seus cidadãos, o que significa que os árabes israelenses terão opção de ser cidadãos totais, com todos os direitos e deveres.**”* (texto 29).

Em **população israelense**, essa enunciação retoma a enunciação que nomeou os israelenses como sendo o povo de Israel e da enunciação que nomeou Israel um país, esta por sua vez inclui a enunciação que particularizou as pessoas que habitam esse país.

A enunciação que nomeia os palestinos de **povo palestino** se dá a partir da enunciação que determinou um povo como o representante de uma determinada nação. É importante atentarmos para o fato de que em *população israelense* enuncia-se não só a particularidade de uma nação mas também que essa nação é a população de um determinado país (Israel), enquanto que em povo palestino particulariza um povo, sem no entanto enunciar a determinação geográfica em que se encontra esse povo. Isto é, esse funcionamento enunciativo acaba por silenciar¹³ a determinação geográfica, ou seja, não deixa significar o país do povo palestino sem no entanto excluir a nacionalidade palestina.

O funcionamento semântico-enunciativo da designação **cidadão de Israel** usada para nomear israelenses, se dá a partir da enunciação que fez significar a cidadania de um indivíduo em particular enunciada pela enunciação que nomeou um país de Israel, e nesse processo enunciativo especifica-se um cidadão em relação a outro como o cidadão do Estado de Israel e não de outro Estado qualquer. Ou seja, enunciar cidadão em relação a um país é enunciar a população desse país.

Em **povo da antigüidade** e **povo originário da Península Arábica**, usadas para designar palestinos, o processo dessas nomeações se assemelham.

A enunciação que nomeia os palestinos nesses casos são dadas a partir da enunciação que nomeou um povo da História Antiga, com isso enuncia, no primeiro caso, a determinação temporal de existência do povo palestino. Já no segundo caso, enuncia-se a região de origem dos palestinos, ou seja, retoma a enunciação que determinou os palestinos como um povo nativo dessa região (Península Arábica).

4 – Um rápido balanço

Como vimos, de modo geral, ao designar um país, um povo, não se está apenas classificando uma região geograficamente em relação a outras, como também não se está só fazendo uma alusão a um povo em específico, não é o caso de etiquetar regiões e povos no mundo. Em verdade designar é fazer significar, é produzir sentido, pois o que funciona no processo de designação são os sentidos produzidos a partir das relações enunciativas e discursivas. Estas constitutivas da interdiscursividade, da memória discursiva. Não se trata então do ato de individualizar as coisas no/do mundo.

Assim designar um país é revitalizar a memória, o pré-construído, o já dito em outro lugar que afeta o sujeito da enunciação. Mas, considerando esta reflexão poderíamos perguntar o seguinte: o que regula, se é que regula, o uso de umas e não de outras expressões para designar esses países? E, o que elas significam, na sua discursividade?

¹³ Tratamos a noção de silêncio conforme Orlandi em - *As formas do Silêncio* - Unicamp.

A nosso ver, no funcionamento semântico-discursivo das expressões que designam esses países e seus povos há uma especificidade que se constitui sempre a partir da *História em que o nome se dá como nome* (Guimarães,1992:16). Isso nos leva a considerar três aspectos importantes e fundamentais na relação língua/nome/povo/país. O primeiro, o de considerar um espaço físico, melhor dizendo, uma região geográfica como condição necessária na constituição da cidadania de um povo. Não é o caso de estar simplesmente vivendo numa determinada região, é muito mais que isso, é considerar o fato de que viver numa região é ter a sua posse, é ser o seu dono. Consequentemente essa relação acaba por produzir a ilusão de autonomia administrativa política e econômica da região pelos seus habitantes. É, então, o caso de ser não só povo, mas também de considerá-lo como população reconhecida pelo direito de cidadania de um Estado.

O outro aspecto que consideramos relevante em relação à necessidade dos povos se apresentarem como outros, e nesse sentido, o outro é o todo, pois esse outro não se apresenta como parter, muito pelo contrário, apresenta-se como unidade constitutiva da nacionalidade de um povo. E isso traz um questionamento aqui: por que a afirmação de ser parte se constitui como todo?

O terceiro aspecto que nos chama atenção em função do uso do nome **Palestina** e das expressões **Estado Judeu** e **cidadãos árabes** para designar Israel e israelenses, para nós esse deslize designativo por si só já indica uma diferença no processo de designação, pois não há, pelo menos em nosso

corpus, esse processo funcionando de modo invertido, ou seja, o uso de designações “normalmente” usadas para israelenses designando palestinos. A única expressão usada para designar palestinos com um termo de uso comum aos israelenses foi **inimigos de Israel**. Note-se que esse caso difere por completo dos outros dois, isto porque, designa-se Palestina e palestinos pelas designações usadas também para designar Israel, “*Palestina*”, e israelenses, “*cidadãos árabes*”, mas não se usa a expressão “*inimigos de Israel*” para designar o povo de Israel.

Em relação a construção morfossintática da expressão **Estado Judeu**, estrutura formada por um termo genérico (estado) mais um adjetivo (judeu) pode também ser usada para designar a Palestina. Como exemplo, temos Estado Palestino, mas o que nos interessa aqui, é o fato de que, para designar a Palestina, a liberdade quando do uso de adjetivos, é mais restrita do que para Israel. Não podemos, por exemplo, designar o Estado Palestino pela construção morfossintática de um termo genérico mais um determinante com traço religioso, que estabelece uma determinação religiosa (Estado Muçulmano/Islâmico), já para designar Israel essa construção é válida e aparece no corpus (Estado Judeu). Essa diferença, mostra que uma mesma estrutura morfossintática funciona e significa diferentemente num caso e noutro.

São estas e outras diferenças, como pudemos ver acima, que marcam tanto o funcionamento morfossintático como o semântico-enunciativo das designações. Resta-nos agora perguntar, o que essas diferenças estão significando no discurso jornalístico?

Para isso vamos avançar na comparação entre os modos de designar **Israel** de um lado e **Palestina** de outro. É o que será feito seguir.

5 – As determinações na constituição das designações

Como já pudemos observar, nomear uma nação, um país é fazer significar uma determinada região do memorável. Mas, é importante que atentemos para o fato de que o nome de um país pode ser, num texto, reescriturado por diversas formas morfossintáticas e a cada modo de reescreitar, no nosso caso, Israel e Palestina, o sentido se ressignifica.

Não estamos dizendo com isso que o sentido na enunciação surge num aqui/agora, a partir do acontecimento, momento em que a enunciação se dá enquanto enunciação. Isto porque entendemos o sentido no acontecimento de enunciação na relação com a interdiscursividade que, ao afetar a língua, traz consigo os sentidos construídos na história em que esses nomes se deram como nome. Ou seja, “a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Desse modo a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos” (Guimarães, 1999: 04).

Com o objetivo de compreender os sentidos que se constroem a partir das reescrituras, vamos analisar o funcionamento enunciativo das determinações na constituição dessas designações. Inicialmente analisaremos as expressões que reescrevem o nome **Israel**. Para tanto vamos nos valer do texto **“Da busca da Terra Prometida até a ... difícil conquista da paz na região”** (texto 06: p.02). De certo modo poderíamos dizer que este seja, após a primeira página do Caderno Especial, o texto de entrada sobre a questão. Esse texto foi escrito por Avihai Shviti, professor de Estudos Semíticos na Universidade de Cambridge (Reino Unido), no qual o autor procura sintetizar a história da criação de Israel. Como vimos na descrição inicial do corpus. Outra informação importante em relação a este texto se dá pelo fato de aparecer em seu corpo quase todas as expressões que designam Israel contida no Caderno Especial.

Em seguida analisaremos o funcionamento enunciativo das determinações na constituição das expressões que reescrevem o nome **Palestina**, estas retiradas do texto **“Casas já ostentam símbolos nacionais”** (texto 11: p.04). Este texto foi escrito pelo enviado especial ao Oriente Médio da Folha de São Paulo, jornalista Jaime Spitzcovsky. Como também já vimos no capítulo da descrição do corpus.

Uma vez tendo como objeto para nossa análise os textos citados acima, procuraremos, para uma maior visibilidade dessa análise, trazer à reflexão a relação discurso /texto proposta por Orlandi e Guimarães.

“Na relação com o discurso, o texto não é uma unidade de sua construção. A unidade de construção do discurso é o

*enunciado, “mas deve ser (o enunciado) referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso” (Orlandi e Guimarães, 1986). O enunciado, unidade do discurso, é enunciado por aparecer em um texto. Mas como unidade do discurso, os enunciados podem marcar diferentes posições do sujeito no texto. E os textos podem ser formados de enunciados de discursos diferentes. Assim um enunciado em um texto é um correlato de um **recorte**¹⁴ discursivo no texto. E deste modo o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos” (Guimarães, 1987)*

Sendo esses textos publicados em jornais, também entendemos ser pertinente retomar a discussão do capítulo III, “A Instituição Jornal”, para explicitar como estamos pensando o funcionamento do discurso jornalístico.

*“Do nosso ponto de vista, o discurso jornalístico, sobretudo na sua forma de reportagens, funciona como uma modalidade de **discurso sobre**¹⁵, pois coloca o mundo como objeto. A imprensa não é o ‘mundo’, mas falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem ‘conectados’ interdiscursivamente a um ‘já-lá’ dos assuntos em pauta. E essa interdiscursividade pode ser construída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo. É por aí nossa compreensão do discurso jornalístico ter como característica atuar na institucionalização social de*

¹⁴ “A noção de recorte é a que se apresenta em Orlandi (1983 e 1984).” In Guimarães, 1987.

¹⁵ Sobre – discurso sobre – ver Mariani em *O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1992-1989*. Editora Revan/Unicamp, 1998.

*sentidos. E com isso estamos afirmando, em decorrência,
que o discurso jornalístico contribui na constituição do
imaginário social e na cristalização da memória do passado,
bem como na construção da memória do futuro”*
(Mariani, 1998)

5.1. – Designações que referem Israel

Consideremos o texto a seguir:

*DA BUSCA DA **TERRA PROMETIDA** ATÉ A ...
... DIFÍCIL CONQUISTA DA PAZ NA REGIÃO*

Avihai Shivtiel - (especial para a folha)

*“Após o Holocausto levado a cabo pelo nazismo no século 20, ficou claro que o ódio anti-semita havia conduzido os judeus à beira da destruição total; **Israel** então passou a ser considerado o único porto seguro no mundo”*

*Nenhuma nação viva no mundo pode identificar seus antepassados com precisão. Os judeus/israelenses não constituem exceção. Mas, se interpretarmos o Velho testamento não apenas como um livro que contém fatos históricos, os judeus podem ser a única nação do mundo a ter sua genealogia bem registrada. A Bíblia nos fala de uma pessoa conhecida como Abraão, o Hebreu, que, obedecendo ao comando de Deus, deixou a Mesopotâmia e se estabeleceu em **Canaã**, que, desde então passou a ser a **Terra Prometida dos judeus**.*

*Abraão teve vários filhos, mas a Bíblia fala de dois: Isaac e Ismael, dos quais descendem respectivamente os judeus e os árabes. A Bíblia também nos conta que o neto de Abraão, Jacó, e os filhos deste, mudaram-se para o Egito e se tornaram escravos dos egípcios, tendo deixado o Egito após 400 anos para retornarem à **Terra Prometida**. O percurso até a **Palestina** levou 40 anos, tempo necessário para Moisés, seu líder,*

formar seu caráter enquanto povo livre, disposto a lutar para recuperar **Canaã** e a obedecer às leis de Deus.

Os israelitas conquistaram **Canaã** e se estabeleceram nas margens do rio Jordão e, depois da morte do sucessor de Moisés, Josué, que os levou à **Palestina**, foram governados por “juizes”. Mas em pouco tempo os israelitas, desejando ser iguais às outras nações, começaram a querer um rei, e assim seu sacerdote, Samuel, foi obrigado a ceder e nomeou Saul. David, que o sucedeu, expandiu as fronteiras de **Israel**, e seu filho Salomão consolidou a monarquia, reinando sobre um **império** que se estendia do Egito à Mesopotâmia.

Depois do reino de Salomão, o **país** dividiu-se em dois reinos pequenos e fracos, **Israel** e **Judéia**. Ambos caíram nas mãos dos babilônios, que destruíram Jerusalém e expulsaram os judeus, espalhando-os por seu vasto império. Mas, quando foram derrotados pelos persas, estes permitiram o retorno dos judeus à **Palestina**. Mais tarde, os persas foram derrotados pelos gregos, que conquistaram a **Palestina**, e posteriormente foram seguidos pelos romanos.

O regime romano foi um governo duro e cruel, que infligiu aos judeus uma série de desastres — primeiro ao levar alguns judeus a se tornarem cada vez mais fanáticos, culminando na queda de Massada e na repressão à revolta, e, segundo, ao crucificar Jesus Cristo, num ato atribuído aos judeus, que por isso sofreram perseguições por quase dois milênios.

Todas as perseguições cometidas pela Inquisição na Idade Média, os “pogroms” (massacres organizados de judeus) na Europa Oriental os libelos de sangue e até mesmo o Holocausto, em nosso século, estiveram, de alguma maneira, ligados à longa inimizade entre judeus e cristãos, que agora começou gradualmente a mudar.

Os muçulmanos, que plantaram seu império a partir do século 7, absorveram muitas comunidades judaicas. A vida dos judeus sob o islamismo geralmente era boa. Os documentos Genizab do Cairo mostram que judeus e árabes conviveram em harmonia durante longos períodos. Árabes e judeus muitas vezes sofriam o mesmo destino quando se confrontavam com um inimigo comum, como os otomanos, que dominaram a região do século 16 até sua derrota na Primeira Guerra Mundial.

O século 19 simboliza, para os judeus, uma era de renascença. Embora os judeus se encontrassem espalhados pelo mundo, conseguiram conquistar determinados direitos, conceberam e desenvolveram idéias sionistas e começaram a imigrar para a

Palestina. Mas o século 20 foi, sem dúvida alguma, o período mais dramático da história dos judeus. Muitos judeus imigraram para a **Palestina** em função do sionismo e dos pogroms. Os recém-chegados fundaram kibutzim (fazendas coletivas) e cidades, criaram uma infra-estrutura econômica, educacional e social e lançaram a luta pela independência política. Essas iniciativas abalaram a textura delicada das relações entre árabes e judeus e os vínculos anglo-judaicos na **Palestina**. Apesar das tensões, que às vezes terminavam em confrontos sangrentos, o status que poderia ter se mantido por muitos anos. Mas o acontecimento que mudou o rumo da história judaica foi o Holocausto.

De repente, ficou claro e evidente que o ódio do qual os judeus eram alvo poderia leva-lo à beira do genocídio e da aniquilação total. Assim, o argumento em favor do judeu errante enquanto receita de sobrevivência mudou para uma crença profunda na importância da unidade dos judeus em um só território. E **Israel** passou a ser visto como o único abrigo e porto seguro para todos os judeus.

Três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, David Ben Gurion declarou fundado o **Estado judeu**, intitulado **Estado de Israel**. Infelizmente, em seus 50 anos de vida, **Israel** ainda não viu um único dia em que as pessoas pudessem sentar em paz sob suas videiras e figueiras. As guerras com os árabes começaram a partir do primeiro dia de vida do **país** e continuaram, acirradas, até que foram assinados acordos de paz com algumas nações árabes, embora o problema palestino ainda não tenha sido resolvido.

Israel tem uma longa lista de conquistas: absorveu 3 milhões de imigrantes, criou um excelente sistema de ensino, desenvolveu uma indústria forte, com produtos que são vendidos em todo o mundo. Todas essas realizações e muitas mais foram conseguidas apesar das guerras sangrentas. Mas a paz com os países vizinhos não vai resolver os enormes problemas internos de **Israel**: a divisão entre judeus ashkenazis e sefarditas, entre judeus ortodoxos e seculares o abismo entre fanáticos e moderados, ricos e pobres.

Israel está ingressando no próximo milênio com problemas que exigem soluções urgentes. Não há fórmulas mágicas. As melhoras só podem ser conquistadas lenta e, às vezes, dolorosamente. Mas se **Israel** aprender com os erros do passado, suas chances de se curar serão maiores. A história ensina que os judeus sobrevivem por muito tempo.

*Avihai Shivtiel é professor de Estudos Semíticos
na Universidade de Cambridge (Reino Unido).*

a) Construindo uma designação: sua cena enunciativa

Neste texto, Israel é reescriturado por diversas estruturas morfossintáticas. E como já pudemos ter a oportunidade de observar, quando da análise da estrutura morfossintática e do funcionamento semântico-enunciativo dessas designações, essa diversidade já marca diferenças que significam a partir do acontecimento da constituição desses nomes enquanto nomes.

A princípio, as expressões que neste texto reescrevem Israel: **Terra Prometida, Canaã, Terra Prometida dos judeus, Palestina, Israel, Judéia, império, país, Estado Judeu e Estado de Israel**, se apresentam simplesmente como paráfrases de Israel. Essas designações *implicam, correlativamente, a possibilidade de referir “a mesma coisa”* (Pêcheux, 1997:100) ou seja, “Israel”. Nesse sentido, poderíamos dizer que essas expressões se apresentam no plano possível do dizível da língua sob dois aspectos: primeiro, quanto a suas estruturas morfossintáticas (o diferente); e segundo, quanto a significação dessas expressões (o mesmo)¹⁶. Seria, então, um mecanismo de linguagem que

¹⁶ Pêcheux (1997: 56) em “O discurso – estrutura ou acontecimento” aponta para a questão estrutura/acontecimento considerando “...que o gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série, a incorporá-lo a um “corpus”, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórica, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão. A noção de “formação discursiva” emprestada por Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria

possibilita referir de modo diferente o mesmo. Essa possibilidade, a do funcionamento designativo parafrástico se deve ao fato de que “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (Orlandi, 1999:36).

Mas, ao avançarmos em relação ao processo de reescrituração, percebemos que este funciona na tensão entre a paráfrase (o mesmo) e o polissêmico (o diferente)¹⁷, pois essa tensão é constitutiva da linguagem e, por isso, reescrever pode, segundo Guimarães, tanto *parafrasear quanto escandir uma seqüência*. Uma análise do funcionamento enunciativo dessas expressões pode nos revelar esse conflito entre o mesmo e o diferente, conflito no qual os sentidos são construídos.

Para tanto, interessa-nos analisar os lugares de enunciação relacionados a estas reescrituras e de que maneira o processo de reescrituração determina e predica as designações. Em seguida, e a partir desta análise entender as relações interdiscursivas que afetam a língua na constituição dessas designações, ou seja, de que posição discursiva essas expressões são enunciadas. E, conseqüentemente, como essas diferentes designações atravessadas por diversos discursos, veiculados pela mídia, intervêm na produção

em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora.”

¹⁷ Sobre a tensão paráfrase/polissemia, ver Orlandi, 1978, 1983, 1990, 1992, 998.

e reprodução do imaginário constitutivo do leitor/ouvinte em relação ao conflito israelo/palestino.

Começemos nossa observação a partir do título do texto, já aí, aparece a primeira expressão, **Terra Prometida**, logo abaixo, no subtítulo, temos **Israel**. Nas seqüências que se seguem, parece-nos que as expressões que designam Israel obedecem a uma cronologia histórica, que de certo modo conduz o leitor a uma leitura previsível, ou melhor, como diria Zoppi-Fontana (1991), a *uma leitura domesticada*, onde o jogo designativo parafrástico entre essas expressões funciona acomodando as repetições e substituições que ocorrem no texto, apresentando-as como se construísse entre elas uma relação de sinonímia, relação esta correspondente a um único sentido sob várias formas de estruturação da língua. “Nessa perspectiva, considera-se que a literalidade diferente de duas ou mais frases (expressões) entendidas como parafrásticas tem um caráter de aparência. Trata-se de um “acidente” que, na verdade, acoberta um sentido único (profundo), que a análise lingüística deve revelar” (Serrani, 1997: 36). Nesse sentido, esse jogo funciona imaginariamente como mecanismo de controle da língua, que de certa forma produz a ilusão de que as interpretações de um enunciado são previamente reguladas. Esse funcionamento (do mecanismo de controle) acaba por produzir o apagamento de tantas outras possíveis interpretações em detrimento da instituída pela suposta regularização estabelecida pelo jogo parafrástico.

Para melhor especificarmos esse funcionamento parafrástico, observemos a seguir a ordem seqüencial em que as expressões aparecem no

texto em análise: Terra Prometida, Israel (aparecem no título e subtítulo respectivamente), depois no corpo do texto temos: Canaã, Terra Prometida dos judeus, Terra Prometida, Palestina, Canaã, Canaã, Palestina, Israel, império, Israel, Judéia, Palestina, Palestina, Palestina, Palestina, Palestina, Israel, Estado Judeu, Estado de Israel, Israel, país, Israel, Israel, Israel, Israel.

Antes de analisarmos especificamente as designações de que falamos acima, observemos a constituição da cena enunciativa deste texto. Podemos observar que a cena enunciativa na qual se dá o conjunto das reescrituras a que nos referimos acima apresenta como lugar social de enunciação um locutor- especialista. Não se trata de um locutor-jornalista, por exemplo (aspecto que não deixa de ter interesse aqui). Esse locutor, por outro lado, fala de uma perspectiva universal. Assim o discurso jornalístico, ao ter como locutor desse texto um locutor-especialista, toma esse próprio locutor como sustentação (argumento, podemos dizer) para a verdade do que a matéria jornalística nos diz.

Este locutor é configurado por enunciações que o jornal agrega para sustentar a relevância das escolhas dos articulistas da matéria, como podemos observar, a informação de que o texto foi escrito por um especialista na área é apresentada logo após o texto. Este locutor-especialista, por outro lado, fala de uma perspectiva enunciativa (enunciador) que podemos considerar como a de um enunciador universal, como mostra as marcas que seguem: as formas de passado, próprias dos relatos; as determinações universais como "nenhuma nação"; as construções como a implicação "Se interpretarmos o Velho Testamento

não apenas como..., os judeus...", que abre caminho para a afirmação de um relato, e de considerações que sobre ele são feitas, como verdade para todos.

Tudo isso produz um efeito de estabilidade para as sinonímias, mesmo que, como já vimos, haja sempre um deslocamento que repercute sobre a designação "Israel", no conjunto das reescrituras, pois cada uma recorta, no acontecimento, passados diferentes. Só para tomar dois casos: *Canaã* dá a Israel uma anterioridade à sua própria chegada no espaço assim designado. *Terra Prometida* dá a Israel a criação divina e confirma a anterioridade para sempre da posse do Território.

Descrita a cena enunciativa, nos seus aspectos gerais podemos observar mais de perto o movimento de reescritura das designações. Podemos observar esse funcionamento nos enunciados a seguir, nos quais vamos indicando as correspondências que se vão constituindo, para depois observá-las mais de perto:

E1 - "*Da Busca da **Terra Prometida** até a...difícil conquista da paz na região.*" (texto 06)

Terra Prometida = Israel;

E2 - "***Israel** passou a ser considerado o único porto seguro no mundo*" (texto 06)

Israel = Israel;

E3 - "A Bíblia nos fala de uma pessoa conhecida como Abraão, o Hebreu, que obedecendo ao comando de Deus, deixou a Mesopotâmia e se estabeleceu em ***Canaã***, que, desde então passou a ser a ***Terra Prometida dos Judeus***." (texto 06)

Canaã = Terra Prometida dos judeus = Israel;

E4 - “A Bíblia também nos conta que o neto de Abraão, Jacó, e os filhos deste, mudaram-se para o Egito e se tornaram escravos dos egípcios, tendo deixado o Egito após 400 anos para retornarem à **Terra Prometida**. O percurso até a **Palestina** levou 40 anos, tempo necessário para Moisés, seu líder, formar seu caráter enquanto povo livre, disposto a lutar para recuperar **Canaã** e a obedecer às leis de Deus.” (texto 06)

Terra Prometida = Palestina = Canaã = Israel;

E5 – “Os israelitas conquistaram **Canaã** e se estabeleceram nas margens do rio Jordão e, depois da morte do sucessor de Moisés, Josué, que os levou à **Palestina**, foram governados por “juizes”. Mas em pouco tempo os israelitas, desejando ser iguais às outras nações, começaram a querer um rei, e assim seu sacerdote, Samuel, foi obrigado a ceder e nomeou Saul. David, que o sucedeu, expandiu as fronteiras de **Israel**, e seu filho Salomão consolidou a monarquia, reinando sobre um **império** que se estendia do Egito à Mesopotâmia.” (texto 06)

Canaã = Palestina = Israel = Império = Israel;

E6 – “Depois do reino de Salomão, o **país** dividiu-se em dois reinos pequenos e fracos, **Israel** e **Judéia**. Ambos caíram nas mãos dos babilônios, que destruíram Jerusalém e expulsaram os judeus, espalhando-os por seu vasto império. Mas, quando foram derrotados pelos persas, estes permitiram o retorno dos judeus à **Palestina**. Mais tarde, os persas foram derrotados pelos gregos, que conquistaram a **Palestina**, e posteriormente foram seguidos pelos romanos.” (texto 06)

país = Israel = Judéia = Palestina = Israel;

E7 - Embora os judeus se encontrassem espalhados pelo mundo, conseguiram conquistar determinados direitos, conceberam e desenvolveram idéias sionistas e começaram a imigrar para a **Palestina**. Mas o século 20 foi, sem dúvida alguma, o

período mais dramático da história dos judeus. Muitos judeus imigraram para a **Palestina** em função do sionismo e dos pogroms, Os recém-chegados fundaram kibutzim (fazendas coletivas) e cidades, criaram uma infra-estrutura econômica, educacional e social e lançaram a luta pela independência política. Essas iniciativas abalaram a textura delicada das relações entre árabes e judeus e os vínculos anglo-judaicos na **Palestina**.” (texto 06)

Palestina = Israel;

E8 – “Assim, o argumento em favor do judeu errante enquanto receita de sobrevivência mudou para uma crença profunda na importância da unidade dos judeus em um só território. E **Israel** passou a ser visto como o único abrigo e porto seguro para todos os judeus.” (texto 06)

Israel = Israel;

E9 – “Três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, David Ben Gurion declarou fundado o **Estado judeu**, intitulado **Estado de Israel**. Infelizmente, em seus 50 anos de vida, **Israel** ainda não viu um único dia em que as pessoas pudessem sentar em paz sob suas videiras e figueiras. As guerras com os árabes começaram a partir do primeiro dia de vida do **país...**” (texto 06)

Estado Judeu = Estado de Israel = Israel = país = Israel;

E10 – “**Israel** tem uma longa lista de conquistas: absorveu 3 milhões de imigrantes, criou um excelente sistema de ensino, desenvolveu uma indústria forte, com produtos que são vendidos em todo o mundo.” (texto 06)

Israel = Israel;

E11 – “Mas a paz com os países vizinhos não vai resolver os enormes problemas internos de **Israel**” (texto 06)

Israel = Israel;

E12 – “**Israel** está ingressando no próximo milênio com problemas que exigem soluções urgentes.” (texto 06)

Israel = Israel;

E13 – “Mas se **Israel** aprender com os erros do passado, suas chances de se curar serão maiores. A história ensina que os judeus sobrevivem por muito tempo.” (texto 06)

Israel = Israel.

Como vimos acima, encontramos no texto escrito por Avihai Shvitiel uma dispersão de designações que reescreveram Israel. Essa dispersão produz na linearidade textual o efeito de estabilização referencial, tendo como objeto de referência o Estado de Israel.

Mas, reescrever Israel por estas designações significa dizer o mesmo? Estaríamos, a partir desse mecanismo, assegurando um sentido único, o de ser Israel apenas um Estado? Nossa posição já mostrou que não, pois, como já dissemos anteriormente “o sentido de um enunciado são os efeitos de sua enunciação, melhor dizendo, um enunciado produz efeitos de sentido, segundo as condições históricas-enunciativas em que aparece” (Guimarães, 1987: 19). Com o objetivo de melhor entendermos a posição que adotamos, observemos agora esse funcionamento no enunciado E1, o título do texto:

E1 - “Da Busca da **Terra Prometida** até a...difícil conquista da paz na região.” (texto 06)

Temos aqui a expressão *Terra Prometida* que é construída por um nome genérico (terra) e uma determinação (prometida). É assim uma expressão descritiva que, por sua descrição torna-se um outro nome para Israel. A

enunciação de *Terra Prometida* neste texto refere o que refere porque contém nela uma história de enunciações que predicou um espaço particular como *Prometido*. Estas enunciações contêm, por seu lado, uma enunciação original¹⁸ muito precisa que promete a terra. Esta última apresenta como lugar da enunciação o locutor-Deus, origem destas enunciações que narram o dizer de Deus.

Este acontecimento enunciativo, então, tem como memorável, como seu passado, uma narrativa bíblica. *Terra Prometida* traz, ao ser enunciada, esta história enunciativa. Diria que, *Terra Prometida* (um lugar imaginário) é apresentada como condição primeira para a constituição de Israel (o Estado político). Nesse caso, a paráfrase *Terra Prometida* na literalidade textual apresenta-se como o “mesmo”, como sinônimo de Israel, o Estado. Mas sua enunciação denuncia um outro lugar enunciativo, o lugar bíblico que qualificou uma região, uma área territorial de lugar prometido.

Por outro lado, a cena enunciativa presente tem como lugar social de enunciação um locutor-especialista, como dissemos acima. No caso específico desse enunciado, seria preciso observar a presença do adjetivo *difícil* que funciona como uma avaliação sobre a conquista da paz. Uma avaliação que se mostra como a avaliação de um conhecedor da história da região, o que confirma aí um locutor-especialista, e a universalidade de sua perspectiva enunciativa.

Tomemos agora um outro enunciado em que a expressão *Terra Prometida* aparece determinada e em que “Israel” é referido por um outro item

¹⁸ Sobre a questão – enunciação fundante - ver Guimarães, 1993. “Independência e Morte” - In:

léxico, *Canaã*. Neste enunciado, **Terra Prometida dos Judeus** predica Israel que por sua vez predica **Canaã**:

E14 - “...se interpretarmos o Velho Testamento não apenas como documento religioso, mas como um livro que contém fatos históricos, os judeus podem ser a única nação do mundo a ter sua genealogia bem registrada. A Bíblia nos fala de uma pessoa conhecida como Abraão, o Hebreu, que obedecendo ao comando de Deus, deixou a Mesopotâmia e se estabeleceu em **Canaã**, que, desde então passou a ser a **Terra Prometida dos Judeus**.” (texto 06)

Aqui um novo deslocamento de sentido é produzido por uma nova predicação, a presença do sintagma preposicionado *dos Judeus* particulariza o povo para quem a *Terra Prometida* foi prometida. Temos judeus que predica *Terra Prometida*, ou seja, a *Terra Prometida* é dos Judeus. Fazendo uso do mecanismo de parafraseamento poderíamos então formular as seguintes paráfrases de E14:

- a – *Canaã é a Terra Prometida dos judeus*;
- b - *A Terra Prometida dos judeus é Canaã*;
- c - *A Terra Prometida foi prometida ao povo judeu*;
- d - *A Terra Prometida é dos judeus*;

Pela análise detalhada destes dois enunciados observamos que deslocamentos sempre outros vão se dando no conjunto dos enunciados de E1 a

E14 acima arrolados. Neste contínuo deslocamento parte-se de *Terra Prometida* que predica *Israel* com a voz de Deus (E1, E4), atribui esta terra eleita aos judeus (E3, E14), predica *Israel* como a terra para sempre, desde antes, do povo judeu, ao referi-la por *Canaã* (E3, E4, E5, E14), ao lado de predicar esta terra abençoada pela promessa divina como um Estado, ou seja, predicando o religioso pelo político e vice - versa. É o que fazem as expressões *Estado Judeu*, *Estado de Israel*, *país* em E9. E o texto termina pela presença consistente da designação *Israel*, já nesse ponto carregada de toda a história de reescrituras que veio antes do texto.

Ao lado disso há, ainda, a referência a Israel pela palavra *Palestina*, em E6 e E7. Reescrituração que apropria a Palestina como relativa a Israel, ao povo judeu, como aparece claramente relacionado em E6: “...retorno dos judeus à *Palestina*”.

b) As Posições de Sujeito e as designações de Israel

Fizemos acima a análise do funcionamento enunciativo das expressões destacadas nos enunciados de E1 a E14. A seguir procuraremos analisar a questão da posição do sujeito que enuncia tais enunciados.

Enunciar essas expressões para designar Israel, mesmo que seja do lugar do *especialista*, como é o caso, é enunciar da posição do discurso bíblico, e nesse sentido, faz-se necessário trazermos aqui uma informação importante pertinente a essa análise, a de que a cultura ocidental é marcada fortemente pelo

discurso bíblico, em especial pela discursividade do cristianismo que tem como sustentação de sua filosofia, o livro bíblico.

Retomando então a questão das expressões que designam Israel, percebe-se que estas de imediato evidenciam, na interdiscursividade, o lugar do discurso oficial da História do povo judeu, a relação direta de Deus com os judeus.

A bíblia narra várias passagens que nos revelam essa relação do povo judeu com Deus, e nessas narrativas as expressões destacadas nos enunciados acima aparecem constantemente, mas aqui vamos evocar apenas algumas dessas passagens: a primeira em Gênesis 11-12, dá conta de quando os hebreus (povo de que descendem os judeus) deixam a Mesopotâmia e se estabelecem pela primeira vez em **Canaã**, a partir de então, essa região passa a ser considerada a **Terra Prometida do povo judeu**;

*“Abraão partiu conforme lhe dissera Javé. E lá partiu com ele. Abraão tinha setenta e cinco anos quando saiu de Harã. Abraão levou consigo sua mulher Sarai, seu sobrinho Ló, todos os bens que possuíam e os escravos que haviam adquirido em Harã. Partiram para a **terra de Canaã** e aí chegaram. Abraão atravessou a terra até o lugar santo de Siquém, no carvalho de Moré. Nesse tempo, os cananeus habitavam essa terra.*

*Javé apareceu a Abraão e lhe disse: “**Eu darei essa terra à sua descendência**”*

*“... O caminho começa pela fé: Abraão atende o chamado divino e aceita o risco sem restrições. Ele percorre rapidamente a futura **terra prometida**: isso mostra que o projeto do qual ele é portador é um projeto histórico, encarnado dentro da ambigüidade e conflitividade humana.*

O que Deus promete a Abraão? Simplesmente aquilo que qualquer nômade desejava: terra para os rebanhos e filhos para cuidar deles”

A segunda em Êxodo 6 e em Números 10, se dá quando da fuga do povo judeu do Egito, tendo como destino o retorno à **Terra Prometida**.

*“Deus falou a Moisés: “Eu sou Javé. Apareci a Abraão, a Isaac e a Jacó como o Deus Todo-poderoso, mas a eles não dei a conhecer meu nome: Javé. Também estabeleci minha aliança com eles, para lhes dar a terra de **Canaã**, ... Eu os adotarei como meu povo e serei o Deus de vocês, aquele que tira de cima de vocês as cargas do Egito. Depois eu farei vocês entrarem na terra que prometi, com juramento, a Abraão, a Isaac e a Jacó: eu a darei como propriedade para vocês”*

*“Partida para a **terra prometida** – No dia vinte do segundo mês do segundo ano, a nuvem se levantou sobre o santuário da aliança. Então os filhos de **Israel** partiram do deserto do Sinai, conforme sua ordem de marcha”*

Como podemos observar, o texto escrito por Avihai Shvitiel não casualmente apresenta uma certa similaridade com as narrativas bíblicas em se tratando da diversidade de expressões que designam Israel, mas é importante notarmos que essa diversidade, em ambos os textos, não instaura um conflito entre os nomes. Não há um confronto entre essas designações objetivando a sobreposição de uma em prejuízo das outras. O processo designativo parafrástico neste caso, impulsionado pelo efeito de linearidade do texto causado pela

substituição e repetição, funciona construindo a unicidade do sentido que textualiza Israel enquanto Estado. Essas designações se apresentam a partir do fio discursivo bíblico-histórico, que direciona o leitor para uma leitura, a que objetiva assegurar a legitimação do espaço geográfico-político-administrativo do Estado de Israel ontem, hoje e sempre. E vejam que as substituições e repetições ocorrem com certa naturalidade, o funcionamento desses mecanismos de textualidade produz a ilusão da literalidade do sentido, é como se todos já soubessem o “significado” dessas expressões, ou seja, o significado construído e estabilizado pelo discurso bíblico religioso.

Percebe-se, nesse caso, que a enunciação dessas designações aponta para uma única posição discursiva, a bíblica. O funcionamento dessa discursividade produz a ilusão da estabilidade referencial, ou seja, a ilusão de termos apenas um único sentido nessa relação, o de que todas essas designações referem o Estado de Israel. Essa ilusão é construída pelo funcionamento do *efeito de sustentação, uma espécie do retorno do saber no pensamento* (Pêcheux, 1997:110). É esse funcionamento que possibilita retornar aquilo que já se sabe a partir de outro lugar, no nosso caso, do lugar do livro bíblico.

Uma outra observação em relação a esses nomes se dá em função da excessiva repetição e substituição, em particular de **Palestina** e **Israel**. Principalmente se considerado o fato de que a expressão *Palestina* nomeia também outra nação, a Palestina. Isso se deve em função de a palavra Palestina significar tanto na memória discursiva bíblica como na histórica, e nesse caso,

enunciar Palestina é significar a expressão como nome a partir do discurso bíblico, discurso esse que, como já dissemos, narra a história do povo judeu. Dito de outra modo, o sentido das palavras não está nelas mesmas. “As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (Orlandi, 1999:43). Nesse sentido, a expressão *Palestina* não significa o mesmo, pois o sentido de *Palestina* é determinado ideologicamente no acontecimento enunciativo. Mas, o processo de repetição e o de substituição, no caso do texto em questão, constrói pelo efeito da evidência a estabilização de um sentido em oposição a outros, o sentido da posição ideológica do discurso bíblico. Nesse jogo, o diferente, **Palestina**, se apresenta a partir do funcionamento parafrástico, estabilizado como o mesmo, **Israel**.

É nesse jogo de repetição e substituição entre **Palestina/Israel** que se sustenta também a ilusão de transparência da textualidade do discurso jornalístico, ou seja, a ilusão de que o que está sendo dito, no jornal, pela voz autorizada do especialista, seja o sentido “verdadeiro”, esse funcionamento institucionalizante faz com que leituras outras, possíveis, sejam impedidas, silenciadas¹⁹.

Retomando a expressão **Palestina**, e agora juntamente com **Canaã**, pois ambas passam por um processo designativo semelhante, poderíamos pensar a princípio que estes nomes enunciam apenas o histórico e o geográfico de uma única região, região essa onde se encontra hoje o Estado de Israel. Esse sentido

¹⁹ Entendemos o silêncio aqui, no sentido de Orlandi, 1992, em *As Formas de Silêncio*.

foi construído nos enunciados acima a partir da posição do discurso da história bíblica. O sentido em **Palestina** e **Canaã** aqui é determinado pela discursividade religiosa, vale a pena ressaltar que esta posição de sujeito se mantém ainda muito latente na sociedade brasileira. É importante que se diga que nesse caso os nomes são enunciados da posição do discurso bíblico, mesmo que especifiquem uma região, esta é a região onde ocorreram várias passagens da história bíblica. Enunciar **Canaã** e **Palestina** nesse caso é fazer funcionar a região do memorável da história do povo judeu autorizada pelo discurso bíblico, não é simplesmente o caso de se considerar a história como ciência que estuda fatos no tempo, onde a veracidade materializada pela ciência possa ser questionada, até mesmo substituída num outro momento científico. A história aqui significa no presente o mesmo misticismo do passado, ou seja, essa é a história revelada por Deus aos homens por Ele escolhido, portanto, homens autorizados por Deus para contar essa história. Nesse sentido, esse discurso produz na sociedade cristã, (grande parte da sociedade brasileira) a ilusão de que essa história, contada pelos homens escolhidos por Deus seja a verdadeira, a oficial de/para sempre.

Mas é exatamente no funcionamento da sinonímia lexicológica, onde o diferente se apresenta como o mesmo, que é denunciada a opacidade, a não-transparência da língua. Pois essa tomada de posição já é uma tomada de posição que aponta uma posição *discursivo-ideológica* no acontecimento. E para avançarmos um pouco mais, outro fato, deve aqui ser lembrado, dessa vez contrapondo ao do discurso bíblico. É o caso de considerarmos a localização da região de *Canaã* e da *Palestina* no discurso da História Antiga. Desse lugar

observamos que *Canaã* e *Palestina* são regiões distintas, ou seja, *Canaã* nomeia uma região enquanto que *Palestina* outra. O interessante nesse processo é que mesmo estas regiões sendo distintas no passado²⁰, tanto quanto no que se refere ao espaço geográfico como também em relação à história dos povos que ali habitavam, no discurso bíblico esses sentidos são desconstruídos. Ou seja, no conflito discursivo entre o discurso bíblico e o discurso da história antiga, o sentido do segundo é silenciado pelo do primeiro.

Retornemos agora à discussão sobre o funcionamento do discurso jornalístico, aquele que produz a ilusão de que apenas narra os fatos como são, sendo que sua função é a de apenas informar e não opinar, temos então o sujeito-leitor afetado pelo funcionamento desse discurso. E esse funcionamento, de certo modo, acaba por contribuir para a institucionalização e estabilização do sentido dominante produzido, segundo Pêcheux, *sob o efeito ideológico da evidência*. Ou nas palavras de Mariani (1998):

“o discurso jornalístico envolve o sujeito-leitor em um processo interpretativo já pronto, pois, ao relacionar um acontecimento a outros, está, de fato, filiando aqueles sentidos a sentidos já existentes. Podemos dizer que este mecanismo, nem sempre percebido pelo leitor comum, leva à fixação imaginária da ilusão de uma realidade objetiva (polêmica ou não, contraditória ou não) em um dado momento. O discurso jornalístico, nesse sentido, impede a percepção da multiplicidade de tempos do presente, ao se enquadrar numa forma de produção de notícias que supõe um passado museificado. Ao mesmo tempo, a força

²⁰ Conforme Reichert, 1972: 21. *História da Palestina – dos primórdios aos nossos dias*.

ideológica desta prática discursiva é a ilusão mantida em torno do uso de uma linguagem transparente para registrar um mundo objetivo”

Como vimos acima, nossas análises mostram que o sentido estabilizado nas enunciações das expressões que designam Israel é de certo modo determinado pela posição de sujeito do discurso bíblico, em especial por ser ele concebido pelos cristãos *“como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus”* (Orlandi, 1996:234). Lugar este que se faz presente na interdiscursividade do leitor brasileiro.

5.2. – Designações que referem Palestina

Consideremos o texto a seguir:

CASAS JÁ OSTENTAM SÍMBOLOS NACIONAIS

Jaime Spitzcovsky – (Enviado especial ao Oriente Médio)

*Enquanto a independência não vem, a **Autoridade Palestina** se prepara para virar governo de fato*

*Na parede da casa modesta de alvenaria, um retrato do dirigente palestino Iasser Arafat vigia a bandeira tricolor pendurada na parede. O símbolo de um **país** que*

ainda não existe se espalhou nos últimos anos pela **faixa de Gaza**, emprestando um clima de nacionalismo e de pré-independência ao **território** com a população mais jovem do planeta.

Segundo a ONU, 52% dos habitantes da **faixa de Gaza** contam menos de 15 anos. Uma população que cresceu em meio à ocupação israelense e, em sua maioria, acredita já viver no embrião de um **Estado palestino**.

Com a retirada das tropas israelenses prevista pelo acordo de paz de 1993, fincar um emblema palestino deixou de ser crime. “Colocamos a bandeira para comemorar a chegada do nosso **país**, embora ainda não saibamos quando será”, afirma Samah el Qassas, 12. “Mas espero que seja no próximo ano”.

Samah vive no campo de refugiados de Shati, com os pais e sete irmãos. Sobre seu colchão, no quarto que divide com mais oito pessoas descansa um livro de inglês impresso no Egito. “Quero ser médica”, explica, com um sorriso tímido e o véu jogado sobre os ombros.

É na **faixa de Gaza e na Cisjordânia** que Iasser Arafat, o presidente da **Autoridade Nacional Palestina** (governo que resulta da autonomia concedida por Israel aos palestinos), pretende proclamar um **Estado independente**.

Enquanto a independência não chega, a **ANP** se prepara para virar um governo de fato. Cerca de 80 países já abrigam embaixadas palestinas, a **faixa de Gaza** conta com uma casa de hóspedes para receber convidados como o presidente francês, Jacques Chirac. As latas de lixo na rua trazem as estrelas amarelas que indicam doação da União Européia.

Intifada

O acordo de paz sufocou a Intifada, a revolta das pedras. Entre 1987 e 1993, crianças armadas de fundas tomavam as ruas de **Gaza e da Cisjordânia** para atacar tropas israelenses desmoralizadas pelo fato de enfrentar inimigos mirins. A pressão do levante funcionou como um dos fatores que empurraram Israel para as negociações.

O cenário dos **territórios ocupados** se transformou. Atualmente, um carro com chapa israelense pode circular pelo centro de Ramallah (**Cisjordânia**), quase sem o risco de apedrejamento. No centro da cidade, os habitantes ignoram a presença de israelenses, caminhando com a velocidade exigida por uma decolagem econômica.

Na **faixa de Gaza**, os cartazes do Bank of Palestine ou do Palestine Automobile, concessionária da sul-coreana Hyundai, substituíram as pichações antiisraelenses.

A **ANP** também tem o seu quinhão de responsabilidade no desaparecimento das inscrições políticas. Foram proibidas pela polícia de Arafat, com o intuito de aplacar exigências israelenses e o crescimento da oposição, sobretudo a islâmica.

Desafios

O maior desafio político a Arafat emana do Hamas, organização extremista que se apoia principalmente no conservadorismo religioso de **Gaza**, mais pobre e isolada do que a **Cisjordânia**. O Hamas patrocinou atentados contra Israel e ajudou a eleição do premiê Binyamin Netanyahu, em 1996.

O trabalhista e pró-paz Shimon Peres liderava as pesquisas até os atentados, que amedrontaram setores da população israelense. Votos migraram para o ideário linha dura de Netanyahu.

O governo israelense, em nome da segurança do país, desacelerou bruscamente as negociações. Arafat se viu então na delicada posição de ter de explicar à população palestina as vantagens de sua opção pela paz, sem poder mostrar mais resultados da atual política arquitetada para obter um **Estado em Gaza e na Cisjordânia**.

"Somos contra os acordos de paz, mas damos uma chance a Arafat", comenta Suhel Zaqut, 26, da Frente popular para a Libertação da palestina, grupelho marxista sediado na Síria.

Zaqut que amargou quatro anos em prisões israelenses por sua militância, diz que "Israel deseja apenas ganhar tempo e nos enganar, sem real vontade de paz".

Alheia aos meandros das negociações de paz, a comerciante Fatma Zaqia, 65, afirma: "Não sei se teremos independência, mas pelo menos hoje não há mais soldados israelenses batendo à porta de minha casa, de madrugada, para fazer uma revista".

a. Outra designação: outra cena enunciativa

Nesse texto *Palestina* é reescriturada por diversas expressões designativas, como podemos observar, **Autoridade Palestina**, **país**, **faixa de**

Gaza, Território, Estado Palestino, faixa de Gaza e Cisjordânia, Autoridade Nacional Palestina, Estado Independente, ANP, Gaza e Cisjordânia, territórios Ocupados, Cisjordânia. Aqui também, a exemplo do texto anterior, pelo mecanismo de parafraseamento, essas designações se apresentam como a possibilidade de designar o mesmo, o *Estado da Palestina*.

Logo abordaremos mais detalhadamente essa questão, antes porém, vamos tratar da constituição da cena enunciativa desse texto. Observa-se que, diferentemente do texto da análise anterior, que apresentava como locutor da enunciação um locutor-especialista (um historiador em estudos semíticos), agora, neste texto, a cena enunciativa apresenta como locutor da enunciação, um locutor-jornalista, o que marca uma diferença na apresentação do assunto em relação aos palestinos, até porque esse Locutor fala de dois lugares: o da imprensa e o da palestina. Vejam que, nesse caso, o que sustenta o discurso jornalístico é o próprio locutor-jornalista que de certa forma procura narrar o fato sustentando-o com enunciações de palestinos, apropriando-se da fala do locutor palestino. Para tanto, o locutor-jornalista faz uso de sinais tipográficos, as aspas²¹. Esse mecanismo funciona como se o locutor-jornalista procurasse fazer transparecer ao leitor sua inequívoca posição de imparcialidade, pois ao se apresentar sustentado pela perspectiva palestina, a qual supostamente argumenta a favor da causa palestina, inclusive fazendo uso da fala palestina na íntegra pelo uso das aspas, procura sustentar o seu dizer, ou seja, diríamos que a relação

²¹ Conforme Authier-Revuz, 1998: 19. *Palavras incertas – as não coincidências do dizer*. Modalização autonímica. "... os diversos tipos formais pelos quais a configuração que sobrepõe

locutor/interlocutor, nesse caso, funciona como algo assim: o que se está dizendo deste lugar social (locutor-jornalista) é o que realmente eles (palestinos) dizem, portanto, os leitores devem acreditar naquilo que o Locutor diz.

Dito isso, retomemos agora o movimento de reescrituração das designações que ocorre no texto. O processo de reescrituração da Palestina que se apresenta no texto, nesse caso, também funciona como se todas essas designações referissem o Estado Palestino. Observemos o funcionamento desse movimento nos enunciados a seguir:

E15 – “*Enquanto a independência não vem, a **Autoridade Palestina** se prepara para virar governo de fato*” (texto 11)

Autoridade Palestina = Palestina

E16 – “O símbolo de um **país** que ainda não existe se espalhou nos últimos anos pela **faixa de Gaza**, emprestando um clima de nacionalismo e de pré-independência ao **território** com a população mais jovem do planeta.” (texto 11)

País = faixa de Gaza = território = Palestina

E17 - “Segundo a ONU, 52% dos habitantes da **faixa de Gaza** contam menos de 15 anos. Uma população que cresceu em meio à ocupação israelense e, em sua maioria, acredita já viver no embrião de um **Estado palestino**.” (texto 11)

Faixa de Gaza = Palestina

Estado Palestino = Palestina

E18 - “Com a retirada das tropas israelenses prevista pelo acordo de paz de 1993, fincar um emblema palestino deixou de ser crime. ‘Colocamos a bandeira para

dois planos – X é uma representação do dizer de X – se realiza sobre o fio único do discurso” (sinais tipográficos).

comemorar a chegada do nosso **país**, embora ainda não saibamos quando será.”
(texto 11)

País = Palestina

E19 - “É na **faixa de Gaza e na Cisjordânia** que *lasser* Arafat, o presidente da **Autoridade Nacional Palestina** (governo que resulta da autonomia concedida por Israel aos palestinos), pretende proclamar um **Estado independente**.” (texto 11)

Faixa de Gaza e na Cisjordânia = Autoridade Nacional Palestina = Estado Independente = Palestina

E20 – “Enquanto a independência não chega, a **ANP** se prepara para virar um governo de fato. Cerca de 80 países já abrigam embaixadas palestinas, a **faixa de Gaza** conta com uma casa de hóspedes para receber convidados como o presidente francês, Jacques Chirac.” (texto 11)

ANP = Palestina

Faixa de Gaza = Palestina

E21 – “Entre 1987 e 1993, crianças armadas de fundas tomavam as ruas de **Gaza e da Cisjordânia** para atacar tropas israelenses desmorteadas pelo fato de enfrentar inimigos mirins.” (texto 11)

Gaza e Cisjordânia = Palestina

E22 - “O cenário dos **territórios ocupados** se transformou. Atualmente, um carro com chapa israelense pode circular pelo centro de Ramallah (**Cisjordânia**), quase sem o risco de apedrejamento.” (texto 11)

Territórios ocupados = Cisjordânia = Palestina

E23 – “Na **faixa de Gaza**, os cartazes do Bank of Palestine ou do Palestine Automobile, concessionária da sul-coreana Hyundai, substituíram as pichações antiisraelenses.” (texto 11)

Faixa de Gaza = Palestina

E24 – “A **ANP** também tem o seu quinhão de responsabilidade no desaparecimento das inscrições políticas.” (texto 11)

ANP = Palestina

E25 – “O maior desafio político a Arafat emana do Hamas, organização extremista que se apoia principalmente no conservadorismo religioso de **Gaza**, mais pobre e isolada do que a **Cisjordânia**.” (texto 11)

Gaza = Palestina

Cisjordânia = Palestina

E26 – “Arafat se viu então na delicada posição de ter de explicar à população palestina as vantagens de sua opção pela paz, sem poder mostrar mais resultados da atual política arquitetada para obter um **Estado em Gaza e na Cisjordânia**.” (texto 11)

Estado = Gaza e na Cisjordânia = Palestina

Curiosamente, essa dispersão de designações que reescreveram Palestina, aqui se projeta em um movimento que aponta na linearidade textual a possibilidade da futura criação de um Estado Palestino. Esse efeito da aparente transparência do dizer, ou seja, sua literalidade, garantida pela linguagem é construída pela predicação da temporalidade verbal que produz a ilusão da unicidade textual, ou seja, da sua textualidade²². Vejam que nesses enunciados a temporalidade verbal funciona como se homogeneizasse os enunciados, estabilizando desse modo, um sentido, o da futura criação de um Estado Palestino. Assim, se a Palestina, a princípio, era um Estado de fato e de direito,

²² Entendemos - *textualidade* - conforme Guimarães, 1999 em - *Textualidade e Enunciação*. In: *Ver e Dizer*.

ou se já é um Estado, agora, nessa linearidade esses sentidos são apagados. Para uma melhor compreensão desse movimento, observemos agora os destaques dos enunciados a seguir:

E27 “***um país que ainda não existe***” (ainda não é) (texto 11);

E28 “***acredita já viver no embrião de um Estado Palestino***” (não vive ainda, só acredita viver- não é Estado, é um embrião) (texto 11);

E29 “***pretende proclamar um Estado Independente***” (poderá ser proclamado independente, ainda não é) (texto 11);

E30 “O cenário dos ***Territórios Ocupados*** se transformou” (é um território ocupado ainda e não um Estado autônomo) (texto 11).

E30 - “Com a retirada das tropas israelenses prevista pelo acordo de paz de 1993, fincar um emblema palestino deixou de ser crime. ‘Colocamos a bandeira ***para comemorar a chegada do nosso país, embora ainda não saibamos quando será***’.” (o país não chegou ainda, poderá chegar) (texto 11)

E32 – “...sem poder mostrar mais resultados da atual política arquitetada ***para obter um Estado em Gaza e na Cisjordânia***.” (ainda não obteve o Estado) (texto 11)

Mas enunciar nessas seqüências a possibilidade futura de criação de um Estado Palestino, é também enunciar, de certo modo, a existência do Estado Palestino. Ou seja, ao mobilizar o discurso que sustenta o sentido de necessidade de criação da Palestina, outro discurso é também movimentado, o que traz o

sentido da já existência da Palestina. "Essa deriva enunciativa incessante é que constitui o texto. O interessante dessa deriva é que ela se dá exatamente nos pontos de estabelecimento, de identificação, de semelhanças, de correspondências, de igualdade. Quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra, o sentido está em movimento e constitui a textualidade" (Guimarães, 1999: 4).

Retomemos agora as designações **Autoridade Nacional Palestina** e **Territórios Ocupados** para precisar mais detalhadamente esse movimento designativo, capaz de produzir ou não deslocamento de sentidos. E que de certo modo condensam aspectos básicos de todas as reescrituras de Palestina no texto. O conjunto das reescrituras predica Palestina como espaço (geográfico) e como configuração política (criação de um Estado).

Em **Autoridade Nacional Palestina**, notadamente, percebe-se, como já foi visto em análises anteriores, tratar-se de uma construção morfossintática atípica. Ao procedermos à análise enunciativa observamos um deslocamento de sentido, pois ao mesmo tempo, que essa enunciação enuncia a existência de um país, enuncia também a não total independência desse país, ou seja, dessa enunciação emerge uma outra, a que traz a enunciação de sua dependência constitutiva dessa independência. Poderíamos perguntar, então, uma vez que este é um caso incomum: como é que esta expressão passa a designar a Palestina, a ser considerada um nome? Não nos esqueçamos de que, conforme Guimarães, um nome se constitui enquanto nome *a partir da história em que o nome se dá como nome*. Ou seja, **Autoridade Nacional Palestina** passa a

significar um nome a partir dos acordos de paz de 1993, mediados pela ONU e firmados entre israelenses e palestinos.

A enunciação dessa designação, de imediato evidencia o entrecruzamento de lugares sociais diferentes de enunciação. Temos assim, o lugar do povo palestino (que faz crer na conquista de autonomia da Palestina), o lugar de Israel, (que autoriza a Palestina ser um governo) e lugar da ONU (que acredita estar contribuindo para solucionar o impasse dessa questão na região). Ou seja, **Autoridade Nacional Palestina** significa no confronto entre esses diferentes lugares, e não na mera relação de um nome com uma região, pois *nomear é fazer significar, é redividir o mundo e não apenas classificar algo no mundo.*

Passemos agora à expressão **Territórios Ocupados**, uma designação construída por um nome geopolítico (territórios) mais um determinante (ocupados). Temos então uma expressão descritiva que designa Palestina. Começaríamos por perguntar, ocupados por quem? Em um primeiro momento, a pergunta poderia ser, de imediato, respondida a partir do *efeito de evidência*: pelos israelenses. Mas, se considerarmos que os Territórios Ocupados (Gaza e Cisjordânia) são áreas ocupadas por palestinos, ocupados no sentido de que os palestinos aí residem, ou melhor, permanecem aí socialmente organizados, ocupando essas áreas, então, o que significa *ocupados* nesse caso? Poderíamos dizer que nesse caso há um deslocamento de sentido, ou seja, o sentido a princípio “institucionalizado” e “estabilizado” pela/na sociedade, aquele que produz o efeito de que ocupar um lugar é estar nesse lugar, é de certo modo

desconstruído em favor do produzido pelo *efeito de evidência*, o de que Israel é responsável pelo controle e segurança da região.

b.1. As posições de Sujeito e as designações de Palestina

A partir da análise do funcionamento dos enunciados acima, é interessante que observemos também neles as posições de sujeito.

Pela análise das designações feita em a. podemos dizer que a partir do interdiscurso temos a instabilidade referencial constitutiva dessa designação, é nesse processo que o dito em outro lugar (memória), retorna e recorta um memorável. Desse modo “o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamentos de discursos no acontecimento” (Guimarães, 1995:70).

Temos então, de um lado, o funcionamento do discurso que aponta para a gradativa consolidação de fato e de direito do Estado Palestino, e de outro, o funcionamento do que aponta para a necessidade da criação de um Estado para o povo palestino, esse confronto discursivo acaba por produzir o silenciamento de outros sentidos; silencia, por exemplo, o fato de os palestinos não estarem lutando pela consolidação e nem pela criação de um Estado Palestino, mas sim por uma outra causa, lutam pela devolução do Estado Palestino que lhes fora tomado. Esse efeito de sentido é apagado, mesmo sendo apresentados nos enunciados

constitutivos de alguns dos textos do corpus em análise, como podemos observar nos enunciados a seguir:

E34 - “ *Esse fato traz à memória um verdadeiro desastre. Naquele tempo, nós **perdemos nosso país**. Perdemos a nossa existência, perdemos nossa comunidade. Perdemos tudo. Viramos refugiados, gente sem casa. No mesmo dia em que eles (judeus) obtiveram seu próprio país, seu próprio Estado, **nós, os palestinos, perdemos tudo.***” (texto 12).

E35 – “***Não queremos viver para sempre fora do nosso país***” (texto 12)

E36 – “*Israel deve **devolver os territórios de Gaza e a Cisjordânia (aos palestinos)**...*” (texto 09)

Por outro lado, o deslocamento, relativamente a **Territórios Ocupados**, produzido pelo funcionamento do discurso político israelense, e sustentado pelo discurso da mídia em geral, produz a ilusão do controle político-administrativo dos israelenses sobre esses territórios que não pertencem a ninguém. Trazemos agora um enunciado que evidencia essa posição no discurso jornalístico:

E37 “*Em grande medida, porque continua travando uma guerra cotidiana, embora não declarada, **com um quinto vizinho – os palestinos, que jamais tiveram um território próprio.***” (texto 08).

Esse efeito de sentido acaba por *silenciar* outros sentidos, por exemplo, o de que as regiões (Territórios Ocupados) são ocupadas na sua quase

totalidade por cidadãos palestinos. E é exatamente negando essa presença palestina nos Territórios é que os palestinos, moradores da região, significam apenas o excesso, aqueles que causam o conflito, ou melhor, os responsáveis pelos constantes momentos de *desordem* na região.

Assim, ao enunciar **Territórios Ocupados** está-se mobilizando a estabilização do sentido produzido a partir do funcionamento discursivo israelense assegurado pelo efeito de evidência do discurso jornalístico. Ou seja, o de que a ocupação dessas regiões se dá pelo controle político-administrativo de quem está fora (israelenses), e não por aqueles que ali residem (palestinos), sendo que esta ocupação se faz necessária, uma vez que os desencontros, os conflitos são causados por aqueles que ocupam de fato a região. Dito de outro modo, a ocupação significa um controle “externo” e se dá pela necessidade de garantia da manutenção da “paz para os judeus” na região (ainda terra de ninguém). Mas, é nessa dispersão discursiva do interdiscurso que em **Territórios Ocupados** pode-se também produzir, a partir da posição discursiva palestina, sentidos outros, o da imposição, da intolerância, da violação dos direitos humanos mantida à força pelos israelenses sobre os palestinos nos Territórios palestinos.

b.2. A Palestina e a Imprensa

O autor do texto, Jaime Spitzcovsky, enuncia, então, enquanto locutor-jornalista, da posição de sujeito israelense, como podemos notar nos diversos enunciados arrolados acima. Mas, nota-se também que há espaço para

enunciados de outros lugares, como é o caso do E30, esse enuncia do lugar do cidadão palestino, fala do lugar do povo palestino. Queremos dizer com isso que um texto se constitui na relação com outros textos, ou seja, a partir da intertextualidade. Essa dispersão textual, constitutiva de um texto, produz o efeito da homogeneidade textual, nesse sentido, apesar da presença de diversos lugares enunciativos, o texto se apresenta como um objeto único, inédito, construído apenas pelo Locutor. É interessante notar que esses diferentes lugares de enunciação, em especial, o lugar do povo palestino, não só contribuem para a estabilização do sentido produzido pelo efeito de evidência, como também argumenta a esse favor, ou seja, o da possível criação do Estado Palestino.

Como podemos observar, é no conflito discursivo que se estabilizam e silenciam sentidos, e nesse sentido o processo designativo está sempre sujeito a novas interpretações, com os quais se constróem tanto a estabilização como o apagamento de certos sentidos. E, para nós, o discurso jornalístico, pelo efeito de seu funcionamento, tem contribuído de forma peculiar para a institucionalização de certos sentidos em oposição a outros. Diríamos mais, o discurso jornalístico intervém no processo da formação imaginária constitutiva da imagem que faz de si e daquilo de que fala. Isto é, os leitores são conduzidos a interpretar a partir de uma posição discursiva, em geral a da ideologia dominante, a que produz o sentido do senso comum.

Já em relação às designações que referem o Estado da Palestina, e agora trazendo as designações encontradas em outros textos do corpus, nota-se

que muitas delas apontam para um discurso que enuncia o sentimento nacionalista, o de a região ser (da) palestina, do povo palestino. É o caso de:

Estado Palestino (texto 11);

Estado Democrático Palestino (texto 12);

Autoridade Nacional Palestina (texto 10);

Territórios Palestinos (texto 20);

Como podemos notar, essas expressões se formam com o uso de um termo genérico mais o gentílico Palestina/Palestino(s). Esse mecanismo é marcado por um processo semântico que procura descrever uma região em detrimento de outras e, através do gentílico, predica o termo genérico, qualificando-o como pertencente à nação palestina. Ou seja, essas designações apresentam-se como que se espelhassem uma realidade procurando dessa forma objetivar a existência de um lugar assim descrito (ilusão de uma descrição referencial). Pois bem, se entendermos desse modo o processo designativo, temos então um grande problema a ser resolvido, uma vez que o que está em jogo no nosso caso em especial é a crise existencial da Palestina, pois o processo de semantização marca o conflito entre passado, presente e futuro em relação à existência do Estado Palestino, e isso não pode ser explicado apenas pela presença de uma determinada expressão descritiva ou por construções de sinônimos e paráfrases dessa expressão enunciada por um indivíduo-palestino

(ip), ou um indivíduo-israelense (ii), ou até mesmo, por um indivíduo-conciliador (ic), como podemos observar nas seqüências enunciativas a seguir:

E38 – “Israel deve **devolver os territórios de Gaza e a Cisjordânia (aos palestinos)...**” (ip) (texto 09).

E39 – “(...) embora possam brigar sobre as fronteiras, eles sabem que **haverá um Estado Palestino**” (ii) (texto 29).

E40 – “1947 Oswaldo Aranha (1894-1960, foto), diplomata e político brasileiro, que presidiu a Assembléia Geral da ONU que **aprovou a partilha da Palestina, ou seja, a criação de Israel e de um Estado Palestino**” (ic) (texto 07).

Nesse sentido, entendemos que o processo designativo não se resume na relação língua/objeto, nem tampouco na competência intencional do indivíduo que se apropria da língua para expressar seu pensamento. O fato de as palavras significarem o mesmo (paráfrase) como também o diferente (polissêmia) se dá a partir da relação entre o lingüístico e o histórico-social, na tensão entre o mesmo e o diferente, tensão essa constitutiva da linguagem, e a exterioridade (sujeito/objeto/história). Desse modo, “os muitos sentidos das palavras, expressões e enunciados não apontam para questões individuais (*nem do indivíduo nem da língua*), mas sim para as determinações históricas de sua constituição em termos das relações de forças sociais.” (grifo nosso, Mariani, 1998: 117), ou seja, os sentidos produzidos pelas designações têm a ver com o funcionamento dessas expressões no acontecimento enunciativo, ou melhor, são os efeitos da presença do interdiscurso no acontecimento.

Retomemos agora os enunciados acima. Pelo efeito de literalidade, podemos observar nesses enunciados o “*perfeito*” funcionamento do discurso jornalístico, uma vez que o jornal abre espaço para posições tanto contraditórias como mediadoras. Ou seja, o jornal se isenta de qualquer suspeita tendenciosa, a regra básica que sustenta essa instituição. A da exigência de sua imparcialidade para com os fatos é desse modo apresentada e atestada para/pelo leitor. Mas, não podemos nos esquecer de que: “A produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal” (idem, p. 60). Dito isso, poderíamos perguntar então, que sentido(s) está sendo produzido pela discursividade constitutiva do Caderno Especial em questão?

É importante ressaltar que a partir das designações que referem Palestina dois sentidos se constituem e que consideramos relevantes para a questão em discussão: o primeiro se constitui em relação ao conflito Israelo/palestino, uma vez que esse conflito se configura a partir do instante em que essas designações não mais se acomodam pacificamente junto às designações que referem Israel: a ilusão de uma suposta harmonia entre essas designações é desmontada. Desse modo, temos um direcionamento de sentido que indica a ruptura Israel/Palestina. Diríamos então, que a partir daí o conflito se instaura, isto é, o que é Israel não é Palestina e vice-versa. Nesse caso, encaixaria aqui, perfeitamente, a título de exemplificação o E40, pois nesse caso o enunciado aponta para uma semantização que institucionaliza o todo em partes,

dito de outro modo, a Palestina deixa de ser o todo para se dividir em o Estado de Israel e o Estado Palestino.

O segundo, diz respeito a um outro direcionamento semântico, já não estamos mais considerando o fato do conflito acima exposto, mas sim o conflito entre três possíveis direções de sentidos para o Estado Palestino, a saber: o de sempre ter sido um Estado; o de já ser um Estado e o de que poderá ser em breve um Estado. Como já tivemos a oportunidade de observar, encontramos enunciados dispersos no corpus em análise que na sua linearidade procuram dar conta desses três lugares de significação construídos pelo processo designativo.

O que nos interessa a partir de agora é compreender o funcionamento desse conflito, uma vez que o confronto dos sentidos não é estável e, conseqüentemente, nesse confronto, que sentido aparece como dominante, ou seja, o que produz a ilusão do efeito de evidência, que se apresenta como o sentido verdadeiro, o de consenso.

Para entendermos esse funcionamento vamos trazer para a análise os sentidos produzidos pelo movimento da intertextualidade constitutiva do nosso corpus, o Caderno Especial da *Folha de São Paulo*.

Logo na primeira página desse Caderno dois enunciados nos chamam a atenção:

E41 – “Os palestinos caminham rumo a seu Estado” (texto 02).

E42 – “O Estado judeu chega aos 50 anos, e os palestinos se aproximam da criação de seu país” (texto 05).

Atentemos para o fato de que ambos os enunciados são de responsabilidade do jornalista da Folha, ou seja, a informação evidenciada nesses enunciados são asseguradas como verdadeiras, pois o jornalista fala do lugar da imprensa, portanto do lugar da imparcialidade, onde a narrativa do fato é “cópia fiel” do fato em si, isto é, *emana de uma realidade evidente, palpável*. Esse é um dado muito importante se considerarmos que os enunciados estão na primeira página, a página que apresenta o assunto em questão, e que o jornal nesse espaço garante o lugar tanto dos israelenses quanto o dos palestinos. Esse funcionamento produz a ilusão não só da neutralidade do jornal mas, principalmente, a de que o sentido ali evidenciado pela linearidade é o verdadeiro.

Observemos agora outras seqüências enunciativas retiradas do corpo do Caderno Especial:

E43 – “...*embora o problema palestino ainda não tenha sido resolvido*” (texto 06).

E44 – “...*Assembléia geral da ONU que aprovou a partilha da Palestina, ou seja, a criação de Israel e um Estado palestino*” (texto 07).

E45 – “...*embora não declarada, com um quinto vizinho – os palestinos, que jamais tiveram um território próprio*.” (texto 08).

E46 – “*Deve ser a capital de um futuro estado Palestino*” (texto 09).

E47 – “*Israel deve devolver os territórios de Gaza e a Cisjordânia (aos palestinos)*” (texto 09).

E48 – *“Para a OLP, a autonomia é um passo rumo a um Estado palestino”* (texto 10).

E49 – *“Colocamos nossa bandeira para comemorar a chegada do nosso país, embora ainda não saibamos quando será”* (texto 11).

E50 – *“Naquele tempo , nos perdemos nosso país.(...) nós, os palestinos, perdemos tudo”* (texto 12).

E51 – *“E já existem planos para instalar nove parques industriais em território palestino”* (texto 20).

E52 – *“(...) era arrancar a paz com Israel e avançar rumo a um Estado palestino”* (texto 27).

E53 – *“(...) antes mesmo de sabermos quais serão as fronteiras exatas de uma futura Palestina”* (texto 29).

Nota-se que de E41 até E53 há apenas dois enunciados que apontam para o sentido de o Estado palestino sempre ter sido um Estado (Eps): o E47 e o E50; dois também para a do Estado palestino já ser um Estado (Ep): o E44 e E51, os demais, num total de oito enunciados, indicam para o sentido da futura criação do Estado palestino (Ef). E, mesmo assim, os que apontam para o (Eps) só aparecem a partir do texto 09, enquanto que para o (Ep), aparecem a partir do texto 07, como pudemos observar acima.

Desse modo, no confronto dos sentidos apresentados, temos um processo de naturalização e estabilização do (Ef) sobre as outras, uma vez que esta se encontra dispersa, mas sempre presente, por todo o Caderno, enquanto a

semantização (Eps) e a (Ep) são apresentadas dispersas e raramente, mesmo assim, envolvidas pelo funcionamento da (Ef) que direciona o apagamento das (Eps) e (Ep). Nesse sentido, os leitores são, então, traídos pelo efeito produzido nesse processo. Efeito esse que produz a ilusão de institucionalização do sentido de que o Estado palestino poderá ser em breve um Estado, ou seja, ainda não é um Estado. Para concluir, reafirmamos o fato de que as designações não classificam, elas significam,

“e do ponto de vista de uma análise podemos dizer que elas iluminam a natureza das relações de força numa formação social, ou, em outras palavras, tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. Elas materializam esse cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade e da antecipação”
(Mariani, 1998)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos em nosso trabalho mostrar, a partir da análise enunciativa das designações que referem Israel/israelenses e Palestina/palestino, encontradas no jornal, a construção de uma opacidade de sentidos que não se reduz a um efeito de homogeneidade. Constatamos que, pelo processo designativo, Israel/israelense e Palestina/palestino são reescriturados por expressões com diferentes estruturas morfossintáticas, e que essas reescrituras ao serem enunciadas no jornal produzem todo um movimento de sentido que vai resignificando e ao mesmo tempo apontando para a estabilização de um lugar único de significação, um lugar de consenso para o sentido em Israel/israelense e Palestina/palestino.

Para tanto, analisamos inicialmente as expressões que reescreveram Israel/israelense e Palestina/palestino quanto a suas estruturas morfossintáticas. Como pudemos observar, as expressões são construídas por diferentes estruturas morfossintáticas, e essas diferenças já significam diferentemente. Essa mobilização de sentidos acaba por marcar o conflito político Israel/palestino. Quando da análise da expressão *Palestina*, observamos o movimento constitutivo desse conflito, uma vez que no jogo designativo, referir o Estado de Israel pela expressão que designa o Estado Palestino, a *Palestina*, é possível. Mas, a recíproca não é verdadeira, não há nenhum caso em que o Estado Palestino seja designado pelo nome Israel.

Uma outra marca que aponta para essa diferença política, pudemos constatar a partir da análise da designação *Estado Judeu*. Como vimos, essa expressão construída por um termo genérico (estado), mais um adjetivo (judeu) também refere o Estado de Israel. Essa mesma construção pode ser usada para referir a Palestina, termo genérico (estado) mais adjetivo (palestino) *Estado Palestino*. Mas, como vimos em nossa análise, não podemos designar o Estado Palestino por esta construção morfossintática de um termo genérico mais um determinante se este estabelece uma especificidade religiosa, como em *Estado Judeu*, expressão usada para designar Israel. Não existe no corpus analisado a construção *Estado Islâmico* ou *Estado Muçulmano*, (termo genérico, *estado* mais determinante religioso, *islâmico* - *muçulmano*), para referir o Estado Palestino. Isso nos mostra que no processo designativo uma mesma estrutura morfossintática funciona e significa diferentemente

Nesse sentido o processo designativo não se resolve pela estrutura morfossintática das expressões. Se fosse o caso, nossos exemplos seriam válidos para ambas as situações. Essas possibilidades reguladoras, marcadas no acontecimento enunciativo nos mostra que o conflito das forças socio-político-ideológicas se evidenciam, já a partir do funcionamento da construção morfossintática das expressões que designam Israel/israelense e Palestina/palestino apresentadas no jornal, isto porque, a significação não se reduz pelas/nas expressões, mas sim na relação das palavras com a exterioridade constitutiva da linguagem, pelas condições socio-históricas de sua existência no acontecimento.

Quanto ao funcionamento semântico-enunciativo das expressões que designam Israel/israelenses e Palestina/palestinos, nota-se, como pudemos observar, que nesse processo enunciativo, designar um país, uma nação é fazer significar uma certa região do memorável. A enunciação, que designa o presente, traz consigo enunciações outras passadas, já ditas, como também abre em si a possibilidade futura de novas enunciações que poderão ou não acontecer.

Como vimos em nossa análise, um país ao ser designado por um nome geopolítico, a enunciação que o nomeia retoma a enunciação que determinou o termo enquanto nome. Essas designações são determinadas enunciativamente pela força da linguagem como uma relação de força/poder. E é no acontecimento enunciativo que essa relação passa a significar. Isso marca uma diferença entre Israel e Palestina no jornal. Observamos em nossa análise, que o jornal apresenta o Estado de Israel reescriturado por todos os nomes geopolíticos encontrados no corpus, enquanto que o Estado Palestino não. A expressão *império*, que semantiza uma relação de força/poder entre países, ou seja, a que argumenta com mais força, não designa a Palestina.

A partir dessas diferenças o jornal vai construindo, neste caso específico, uma imagem da relação de força/poder entre Israel e Palestina. Se há, a propósito do Estado de Israel, o lugar de argumentação que sustenta ser ele mais forte, nessa relação, enquanto país, a propósito do Estado Palestino, não há esse lugar. Isso se mostra nessa relação por uma certa diferença semântica marcada pela diretividade argumentativa em favor de Israel, trazida pela expressão *império*. Essa imagem, construída a partir da ilusão da naturalização

das informações apresentadas pelo jornal, acaba por direcionar o sujeito leitor a uma leitura literal. Ou seja, essas informações, por serem apresentadas pelo jornal, uma instituição como já vimos “imparcial”, são apresentadas como isentas e como não trazendo dúvidas quanto a sua veracidade. A imagem que o jornal constrói de si é de que o jornal apenas informa os fatos como estes se apresentam. O jornalista, assim como o leitor, esquece que “o jornal foi obrigado a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada. Ou melhor, que assegura juridicamente. A fronteira entre o que pode e deve ser dito (ideologia dominante). O resultado desse processo é a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos” (Mariani, 1999).

À medida que fomos desenvolvendo as análises nesse trabalho essa posição do jornal se acentua, como veremos a seguir.

Com a análise das determinações na constituição das designações, feita sobre o par Israel/Palestina procuramos desconstruir essa ilusão construída pelo funcionamento do discurso jornalístico. Mostramos, a partir da análise enunciativa, o funcionamento do processo parafrástico das designações que referem Israel/israelense e Palestina/palestino no jornal. Esse funcionamento produz a ilusão que assegura o diferente significar o mesmo. E, pelo efeito do discurso jornalístico se autoriza e se regula, ou melhor, se institucionaliza o diferente que pode significar o mesmo. Nesse sentido, vimos que pelo funcionamento desse processo, expressões como **Terra Prometida, Canaã, Terra Prometida dos judeus, Palestina, Israel, Judéia, império, país, Estado Judeu e Estado de Israel** designam o Estado de Israel e que expressões como

Autoridade Palestina, país, faixa de Gaza, Território, Estado Palestino, faixa de Gaza e Cisjordânia, Autoridade Nacional Palestina, Estado Independente, ANP, Gaza e Cisjordânia, territórios Ocupados, Cisjordânia designam o Estado Palestino.

A análise das determinações das designações que referem Israel/Palestina foi feita pelo estudo da constituição da cena enunciativa de dois textos. O primeiro texto **“Da busca da Terra Prometida até a ... difícil conquista da paz na região”** (texto 06), trata da questão relativamente a Israel e o segundo, **“Casas já ostentam símbolos nacionais”** (texto 11), aborda a questão relativamente à Palestina.

Nessa análise, pudemos observar como o jornal constrói essa aparente posição de imparcialidade. Primeiro porque aquilo que o jornal traz de informação para o leitor é apresentada como verdade absoluta, e, segundo pelo fato de o jornal se preocupar em apresentar os dois lados da questão, tanto o israelense como o palestino.

Nota-se que o primeiro texto apresenta como lugar social de enunciação um locutor-especialista. Isto é marcado tanto pela indicação do jornal de que seu autor é especialista em estudos semíticos quanto pela própria forma do texto. Já o segundo texto apresenta, como locutor, um locutor-jornalista, que se configura tanto pela indicação de que é enviado especial, quando pela própria enunciação do texto que se constrói pela inclusão, ao modo do relato, de enunciados cujo locutor é marcado como locutor-palestino.

Essa diferença não deixa de ser importante para nós, pois com ela pudemos desconstruir a ilusão da transparência, ou melhor, da unidade textual, uma vez que o jornal procura garantir a matéria que apresenta Israel como verdadeira se sustentado na fala de um especialista do assunto, enquanto que para sustentar o que diz da Palestina, o jornal se apoia no próprio jornalista, o qual fala de dois lugares, o da imprensa e o da palestina. Essa diferença apresentada pelo jornal é importante para a questão da designação estudada que contém o sentido do conflito Israelo/Palestina em relação ao leitor, como vimos em nossa análise, se de um lado o locutor-especialista fala de uma perspectiva universal, já que todo texto traz marcas universalizadas. Do outro, o locutor jornalista fala de dois lugares: o da imprensa e o da palestina.

Ao estudar o funcionamento enunciativo destas designações, perguntamo-nos, neste caso nos valendo da análise de discurso, sobre o processo das formações imaginárias constitutivo da imagem que o jornal constrói de si mesmo e daquilo de que trata (Israel/Palestina). E, conseqüentemente, como os fatos apresentados nos jornais, pelo efeito da transparência, acabam por estabilizar e institucionalizar, em uma determinada sociedade, certos sentidos e por silenciar outros. Consideramos ainda que esses sentidos estabilizados e institucionalizados tornam-se os sentidos de consenso, os sentidos ditos *verdadeiros*.

Para respondermos a essas questões buscamos mostrar, a partir de uma reflexão sobre o discurso jornalístico, seu funcionamento, mostrar a imagem que o jornal constrói de si mesmo. Como vimos, a atividade jornalística desde os

primórdios de sua existência tem forjado um mascaramento do seu funcionamento. Mascaramento esse que sob o *efeito de evidência* produz a ilusão do compromisso dessa atividade com a informação e a verdade, assumindo sempre a posição de imparcialidade, de neutralidade. Ou seja, essa atividade se apresenta apenas com a função de informar, de narrar os fatos como eles são sem jamais opinar ou tomar uma posição sobre esses fatos.

Nessa reflexão pudemos notar que, essa ilusão é construída a partir da materialidade lingüística, do espaço gráfico, da configuração gráfico-visual do jornal. No nosso corpus, esse espaço gráfico foi “distribuído” para as matérias sobre a questão Israelo/Palestina em partes iguais. Seja em número de fotos, entrevistas, artigos, enfim, o jornal procurou evidenciar, de certa forma, sua posição de imparcialidade.

Outro processo importante na construção dessa ilusão é a noção de antecipação²³ constitutiva do sujeito jornalista/leitor, uma vez que os papéis, tanto do sujeito jornalista como do sujeito leitor, têm características distintas. Como vimos, no capítulo II, são nas formações imaginárias que falante e ouvinte se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

A partir dessa reflexão fomos levados a desconstruir essa ilusão de imparcialidade da atividade jornalística. Mostramos que tanto o sujeito jornalista como o sujeito leitor se esquecem que ambos encontram-se afetados pela ideologia. Vimos em Orlandi (1987), que não há discurso sem sujeito e nem sujeito

sem ideologia, por isso todo dizer é marcado ideologicamente. Nesse sentido, vimos que a atividade jornalística, como outra qualquer atividade de linguagem, sempre se reinscrevem sob o efeito ideológico. Esse efeito assegura a ilusão da evidência, da transparência dos fatos informados pelo jornal, ilusão essa que funciona como suporte para a institucionalização de certos sentidos, esse mecanismo, o da transparência da linguagem, também produz o apagamento dos sentidos que não podem e não devem ser ditos, é a política do silêncio constitutivo, Orlandi (1992), pois a prática discursiva jornalística está inscrita no campo histórico-social das relações de forças em luta pela hegemonia na produção de sentidos como afirma Mariani (1998).

Dessa forma, o jornal constrói um lugar de significação para a questão de Israel diferentemente do lugar construído para a questão da Palestina. Vimos que pelo efeito de evidência, o jornal apresenta mais fortemente três lugares de significação na relação Estado Israel/Palestina. Um que aponta para o fato de que a região em questão sempre pertenceu a Israel; outro que aponta para a futura criação do Estado Palestino e finalmente um outro que apresenta a divisão da região em dois Estados, um israelense e outro palestino. Vimos também, ainda que de forma esporádica, um outro lugar, o que aponta para o sentido de que a região sempre fora da Palestina.

Pela análise das designações, mesmo sendo apresentados, pelo efeito de evidência, esses lugares de significação, pudemos ver que o discurso jornalístico vai construindo a ilusão de que o sentido que estabelece que a região

²³ A noção de antecipação é aqui entendida conforme Pêcheux em *“Por uma análise automática do*

em questão sempre foi de Israel é o sentido verdadeiro, e até mesmo o eterno. Para tanto, vimos que o jornal apresenta um Locutor especialista que se apropria do discurso bíblico para argumentar em favor da posição de Israel.

Já em relação à Palestina, mesmo o locutor-jornalista fazendo falar um locutor-palestino, vai sendo construída pelo jornal a ilusão de que o sentido da futura criação da Palestina é o sentido verdadeiro, até porque, é o sentido referendado *até* pelos próprios palestinos. Essa ilusão é construída a partir da predicação da temporalidade verbal, que produz a ilusão da unidade textual. O jornal, acaba, então por direcionar o leitor para uma leitura de sentido uno, o da futura criação de um Estado Palestino. Sendo que os sentidos outros possíveis se dispersam na intertextualidade. Ou seja, o jornal constrói a imagem de Israel como se esse Estado sempre existisse, enquanto que para a Palestina a imagem construída é a de que esse Estado poderá existir algum dia.

RÉSUMÉ

Dans ce travail nous voudrions montrer, à partir la perspective théorique de la Sémantique Historique de l'Énonciation, le mouvement des désignations du discours de la presse pour se reporter à Israël/israélien et Palestine/palestiens. Ce mouvement constitue la signification qu'institutionnalise et qu'établisse quelques sens et que tait d'autres. Ces sens institutionnalisés sont les sens qu'on appelle vrais, ces du sens comun.

Nous développons, d'abord, dans cette recherche, une réflexion sur la conception, encore très forte, selon laquelle l'activité de la presse prise (assure) comme une des ses règles basiques l'exigeance de l'impartialité. Après nous analisons la procédure de la re-écriture des désignations qui remontent à Israël/israélien et Palestine/palestiens dans ce discours. Pour cette analyse nous considérons trois aspects: a. celui de la structure morfosyntaxique; b. celui du fonctionnement sémantique-énonciatif et c. celui des déterminations.

À partir de ces analyses nous avons compris la procédure des formations imaginaires constitutives de l'image que le journal construit de soi même et des choses qu'il aborde.

Mots-clés: désignation; énonciation; effet de l'évidence; discours journalistique; sémantisation; paraphrase et polissemie; re-écriture.

APÊNDICE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Folha de S.Paulo – Especial – página 1 – quinta-feira, 23 de abril de 1998

ISRAEL 1948 – 1998

“O estado judeu chega aos 50 anos, e os palestinos se aproximam da criação de seu país. No Oriente Médio, conflito religioso substitui a ameaça de novas guerras”

Há 50 anos, no dia 14 de maio, o líder do movimento sionista, David Ben Gurion, proclamava a independência de Israel. A fundação do país encerrava ambição cultivada havia séculos pelos judeus na Diáspora e iniciava uma nova fase de guerras no Oriente Médio.

Para os palestinos, o surgimento do novo Estado significava a ponta-de-lança de uma invasão estrangeira.

O ataque árabe e ações de forças judaicas em 1948 mergulharam a região numa espiral de violência que sobrevive até hoje. O processo de paz iniciado em 93 enfrenta os percalços de um conflito alicerçado em tempos bíblicos.

Israel construiu uma economia moderna e uma sociedade democrática, manchada pela discriminação enfrentada por seus cidadãos árabes. Carrega também o peso de tensões internas provocadas por diferenças entre religiosos e seculares, entre judeus de diferentes origens.

Os palestinos caminham rumo a seu Estado. Os países árabes da vizinhança gradualmente aceitam a existência do Estado judeu. Mas, assim com o Israel, enfrenta o crescente desafio dos extremistas religiosos.

O cinquentenário de Israel, segundo o calendário lunar judaico, cai no próximo dia 30. Ao completar 50 anos, Israel crava mais uma marca na turbulenta história do Oriente Médio.

*Jaime Spitzcovsky (enviado especial ao Oriente
Médio)*

Fls. 2

DA BUSCA DA TERRA PROMETIDA ATÉ A DIFÍCIL CONQUISTA DA PAZ NA REGIÃO

“Após o Holocausto levado a cabo pelo nazismo no século 20, ficou claro que o ódio anti-semita havia conduzido os judeus à beira da destruição total; Israel então passou a ser considerado o único porto segura no mundo”

Nenhuma nação viva no mundo pode identificar seus antepassados com precisão. Os judeus/israelenses não constituem exceção. Mas, se interpretarmos o Velho testamento não apenas como um livro que contém fatos históricos, os judeus podem ser a única nação do mundo a ter sua genealogia bem registrada. A Bíblia nos fala de uma pessoa conhecida como Abraão, o Hebreu, que, obedecendo ao comando de Deus, deixou a Mesopotâmia e se estabeleceu em Canaã, que, desde então passou a ser a terra Prometida dos judeus.

Abraão teve vários filhos, mas a Bíblia fala de dois: Isaac e Ismael, dos quais descendem respectivamente os judeus e os árabes. A Bíblia também nos conta que o neto de Abrão, Jacó, e os filhos deste, mudaram-se para o Egito e se tornaram escravos dos egípcios, tendo deixado o Egito após 400 anos para retornarem à terra prometida. O percurso até a Palestina levou 40 anos, tempo necessário para Moisés, seu líder, formar seu caráter enquanto povo livre, disposto a lutar para recuperar Canaã e a obedecer às leis de Deus.

Os israelitas conquistaram Canaã e se estabeleceram nas margens do rio Jordão e, depois da morte do sucessor de Moisés, Josué, que os levou à Palestina, foram governados por “juízes”. Mas em pouco tempo os israelitas, desejando ser iguais às outras nações, começaram a querer um rei, e assim seu sacerdote, Samuel, foi obrigado

a ceder e nomeou Saul. David, que o sucedeu, expandiu as fronteiras de Israel, e seu filho Salomão consolidou a monarquia, reinando sobre um império que se estendia do Egito à Mesopotâmia.

Depois do reino de Salomão, o país dividiu-se em dois reinos pequenos e fracos, Israel e Judéia. Ambos caíram nas mãos dos babilônios, que destruíram Jerusalém e expulsaram os judeus, espalhando-os por seu vasto império. Mas, quando foram derrotados pelos persas, estes permitiram o retorno dos judeus à Palestina. Mais tarde, os persas foram derrotados pelos gregos, que conquistaram a Palestina, e posteriormente foram seguidos pelos romanos.

O regime romano foi um governo duro e cruel, que infligiu aos judeus uma série de desastres — primeiro ao levar alguns judeus a se tornarem cada vez mais fanáticos, culminando na queda de Massada e na repressão à revolta, e, segundo, ao crucificar Jesus Cristo, num ato atribuído aos judeus, que por isso sofreram perseguições por quase dois milênios.

Todas as perseguições cometidas pela Inquisição na Idade Média, os “*pogroms*” (massacres organizados de judeus) na Europa Oriental os libelos de sangue e até mesmo o Holocausto, em nosso século, estiveram, de alguma maneira, ligados à longa inimizade entre judeus e cristãos, que agora começou gradualmente a mudar.

Os muçulmanos, que plantaram seu império a partir do século 7, absorveram muitas comunidades judaicas. A vida dos judeus sob o islamismo geralmente era boa. Os documentos Genizab do Cairo mostram que judeus e árabes conviveram em harmonia durante longos períodos. Árabes e judeus muitas vezes sofriam o mesmo destino quando se confrontavam com um inimigo comum, como os otomanos, que dominaram a região do século 16 até sua derrota na Primeira Guerra Mundial.

O século 19 simboliza, para os judeus, uma era de renascença. Embora os judeus se encontrassem espalhados pelo mundo, conseguiram conquistar determinados direitos, conceberam e desenvolveram idéias sionistas e começaram a imigrar para a Palestina. Mas o século 20 foi, sem dúvida alguma, o período mais dramático da história dos judeus. Muitos judeus imigraram para a Palestina em função do sionismo e dos pogroms. Os recém-chegados fundaram kibutzim (fazendas coletivas) e cidades, criaram uma infra-estrutura econômica, educacional e social e lançaram a luta pela independência política. Essas iniciativas abalaram a textura delicada das relações entre árabes e judeus e os vínculos anglo-judaicos na Palestina. Apesar das tensões, que às vezes terminavam

em confrontos sangrentos, o status que poderia ter se mantido por muitos anos. Mas o acontecimento que mudou o rumo da história judaica foi o Holocausto.

De repente, ficou claro e evidente que o ódio do qual os judeus eram alvo poderia leva-lo à beira do genocídio e da aniquilação total. Assim, o argumento em favor do judeu errante enquanto receita de sobrevivência mudou para uma crença profunda na importância da unidade dos judeus em um só território. E Israel passou a ser visto como o único abrigo e porto seguro para todos os judeus.

Três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, David Ben Gurion declarou fundado o Estado judeu, intitulado Estado de Israel. Infelizmente, em seus 50 anos de vida, Israel ainda não viu um único dia em que as pessoas pudessem sentar em paz sob suas videiras e figueiras. As guerras com os árabes começaram a partir do primeiro dia de vida do país e continuaram, acirradas, até que foram assinados acordos de paz com algumas nações árabes, embora o problema palestino ainda não tenha sido resolvido.

Israel tem uma longa lista de conquistas: absorveu 3 milhões de imigrantes, criou um excelente sistema de ensino, desenvolveu uma indústria forte, com produtos que são vendidos em todo o mundo. Todas essas realizações e muitas mais foram conseguidas apesar das guerras sangrentas. Mas a paz com os países vizinhos não vai resolver os enormes problemas internos de Israel: a divisão entre judeus ashkenazis e sefarditas, entre judeus ortodoxos e seculares o abismo entre fanáticos e moderados, ricos e pobres.

Israel está ingressando no próximo milênio com problemas que exigem soluções urgentes. Não há fórmulas mágicas. As melhoras só podem ser conquistadas lenta e, às vezes, dolorosamente. Mas se Israel aprender com os erros do passado, suas chances de se curar serão maiores. A história ensina que os judeus sobrevivem por muito tempo.

Avihai Shvitiel (especial para a folha)

CRONOLOGIA

98.000 a.C. *Primeira ocupação conhecida da região por homo sapiens, segundo esqueletos e artefatos de pedra encontrados perto do monte Carmel.*

2000 a.C.	<i>Abraão, patriarca dos judeus, vai de Ur, na Caldéia (atual Iraque) a Canaã (atual Israel). Início do judaísmo, a primeira grande religião monoteísta. Segundo a Bíblia, Deus promete a terra de Canaã aos judeus como recompensa por sua fidelidade.</i>
1750-1650 a.C.	<i>Primeiros hebreus (população semita da Antiguidade, da qual descendem os atuais judeus) se estabelecem em Canaã, com freqüentes migrações ao Egito. Período dos patriarcas Isaac e Jacó (filho e neto de Abraão).</i>
1300 a.C.	<i>Provável início da escravidão dos hebreus no Egito.</i>
1250 a.C.	<i>Êxodo dos hebreus do Egito. Sob a liderança de Moisés, cerca de 600 mil hebreus se deslocam para a Terra Prometida (Canaã). Permanecem 40 anos no deserto do Siani, onde recebem os Dez Mandamentos (um dos alicerces da religião judaica).</i>
1230-1200 a.C.	<i>Hebreus chegam a Canaã, liderados por Josué. Moisés morre antes da chegada à Terra Prometida.</i>
1008-1001a.C.	<i>Rei David faz de Jerusalém a capital do reino hebreu.</i>
969-930 a.C.	<i>Reinado de Salomão.</i>
959-951 a.C.	<i>Construção do Primeiro Templo em Jerusalém, principal centro do judaísmo.</i>
930-600 a.C.	<i>Domínio dos assírios, população semita da Mesopotâmia.</i>
588-587 a.C.	<i>Invasão comandada por Nabucodonosor, rei da Babilônia (Mesopotâmia), e queda de Jerusalém, com a destruição do Primeiro Templo. Exílio dos hebreus na Babilônia.</i>
539-538 a.C.	<i>O rei persa Ciro conquista a Babilônia e permite a volta dos hebreus.</i>
515 a.C.	<i>Inauguração do Segundo Templo em Jerusalém.</i>
323 a.C.	<i>Ápice da expansão do império de Alexandre, o Grande; conquista da região e início da dominação helênica.</i>
167-142 a.C.	<i>Levante de hebreus contra a helenização forçada (chamada de Revolta dos Macabeus).</i>
63 a.C.	<i>O general Pompeu conquista Jerusalém. Domínio romano.</i>
40 a.C.	<i>Ascensão de Herodes.</i>
66 d.C. 74 d.C.	<i>Revolta dos judeus contra os romanos.</i>

70	<i>Destruição do Segundo Templo pelos romanos. A reconstrução do Templo é então ligada à vinda do Messias, cuja espera é um dos pontos centrais da fé judaica. O Muro das Lamentações é um resquício do Segundo Templo e local mais sagrado para os judeus. Início do segundo exílio (diáspora).</i>
132-135	<i>Revolta contra os romanos fracassa. Repressão romana intensifica a saída de judeus; cerca de 10 mil permanecem, sobretudo na Galiléia (norte de Israel atual).</i>
637	<i>Conquista árabe.</i>
691-710	<i>Sultão Abd El-Malik faz de Jerusalém uma cidade sagrada, construindo a mesquita de Omar. Segundo a crença islâmica, Maomé teria subido ao céu a partir de Jerusalém.</i>
1099	<i>Os cruzados, guerreiros cristãos, conquistam Jerusalém.</i>
1250	<i>Domínio dos mamelucos (muçulmanos de origem turco-mongol).</i>
1517	<i>Início da dominação dos turcos otomanos (originários da atual Turquia).</i>
1882-1903	<i>Primeira onda migratória de judeus russos.</i>
1896	<i>Publicação de "O estado Judeu", pelo jornalista austro-húngaro Theodor Herzl, criador do movimento sionista moderno. O sionismo (nome vem de monte Sion, localizado em Jerusalém) defende a criação de um "lar nacional judaico".</i>
1904-1914	<i>Segunda onda migratória, principalmente de judeus poloneses e russos.</i>
1909	<i>Fundação do primeiro kibutz (fazenda coletiva) em Degania.</i>
1917	<i>Início do domínio britânico. Declaração Balfour, com a qual o Reino Unido se compromete a apoiar a idéia de um Estado judeu.</i>
1920	<i>Criação dos primeiros grupos paramilitares da Haganá (defesa em hebraico, embrião do Exército israelense). Socialistas dominam movimento sionista.</i>
1922	<i>Anunciado plano para criar a Agência Judaica, que coordenará a imigração e representará os judeus junto à administração britânica.</i>
1922-27	<i>Onda migratória de judeus poloneses, protestos árabes.</i>

1931	<i>Fundação do Irgun, grupo paramilitar de dissidentes extremistas da Haganá.</i>
1933	<i>Ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, onda migratória de judeus alemães.</i>
1936-39	<i>A "revolta árabe": protestos e intensificação dos conflitos entre palestinos e judeus.</i>
1939	<i>Começa a Segunda Guerra Mundial na Europa. Pressionado pelos árabes, o Reino Unido publica o "Livro Branco", que limita a entrada de judeus. Imigração clandestina, para driblar restrições britânicas. Irgun organiza ações terroristas contra britânicos e árabes.</i>
1939-1945	<i>Holocausto, genocídio de cerca de 6 milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial.</i>
1943	<i>Menaheem Béguin, futuro premiê, assume comando do Irgun.</i>
14 de maio de 1948	<i>Fim do mandato britânico. Independência de Israel, com o trabalhista (socialista) David Ben Gurion na liderança do país.</i>
Maio de 1948 a 1949	<i>Guerra da Independência. Tropas palestinas, egípcias, iraquianas, sírias, jordanianas e libanesas atacam forças israelenses. Cerca de 700 mil palestinos se refugiam em Gaza, Cisjordânia ou Jordânia, respondendo a chamado de líderes árabes. ou expulsos por ações judaicas.</i>
1949	<i>Com a vitória militar, Israel expande fronteiras. Divisão de Jerusalém entre Israel e Jordânia.</i>
1948-1952	<i>Intensifica-se a imigração de judeus, principalmente europeus e de países árabes.</i>
1956	<i>Guerra do Siani. Forças israelenses, britânicas e francesas atacam o Egito, que havia anunciado nacionalização (controle único) do canal de Suez. Intervenção soviético-americana produz cessar-fogo.</i>
1964	<i>Criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).</i>
1967	<i>Guerra dos Seis Dias. Israel promove ataque, considerando ato de guerra o bloqueio do golfo de Áqaba pelo Egito.</i>

	<i>Vitória israelense e conquista do deserto do Sinai, da faixa de Gaza (Egito), da Cisjordânia, de Jerusalém Oriental (Jordânia) e das colinas do Gola (Síria).</i>
<i>1968-1972</i>	<i>Intensificam-se ações terroristas palestinas.</i>
<i>1973</i>	<i>Guerra do Yom Kipur. Na principal festa religiosa judaica (Dia do Perdão), ataque egípcio e sírio. Reforço iraquiano e jordaniano. Depois derrota iniciais, Israel se recupera e praticamente volta às fronteiras de 1967. Crise internacional do petróleo.</i>
<i>1974</i>	<i>OLP é reconhecida na ONU como única representante dos palestinos.</i>
<i>1977</i>	<i>O Likud chega ao poder e põe fim à hegemonia dos trabalhistas, que governam desde a independência. O presidente egípcio, Anuar Sadat, visita Jerusalém, iniciativa pioneira de um dirigente árabe.</i>
<i>1979</i>	<i>Assinatura da versão final do tratado de paz entre Israel e Egito (acordo de Camp David).</i>
<i>1982</i>	<i>Israel devolve deserto do Sinai ao Egito e invade o Líbano, com o objetivo de expulsar as organizações palestinas baseadas naquele país.</i>
<i>1984</i>	<i>Formação do governo de união nacional, entre Likud e trabalhistas. Imigração de judeus negros da Etiópia (África).</i>
<i>1987</i>	<i>Início da Intifada, levante nos territórios palestinos ocupados por Israel desde 1967.</i>
<i>1988</i>	<i>OLP reconhece, implicitamente, direito de Israel à existência.</i>
<i>1989</i>	<i>Começo de uma onda migratória que levará, em cinco anos, cerca de 600 mil judeus da ex-URSS a Israel.</i>
<i>1991</i>	<i>Guerra do Golfo. EUA precisam do apoio árabe contra Saddam Hussein (Iraque) e, em troca, pressionam Israel a aceitar conferência de Paz de Madri. Encontro, apesar da importância simbólica, produz poucos resultados.</i>

1992	<i>O líder trabalhista Yitzhak Rabin assume o cargo de primeiro-ministro em Israel.</i>
1993	<i>Assinatura do acordo Oslo (paz israelo-palestina) em Washington.</i>
1994	<i>Início da autonomia palestina, na faixa de Gaza e na Cidade de Jericó (Cisjordânia). Assinatura do acordo de paz entre Israel e Jordânia. O premiê Yitzhak Rabin, o chanceler Shimon Peres e o dirigente palestino Iasser Arafat recebem o Nobel da Paz.</i>
1995	<i>Ampliação da área sob autonomia palestina em Gaza e Cisjordânia. O premiê Rabin é assinado em Tel Aviv por um extremista judeu contrário às concessões.</i>
1996	<i>Atentados de extremistas palestinos em Israel. O candidato do Likud, Binyamin Netanyahu, derrota por estreita margem o candidato trabalhista, Shimon Peres. Governo Netanyahu, que afirma priorizar a segurança de Israel, desacelera o processo de paz.</i>

Fls. 3

CRIAÇÃO DE ISRAEL FAZ PALESTINA EXPLODIR

Meio século após a criação do Estado de Israel, ninguém consegue desenhar um mapa de suas fronteiras universalmente aceito.

O Estado judeu está ainda tecnicamente em guerra com dois de seus quatro vizinhos, o Líbano e a Síria. Qualquer mapa que inclua, por exemplo, as colinas do Gola, tomadas da Síria na guerra de 1967, será rechaçado pela Síria e pelos demais países árabes.

Qualquer mapa que não as inclua será considerado traição pelas correntes nacionalistas-religiosas de Israel, de crescente força política interna. Mesmo com os outros dois vizinhos, Jordânia e Egito, com os quais fechou acordos de paz, não é pacífica a aceitação dos contornos de Israel.

O fato é que o Estado judeu travou, nesses 50 anos, quatro guerras com os países árabes, sem contar a agressão sofrida em uma quinta guerra, a do Golfo, em

1991. Ganhou nitidamente duas, a da Independência (1948) e a dos Seis Dias (1967). Empatou a terceira (a do Yom Kippur, em 1973) e perdeu a chamada Guerra do Líbano (a partir de 1982), mais uma invasão do território libanês do que propriamente uma guerra.

Tudo somado, Israel já teve mais que o quádruplo de sua área, que oscilou dos 20.700 Km² originais aos 89.351 Km² (sem contar a faixa do sul do Líbano, que ocupa, e as devoluções de territórios palestinos). Os israelenses mataram mais do que morreram. Para cada vida israelense perdida nas guerras, houve cinco mortos do lado árabe.

Israel ganhou dois Nobel da Paz, um para Menahem Begin, outro para Yitzhak Rabin e Shimon Peres, ambos compartilhados com ex-inimigos — o líder egípcio Anuar Sadat e o palestino Iasser Arafat, respectivamente.

Vitórias sem paz

De alguma forma, o Estado judeu ganhou também a Guerra Fria, Baluarte do Ocidente numa região conflitiva e estratégica (pelo petróleo), beneficiou-se do fim da URSS, que ajudava, com armas e recursos financeiros, inimigos de Israel, como a Síria e os palestinos.

Israel só não ganhou a paz.

Em grande medida, porque continua travando uma guerra cotidiana, embora não declarada, com um quinto vizinho — os palestinos, que jamais tiveram um território próprio.

Talvez nada simbolize mais os nós que cercam o conflito Israel/palestinos do que a cidade de Hebrons (35 Km ao sul de Jerusalém). Ou, mais exatamente, uma construção ancestral, que, embora única, leva dois nomes: para os judeus, é a Tumba dos patriarcas, porque lá estariam enterrados Abrão, Isaac e Jacó. Para os muçulmanos, é a mesquita de Ibrahim (Abraão em árabe), sepulcro de Ibrahim ou Al Khalil er Rahman, o “Amigo do Senhor”.

A tumba é o segundo lugar mais sagrado do judaísmo, atrás apenas do chamado Muro das lamentações, em Jerusalém. Mas a mesquita é o quarto mais sagrado local do islamismo, perdendo para as mesquitas de Meca e Medina, ambas na Arábia Saudita, e para a de Al Aqsa, em Jerusalém. Só essa construção bastaria para

demonstrar como o conflito árabes/judeus tem fundas raízes fincadas na história, na fé e também no território físico de um país, além de tudo pequeno (a superfície de Israel corresponde a apenas 1% do território brasileiro).

DILEMAS

Raízes menos antigas, mas irrigadas a sangue, contribuíram para os dilemas que ainda hoje assombram o Estado judeu.

Antes e durante a segunda Guerra Mundial, 6 milhões de judeus foram exterminados no Holocausto. Uma matança que tornou ainda mais desejável um território para os judeus dispersos há 2.000 anos pelo mundo.

Quando a ONU ofereceu aos judeus um pedaço da Palestina, administrada pelos britânicos, para nele construir o seu Estado, os líderes do movimento sionista tinham com objetivo: construir um Estado judeu, um estado democrático e um estado que ocupasse tudo o que consideravam a Terra de Israel, o que significaria não uma parte, mas toda a Palestina, do mar Mediterrâneo ao rio Jordão, e uma parte da Jordânia.

Alcançar os três objetivos ao mesmo tempo era impossível à época, como admitia David Ben Gurion, o patriarca sionista: "Neste mundo, só podemos alcançar dois de nossos três objetivos. Está nos sendo oferecida a oportunidade de obter um Estado judeu e democrático, mas somente em metade da terra de Israel. Poderíamos insistir em querer toda a terra de Israel, mas, neste caso, poderíamos perder tudo".

Proféticas palavras. Nos 50 anos seguintes, Israel viveu — e muitos israelenses morreram — na perseguição aos três objetivos, ora ameaçados de perder um, ora outro, ora todos ao mesmo tempo.

É, hoje, um Estado judeu? É. De seus pouco mais de 5,9 milhões de habitantes, 81% são judeus, mais da metade nascidos em Israel, e os restantes provenientes de 70 países do resto do mundo. Mas, se tornada permanente, a ocupação dos territórios árabes provocaria, em poucos anos, uma inversão demográfica, dada à taxa de natalidade significativamente mais elevada entre os árabes.

É um Estado democrático? É predominantemente habitado por palestinos leva Israel a recorrer a práticas até totalitárias, para reprimir a revolta dos palestinos.

Hebron é, de novo, um símbolo. Em inúmeras casas da rua King David, que era a principal artéria comercial da cidade, casas antes pertencentes aos árabes exibem agora uma estrela de David (símbolo do estado judeu) amarela pintada na porta, para indicar quem são os donos supostamente verdadeiros.

A estrela de David amarela era pintada nas janelas ou portas de casas de judeus, nos países europeus ocupados pela Alemanha nazista, para apontar as próximas vítimas das perseguições.

Além disso, os árabes com cidadania israelense (900 mil) são tratados como cidadãos de segunda classe. A ponto de sua renda per capita ser inferior à metade da de seus concidadãos judeus.

De todo modo, o nó decisivo e que ajuda a entender porque Israel ganhou guerras, mas não a paz, é a definição dos seus limites.

E não causa conflitos apenas com os vizinhos árabes. Acabou por criar profundas divisões internas no próprio Estado judeu, a ponto de estar na origem do assassinato, em 1995, do então primeiro-ministro Yitzhak Rabin.

Rabin aceitou o princípio "terra por paz", ou seja, a devolução de parte dos territórios ocupados após a guerra de 67 em troca da paz, com os palestinos e também com os demais vizinhos. Chamado de traidor pela extrema-direita, sua morte foi saudada por extremistas como "gesto sagrado".

No fundo, o dilema de Israel é usar ou não a Bíblia "à guisa de mapa", como ironiza o jornalista americano Thomas Friedman.

Clóvis Rossi (do Conselho Editorial)

DE QUEM É A TERRA EM DISPUTA?

PALESTINOS

Até a criação do Estado de Israel (1948), os palestinos eram maioria na Palestina britânica. Forças israelenses expulsaram os palestinos das terras em que viviam até 48. Palestinos dispersos pelo mundo ou confinados a campo de refugiados sonham em voltar para suas casas.

ISRAELENSES

Os judeus habitam a região desde os tempos bíblicos. Depois de expulsos por invasores (babilônicos e romanos) e dispersos pelo mundo, sofreram perseguições e massacres. O Estado de Israel também significa para os judeus um local que os livra de eventuais perseguições.

A QUEM PERTENCE JERUSALÉM?

PALESTINOS

ISRAELENSES

<i>Jerusalém Oriental é o centro da vida palestina, abrigando os principais órgãos de sua vida comunitária. Deve ser a capital de um futuro Estado palestino. Ali estão as mesquitas do Domo da rocha e de Al Aqsa, essa última o terceiro lugar mais sagrado para os muçulmanos, de onde, segundo a crença islâmica, Maomé teria subido ao céu.</i>	Jerusalém foi, ao longo dos séculos, a única capital e centro da vida judaica, nunca tendo sido uma capital árabe. Abriga o lugar mais sagrado para os judeus, o Muro das Lamentações, vestígio do Segundo Templo, destruído pelos romanos em 70 d.C.
---	--

QUEM TEM CULPA PELO CONFLITO?

PALESTINOS	ISRAELENSES
<i>Israel tem uma política expansionista, buscando ocupar terras árabes que nunca lhe pertenceram, de acordo com as fronteiras reconhecidas internacionalmente. A sociedade israelense é intolerante em relação aos árabes, usando a questão da segurança como desculpa para reprimir os palestinos.</i>	Os palestinos e os países árabes não aceitam a partilha da palestina determinada pela ONU em 1947, iniciando uma série de guerras contra Israel. Até hoje, setores árabes extremistas não aceitam a existência do Estado judeu, o que exige especial preocupação com a segurança do país.

QUAIS SÃO AS SOLUÇÕES PROPOSTAS?

PALESTINOS	ISRAELENSES
Israel deve devolver os territórios de Gaza e a Cisjordânia (aos palestinos), as colinas do Gola (à Síria) e o sul do Líbano (ao Líbano), o que causará o fim das hostilidades. Há grupos palestinos que querem a devolução de propriedades no atual território de Israel ou indenização pelas perdas pós-48.	<i>Com a consolidação da paz, Israel pode devolver os territórios árabes ocupados, mas sempre com garantias de segurança como prioridades. Não há consenso nos vários setores da sociedade judaica sobre quais são as áreas que devem ser devolvidas.</i>

GLOSSÁRIO

Autoridade Nacional Palestina

- (ANP):** *área de autonomia palestina, estabelecida em quase toda a faixa de Gaza e em 27% da Cisjordânia, entregues por Israel a partir dos acordos de paz de 1993. Discute-se a ampliação da área sob jurisdição da ANP. Para a OLP, a autonomia é um passo rumo a um Estado palestino.*
- Anti-semitismo:** *Movimento ou doutrina contra os semitas. Termo usado para designar o ódio e a perseguição contra os judeus.*
- Árabe:** *povo originário da península arábica. Os árabes habitam grande parte do Oriente Médio e norte da África e são, majoritariamente, muçulmanos.*
- Ashkenazi:** *judeu de origem europeia central ou oriental.*
- Bar-mitzavá:** *cerimônia que marca a maioridade religiosa do judeu, celebrada aos 13 anos.*
- Circuncisão:** *ritual de iniciação, que consiste em cortar o prepúcio (pele que cobre a glândula do pênis). Feita por judeus e muçulmanos.*
- Cisjordânia:** *região à margem esquerda do rio Jordão, conquistada por Israel à Jordânia (ex-Transjordânia) em 67. A ANP quer o Estado Palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.*
- Diáspora:** *dispersão de um povo pelo mundo por motivos políticos ou religiosos.*
- Faixa de Gaza:** *território conquistado por Israel ao Egito em 67. Com a Cisjordânia, forma os territórios ocupados que a ANP quer transformar em Estado palestino.*
- Góí:** *termo hebraico que designa o não-judeu.*
- Hamas:** *acrônimo de Movimento de Resistência Islâmico. Formado*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

por religiosos extremistas, é contrário ao processo de paz e autor de atentados contra Israel.

Hebreus: *povo semita da Antiguidade, do qual descendem os judeus.*

Hebraico: *língua semítica que ficou vários séculos restrita ao uso religioso. Renasceu em fins do séc. 19, com o movimento sionista.*

Hizbolah: *"Partido de Deus", em árabe. Grupo muçulmano fundamentalista que combate a ocupação israelense no sul do Líbano.*

Ídiche: *língua falada por uma parte dos judeus (ashkenazis), baseada no alemão do séc. 14, com elementos hebraicos e aramaicos.*

Intifada: *revolta palestina entre 1987 e 1993, em Gaza e Cisjordânia, contra a ocupação israelense.*

Israelense: *cidadão de Israel. Cerca de 20% dos cidadãos israelenses não são judeus.*

Jihad: *"esforço", em árabe. Significa o esforço que o muçulmano deve desempenhar para difundir e proteger o islamismo. Ficou caracterizado como "guerra santa" na imprensa.*

Judeu: *aquele que segue a religião judaica. Nem todo judeu é israelense. Judeus podem ser cidadãos de qualquer país.*

Kasher: *alimento em concordância com preceitos religiosos judaicos.*

Kibutz: *fazenda coletiva, base da economia de Israel na época da independência.*

Likud: *partido israelense de direita. Liderado pelo premiê Binyamin Netanyahu, afirma priorizar a segurança do país. Acusado de intolerante por dirigentes palestinos. Assinou acordo de paz com o Egito em 1979.*

Muçulmano: *aquele que segue a religião islâmica.*

**OLP (Organização
para Libertação da**

- Palestina):** fundada em 1964, é liderada por Iasser Arafat. Corresponde a uma frente de grupos palestinos que domina a ANP. Nos anos 80, substituiu a luta armada pela negociação.
- Palestina:** região que foi dividida pela ONU em 1947 entre judeus e palestinos. O termo derivaria de palestina ou filistina, a terra dos filisteus, um povo da Antiguidade.
- Palestino:** aquele que nasceu na Palestina. O povo palestino é formado pelos árabes (e seus descendentes) que vivem nessa região ou, após 48, na diáspora.
- Partido Trabalhista:** grupo israelense de centro-esquerda, na oposição.
Liderou a criação de Israel e governou da independência até 1977. Assinou acordo de paz com a OLP (93) e a Jordânia (94).
- Sefardita:** judeu de origem ibérica, que depois imigrou, em sua maioria, para países árabes.
- Sionismo:** movimento nacionalista judaico, criado na Europa no final do século 19. Defende a criação de um Estado judeu na Palestina.

Fls. 4

CASAS JÁ OSTENTAM SÍMBOLOS NACIONAIS

Enquanto a independência não vem, a Autoridade Palestina se prepara para virar governo de fato

Na parede da casa modesta de alvenaria, um retrato do dirigente palestino Iasser Arafat vigia a bandeira tricolor pendurada na parede. O símbolo de um país que ainda não existe se espalhou nos últimos anos pela faixa de Gaza, emprestando um clima de nacionalismo e de pré-independência ao território com a população mais jovem do planeta.

Segundo a ONU, 52% dos habitantes da faixa de Gaza contam menos de 15 anos. Uma população que cresceu em meio à ocupação israelense e, em sua maioria, acredita já viver no embrião de um Estado palestino.

Com a retirada das tropas israelenses prevista pelo acordo de paz de 1993, fincar um emblema palestino deixou de ser crime. "Colocamos a bandeira para

comemorar a chegada do nosso país, embora ainda não saibamos quando será”, afirma Samah el Qassas, 12. “Mas espero que seja no próximo ano”.

Samah vive no campo de refugiados de Shati, com os pais e sete irmãos. Sobre seu colchão, no quarto que divide com mais oito pessoas descansa um livro de inglês impresso no Egito. “Quero ser médica”, explica, com um sorriso tímido e o véu jogado sobre os ombros.

É na faixa de Gaza e na Cisjordânia que Yasser Arafat, o presidente da Autoridade Nacional Palestina (governo que resulta da autonomia concedida por Israel aos palestinos), pretende proclamar um Estado independente.

Enquanto a independência não chega, a ANP se prepara para virar um governo de fato. Cerca de 80 países já abrigam embaixadas palestinas, a faixa de Gaza conta com uma casa de hóspedes para receber convidados como o presidente francês, Jacques Chirac. As latas de lixo na rua trazem as estrelas amarelas que indicam doação da União Européia.

Intifada

O acordo de paz sufocou a Intifada, a revolta das pedras. Entre 1987 e 1993, crianças armadas de fundas tomavam as ruas de Gaza e da Cisjordânia para atacar tropas israelenses desmoroçadas pelo fato de enfrentar inimigos mirins. A pressão do levante funcionou como um dos fatores que empurraram Israel para as negociações.

O cenário dos territórios ocupados se transformou. Atualmente, um carro com chapa israelense pode circular pelo centro de Ramallah (Cisjordânia), quase sem o risco de apedrejamento. No centro da cidade, os habitantes ignoram a presença de israelenses, caminhando com a velocidade exigida por uma decolagem econômica.

Na faixa de Gaza, os cartazes do Bank of Palestine ou do Palestine Automobile, concessionária da sul-coreana Hyundai, substituíram as pichações antiisraelenses.

A ANP também tem o seu quinhão de responsabilidade no desaparecimento das inscrições políticas. Foram proibidas pela polícia de Arafat, com o intuito de aplacar exigências israelenses e o crescimento da oposição, sobretudo a islâmica.

Desafios

O maior desafio político a Arafat emana do Hamas, organização extremista que se apóia principalmente no conservadorismo religioso de Gaza, mais pobre e isolada do que a Cisjordânia. O Hamas patrocinou atentados contra Israel e ajudou a eleição do premiê Binyamin Netanyahu, em 1996.

O trabalhista e pró-paz Shimon Peres liderava as pesquisas até os atentados, que amedrontaram setores da população israelense. Votos migraram para o ideário linha dura de Netanyahu.

O governo israelense, em nome da segurança do país, desacelerou bruscamente as negociações. Arafat se viu então na delicada posição de ter de explicar à população palestina as vantagens de sua opção pela paz, sem poder mostrar mais resultados da atual política arquitetada para obter um Estado em Gaza e na Cisjordânia.

"Somos contra os acordos de paz, mas damos uma chance a Arafat", comenta Suhel Zaqt, 26, da Frente popular para a Libertação da palestina, grupelho marxista sediado na Síria.

Zaqt que amargou quatro anos em prisões israelenses por sua militância, diz que "Israel deseja apenas ganhar tempo e nos enganar, sem real vontade de paz".

Alheia aos meandros das negociações de paz, a comerciante Fatma Zaqia, 65, afirma: "Não sei se teremos independência, mas pelo menos hoje não há mais soldados israelenses batendo à porta de minha casa, de madrugada, para fazer uma revista". (JS)

PALESTINA

Nome oficial: ainda não há um Estado palestino independente. A administração dos territórios cedidos por Israel chama-se Autoridade nacional Palestina	Sistema de governo: administração autônoma nas áreas cedidas por Israel, comandada pela Autoridade Nacional Palestina. A ANP cuida dos assuntos internos, mas não pode agir na esfera externa, como nas relações internacionais e na defesa das fronteiras
Capital: os palestinos reivindicam Jerusalém Oriental como a capital de um futuro Estado palestino	Presidente da ANP: Iasser Arafat (eleito em 96, com 88% dos votos)
Área: 6.257 Km ² (área total da faixa de Gaza e Cisjordânia, incluindo território	Legislativo: Assembléia Nacional Palestina, com 88 membros, eleita em 96,

<i>ainda ocupados ou anexados por Israel)</i>	<i>subordinada a Arafat</i>
População: 2.761.00*	FORÇA POLICIAL: <i>Cerca de 35 mil homens, divididos em diferentes forças de segurança</i>
Religião: majoritariamente muçulmanos, com minorias cristã e drusa	
Idioma: árabe	

***Dado de censo palestino, não aceito por Israel**

DIRIGENTE ESPERA ESTADO EM MAIO DE 99

Ano de 48 lembra 'desastre' para o palestino Mahmoud Abbas, provável sucessor de Yasser Arafat

Os 50 anos de Israel trazem num "desastre" à memória de Mahmoud Abbas, o número dois da ANP (Autoridade Nacional Palestina) e provável sucessor de Yasser Arafat, o atual presidente da ANP.

Abbas, também conhecido pelo nome de guerra Abu Mazen, entrou para a história ao assinar, em 1993, o acordo de paz em Washington (EUA) como representante dos palestinos.

Pelo lado israelense, firmou o então chanceler Shimon Peres, sob os olhares de Yasser Arafat e Yitzhak Rabin.

A família de Abbas deixou sua cidade natal, Tzefat (Israel), em 1948, quando da criação do estado judeu. O garoto Mahmoud tinha então 15 anos.

Depois do exílio na Síria, na ex-URSS e na Tunísia, o advogado Abbas retornou secretamente a Tzefat em 94. Não queria ser reconhecido. Em 96, voltou a visitar Israel. Atualmente, vive entre Gaza e Ramallah (Cisjordânia), onde recebeu a Folha. (JS)

Folha – O que representa para o sr. Os 50 anos de Israel?

Mahmoud Abbas – *esse fato traz à memória um verdadeiro desastre. Naquele tempo, nós perdemos nosso país. Perdemos a nossa existência, perdemos nossa comunidade. Perdemos tudo. Viramos refugiados, gente sem casa. No mesmo dia em que eles*

(judeus) obtiveram seu próprio país, seu próprio Estado, nós, os palestinos, perdemos tudo.

Folha - Em 1948, o que ocorreu com o sr. E a sua família?

Abbas – Minha família teve de fugir, perdemos a nossa casa, na cidade de Tzefat, atual território de Israel. Não penso em recupera-la ou reivindicá-la, porque aceitamos a legitimidade internacional de Israel.

Folha – Setores israelenses dizem que foi um erro do mundo árabe não aceitar a partilha definida pela ONU em 1947. O sr. Concorde?

Abbas - Qual a utilidade dessa discussão agora? Se foi um erro, foi dos dois lados, desde o início. Por que não aceitaram a idéia da coexistência? Vamos nos fazer essa pergunta e fazê-la também aos israelenses.]

Folha – O que o sr. Entende pó início? 1948?

Abbas – Não, falo do começo só século, dos anos 20, quando começou a imigração judaica. Em 1969, criamos um slogan: “Pelo Estado democrático palestino”, no qual muçulmanos, cristãos e judeus viveriam em condições de igualdade. Já entendíamos a necessidade de conviver.

Ou seja, há mais de 20 anos estendemos nossa mão aos vizinhos israelenses. Não queremos viver para sempre fora do nosso país, queremos voltar.

Folha – quando haverá um Estado palestino?

Abbas – Espero que em maio de 1999, como prevêem os acordos de paz assinados em 1993. Esse Estado deve ser o resultado de nossas negociações com os israelenses, temos apenas de exercer nosso direito a contar com um país. E concordamos com as fronteiras atuais, ou seja, um Estado palestino em Gaza e Cisjordânia, ao lado de Israel.

CALDEIRÃO JUDAICO ENFRENTA TENSÕES

Paz externa traz à tona os conflitos internos entre os vários segmentos da sociedade civil israelense

Um pequeno país sacudido por uma efervescência de conflitos entre os fiéis do judaísmo e os não-religiosos, entre os judeus de origem européia e os pacifistas, entre os imigrantes mais antigos e os mais recentes, como russos e etíopes.

Caldeirão judaico, a sociedade israelense resiste às tensões que alguns observadores, mais alarmistas, já chamam de “guerra civil silenciosa”. “Isso não existe”,

devolve o deputado Michael Kleiner, da coalizão governista (direita). “O que vemos são sinais de vitalidade de uma sociedade democrática”.

O parlamentar trabalhista (centro-esquerda) Shlomo Ben Amia discorda. Aponta o conflito mais evidente, entre religiosos e não-religiosos, como espelho da discussão sobre a identidade de Israel.

“O principal conflito é cultural”, analisa Ben Ami. “Vemos a disputa entre os que preferem as incertezas da modernidade e os que desejam as certezas oferecidas pela religião”.

Os partidos religiosos, com exigências bíblicas que sugerem um Estado teocrático e grau mais profundo de desconfiança em relação ao processo político que mais cresce em Israel e detêm pelo menos 25 das 120 cadeiras do Parlamento.

Um exemplo de expansão é o Shass, que começou há 14 anos como uma lista para eleições municipais em Jerusalém e hoje representa a terceira força partidária, atrás apenas dos tradicionais Likud, do premiê Binyamin Netanyahu, e do Partido Trabalhista.

Os religiosos, com suas diversas correntes, formam cerca de 100% da população, mas são hoje a fatia mais organizada e militante da população. No parlamentarismo israelense, seus partidos acabam como o poderoso fiel da balança na hora de montar o governo.

Refratários a um sistema jurídico laico — argumentam que sua base seria a tradição britânica, que é “gói” (não-judia) —, os religiosos reúnem privilégios como abocanhar mais 90% do orçamento do Ministério da educação ou não fazer o serviço militar obrigatório, uma das perdas fundamentais da sociedade israelense.

A recusa a vestir a farda, no entanto, não cobre todos os grupos religiosos. Os seguidores de um deles, o Partido Nacional Religioso, já substituem os militares originários dos kibutzim (fazendas coletivas de inspiração socialista) como elite das Forças Armadas.

Essa tendência é emblemática das mudanças dos últimos 50 anos. Na criação de Israel, os grupos mais atuantes e organizados eram os socialistas, papel que cabe agora aos religiosos.

O patriarca da independência, David Ben Gurion, concedeu aos ortodoxos privilégios como isenção do serviço militar pois, crente na “vitória do socialismo”, achava que eles se transformariam em “museu do judaísmo”.

Música

A música israelense oferece exemplos dos vícios que riscam o país. Arik Einstein, o Chico Buarque de Israel, expressão da boêmia e canções pró-paz, enfrentou problemas psicológicos quando seu melhor amigo, sua ex-mulher e filha se tornaram judeus ortodoxos. Em protesto, juntou-se a Shalom Hanoch, um patrono do rock.

Hanoch também desponta como mentor intelectual de um dos maiores sucessos do rock israelense, Aviv Guefen, outro símbolo das contradições locais. Sobrinho de Mosche Dayan, o maior herói militar da história de Israel, Guefen escapou do Exército por problemas de saúde e hoje defende o boicote ao serviço militar.

Sobre Netanyahu, Guefen disse ter “vergonha de ver o país dirigido por um homem tão cruel”. O premiê prefere ignorar a ofensa e se esforça para ampliar sua base de apoio, principalmente judeus religiosos e os de origem árabe.

Netanyahu também corteja os votos dos imigrantes da ex-URSS. Estes, para o ex-dissidente soviético e hoje ministro israelense Natan Sharansky, conseguiram se adaptar em tempo recorde, mas ainda enfrentam preconceitos.

Os 600 mil imigrantes, que começaram a desembarcar em 89, sofrem com uma imagem da Rússia pós-soviética marcada por grupos mafiosos e prostituição.

Ao fazer 50 anos, Israel se despede dos tempos do consenso, quando a questão da sobrevivência do país apagava diferenças internas. ‘Não somos a sociedade monolítica imaginada por nossos fundadores’, diz Kleiner. (JS)

Fls. 06

LUTA É UM FANTASMA NA CABEÇA DE TODOS

“Paz” é a palavra mais falada em Israel, onde a guerra se impõe no cotidiano; judeus venceram o deserto, mas não tiveram o mesmo resultado com os vizinhos

A terra é árida e pouca, Voltaire a descreveu como enfadonha sucessão de pedras. Até hoje é mais ou menos assim. Apenas arrumaram grande parte das pedras em forma de casas, edifícios e cidades. E os desertos, pouco a pouco, foram transformados em lavouras, pomares e jardins.

O leite e o mel escorreram por lá, nem antes, nem agora. A Terra Prometida a Moisés, em termos de marketing, seria um blefe. Alguns judeus ainda

acreditam numa velha piada, que o Senhor havia prometido o Canadá, mas Moisés entendeu Canaã.

Esse equívoco explica alguma coisa da história de Israel, inclusive o lado inexplicável da crise do Oriente Médio. Seria intolerável o povo de Deus voltar à história para ser apenas um outro Canadá.

Por que os judeus insistem em permanecer naqueles desertos e em cima daquelas pedras, cercados por inimigos ou adversários que desejariam afogá-los no mar?

Ao longo dos 2.000 anos de Diáspora, o judeu suspirou pelas pedras e os desertos, cenários de seus patriarcas e profetas. Em cativeiro mais antigo, eles penduravam os alaúdes nos salgueiros e choravam sobre os rios da babilônia lembrando as alegres tendas de Sião.

O retorno dos judeus a Israel, que antecedeu a criação do novo Estado há 50 anos, deve ser compreendido a partir dessa constatação: o lar deles é ali mesmo. Muitos prefeririam Manhattan ou a Escandinávia. De pouco adiantaria: o lar deles é ali mesmo. Muitos prefeririam cativos habitando um gueto de luxo.

Visitei Israel diversas vezes, a primeira logo depois da Guerra do Yon Kippur (1973). Já ouvira lendas e cantigas dos desertos transformados em jardins. Estavam lá, realmente, à esquerda e à direita da estrada que me levava a Beersheva (sul). Já naquele tempo, Israel conseguira o recorde de maior rendimento por hectare. No setor agrícola, numa um povo herdara tanta pedra e desolação para, em poucos anos, transformar pedra e desolação numa de suas maiores fontes de renda.

Beersheva era uma aldeia perdida no deserto do Neguev, talvez uma pousada de camelos e beduínos. Hoje é uma cidade importante, sede da Universidade Ben Gurion, chamada de "Universidade do Deserto". Não tinha, pelo menos em 74, a imponência de outros centros culturais de Israel, como a Hebraica, de Jerusalém, o Technion, de Haifa, ou Instituto Weizmann, perto de Tel Aviv.

ISRAEL

Nome oficial: <i>Estado de Israel (Medinat Israel)</i>	Legislativo: <i>unicamente; Assembléia (Knesset) com 120 membros eleitos por voto direto para mandato de quatro anos</i>
Capital: <i>Jerusalém (sede do governo, não reconhecida pela ONU)</i>	Constituição em vigor: <i>não há Constituição escrita, mas leis básicas que</i>

	definem o funcionamento do Estado e os direitos civis
Área: 20.700 Km ²	FORÇAS ARMADAS** Exército..... 34 mil homens
População: 5.946.000	Reserva..... 365 mil homens
Índice de desenvolvimento humano da ONU (IDH)*: 23º	Tanques..... 4.300
Idiomas: Hebraico e árabe	Forças Aéreas.....32 mil homens
Religiões: judaísmo 81%, islamismo 14,5% (maioria sunita), cristianismo 2,9%, drusos e outros 1,6%	Aviões de combate..... 449
Sistema de governo: república parlamentarista	Marinha.....9.00 homens
Presidente: Ezer Weizman (desde 96)	Navios de guerra..... 5
Primeiro-ministro: Binyamin Netanyahu (desde 96)	** segundo organizações internacionais, Israel possui armas nucleares

Índice que mede a qualidade de vida nos países. O Canadá lidera a lista, o Brasil ocupa a 68ª posição

FIM DOS CONFLITOS PREOCUPA ISRAELENSE

“Existe gente que diz precisar de tempos duros”, diz Avraham Burg, o presidente da Agência Judaica

O desaparecimento de um inimigo externo, num eventual cenário de paz no Oriente Médio, deverá ser um desafio para Israel. Setores da população se acostumaram a viver numa situação belicosa e terão dificuldades para viver num clima de paz e prosperidade.

A análise é de Avraham Burg, o presidente da Agência Judaica. Ele avalia como “glorioso” o que chama de primeiro capítulo do movimento sionista, terminado com os 50 anos de Israel.

Leia a seguir a entrevista concedida em Jerusalém pelo presidente da organização não governamental responsável por promover a imigração de judeus a Israel.
(JS)

Folha – O sr. Diria que o projeto sionista se concretizou?

Avrahan Burg – Eu diria que, sem dúvida, o primeiro capítulo foi escrito, mas ainda não temos o livro todo. Nos últimos 50 anos, o povo judeus passou por esforços extenuantes. O primeiro foi a tentativa de destruição por meio do Holocausto, e o segundo, a construção de Israel.

Tudo isso acompanhado de guerras sangrentas, esforços pela absorção de imigrantes, necessidade de desenvolver a infra-estrutura do país, em campos como agricultura e defesa.

Folha – E os próximos capítulos?

Burg – Teremos de lidar com problemas como a identidade moderna, tensões entre judeus de diferentes origens, as relações entre judeus e não-judeus, a relação entre Israel e a Diáspora. Mas o primeiro capítulo é glorioso.

Folha – E o último capítulo?

Burg – Não tenho idéia. Há mais de 4.000 anos existem analistas tentando descobrir qual seria, e se haveria, um último capítulo. Os próximos capítulos: continuar trazendo judeus da ex-URSS e conseguir a paz nos próximos dois anos. É difícil falar em prazos mas a paz bate à porta. Teremos então a pergunta: pode o povo judeu viver sem um inimigo externo?

Folha – Por que a preocupação com a ausência de um inimigo externo?

Burg – Para algumas pessoas, a ausência será uma tragédia. Existe gente que diz precisar de tempos duros, porque nesse caso eles sabem como agir. Se houver paz e prosperidade, essas pessoas ficam perdidas. Sonho com a paz, a tranquilidade e a prosperidade. Sem o inimigo externo, Israel terá de ser uma sociedade mais tolerante, mais positiva.

Folha – Qual o maior fracasso do movimento sionista?

Burg – Houve dois fracassos. Não conseguimos convencer a maioria dos judeus a escapar da Europa antes do Holocausto e não conseguimos convencer uma numerosa parcela do povo judeu a imigrar para Israel em vez de ir aos EUA ou outro país ocidental.

Folha – E a questão palestina?

Burg – Nós, da Agência Judaica, não temos nada com isso. Somos o braço que busca unir a sociedade israelense e as comunidades da diáspora judaica. Mas como ativista pela paz e militante do Partido Trabalhista, posso dizer que estou muito preocupado em construir pontes entre judeus e árabes.

Fls.06

LUTA É UM FANTASMA NA CABEÇA DE TODOS

“Paz” é a palavra mais falada em Exare, onde a guerra se impõe no cotidiano; judeus venceram o deserto, mas não tiveram o mesmo resultado com os vizinhos

A terra é Árida e pouca. Voltaire a descreveu como enfadonha sucessão de pedras e desertos. Até hoje é mais ou menos assim. Apenas arrumaram grande parte das pedras em forma de casas, edifícios e cidades. E os desertos, pouco a pouco, foram transformados em lavouras, pomares e jardins.

O leite e o mel nunca escorreram por lá, nem antes, nem agora. A Terra Prometida a Moisés, em termos de marketing, seria um blefe. Alguns judeus ainda acreditam numa velha piada que o Senhor havia prometido o Canadá, mas Moisés entendeu Canaã.

Esse equívoco explica alguma coisa da história de Israel, inclusive o lado inexplicável da crise do Oriente Médio. Seria intolerável o povo de Deus voltar a história para ser apenas um outro Canadá.

Por que os judeus insistem em permanecer naqueles desertos e em cima daquelas pedras, cercados por inimigos ou adversários que desejariam afogá-los no mar?

Ao longo dos 2.000 anos de Diáspora, os judeus suspirou pelas pedras e os desertos, cenários de seus patriarcas e profetas. Em cativeiro mais antigo, eles penduravam os alaúdes nos salgueiros e choravam sobre os rios da babilônia lembrando as alegres tendas de Sião.

O retorno dos judeus a Israel, que antecedeu a criação do novo Estado há 50 anos, deve ser compreendido a partir dessa constatação: o lar deles é ali mesmo. Muitos prefeririam Manhattan ou a Escandinávia. De pouco adiantaria: eles continuariam cativos, habitando um gueto de luxo.

Visitei Israel diversas vezes, a primeira logo depois da Guerra do Yom Kippur (1973). Já ouvira lendas e cantigas falando dos desertos transformados em jardins. Estavam lá, realmente, à esquerda e à direita da estrada que me levava a Beersheva (sul). Já naquele tempo, Israel conseguira o recorde de maior rendimento por hectare. No setor agrícola, nunca um povo herdara tanta pedra e desolação para, em poucos anos, transformar pedra e desolação numa de suas maiores fontes de renda.

Beersheva era uma aldeia perdida no deserto do Neguev, talvez uma pousada de camelos e beduínos. Hoje é uma cidade importante, sede da Universidade Ben Gurion, chamada de "Universidade do Deserto". Não tinha, pelo menos em 74, a imponência de outros centros culturais de Israel, como a Hebraica, de Jerusalém, o Technion, de Haifa, ou o Instituto Weizmann, perto de Tel Aviv.

Ela impressionava pela sua concepção revolucionária: não se destinava a ser uma universidade acadêmica, imposta, ponta-de-lança de uma cultura estranha para a região. Fazia justamente o oposto: era a região que condicionava a instituição. A Universidade nada ensinava ao deserto. O deserto que ensinava à universidade.

Era necessário aprender a lição das pedras e da areia, sentir a sede do deserto e, depois, domesticá-lo. Um postal muito difundido naquela época mostrava uma rosa vermelha nascendo entre as pedras do Neguev. Não era uma rosa virtual. Era uma rosa de verdade num cenário verdadeiro.

O sucesso da implantação do Estado judeu ficou, infelizmente limitado a essas conquistas materiais. Os vizinhos árabes aceitaram a presença dos judeus naquela região sob força militar. Nem a declaração de Balfour, nem a partilha decidida pela ONU, nem a proclamação do novo Estado, em 1948, impediram quatro guerras e a permanente beligerância onde as partes envolvidas têm, ao mesmo tempo, razão e desrazão.

Em certo sentido, o povo judeu fez uma sofrida, mas bem aproveitada bolsa de estudos no Ocidente (na Europa e na América). Voltou à antiga palestina disposto a tomar posse de um chão que era seu. Posse que lhe foi assegurada, depois do Holocausto, pela consciência universal do homem.

Os judeus venceram a aridez dos desertos. Não tiveram o mesmo resultado com os vizinhos. Em 74 e durante os anos seguintes, em plena Guerra Fria, cada dia na vida de Israel era uma vitória.

Ainda hoje, quando se vai de Tel Aviv para Jerusalém, ao lado das plantações de algodão, que é de maior qualidade do que produto egípcio, vêem-se as carcaças dos tanques e carros de combate das guerras havidas. São monumentos e, ao mesmo tempo, loções. A palavra mais falada em Israel é “shalom” (paz). Nem por isso a guerra ou a guerrilha deixam de ser presença maior.

Fantasma visível, dia e noite, a luta se abriga em cada casa, em cada cabeça. Luta da qual todos são obrigados a participar. Em Israel não existe a instituição do “soldado desconhecido”, que merece túmulo suntuoso e lâmpada votiva. Lá todos os soldados são conhecidos, têm mães que urram de dor a cada morte, têm amigos que clamam por vingança.

Os árabes estão na mesma. Daí que, apesar do esfriamento da tensão mundial, nas ruas de Jerusalém ou de Tel Aviv, nas sinagogas e mesquitas, com motivos justos ou injustos, a guerra ainda não acabou. Não faltam pretextos para ambos os lados.

CONHEÇA CENAS DE DUAS GUERRAS

EM 1973, um complexo sistema de defesa antiaérea (de origem soviética) dos países árabes neutralizou aviões da Força Aérea israelense (1): mísseis de longo alcance na retaguarda, como os S A-2 e S A-3 (2); e na frente de combate, mísseis S A-6 móveis (3) de médio alcance; canhões antiaéreos móveis (4) apontados por radar ZSU-23; e mísseis lançados do ombro S A-7 (5)

EM 1982, na invasão do Líbano, os israelenses aprenderam a lição e destruíram com facilidade os mísseis sírios (6) no vale de Bekaa e os aviões que vieram em socorro dos mísseis. A chave da vitória foi uma melhor utilização da eletrônica, através de aviões-radar E-2C Hawkeye (7), miniaviões não-tripulados (8), mísseis anti-radar (9), e bloqueio das emissões eletrônicas inimigas.

GUERRAS TESTARAM ARMAS DE EUA E URSS

Em média uma vez por década, árabes e israelenses trocaram tiros em grandes conflitos — em 1948, em 1956, em 1967, em 1973, em 1982, e quase em 1991,

quando o Iraque atirou mísseis contra Israel, que deixou o troco nas mãos dos americanos e sua coalizão.

Essas guerras são representativas da evolução da técnica militar no último meio século, não só por cobrirem todo o período, mas principalmente porque cada lado recebia seu material de um dos grandes blocos ideológicos.

Esses combates serviram de campo de teste do armamento desenvolvido por EUA e URSS durante a Guerra Fria, e nunca usado por um contra o outro.

Israel saiu vencedor militarmente de todos os combates graças a forças armadas qualitativamente melhores, embora quase sempre lutando em inferioridade numérica. Muitos especialistas se dedicaram a tentar explicar os motivos dessa supremacia. As respostas são variadas, mas de modo geral se concentram na melhor qualidade dos combatentes do Estado judeu.

A população do país tem melhores indicadores sociais (educação, saúde etc.) que a de seus rivais, e isso é base para se criar soldados eficientes. Ao contrário do exército do passado, uma força moderna precisa de soldados inteligentes e dotados de iniciativa.

Israel tem um núcleo de soldados profissionais altamente treinados dentro de uma organização militar flexível. Em caso de guerra, a esse núcleo se juntam os reservistas, praticamente toda a população masculina do país em idade de combater. São reservistas que treinam regularmente.

A busca da qualidade também depende de uma atualização tecnológica constante. Durante a Guerra Fria, os árabes recebiam o melhor equipamento disponível da União Soviética, forçando Israel a ter de buscar equivalentes em países ocidentais — primeiro a França, depois os EUA.

Ironicamente, foram os árabes que trouxeram algumas inovações importantes para os campos de batalha: o perdedor sempre tem mais motivos para buscar novidades, enquanto o vencedor tende a se acomodar com aquilo que já deu bons resultados.

O primeiro navio a ser afundado por um míssil foi o destróier israelense Eilat, em 21 de outubro de 1967, durante a chamada “Guerra de Atrito” que se seguiu à espetacular vitória israelense na Guerra dos Seis Dias (em junho).

Duas lanchas lança-mísseis egípcias da classe Komar, de fabricação russa, dispararam quatro mísseis “Styx”, dos quais três acertaram o navio. Israel desenvolveu

seu próprio míssil, o "Gabriel", e deu a resposta afundando vários navios sírios e egípcios em 73.

Em 1967, a Força Aérea israelense destruiu em um ataque surpresa as forças aéreas de seus inimigos, e em seguida forças terrestres baseadas em tanques realizaram um avanço rápido, no estilo da "Blitz-Krieg" alemã da Segunda Guerra.

Em 1973, para se prevenir da letal combinação israelense de aviação e blindados, os árabes revolucionam a guerra moderna ao empregar mísseis em grande quantidade. Mísseis antitanque soviético como o "Sagger" destruíram dezenas de tanque israelenses, fazendo fracassar as primeiras contra-ofensivas. Mísseis antiaéreos anularam boa parte do potencial da Força Aérea israelense em 73.

Mas a lição foi aprendida, e na invasão do Líbano em 82, novas táticas e tecnologias recuperaram a superioridade israelense.

Israel permanece em inferioridade numérica. Por isso gasta cada vez mais para se manter na liderança tecnológica. O país criou uma moderna indústria de armas que lidera o mundo em alguns setores. É o caso do moderno tanque Merkava 3, com blindagem modular computadorizados para controle de tiro e detecção do inimigo, até recentemente privilégio de sistemas de armas mais complexos, como aviões de caça.

Fls. 7

EMPRESAS DE PONTA ESVAZIAM KIBUTZ

Milhares de cientistas recebem suporte financeiro e administrativo do governo para criar companhias com tecnologia avançada em substituição às fazendas coletivas, baseadas no ideal socialista

A chave para entender a economia israelense está na bandeira do país. Bem no centro está a estrela de David. Aquele que derrotou Golias, o gigante, usando a inteligência.

A parábola bíblica virou política industrial. Já vão longe os tempos pioneiros em que o ideal socialista envolvia milhares de jovens na agricultura dos kibutzim (fazendas coletivas).

Hoje a economia de Israel é movida a alta tecnologia e incubadoras de empresas. Um pouco do ideal "socialista", entretanto, continua presente. Afinal, quando o

estado banca a criação de empresas, é a própria sociedade que está assumindo os custos do desenvolvimento econômico.

No lugar das antigas ondas de imigração movidas a idealismo, o problema recente é a integração de milhares de cientistas altamente qualificados. Muito mais do que as instituições acadêmicas e de pesquisa podem absorver. O modelo de incubadoras tecnológicas, espalhadas por todo o país, procura resolver esse problema.

O governo dá apoio inicial a micro e pequenas empresas formadas com pessoal qualificado. Em alguns casos, investimentos iniciais de poucas dezenas de milhares de dólares deram origem a empresas capazes de captar centenas de milhões de dólares no mercado de capitais dos Estados Unidos. As incubadoras garantem o apoio financeiro, logístico, administrativo e jurídico inicial.

Incubadoras

A empresa é inicialmente um projeto sem fins lucrativos e sempre alguma entidade pública deve estar envolvida no projeto.

Empresários, pesquisadores e consultores participam como voluntários de uma diretoria que avalia os projetos apresentados. Essa avaliação continua depois que uma empresa consegue o direito de entrar na incubadora.

As áreas de atividade das empresas estão distribuídas basicamente entre software, eletrônica, desenvolvimento de materiais e equipamento médico.

Essa estratégia de desenvolvimento industrial e tecnológico assumiu a tal ponto o caráter de compromisso nacional que a Organização Sionista Mundial e a Agência judaica contribuem para o seu financiamento. Em alguns casos, as incubadoras fazem parte também de uma nova política de desenvolvimento regional.

Mas essa é a visão "microeconômica". Na "macro", a economia israelense continua enfrentando problema de longo prazo.

O crescimento do PIB no ano passado foi medíocre, apenas 2%. O PIB per capita caiu 0,3%. O total de investimentos em capital fixo caiu 5,9%. Os investimentos em construção civil sofreram redução de 6,9%.

A questão fundamental é óbvia: como explicar a distância entre o desempenho macroeconômico medíocre e o quadro promissor, altamente dinâmico, de uma economia com excesso de oferta de "capital humano".

Estagnação

Os investimentos estrangeiros estão em queda. A valorização cambial é um elemento adicional de intranquilidade. É verdade que a crise asiática atrapalhou no ano passado. Afinal, 18% das exportações de Israel estão direcionadas para o Sudeste Asiático.

Mas procurei um banqueiro em Israel (que obviamente prefere ficar anônimo) para responder à dúvida. A resposta aparece num dos seus boletins de conjuntura: um dos nós da questão é a instabilidade política e o congelamento no processo de paz. Juros altos atrapalham, mas a insegurança também.

Há outros conflitos sociais e políticos internos capazes de dificultar o bom andamento dos negócios. Um exemplo é o debate da reforma previdenciária, tão complicado em Israel quanto no Brasil. Lá, o conflito entre o Ministério da Fazenda e a Histadrut — a maior central sindical do país — é total, num contexto de desemprego crescente (no ano passado, batendo em 8%).

O desafio econômico israelense dos próximos anos é reduzir as contradições que se aprofundam entre desenvolvimento de alta tecnologia e recessão crônica, a necessidade de atrair capital e instabilidade política, a orientação neoliberal da política econômica e o fortalecimento de políticas públicas e estratégicas com forte participação do Estado.

No curto prazo, o cenário macroeconômico é bastante desanimador. A recessão deve piorar e os setores de alta tecnologia devem perder dinamismo, tão afetados pela crise asiática quanto as empresas norte-americanas de alta tecnologia, em especial as do setor de informática.

Politicamente, o ajuste recessivo apenas complica as coisas. Há uma relação incestuosa entre a população israelense e a massa de trabalhadores palestinos. Estes não apenas estão fora das incubadoras como são os mais afetados pela crise da construção civil.

Obviamente, o aumento do desemprego entre os trabalhadores palestinos constitui um molho ideal para reforçar a mobilização terrorista na região.

Perspectivas

O futuro, entretanto, não é totalmente sombrio. A mesma receita utilizada pelos judeus nas incubadoras começa a ser usadas por ninguém menos que os palestinos.

Entre os projetos mais ousados, que ganhariam impulso se o processo de paz voltasse a ganhar ritmo, estão os parques industriais, assumidos pela Autoridade Nacional Palestina como um dos seus elementos de política de desenvolvimento econômico.

A idéia é estabelecer fábricas próximas às fronteiras com Israel. O motivo é o paradoxo dos paradoxos: os principais investidores nesses projetos podem ser os próprios israelenses.

O Banco Mundial tem apoiado essas iniciativas e pode ajudar com recursos. O organismo recomenda a criação de uma Autoridade Industrial palestina, uma agência independente que seja capaz de manter distância das interferências políticas dos dois lados. E já existem planos para instalar nove parques industriais em território palestino.

Talvez pareça um projeto ingênuo. Alguns críticos dizem que essa válvula de escape não passa de uma esperta manobra de propaganda política.

Mas David também parecia não ter chances contra o monstruoso Golias. Num ambiente de contradições sociais, econômicas e políticas crescentes, a única esperança continuará dependendo do uso da inteligência, não da violência. No mundo atual, é a economia do conhecimento que atrai dinheiro.

A ECONOMIA DOS PAÍSES DA REGIÃO

ISRAEL

PIB: US\$ 91,9 bilhões (1995)	Setores	Distribuição da força de trabalho:
PIB per capita: US\$ 15.900	Indústria:	22%
Taxa de crescimento do PIB: 4,6% (1996)	Agricultura:	3%
PIB por setor: agricultura (3,5%); indústria (22%); serviços (74,5%)	Construção:	10%
Taxa de inflação: 11,3% (1996)	Transporte e Comunicação:	6%
Principais indústrias: equipamentos de transporte, alimentícia, bebidas, tabaco, química. Maquinaria elétrica, refino de petróleo	Serviços:	33%
Exportações: US\$ 20,3 bilhões	Serviço público:	26%
Importações: US\$ 28,3 bilhões	Taxa de desemprego:	6,5%
Principais parceiros comerciais: EUA, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Itália, Japão, Suíça		
Força de trabalho: 2,2 milhões		

LÍBANO

SÍRIA

PIB: US\$ 11,1 bilhões (1995)	PIB: US\$ 16,7 bilhões (1995)
Taxa de crescimento do PIB: 3,5% (1996)	Taxa de crescimento do PIB: 5,2% (1996)
PIB per capita: US\$ 2.660	PIB per capita: US\$ 1.120
PIB por setor: agricultura (13%); indústria (28%); serviço (59%)	PIB por setor: agricultura (28%); indústria (18%); serviço (54%)
Taxa de inflação: 10% (1996)	Taxa de inflação: 20% (1996)
Principais indústrias: têxtil, alimentícia, refino de petróleo	Principais indústrias: têxtil, química, refino de petróleo, carvão, vestuário, petroquímica, bebida e tabaco
Exportação: US\$ 1 bilhão	Exportação: US\$ 4,4 bilhões

Importações: US\$ 7 bilhões	Importações: US\$ 5,2 bilhões
Principais parceiros comerciais: Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Kuwait, Síria, França, Itália, EUA, Alemanha	Principais parceiros comerciais: Japão, Itália, França, Líbano, Alemanha
Força de trabalho: 1 milhão	Força de trabalho: 4,7 milhões
Taxa de desemprego: 20%	Taxa de desemprego: 9%

JORDÂNIA

EGITO

PIB: US\$ 6,1 bilhões (1995)	PIB: US\$ 47,3 bilhões (1995)
Taxa de crescimento do PIB: 5,9% (1996)	Taxa de crescimento do PIB: 4,9% (1996)
PIB per capita: US\$ 1.510	PIB per capita: US\$ 790
PIB por setor: agricultura (6%); indústria (28%); serviço (66%)	PIB por setor: agricultura (16%); indústria (34%); serviço (50%)
Taxa de inflação: 4,5% (1996)	Taxa de inflação: 7,3% (1996)
Principais indústrias: química, refino de petróleo, alimentícia, metalúrgica, siderúrgica	Principais indústrias: têxtil, química, refino de petróleo, alimentícia
Exportação: US\$ 1,9 bilhão	Exportação: US\$ 4,6 bilhões
Importações: US\$ 4,1 bilhões	Importações: US\$ 13,8 bilhões
Principais parceiros comerciais: Iraque, Alemanha, Índia, Arábia Saudita, EUA	Principais parceiros comerciais: EUA, Itália, Alemanha, França, Austrália
Força de trabalho: 859 milhão (1992)	Força de trabalho: 17,4 milhões
Taxa de desemprego: 7,9% (1994)	Taxa de desemprego: 9,4 %

Fonte: CIA World Factbook 97, Enciclopédia Britannica, Banco Mundial

SIONISMO RENOVOU CULTURA JUDAICA

O sionismo, o primeiro projeto político secular dos judeus em quase 2.000 anos, não teria sido possível antes da Haskalá, o movimento cultural que, principiado em terras alemãs no final do século 18, foi o Iluminismo judaico.

Rompendo com suas comunidades fechadas e dominadas pela tradição, muitos judeus abraçaram a modernidade européia. Quando se viram rejeitados, criaram uma cultura própria e um programa político que tinha tanto de pragmático quanto de utópico. A resposta deste ao “problema judeu” era abolir as condições anômalas nas quais viviam as populações judaicas européias e substituir o assimilacionismo individual pela assimilação dos judeus como um todo, que, além de transforma-los num povo “normal”, com seu próprio território e língua, resultaria na sua “redenção coletiva”.

Os judeus falavam então todas as línguas do continente e mais duas: o ídiche, idioma comum das grandes massas compactas de judeus da Europa Central; e o hebraico, que reservado basicamente para fins religiosos, deixava há séculos de ser usado no dia-a-dia.

Havia literatura em amplos, mas a ídiche era a mais dinâmica. Os sionistas, no entanto, rejeitaram esta língua por vê-la como um dialeto dos guetos e também devido ao prestígio milenar do hebraico. Três personalidades, na virada do século e depois, fizeram deste uma língua viável: Ben Yehuda, que o modernizou e adaptou às novas necessidades; Chaim Nachman Bialik, seu maior poeta moderno; e S.Y. Agnon, seu maior ficcionista, ganhador do Nobel de Literatura. A influência deles foi imensa numa cultura cujo ramo que obteve maior repercussão internacional é precisamente o literário.

As primeiras gerações de seus continuadores na palestina britânica e, mais tarde, em Israel, constituíram um fenômeno único: escritores que tinham como língua materna o ídiche, russo, alemão, polonês etc., dirigiam-se a um público fluente nessas mesmas línguas, só que numa outra, cujos recursos e tradição literária moderna eram ainda inferiores aos daquelas. Mas o que produziam tinha funções bem definidas: consolidar o hebraico enquanto língua nacional, converte-lo num autêntico instrumento literário e veicular um ideário que insistia na impossibilidade de os judeus viverem na diáspora e na necessidade de estabelecerem um país onde não estivessem em minoria.

Seus modelos eram anglo-americanos, franceses, alemães, russos e, três ou quatro gerações após o início, a literatura israelense chegou à maturidade e a algum tipo de normalidade nas obras de poetas contemporâneos como Dan Paguís, Yehuda Amichai, T. Carmi, Nathan Zach e prosadores como Yakov Shabtai, A.B. Yeoshua, Amós

Oz e David Grossman. São escritores densos e complexos, capazes de abordar uma variedade de questões difíceis com uma grande riqueza de recursos. O Holocausto, a experiência central dos judeus do século 20, ocupa um lugar importante em seus poemas, contos e romances, mas o mesmo se pode dizer de muito da melhor literatura atual, não só da judaica.

O renascimento do hebraico e o nascimento de Israel logo depois do momento mais negro da história dos judeus despertaram interesse e simpatia no mundo inteiro até que a aliança, na Guerra Fria, do anti-semitismo soviético e da hostilidade árabe impelisse parte da opinião pública e da intelectualidade internacional a tratar os israelenses como parias.

O Brasil não foi exceção e algumas das principais personalidades brasileiras apoiaram à sua maneira, a nação recém-fundada: Cecília Meireles traduziu um pequena antologia de poetas israelenses e Cândido Portinari, visitando, em junho de 56, Israel para expor suas obras, realizou lá os esboços, estudos e croquis que alicerçaram a "Série Israel", elaborada após seu regresso ao Brasil.

Fls. 8

OCUPAÇÃO DO LÍBANO FORTALECE GUERRILHA

Após passar pelo controle de passaportes no aeroporto internacional, o passageiro se depara com o cartaz do presidente sírio, Hafez Assad, pendurado na primeira coluna à vista. Numa jornada da capital ao sul do país, um comando do Exército sírio revista carros e checka os documentos dos viajantes. Na frente do Ministério da Defesa, soldados sírios acampam em tendas para se proteger do sol escaldante de verão mediterrâneo.

O país, no entanto, não é a Síria. É o Líbano, que recebe hoje cerca de 35 mil soldados sírios. "Sofremos uma dupla ocupação", lamenta Dory Chamoun, presidente do Partido Nacional Liberal do Líbano: "No sul, os israelenses ocupam 10% do nosso território; o resto fica nas mãos da Síria".

Os sírios afirmam não se tratar de uma invasão, mas de uma resposta ao chamado do governo libanês e de esforço para estabilizar um país dilacerado por 15 anos de guerra civil entre muçulmano, cristão e drusos (religião derivada do Islã), responsável pela morte de 150 mil pessoas.

“A Síria é um grande estado e não podemos ignorá-la”, diz Walid Jumblat, líder druso e integrante do governo do premiê Rafic-Hariri, enquanto arruma as malas para passar um fim-de-semana nas montanhas perto de Beirute (capital). Em seu trajeto, ele deve passar por diversos prédios semi-ditruídos, carcomidos pelas bombas e perfurados por rajadas de bala. Herança da guerra civil terminada em 1990.

O violento conflito entre milícias significou o fim da hegemonia dos cristãos maronitas (igreja criada no Líbano por São Marun no século 4), apesar da tentativa israelense, em 1982, de impor um governo fantoche cristão, com a invasão na chamada operação “Paz para a Galiléia”.

Essa parte do plano fracassou. No entanto, as tropas do general israelense Ariel Sharon conseguiram um objetivo: expulsar do Líbano Yasser Arafat e seus guerrilheiros. Milícias cristãs, apoiadas por Israel, promoveram, ainda em 1982, os massacres de Sabra e Chatila, nos quais morreram cerca de 500 palestinos.

Apesar do custo em vidas humanas, Israel não obteve paz em sua fronteira norte. Continuou a sofrer ataques e, em 1985, arrancou uma faixa de cerca de 15 Km no sul do Líbano, chamando-a de ‘zona de segurança’. Os principais aliados do EUA no Oriente Médio criavam seu próprio Vietnã.

Só no ano passado, 39 soldados israelenses morreram, sobretudo em choques com o Hizbolah, uma organização fundamentalista apoiada pelo Irã e pela Síria. Os guerrilheiros islâmicos passaram a controlar a região junto à “zona de segurança” controlada por israelenses e por uma milícia cristã pró-Israel, impedindo até mesmo, ações do Exército libanês.

Conhecido antes como a Suíça do Oriente Médio, por causa de sua sofisticação cultural e pujança financeira, o Líbano se transformou num mosaico de milícia, guerrilhas e invasores que castigam o pequeno país de 3 milhões de habitantes.

“Todos os dias, entre 6h e 6h30, acordamos com as bombas israelenses”, conta Mohammad al Hussien, um agricultor que mora no vilarejo de Alamiriah, a 1,5 km da “zona de segurança”. No teto de sua casa, em frente um quartel das tropas de paz da ONU, tremulava uma bandeira brasileira. “Coloquei porque torço para a seleção de futebol do Brasil”, diz.

Mo mês passado, o governo Netanyahu propôs a saída das tropas israelenses do sul do Líbano. Sua condição, rejeitada por Beirute: que o Exército libanês garantisse o fim das ações de milícias como o Hizbolah.

O governo do presidente Elais Hrawi sabe não reunir condições de oferecer as garantias exigidas por Israel. Dois motivos impedem-nos: a ordem para o Hizbilah teria de vir de Damasco, o atual centro de decisões para Beirute, e a organização fundamentalista colhe apoio entre a população, ao oferecer escolas e hospitais construídos com dinheiro iraniano.

Em Qana, cidade sob influência do Hizbilah, cartazes pregam a destruição do "inimigo sionista". Um pequeno cemitério numa das ruas centrais abriga os túmulos de guerrilheiros mortos em combate. Qana testemunhou, em 96, a morte de 106 civis, quando israelenses bombardearam um abrigo da ONU. Israel argumentou, inicialmente, que guerrilheiros usavam as instalações como esconderijo, mas depois disse que o bombardeiro foi um "erro de cálculo". Os escombros transformaram-se num centro de peregrinação para grupos anti-Israel. Um cartaz afirma: "Qana, o novo Holocausto".

As cicatrizes da guerra com o inimigo do sul ainda aparecem em Beirute. "Israel é um país do demônio", afirma Salim Jorbi, 20, nascido na capital libanesa em uma família que deixou jaffa, território israelense, 1948. À saída de uma mesquita em Beirute ocidental, a parte muçulmana da cidade, Jorbi declara: "O profeta Maomé disse que não devemos fazer qualquer acordo com eles". (JS)

LÍBANO

SÍRIA

Nome oficial: República do Líbano (Al-Jumhuriya al Lubnaniya)	Nome oficial: República Árabe da Síria (Al-Jumhuriya Misr al- Arabiyah)
Área: 10.400 Km ²	Área: 185.180 Km ²
Capital: Beirute	Capital: Damasco
População: 3.449.578	População: 16.137.899
Divisão étnica: árabes libaneses (80%), árabes palestinos (12%), armênios (5%), árabes sírios e curdos (3%)	Divisão étnica: árabes (90,3%), curdos, armênicos e outros (9,7%)
IDH*: 65º	IDH*: 78º
Religião: islamismo (70%), cristianismo (30%)	Religião: islamismo (74%), drusos (16%), e cristianismo (10%)
Idioma: árabe e francês	Idioma: árabe (oficial)
Sistema de governo: república parlamentarista	Sistema de governo: república presidencialista
Presidente: Elias Hrawi (desde 1989)	Presidente: Hafez Assad (Partido

	Socialista Árabe – Baath), desde 1971
Primeiro ministro: Rafik al Hariri (desde 1992)	
Legislativo: sistema unicameral. Assembléia Nacional, com 128 membros (50% cristãos, 50% muçulmanos) eleitos por voto direto para mandatos de quatro anos	Legislativo: sistema unicameral. Assembléia do Povo, com 250 membros eleitos por voto direto para mandatos de quatro anos
Constituição em vigor: 1992	Constituição em vigor: 1973
FORÇAS ARMADAS: Exército 47,5 mil homens Tanques 330 Aviões de combate 3 Marinha 586 homens Gastos militares por ano US\$ 278 mil	FORÇAS ARMADAS: Exército 315 mil homens Reserva 500 mil homens Tanques 3.650 Forças Aéreas 100 mil homens Aviões de combate 449 Marinha 5.900 homens Navios de guerra 15 Gastos militares por ano US\$ 875 mi

MESMO SÓ SÍRIA CRÊ NA VITÓRIA MILITAR

Nenhum país do Oriente Médio sentiu tanto o fim da Guerra Fria como a Síria do presidente Hafez Assad. O brusco desaparecimento da União Soviética deixou a economia e a máquina militar Síria sem o seu patrocinador, o que provocou recessão e aumento da insatisfação entre seus habitantes.

Damasco, antes estimulada por Moscou e pelo desejo de liderar o nacionalismo pan-árabe, teve de flexibilizar a sua posição e, de "líder da resistência contra a agressão sionista", passou a um hesitante personagem do processo de paz dos anos 90.

As negociações, no entanto, se congelaram com a chegada, há dois anos, de Binyamin Netanyahu ao governo israelense. A Síria argumenta não ter pressa para

assinar um acordo de paz com Israel e acabar com o "estado de guerra" que persiste entre os países.

O autoritário governo de Hafez Assad, que conquistou o poder por meio de um golpe de Estado em 1970, sugere ainda crer na "teoria de Saladino". Segundo ela, desde a vitória dos árabes comandados por Saladino sobre os cruzados (cristãos) no século 12, os seguidores de Maomé têm sucesso militar garantido na região. Seria só uma questão de tempo.

"O mais importante é que os israelenses não podem vencer no longo prazo caso continuem num estado de guerra com os árabes, não impostando o quanto eles são ou serão fortes", acredita Farouk al Sharaa, o chanceler sírio: "Os árabes não são apenas muito numerosos e concentram um grande potencial, mas eles contam com uma história, herança e cultura que os farão vitoriosos caso guerras sejam impostas a eles".

Essa teoria da história tinha eco na defunta URSS. O secretário-geral do Partido Comunista soviético, Nikita Khrushchov, morto em 1971, escreveu em suas memórias, logo após a vitória israelense na Guerra dos Seis Dias (quando a Síria perdeu as colinas do Gola): "Os árabes derrotarão Israel, sem dúvida. Só não sei quando".

A Síria se livra gradativamente da influência soviética. A partir dos anos 80, começou a implementar um tímido cardápio de reformas no modelo da economia planificada, para aplacar o descontentamento da população. As mudanças trouxeram maior abertura a investimentos estrangeiros, com uma lei implantada em 1991.

No plano internacional, restou a tentativa de aproximação com a única superpotência em vida, os Estados Unidos, o que significou embarcar, a conta gosto, no processo de paz. Hafez Assad chegou a segredar ao governo britânico, em novembro de 1995, logo após o assassinato de Yitzhak Rabin, que apenas "questões técnicas" despontavam como obstáculos para a paz entre seu país e Israel.

Tais "questões técnicas" nunca foram reveladas e Rabin morreu sem deixar claro se estaria disposto a devolver as colinas do Gola incondicionalmente, como quer Damasco. Em recente encontro com o presidente iraniano, Mohammad Khatami, Assad teria dito que "nunca abriria mão de sequer uma árvore do Gola", posição que se choca frontalmente com os cálculos de segurança do governo israelense. Para Netanyahu, a devolução colocaria Israel em posição enfraquecida diante da ainda forte máquina militar Síria.

Netanyahu e até mesmo setores da oposição israelense acusam a Síria de intransigência. Apesar do golpe representado pelo fim da Guerra Fria e das atuais reviravoltas ideológicas, o regime sírio e a oposição tolerada continuam impregnados de um arraigado sentimento nacionalista, de um desejo, ainda que maquiado, de constituir uma "Grande Síria".

"Israel foi imposto aqui como uma extensão do colonialismo. Os americanos não mudaram sua posição em uma polegada", opina o professor Nafez Shamas, da Universidade de Damasco e integrante do oposicionista Partido Nacionalista Social Sírio. "E Israel não vai parar sua agressão até encontrar um poder forte. Não acreditamos de maneira alguma na existência de Israel". (JS)

Fls. 9

EGITO AINDA DESCONFIA DE ISRAEL

No mês passado, a principal revista egípcia, a estatal "Rose al Youssef", publicou em sua capa uma fotomontagem que mostrava o recém-chegado embaixador norte-americano ao Cairo, Daniel Kurtzer, com um chapéu preto e outros adereços usados por judeus ortodoxos. A legenda luzia com o dizer "um rabino disfarçado em roupa de diplomata".

A charge provocou uma barragem de protestos vindos do exterior (principalmente dos Estados Unidos e de Israel) e de políticos e intelectuais egípcios, preocupados em proteger a tradição local de tolerância religiosa.

A caricatura, no entanto, não nasceu filha única. A imprensa do Egito, em sua maior parte controlada pelo governo, costuma desenhar ataques a Israel com contornos anti-semitas, estampa bandeiras israelenses marcadas por suásticas ou fala de rocambolescos planos montados em Tel Aviv para disseminar a Aids entre os jovens egípcios. Com o preconceito e o sensacionalismo, provoca protestos de organizações judaicas e ilustra uma face de "paz fria" entre o Estado judeu e o principal país árabe, fruto do primeiro acordo de paz na região desde os anos 40.

Em 1977, o presidente egípcio, Anuar Sadat, desembarcou em Jerusalém e desencadeou um processo que resultaria, dois anos depois, na assinatura dos acordos de paz de Camp David, entre Israel e Egito. A audácia da Sadat foi punida com a morte, e

ele desapareceu num atentado arquitetado por extremistas muçulmanos durante parada militar no Cairo, em 1981.

As duas principais potências militares da região deixaram de esgrimir no campo de batalha, mas pouco avançaram na aproximação. Embora tenham trocado embaixadores, empresários fecham negócios em patamares tímidos, o turismo e o intercâmbio universitário praticamente inexistem. O diretor do Centro Acadêmico de Israel na capital egípcia, Sasson Somekh, um israelense nascido no Iraque, recebeu em 1996 o rótulo de “o homem mais solitário do Cairo”.

“Vivemos uma paz fria porque as relações dependem da questão palestina. Enquanto ela não for resolvida, não conseguiremos ter um relacionamento pleno”, afirma o advogado Abdel el Reedy, 66, que foi embaixador egípcio em Washington entre 1984 e 1992 e participante das negociações de Camp David. “Naquelas conversações, dedicamos 99% do tempo para discutir a questão palestina”, rememora El Reedy, em seu apartamento no confortável bairro de Heliópolis, longe do trepidante centro caiota. “Acertar as relações bilaterais foi fácil”.

Salah Bassiouny, ex-embaixador do Egito em Moscou (84-88), rejeita o rótulo “paz fria” para descrever as relações entre os dois ex-inimigos. “Atravessamos um período de esfriamento, por causa da chegada do governo Netanyahu, mas entre 91 e 96 testemunhamos uma melhoria sensível, por exemplo, na área do comércio bilateral, que cresceu oito vezes entre 90 e 95”, afirma Bassiouny, fundador do Centro de Estudos do Oriente Médio, a única instituição acadêmica financiada pela iniciativa privada, e presidente do Movimento do Cairo pela Paz, uma organização não-governamental.

A pesar da “paz fria” e da declarada antipatia que o presidente egípcio, Hosni Mubarak, cultiva em relação a Binyamin Netanyahu, a tendência de pacificação deve prevalecer no Oriente Médio, pois a “paz é uma opção estratégica de todas as partes envolvidas, inclusive Israel”, analisa Abdel Said Aly, diretor do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos do “Al-Ahram” (As Pirâmides), o principal jornal egípcio.

Segundo Said Aly, o Egito, com sua tradição histórica e influência política, tem ajudado a superar as crises que despencaram sobre a região. “Desde Camp David, nosso país nunca reagiu violentamente diante dos problemas e, mais do que isso, nos últimos 18 anos nunca retirou o embaixador de Israel. Até mesmo tem mantido a mesma pessoa no cargo”, observa. (JS)

EGITO

JORDÂNIA

Nome oficial: República Árabe do Egito (Al-Jumhuriya Misr al- Araabiyah)	Nome oficial: Reino Hachemita da Jordânia (Al Mamlakah al- Urduniyah as Hashimiya)
Área: 1.001.450 Km ²	Área: 89.213 Km ²
Capital: Cairo	Capital: Amã
População: 64.824.466	População: 4.324.638
Divisão étnica: árabes egípcios, beduínos e berberes (99%); núbios, gregos, armênios e europeus (1%)	Divisão étnica: árabes palestinos (60%), árabes jordanianos (37,7%), circassianos (1%), armênios (1%), tchetchênios (0,3%)
IDH*: 109º	IDH*: 84º
Religiões: islamismo (94%), cristianismo (6%)	Religiões: islamismo (92%), cristianismo (8%)
Idioma: árabe (oficial)	Idioma: árabe (oficial)
Sistema de governo: republicano	Sistema de governo: monarquia parlamentarista
Presidente: Mohamad Hosni Mubarak (partido Nacional Democrático), desde 1981	Rei: Hussein bin Talal (desde 1953)
Primeiro ministro: Kamal Ahma al Ganzouri (desde 1996)	Primeiro ministro: Abbas Salam al Majali (desde 1997)
Legislativo: sistema unicameral. Assembléia do Povo, com 454 membros (10 indicados pelo presidente)	Legislativo: sistema bicameral. Senado, com 40 membros indicados pelo rei; Casa dos Representantes, com 80 membros eleitos por voto direto
Constituição em vigor: 1971	Constituição em vigor: 1952
FORÇAS ARMADAS Exército 310 mil homens Reserva 150 mil homens Tanques 3.650 Força Aérea 110 mil homens Aviões de combate 449 Marinha 19,8 mil homens	FORÇAS ARMADAS Exército 90 mil homens Reserva 30 mil homens Tanques 1,050 Fora Aérea 8.000 homens Aviões de combate 95 Marinha 690 homens

Navio de guerra 15	Navios de guerra 15
Gastos militares por ano: US\$ 3,28 bi	Gastos militares por ano US\$ 589 mi

JORDÂNIA BUSCA SER UMA PONTE PARA PAZ

O rei Hussein, 42º herdeiro direto do profeta Maomé, já se ajoelhou diante de sete famílias israelenses, com pedidos de perdão. O seu irmão e príncipe-herdeiro, Hassan, se debruçou no estudo do idioma do país vizinho e hoje fala hebraico.

As atitudes da família real jordaniana espelham uma decisão estratégica e um esforço político. O país, em 1994, transformou-se no segundo do mundo árabe a assinar um acordo de paz com Israel, 15 anos depois do pioneiro Egito, quando o rei Hussein decidiu que a pacificação constituía um dos ingredientes indispensáveis para a manutenção da dinastia Hachemita no trono.

O monarca busca estabilidade para um país que, com os êxodos causados pelas sucessivas guerras, se tornou o maior recipiente de refugiados palestinos. São 1,28 milhão de pessoas. Atualmente, quase 50% da população jordaniana é de origem palestina.

O medo de ser tragado pela onda palestina levou Hussein a promover o tristemente célebre Setembro Negro, quando, em 1970, as forças jordanianas massacraram cerca de 3.000 palestinos. O monarca optou por cortar pela raiz a então crescente ameaça a seu reinado.

Na lista de erros históricos, o rei jordaniano registra ainda o apoio ao Iraque de Saddam Hussein na Guerra do Golfo, em 1991. A monarquia tinha medo da máquina militar iraquiana e avaliou também que os seus interesses econômicos apontavam na direção de Bagdá.

Alianças refeitas, o rei Hussein calculou que a maneira mais eficaz de lidar com a questão palestina e enfrentar o fantasma do fundamentalismo islâmico, uma tendência em expansão nos campos de refugiados, era arrancar a paz com Israel e avançar rumo a um Estado palestino.

Para enfrentar a pobreza, outro terreno fértil para os religiosos extremistas, a Jordânia, um dos poucos países árabes desprovidos de recursos naturais como petróleo, embarcou na chamada "modernização". O termo pode ser traduzido por liberalização na economia, privatizações e abertura ao investimento estrangeiro.

Populismo

O rei personifica a imagem de um regime autoritário facilmente palatável para o Ocidente, o que facilita sua aproximação com os EUA. Ele se casou com a rainha Noor, uma fotogenia loira norte-americana, fala inglês com um sotaque menos carregado do que seus colegas da região e, segundo a maioria esmagadora dos relatórios feitos por embaixadas dos ocidentais em Amã, trata-se de um governante "popular".

Em Baka'a, o maior campo de refugiados palestinos de Amã, o retrato do rei aparece pendurado em postes e muros. Sua imagem também decora uma das salas da clínica pediátrica da UNRWA, a agência da Organização Unidas para refugiados.

"A Jordânia nos acolheu bem", afirma Suhel Jarrah, 38, que nasceu em Baka'a. Sua família deixou Hebron, na Cisjordânia, em 1948, quando da primeira guerra árabe-israelense, vagou durante alguns anos pela região e se estabeleceu no campo em 1959, pouco antes de Suhel nascer.

Hoje, o palestino Suhel carrega o passaporte jordaniano e diz que seu primeiro contato com israelenses foi no emprego. Ele trabalha como porteiro no Hotel Jerusalém-Amã, um dos cinco estrelas da capital jordaniana.

"Eles são simpáticos e não guarda raiva", fala Suhel, enquanto beberica Coca-Cola em casa para enfrentar o calor. Recebe as visitas no seu quarto, decorado apenas com colchões de dormir, um ventilador e um coelho de pelúcia que lê segura durante a conversa.

A inesperada entrada dos visitantes surpreendeu a mulher de Suhel no quintal e, seguindo a tradição, ela recolheu-se ao segundo quarto da modesta casa de alvenaria. Os cinco filhos, entre eles duas meninas, vieram cumprimentar os estrangeiros.

A hospitalidade árabe também marcou uma recepção ao rei Hussein num dos momentos de mais aguda crise entre Israel e Jordânia. No ano passado, um soldado jordaniano com problemas mentais descarregou seu fuzil M-16 contra um grupo de escolares israelenses e matou sete meninas.

O monarca viajou a Israel, visitou as famílias e se ajoelhou diante delas, em pedidos de desculpas pela tragédia. Num apartamento. O rei Hussein foi recebido à porta pelo avô de uma das meninas assassinadas, que segurava uma bandeja com pão e sal, um símbolo de boas-vindas.

Nurit Fatihi, um judeu do lêmeen, ofereceu ainda ao rei uma oração especial para monarcas, extraída das tradições da Cabala (uma espécie de misticismo judaico). O

visitante respondeu na língua materna do anfitrião, o árabe: "Sua filha é como uma filha minha, a sua perda é uma perda minha. Possa Deus ajudá-lo a suportar a dor".

O rei Hussein também cultivava popularidade junto a assessores de Netanyahu. Dore God, um conselheiro do premiê, já descreveu o monarca como "uma ponte entre Israel e a liderança palestina em momentos críticos".

Segundo Gold, o rei Hussein chegou a, num dos vários cenários de crise israelo-palestina, telefonar para Iasser Arafat e entregar o aparelho a Netanyahu, forçando uma conversa. (JS)

Fls.10

TRAGÉDIA IGUALA TODOS NA CULPA

Israel é uma nação de 5,9 milhões de profetas, rabinos e professores; todo mundo fala, e ninguém ouve.

Desde 1967 uma nação inteira esteve mergulhada num debate que, superficialmente, é de natureza política ou militar, mas que em essência é ético, sobre a identidade que Israel quer ter.

Amo Israel mesmo nos momentos em que nem sequer gosto dele, quando não o suporto.

Eu amo porque me sinto um pouco em casa em Israel, apesar de ser uma casa com defeitos. Ela precisa de alguns consertos. Se Israel é decepcionante às vezes, é porque é essa a natureza dos sonhos: serem um tanto quanto decepcionantes depois de realizados.

Israel é um sonho concretizado. A única maneira de manter um sonho intacto, cor-de-rosa, é jamais vive-lo concretamente. Isso se aplica a plantar um jardim, criar filhos, viver uma fantasia sexual ou construir uma nação. Algumas pessoas esperavam que Israel fosse um exemplo moral, difundindo luz ao mundo. Outras esperavam que fosse um espetáculo de virilidade ininterrupta — um resgate em Entebbe por semana. Outras queriam que fosse a encarnação de uma aldeia judaica do Leste Europeu.

Os sonhos só podem continuar maravilhosos enquanto não se realizam. Mas o verdadeiro Israel não é um sonho que se concretizou, mas todo um conglomerado de sonhos, fantasias, planos e projetos.

Arco-íris de fantasias

Houve pessoas que vieram para cá para aguardar a chegada do Messias. Outras pretendiam fazer com que o Messias viesse imediatamente. Outras, ainda, queriam ser o Messias elas mesmas, ou reconstruir os antigos reinos de David e Salomão em toda a sua glória, ou erguer um paraíso marxista em um dia.

Houve europeus que tinham esperança de reconstruir Viena ou Praga no coração do Oriente Médio, com boas maneiras, chá e o decoro europeu, com paz e tranqüilidade entre duas e quatro da tarde e muito aconchego e elegância. Ao lado deles, havia os que queriam que este lugar se tornasse o 52º Estado dos EUA ou uma social-democracia escandinava.

Os fundadores do meu Kibutz eram anarquistas sociais semi-religiosos e afirmavam que já era hora de o povo judeu retornar a Israel para criar uma federação de comunidades rurais onde os judeus passariam por um profundo renascimento religioso, não na sinagoga, mas pelo fato de estar em contato constante com os elementos da natureza, pelo trabalho duro e por compartilhar tudo.

Havia todo um arco-íris de fantasias. O sionismo era uma coalizão intranquila de sonhos diversos e, por definição, teria sido difícil todos esses sonhos se concretizarem. Hoje alguns deles estão parcialmente realizados, alguns foram esquecidos e alguns se transformaram em pesadelos.

Alto e bom som

Israel é um conjunto de discussões exaltadas, e gosto dele assim, embora não seja nenhum jardim de rosas. Existe algo muito criativo nessa situação. Israel é um seminário vivo realizado no meio de rua sobre a herança judaica, o significado do judaísmo, a moralidade, o significado ou falta de significado dos lugares sagrados, a hierarquia dos diferentes valores judaicos. Nos últimos 30 anos, uma nação inteira esteve mergulhada num debate que, superficialmente, é de natureza política ou militar, mas que em essência é ético, histórico, até teológico, sobre a identidade que ela quer ter.

As pessoas de fora dizem: "Será que vocês israelenses não podem abaixar a voz um pouquinho quando discordam entre si? O barulho que fazem nos deixam em situação embaraçosa diante de nossos vizinhos não-judeus".

Não, não tem jeito. Uma das conseqüências de ser cidadão de um Estado independente do povo judeu é que me sinto livre para conduzir minha discussão em alto e bom som, aos brados, quando me aprouver, e que se danem os vizinhos. Israel se

enquadra num filme de Fellini, não em um de Bergman. Vêm daí o som e a fúria, a raiva e às vezes o ressentimento.

Quando estamos fora do país, alguns de nós, israelenses voltados para a paz, somos solicitados a calarmos a boca em prol da unidade. Pelo menos no exterior, dizem alguns judeus americanos, precisamos apresentar uma fachada judaica unida. Eu digo a eles: "Brilhante idéia! Vamos apresentar uma fachada unida. Por que vocês aí não fazem de conta que integram o Paz Agora e guardam suas idéias em silêncio, para que possamos todos falar na voz do Paz Agora e apresentarmos uma aparência totalmente unida?". Mas o único tipo de unidade que têm em mente é que eu ale a boca em nome da unidade. Por alguma razão bizarra, a única unidade que têm em mente é ortodoxa e de direita.

Em Israel, cada fila num ponto de ônibus corre o risco de pegar fogo com qualquer faísca e transformar-se num exaltado e fascinante seminário de rua, com pessoas que nunca antes se viram discutindo política, estratégias, a Bíblia, moralidade, ética e o verdadeiro propósito de Deus.

Impacientes, algumas pessoas de fora perguntam: "Quando é que vocês vão nos brindar com uma suculenta guerrinha civil judaica?" Elas querem briga: colonos atirando em defensores da paz, judeus de origem européia contra judeus de origem oriental, religiosos contra seculares. Digo a essas pessoas: "A guerra civil israelense já se arrasta há 70 anos, mas é uma guerra civil em sua maior parte verbal. Lutamos com palavras, xingando uns aos outros e, desse modo, infligindo do câncer e ataques cardíacos uns aos outros".

Confronto civilizado

Em outros países, questões como a separação entre igreja e Estado foram resolvidas por meio de guerras civis muito sangrentas. A nossa, em comparação, é relativamente civilizada. Ela levará muito, muito tempo para ser resolvida. Mas acho que não será tão sangrenta quanto outros conflitos desse tipo.

Pode ser que mais um político ou escritor seja assassinado. Não estamos imunes a outros episódios de violência repugnante. Mas não acho que vamos ter uma guerra civil na tradição honrada da maioria das nações civilizadas.

O assassinato de Yitzhak Rabin foi sombrio e imensamente significativo, mas o que aconteceu a seguir foi igualmente significativo. Na manhã seguinte a nação inteira estava nas ruas, metade lamentando a morte de Rabin, que via como santo, a

outra metade afirmando que Rabin foi o pior traidor em toda a história judaica e que merecia ser submetido a uma corte marcial por traição à nação. Embora todo mundo estivesse discutindo com todo mundo, não houve um único incidente registrado de violência — nem um soco no olho ou tapa na cara. Se o presidente da França tivesse sido assassinado a tiros, veríamos tanques nas ruas de Paris no dia seguinte. O assassinato foi extremamente não-judeu; o que ocorreu a seguir foi muito judeu.

Não temos, na realidade, uma discussão sobre “quem é judeu?”. Para mim, a resposta é muito simples: todo mundo é um rabino. Esta é uma nação de 5,9 milhões de rabinos, professores, profetas, primeiros-ministros e messias. Todo mundo fala, e ninguém ouve. Não é por nada que nunca tivemos um papa. Se alguém se dissesse papa dos judeus, todo mundo daria tapinhas nas costas desse papa dizendo: “Oi, papa. A gente não se conhece, mas seu tio e meu avô faziam negócios juntos em Minsk ou Casablanca, então vou lhe dizer de uma vez por todas o que é que Deus realmente quer de nós”.

Silêncio Ortodoxo

O judaísmo é um jogo de interpretações. Cada vez que os judeus vivem em submissão, em disciplina religiosa cega, em lugar de um estado de interpretação aberta, essa é uma época ruim para os judeus. Israel enfrenta problemas enormes, sendo que o mais urgente deles é a tradicional inimizade com os palestinos. Mas a ortodoxia é um desvio, porque procura restringir e excomungar a liberdade de interpretação, a disposição inata de discutir tudo, que sempre foi a alma da cultura judaica.

É possível que o pior do conflito árabe-israelense já tenha passado. No mais íntimo de seus corações, até as pessoas da direita sabem que haverá uma partilha e, embora possam brigar sobre as fronteiras, elas sabem que haverá um Estado palestino. Acabaram-se os dias dos bloqueios cognitivos totais entre Israel e os árabes, quando os árabes tratavam Israel como uma infecção passageira e muitos de nós tratávamos a tragédia palestina como problema inexistente.

Quando não pudemos mais usar o problema palestino como meio para fugirmos da questão, nos veremos confrontados uns com os outros — uma sociedade repleta de profetas que gritam alto. Então teremos que enfrentar nossos verdadeiros problemas: como lidar com a decepção de tantos? Como conduzirmos o diálogo entre nós mesmos e também entre nós e os judeus que desejam viver fora do país? Como se pode conciliar mesmo uma nação-Estado decente com as exigências da ética?

Não sou otimista, mas ativista. Faço parte daqueles que gostam de indagar: "O que precisamos fazer a seguir?" Acho que tenho a resposta: em lugar de examinar nossa consciência para tentar entender como o sonho se espatifou, deveríamos conquistar os cerca de 30 mil a 40 mil israelenses de posição média que poderiam estar do nosso lado, não apenas com relação à paz com os palestinos, mas também com relação a questões relativas à separação entre Estado e a sinagoga e à defesa de mais democracia e dos direitos humanos.

Muitos de nossos defensores potenciais estariam do nosso lado se não fosse erros cometidos pelas forças progressistas, que muitas vezes se mostraram condescendentes e zombaram dos medos e das apreensões justificados de muitos israelenses comuns.

Alguns de nós, ativistas da paz, zombamos desses medos e apreensões, tratamos a insegurança como sinal de falta de inteligência e, desse modo, nos distanciamos de muitos israelenses de posição média. Esse foi um grave erro, tanto moral quanto político. Poderíamos conquistar o apoio de mais 50 mil israelenses se tentássemos argumentar racionalmente com eles. É isso que faço, em lugar de frequentar lugares intelectuais em Tel Aviv para falar com outros partidários da paz sobre quão terríveis são as coisas e quão impotentes somos. Vou para cidades que estão sendo erguidas e para outros lugares onde posso falar com israelenses de postura média.

Os cidadãos árabes de Israel não foram tratados corretamente. Não pode haver um Estado judeu; ele precisa ser o Estado do povo judeu e de todos seus cidadãos, o que significa que os árabes israelenses terão a opção de ser cidadãos totais, com todos os direitos e deveres que isso implica. Israel precisa encarar a tragédia palestina de frente e dizer: "Excetuando o suicídio, faremos tudo que pudermos para curar essa tragédia".

Vejo o conflito entre Israel e Palestina em 1948 como tragédia, porque foi um conflito entre o certo e o certo. Tanto palestinos quanto israelenses foram responsáveis por ele. Foi um conflito entre duas nações profundamente feridas, histéricas, aterrorizadas. Nenhum lado pode ter grande orgulho do que fez em 1948.

Precisamos ver como podemos curar essas feridas, lidando com os refugiados palestinos. Esses refugiados deveriam ser retirados de seus campos de refugiados agora mesmo, antes mesmo de sabermos quais serão as fronteiras exatas de uma futura palestina. Talvez Israel e palestina vivam para sempre com narrativas diferentes do que realmente aconteceu em 1948. Mas, quando vejo um acidente de carro,

não pergunto quem provocou o acidente, mas quem está sangrando mais; é essa pessoa que merece o atendimento mais urgente. Hoje são os refugiados que vivem nos campos, eles e as vítimas do terrorismo nas ruas de Israel e as vítimas da opressão na Cisjordânia, que precisam de atenção. É isso que é urgente, e não a culpa. Culpa é o que não falta: há o suficiente para todos.

QUEMÉ AMÓS OZ

Amós OZ, 58, é o mais célebres escritor israelense da atualidade. A consagração literária não impede que ele seja contestado pela direita nacionalista-religiosa, por causa de sua militância pacifista no movimento suprapartidário Paz Agora. Ao receber o Prêmio Israel, maior premiação literária do país, o Partido nacional Religioso tentou, na Justiça, impedir a homenagem.



JAIME SPITZCOVSKY
 enviado especial ao Oriente Médio

HA 50 ANOS, no dia 14 de maio, o líder do movimento sionista, David Ben Gurion, proclamava a independência de Israel. A fundação do país encerrava uma ambição cultivada havia séculos pelos judeus na Diáspora e iniciava uma nova fase de guerras no Oriente Médio.

Para os palestinos, o surgimento do novo Estado significava a ponta-de-lança de uma invasão estrangeira.

O ataque árabe e ações de forças judaicas em 1948 mergulharam a região numa espiral de violência que sobrevive até hoje. O processo de paz iniciado em 93 enfrenta os percalços de um conflito alicerçado em tempos bíblicos.

Israel construiu uma economia moderna e uma sociedade democrática, manchada pela discriminação enfrentada por seus cidadãos árabes. Carrega também o peso de tensões internas provocadas por diferenças entre religiosos e seculares, entre judeus de diferentes origens.

Os palestinos caminham rumo a seu Estado. Os países árabes da vizinhança gradualmente aceitam a existência do Estado judeu. Mas, assim como Israel, enfrentam o crescente desafio dos extremistas



48

98



ENTENDA O QUE ACONTECE NA REGIÃO

Clóvis Rossi

Meio século depois
da criação, não é possível
traçar um mapa de Israel
aceito por todos..... 3

NAS RUAS, A GUERRA AINDA NÃO ACABOU

Carlos Heitor Cony

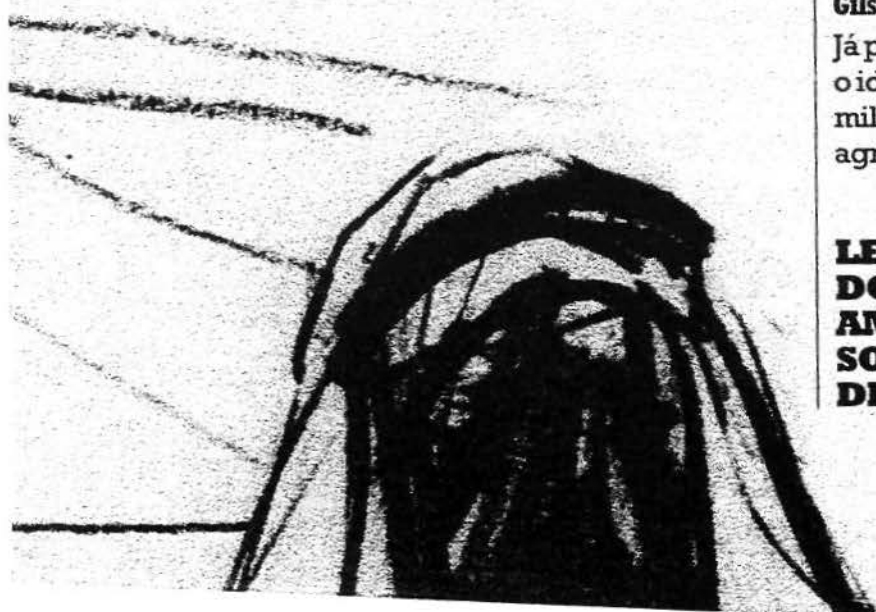
Os judeus venceram
o deserto, mas não
conseguiram o mesmo
com seus vizinhos.....6

KIBUTZ CEDE LUGAR À TECNOLOGIA

Gilson Schwartz

Já passou o tempo em que
o ideal socialista envolvia
milhares de jovens na
agricultura.....7

LEIA TEXTO DO ESCRITOR AMÓS OZ SOBRE OS 50 ANOS DE ISRAEL10



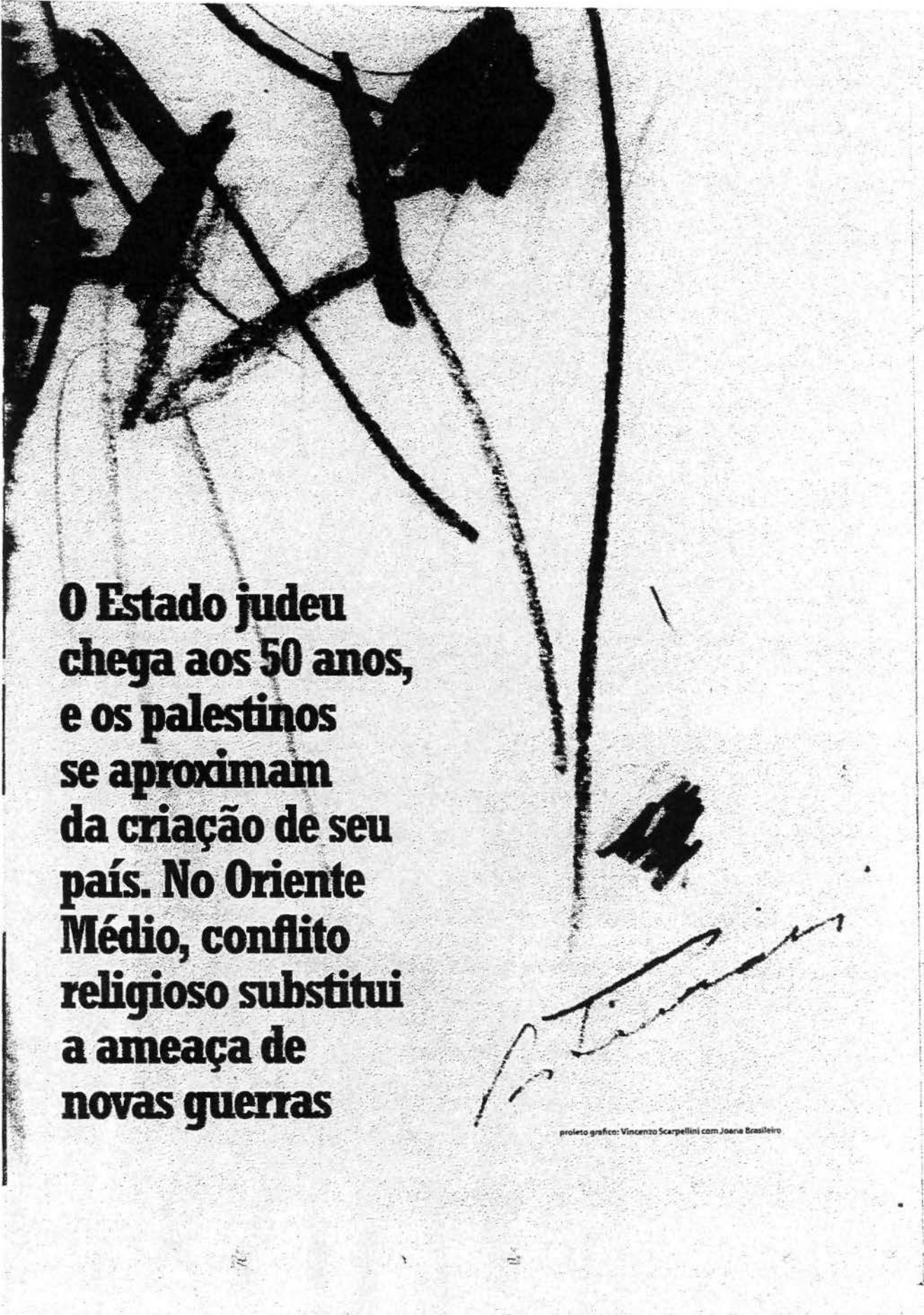
cai no próximo dia 30. Ao completar
50 anos, Israel crava mais uma
marca na turbulenta história do
Oriente Médio.

O jornalista Jaime Spitzcovsky
e o fotógrafo Niels Andreas
viajaram durante
16 dias por Israel,
territórios palestinos,
Líbano, Egito e Jordânia

Desenho
do brasileiro
Cândido Portinari,
feito em viagem
a Israel em 1956.

No alto à esquerda,
cartaz dos anos 20 pede
ajuda
à colonização
judaica
da Palestina;
no canto superior
direito, símbolo
oficial das
comemorações
do cinquentenário
de Israel.





**O Estado judeu
chega aos 50 anos,
e os palestinos
se aproximam
da criação de seu
país. No Oriente
Médio, conflito
religioso substitui
a ameaça de
novas guerras**

projeto gráfico: Vincenzo Scarpellini com Joana Brasileiro

AVIHAI SHIVTIEL
especial para a Folha

Nenhuma nação viva no mundo pode identificar seus antepassados com precisão. Os judeus/israelenses não constituem exceção. Mas, se interpretarmos o Velho Testamento não apenas como documento religioso, mas como um livro que contém fatos históricos, os judeus podem ser a única nação do mundo a ter sua genealogia bem registrada. A Bíblia nos fala de uma pessoa conhecida como Abraão, o Hebreu, que, obedecendo ao comando de Deus, deixou a Mesopotâmia e se estabeleceu em Canaã, que, desde então passou a ser a Terra Prometida dos judeus.

Abraão teve vários filhos, mas a Bíblia fala de dois: Isaac e Ismael, dos quais descendem respectivamente os judeus e os árabes. A Bíblia também nos conta que o neto de Abraão, Jacó, e os filhos deste, mudaram-se para o Egito e se tornaram escravos dos egípcios, tendo deixado o Egito após 400 anos para retornarem à Terra Prometida. O percurso até a Palestina levou 40 anos, tempo necessário para Moisés, seu líder, formar seu caráter enquanto povo livre, disposto a lutar para recuperar Canaã e a obedecer às leis de Deus.

Os israelitas conquistaram Canaã e se estabeleceram nas margens do rio Jordão e, depois da morte do sucessor de Moisés, Josué, que os levou à Palestina, foram governados por "juízes". Mas em pouco tempo os israelitas, desejando ser iguais às outras nações, começaram a querer um rei, e assim seu sacerdote, Samuel, foi obrigado a ceder e nomeou Saul. David, que o sucedeu, expandiu as fronteiras de Israel, e seu filho Salomão consolidou a monarquia, reinando sobre um império que se estendia do Egito à Mesopotâmia.

Depois do reinado de Salomão, o país dividiu-se em dois reinos pequenos e fracos, Israel e Judéia. Ambos caíram nas mãos dos babilônios, que destruíram Jerusalém e expulsaram os judeus, espalhando-os por seu vasto império. Mas, quando foram derrotados pelos

DA BUSCA DA TERRA PROMETIDA ATÉ A...

Após o Holocausto levado a cabo pelo nazismo no século 20, ficou claro que o ódio anti-semita havia conduzido os judeus à beira da destruição total; Israel então passou a ser considerado o único porto seguro no mundo

Oriental, os libelos de sangue e até mesmo o Holocausto, em nosso século, estiveram, de alguma maneira, ligados à longa inimizade entre judeus e cristãos, que agora começou gradualmente a mudar.

Os muçulmanos, que plantaram

çaram a imigrar para a Palestina. Mas o século 20 foi, sem dúvida alguma, o período mais dramático da história dos judeus. Muitos judeus imigraram para a Palestina em função do sionismo e dos pogroms. Os recém-chegados fundaram kibutzim (fazendas coletivas) e cidades, criaram uma infra-estrutura econômica, educacional e social e lançaram a luta pela independência política. Essas iniciativas abalaram a textura delicada das relações entre árabes e judeus e os vínculos anglo-judaicos na Palestina. Apesar das tensões, que às vezes terminavam em confrontos sangrentos, o status quo poderia ter se mantido por muitos anos. Mas o acontecimento que mudou o rumo da história judaica foi o Holocausto.

De repente, ficou claro e evidente que o ódio do qual os judeus eram alvo poderia levá-los à beira do genocídio e da aniquilação total. Assim, o argumento em favor do judeu errante enquanto receita de sobrevivência mudou para uma crença profunda na importância da unidade dos judeus em um só território. E Israel passou a ser visto como o único abrigo e porto se-

guidos pelos romanos.

O regime romano foi um governo duro e cruel, que infligiu aos judeus uma série de desastres —primeiro ao levar alguns judeus a se tornarem cada vez mais fanáticos, culminando na queda de Massada e na repressão à revolta, e, segundo, ao crucificar Jesus Cristo, num ato atribuído aos judeus, que por isso sofreram perseguições por quase dois milênios.

Todas as perseguições cometidas pela Inquisição na Idade Média, os "pogroms" (massacres organizados de judeus) na Europa

mostram que judeus e árabes conviveram em harmonia durante longos períodos. Árabes e judeus muitas vezes sofriam o mesmo destino quando se confrontavam com um inimigo comum, como os otomanos, que dominaram a região do século 16 até sua derrota na Primeira Guerra Mundial.

O século 19 simboliza, para os judeus, uma era de renascença. Embora os judeus se encontrassem espalhados pelo mundo, conseguiram conquistar determinados direitos, conceberam e desenvolveram idéias sionistas e come-

inenzimamente, em sua vida, Israel ainda não viu um único dia em que as pessoas pudessem sentar em paz sob suas videiras e figueiras. As guerras com os árabes começaram a partir do primeiro dia de vida do país e continuaram, acirradas, até que foram assinados acordos de paz com algumas nações árabes, embora o problema palestino ainda não tenha sido resolvido.

Israel tem uma longa lista de conquistas: absorveu 3 milhões de imigrantes, criou um excelente sistema de ensino, desenvolveu uma indústria forte, com produtos que são vendidos em todo o mundo. Todas essas realizações e muitas mais foram conseguidas apesar das guerras sangrentas. Mas a paz com os países vizinhos não vai resolver os enormes problemas internos de Israel: a divisão entre os judeus ashkenazis e sefarditas, entre judeus ortodoxos e seculares, o abismo entre fanáticos e moderados, ricos e pobres.

Israel está ingressando no próximo milênio com problemas que exigem soluções urgentes. Não há fórmulas mágicas. As melhoras só podem ser conquistadas lenta e, às vezes, dolorosamente. Mas se Israel aprender com os erros do passado, suas chances de se curar serão maiores. A história ensina que os judeus sobrevivem por muito tempo.

Avihai Shivtiel é professor de Estudos Semíticos na Universidade de Cambridge (Reino Unido)

Tradução de Clara Allain

...DIFÍCIL CONQUISTA DA PAZ NA REGIÃO



13.set.93 - Associated Press

O presidente Bill Clinton observa aperto de mão entre o premiê israelense, Yitzhak Rabin, e o líder palestino Yasser Arafat, que selou acordo de paz na Casa Branca em 1993

CRONOLOGIA

98.000 a.C. Primeira ocupação conhecida da região por homo sapiens, segundo esqueletos e artefatos de pedra encontrados perto do monte Carmel

2000 a.C. Abraão, patriarca dos judeus, vai de Ur, na Caldéia (atual Iraque) a Canaã (atual Israel). Início do judaísmo, a primeira grande religião monoteísta. Segundo a Bíblia, Deus promete a terra de Canaã aos judeus como recompensa por sua fidelidade

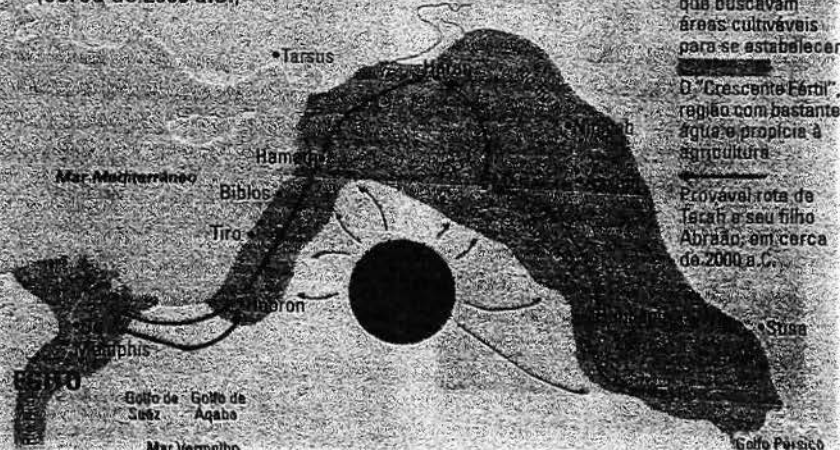
1750-1650 a.C. Primeiros hebreus (população semita da Antiguidade, da qual descendem os atuais judeus) se estabelecem em Canaã, com frequentes migrações ao Egito. Período dos patriarcas Isaac e Jacó (filho e neto de Abraão)

1300 a.C. Provável início da escravidão dos hebreus no Egito
1250 a.C. Êxodo dos hebreus do Egito. Sob a liderança de Moisés, cerca de 600 mil hebreus se deslocam para a Terra Prometida (Canaã). Permanecem 40 anos no deserto do Sinai, onde recebem os Dez Mandamentos (um dos alicerces da religião judaica)

1230-1200 a.C. Hebreus chegam a Canaã, liderados por Josué. Moisés morre antes da chegada à Terra Prometida

1008-1001 a.C. Rei David faz de

NOS TEMPOS BÍBLICOS (cerca de 2000 a.C.)*



Provável origem dos pastores semitas que buscavam áreas cultiváveis para se estabelecer

O "Crescente Fértil", região com bastante água e propícia à agricultura

Provável rota de Jacó e seu filho Abraão, em cerca de 2000 a.C.

Jerusalém a capital do reino hebreu

969-930 a.C. Reinado de Salomão

959-951 a.C. Construção do Primeiro Templo em Jerusalém, principal centro do judaísmo

930-600 a.C. Domínio dos assírios, população semita da Mesopotâmia

588-587 a.C. Invasão comandada por Nabucodonosor, rei da Babilônia (Mesopotâmia), e queda de Jerusalém, com a destruição do Primeiro Templo. Exílio dos hebreus na Babilônia

539-538 a.C. O rei persa Ciro conquista a Babilônia e permite a volta dos hebreus

515 a.C. Inauguração do Segundo Templo em Jerusalém

323 a.C. Ápice da expansão do império de Alexandre, o Grande;

conquista da região e início da dominação helênica

167-142 a.C. Levante de hebreus contra a helenização forçada (chamada de Revolta dos Macabeus)

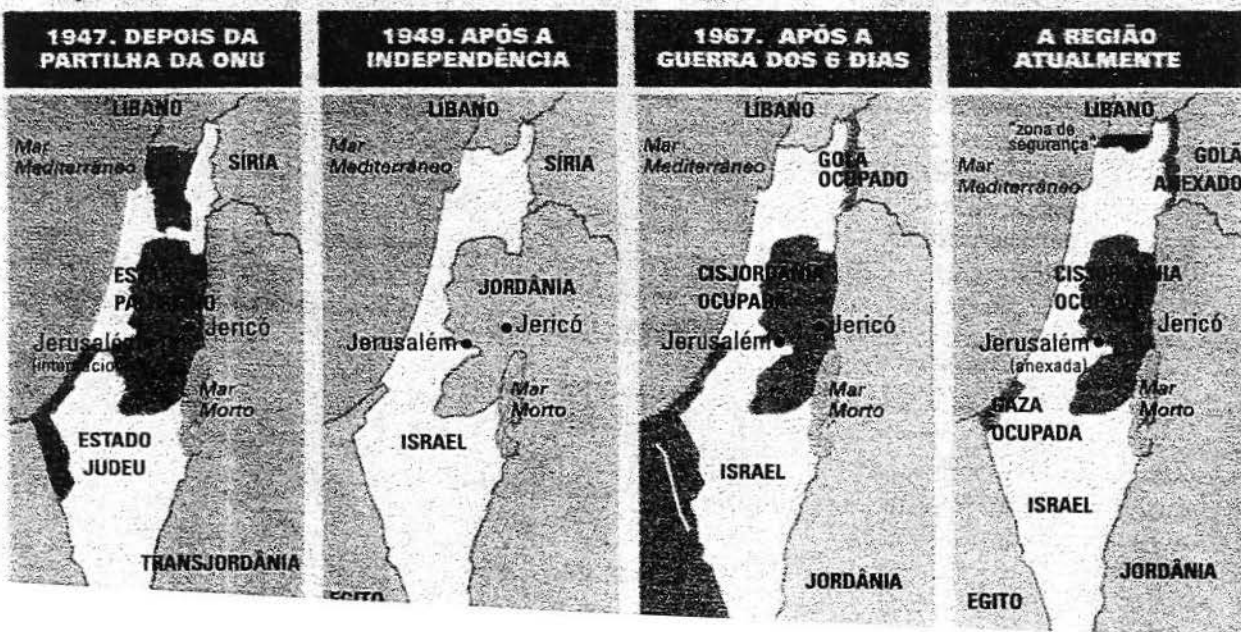
63 a.C. O general Pompeu conquista Jerusalém, domínio romano

40 a.C. Ascensão de Herodes

66 d.C.-74 d.C. Revolta dos judeus contra os romanos

70 Destruição do Segundo Templo pelos romanos. A reconstrução do Templo é então ligada à vinda do Messias, cuja espera é um dos pontos centrais da fé judaica. O Muro das Lamentações é um resquício do Segundo Templo e local mais sagrado para os judeus. Início do segundo exílio (diáspora)

* datas aproximadas. Fonte: Bíblia, Quid, Caminhos do Povo Judeu (vols 1, 2, 3 e 4), Jewish History Atlas



fracassa. Repressão romana intensifica a saída de judeus; cerca de 10 mil permanecem, sobretudo na Galiléia (norte de Israel atual)

637 Conquista árabe

691-710 Sultão Abd El-Malik faz de Jerusalém uma cidade sagrada, construindo a mesquita de Omar. Segundo a crença islâmica, Maomé teria subido ao céu a partir de Jerusalém

1099 Os cruzados, guerreiros cristãos, conquistam Jerusalém

1250 Domínio dos mamelucos (muçulmanos de origem turco-mongol)

1517 Início da dominação dos turcos otomanos (originários da atual Turquia)

1882-1903 Primeira onda migratória de judeus russos

1896 Publicação de "O Estado Judeu", pelo jornalista austro-húngaro Theodor Herzl, criador do movimento sionista moderno. O sionismo (nome vem de monte Sion, localizado em Jerusalém) defende a criação de um "lar nacional judaico"

1904-1914 Segunda onda migratória, principalmente de judeus poloneses e russos

1909 Fundação do primeiro kibutz (fazenda coletiva) em Degania

1917 Início do domínio britânico. Declaração Balfour, com a qual o Reino Unido se compromete a apoiar a idéia de um Estado judeu

1920 Criação dos primeiros grupos paramilitares da Haganá (defesa em hebraico, embrião do Exército israelense). Socialistas dominam movimento sionista

1922 Anunciado plano para criar a Agência Judaica, que coordenará a imigração e representará os judeus junto à administração britânica

1922-27 Onda migratória de judeus poloneses, protestos árabes

1931 Fundação do Irgun, grupo paramilitar de dissidentes extremistas da Haganá

1933 Ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, onda migratória de judeus alemães

1936-39 A "revolta árabe": protestos e intensificação dos conflitos entre palestinos e judeus

1939 Começa a Segunda Guerra Mundial na Europa. Pressionado pelos árabes, o Reino Unido publica o "Livro Branco", que limita a entrada de

driblar restrições britânicas. Irgun organiza ações terroristas contra britânicos e árabes

1939-1945 Holocausto, genocídio de cerca de 6 milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial

1943 Menahem Beguin, futuro premiê, assume comando do Irgun

1947 Oswaldo Aranha (1894-1960, foto), diplomata e político brasileiro, que presidiu a Assembléia Geral da ONU que aprovou a

partilha da Palestina, ou seja, a criação de Israel e de um Estado palestino

14 de maio de 1948 Fim do mandato britânico. Independência de Israel, com o trabalhista (socialista) David Ben Gurion na liderança do país

maio de 1948 a 1949 Guerra da Independência. Tropas palestinas, egípcias, iraquianas, sírias, jordanianas e libanesas atacam forças israelenses. Cerca de 700 mil palestinos se refugiam em Gaza, Cisjordânia ou Jordânia, respondendo à chamado de líderes árabes ou expulsos por ações judaicas

1949 Com a vitória militar, Israel expande fronteiras. Divisão de Jerusalém entre Israel e Jordânia

1948-1952 Intensifica-se a imigração de judeus, principalmente europeus e de países árabes

1956 Guerra do Sinai. Forças israelenses, britânicas e francesas atacam o Egito, que havia anunciado nacionalização (controle único) do canal de Suez. Intervenção soviético-americana produz cessar-fogo

1964 Criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

1967 Guerra dos Seis Dias. Israel promove ataque, considerando ato de guerra o bloqueio do golfo de Áqaba pelo Egito. Vitória israelense e conquista do deserto do Sinai, da faixa de Gaza (Egito), da Cisjordânia, de Jerusalém Oriental (Jordânia) e das colinas do Golã (Síria)

1968-1972 Intensificam-se ações terroristas palestinas

1973 Guerra do Yom Kipur. Na principal festa religiosa judaica (Dia do Perdão), ataque egípcio e sírio. Reforço iraquiano e jordaniano. Depois de

praticamente volta às fronteiras de 1967. Crise internacional do petróleo

1974 OLP é reconhecida na ONU como única representante dos palestinos

1977 O Likud chega ao poder e põe fim à hegemonia dos trabalhistas, que governavam desde a independência. O presidente egípcio, Anwar Sadat, visita Jerusalém, iniciativa pioneira de um dirigente árabe

1979 Assinatura da versão final do tratado de paz entre Israel e Egito (acordo de Camp David)

1982 Israel devolve deserto do Sinai ao Egito e invade o Líbano, com o objetivo de expulsar as organizações palestinas baseadas naquele país

1984 Formação do governo de união nacional, entre Likud e trabalhistas. Imigração de judeus negros da Etiópia (África)

1987 Início da Intifada, levante nos territórios palestinos ocupados por Israel desde 1967

1988 OLP reconhece, implicitamente, direito de Israel à existência

1989 Começo de uma onda migratória que levará, em cinco anos, cerca de 600 mil judeus da ex-URSS a Israel

1991 Guerra do Golfo. EUA precisam do apoio árabe contra Saddam Hussein (Irque) e, em troca, pressionam Israel a aceitar conferência de paz de Madri. Encontro, apesar da importância simbólica, produz poucos resultados

1992 O líder trabalhista Yitzhak Rabin assume o cargo de primeiro-ministro em Israel

1993 Assinatura do acordo de Oslo (paz israelo-palestina) em Washington

1994 Início da autonomia palestina, na faixa de Gaza e na cidade de Jericó (Cisjordânia). Assinatura do acordo de paz entre Israel e Jordânia. O premiê Yitzhak Rabin, o chanceler Shimon Peres e o dirigente palestino Iasser Arafat recebem o Nobel da Paz

1995 Ampliação da área sob autonomia palestina em Gaza e Cisjordânia. O premiê Rabin é assassinado em Tel Aviv por um extremista judeu contrário às concessões

1996 Atentados de extremistas palestinos em Israel. O candidato do Likud, Binyamin Netanyahu, derrota por estreita margem o candidato trabalhista, Shimon Peres. Governo Netanyahu, que afirma priorizar a segurança de Israel, desacelera o processo de paz



CLÓVIS ROSSI
do Conselho Editorial

Meio século após a criação do Estado de Israel, ninguém consegue desenhar um mapa de suas fronteiras universalmente aceito.

O Estado judeu está ainda tecnicamente em guerra com dois de seus quatro vizinhos, o Líbano e a Síria. Qualquer mapa que inclua, por exemplo, as colinas do Golã, tomadas da Síria na guerra de 1967, será rechaçado pela Síria e pelos demais países árabes.

Qualquer mapa que não as inclua será considerado traição pelas correntes nacionalistas-religiosas de Israel, de crescente força política interna. Mesmo com os outros dois vizinhos, Jordânia e Egito, com os quais fechou acordos de paz, não é pacífica a aceitação dos contornos de Israel.

O fato é que o Estado judeu travou, nesses 50 anos, quatro guerras com os países árabes, sem contar a agressão sofrida em uma quinta guerra, a do Golfo, em 1991. Ganhou nitidamente duas, a da Independência (1948) e a dos Seis Dias (1967). Empatou a terceira (a do Yom Kippur, em 1973) e perdeu a chamada Guerra do Líbano (a partir de 1982), mais uma invasão do território libanês do que propriamente uma guerra.

Tudo somado, Israel já teve mais que o quádruplo de sua área, que oscilou dos 20.700 km² originais aos 89.351 km² (sem contar a faixa do sul do Líbano, que ocupa, e as devoluções de territórios palestinos). Os israelenses mataram mais do que morreram. Para cada vida israelense perdida nas guerras, houve cinco mortos do lado árabe.

Israel ganhou dois Nobel da Paz, um para Menahem Begin, outro para Yitzhak Rabin e Shimon Peres, ambos compartilhados com ex-inimigos — o líder egípcio Anwar Sadat e o palestino Yasser Arafat, respectivamente.

Vitórias sem paz

De alguma forma, o Estado judeu ganhou também a Guerra Fria. Baluarte do Ocidente numa região conflitiva e estratégica (pelo petróleo), beneficiou-se do fim da

PALESTINOS

Até a criação do Estado
de Israel (1948),
os palestinos eram

maioria na Palestina britânica. Forças israelenses expulsaram os palestinos das terras em que viviam até 48. Palestinos dispersos pelo mundo ou confinados a campo de refugiados sonham em voltar para suas casas.

*De quem
terra em a*

PALESTINOS

Jerusalém Oriental
é o centro da vida palestina,
abrigo dos principais

órgãos de sua vida comunitária. Deve ser a capital de um futuro Estado palestino. Ali estão as mesquitas do Domo da Rocha e de Al Aqsa, essa última o terceiro lugar mais sagrado para os muçulmanos, de onde, segundo a crença islâmica, Maomé teria subido ao céu.

*A quem p
Jerusa*

PALESTINOS

Israel tem uma política
expansionista, buscando
ocupar terras árabes que

nunca lhe pertenceram, de acordo com as fronteiras reconhecidas internacionalmente. A sociedade israelense é intolerante em relação aos árabes, usando a questão da segurança como desculpa para reprimir os palestinos.

*Quem
culpa pelo*

... é a disputa?

ISRAELENSES

Os judeus habitam
a região desde
os tempos bíblicos.

Depois de expulsos por invasores (babilônicos
romanos) e dispersos pelo mundo,
enfrentaram perseguições e massacres. O Estado
de Israel também significa para os judeus
um local que os livra de eventuais perseguições.

... pertence a quem?

ISRAELENSES

Jerusalém foi,
ao longo dos
séculos, a única

capital e centro da vida judaica, nunca tendo sido
uma capital árabe. Abriga o lugar mais
sagrado para os judeus, o Muro das Lamentações,
o estígio do Segundo Templo, destruído
pelos romanos em 70 d.C.

... tem conflito?

ISRAELENSES

Os palestinos e os países
árabes não aceitaram
a partilha da Palestina

determinada pela ONU em 1947, iniciando
uma série de guerras contra Israel. Até hoje,
setores árabes extremistas não aceitam
a existência do Estado judeu, o que exige especial
preocupação com a segurança do país.

GLOSSÁRIO

Autoridade Nacional Palestina

(ANP): área de autonomia
palestina, estabelecida em quase
toda a faixa de Gaza e em 27% da
Cisjordânia, entregues por Israel a
partir dos acordos de paz de 1993.
Discute-se a ampliação da área
sob jurisdição da ANP. Para a OLP,
a autonomia é um passo rumo a um
Estado palestino

Anti-semitismo: movimento ou
doutrina contra os semitas. Termo
usado para designar o ódio e a
perseguição contra os judeus

Árabe: povo originário da península
arábica. Os árabes habitam grande
parte do Oriente Médio e norte da
África e são, majoritariamente,
muçulmanos

Ashkenazi: judeu de origem
européia central ou oriental

Bar-mitzvá: cerimônia que marca
a maioridade religiosa do judeu,
celebrada aos 13 anos

Circuncisão: ritual de iniciação,
que consiste em cortar o prepúcio
(pele que cobre a glândula do pênis).
Feita por judeus e muçulmanos

Cisjordânia: região à margem
esquerda do rio Jordão,
conquistada por Israel à Jordânia
(ex-Transjordânia) em 67. A ANP
quer o Estado Palestino na
Cisjordânia e na Faixa de Gaza

Diáspora: dispersão de um povo
pelo mundo por motivos políticos
ou religiosos

Faixa de Gaza: território
conquistado por Israel ao Egito em
67. Com a Cisjordânia, forma os
territórios ocupados que a ANP
quer transformar em Estado
palestino

Góí: termo hebraico que designa o
não-judeu

Hamas: acrônimo de Movimento
de Resistência Islâmico. Formado
por religiosos extremistas, é
contrário ao processo de paz e
autor de atentados contra Israel

Hebreu: povo semita da
Antiguidade, do qual descendem
os judeus

Hebraico: língua semítica que ficou
vários séculos restrita ao uso
religioso. Renasceu em fins do séc.
19, com o movimento sionista

Hizbolah: "Partido de Deus", em
árabe. Grupo muçulmano

PALESTINOS

Israel deve devolver
os territórios de Gaza
e a Cisjordânia

(aos palestinos), as colinas do Golã (à Síria)
e o sul do Líbano (ao Líbano), o que causará o fim
das hostilidades. Há grupos palestinos que querem
a devolução de propriedades no atual território
de Israel ou indenização pelas perdas pós-48.

Em grande medida, porque continua travando uma guerra cotidiana, embora não declarada, com um quinto vizinho — os palestinos, que jamais tiveram um território próprio.

Talvez nada simbolize mais os nós que cercam o conflito Israel/palestinos do que a cidade de Hebron (35 km ao sul de Jerusalém). Ou, mais exatamente, uma construção ancestral, que, embora única, leva dois nomes: para os judeus, é a Tumba dos Patriarcas, porque lá estariam enterrados Abraão, Isaac e Jacó. Para os muçulmanos, é a mesquita de Ibrahim (Abraão, em árabe), sepulcro de Ibrahim ou Al Khalil er Rahman, o "Amigo do Senhor".

A tumba é o segundo lugar mais sagrado do judaísmo, atrás apenas do chamado Muro das Lamentações, em Jerusalém. Mas a mesquita é o quarto mais sagrado local do islamismo, perdendo para as mesquitas de Meca e Medina, ambas na Arábia Saudita, e para a de Al Aqsa, em Jerusalém. Só essa construção bastaria para demonstrar como o conflito árabes/judeus tem fundas raízes fincadas na história, na fé e também no território físico de um país, além de tudo pequeno (a superfície de Israel corresponde a apenas 1% do território brasileiro).

Dilemas

Raízes menos antigas, mas irrigadas a sangue, contribuíram para os dilemas que ainda hoje assombram o Estado judeu.

Antes e durante a Segunda Guerra Mundial, 6 milhões de judeus foram exterminados no Holocausto. Uma matança que tornou ainda mais desejável um território para os judeus, dispersos há 2.000 anos pelo mundo.

Quando a ONU ofereceu aos judeus um pedaço da Palestina, administrada pelos britânicos, para nele construir o seu Estado, os líderes do movimento sionista tinham como objetivo: construir um Estado judeu, um estado democrático e um estado que ocupasse tudo o que consideravam a Terra de Israel, o que significaria não uma parte, mas toda a Palestina, do mar Mediterrâneo ao rio Jordão, e uma parte da Jordânia.

Alcançar os três objetivos ao mesmo tempo era impossível à época, como admitia David Ben Gurion, o patriarca sionista: "Neste mundo, só podemos alcançar dois de nossos três objetivos. Está nos sendo oferecida a oportunida-

CRIAÇÃO DE ISRAEL FAZ PALESTINA EXPLODIR

de de obter um Estado judeu e democrático, mas somente em metade da terra de Israel. Poderíamos insistir em querer toda a terra de Israel, mas, neste caso, poderíamos perder tudo".

Proféticas palavras. Nos 50 anos seguintes, Israel viveu — e muitos israelenses morreram — na perseguição aos três objetivos, ora ameaçado de perder um, ora outro, ora todos ao mesmo tempo.

É, hoje, um Estado judeu? É. De seus pouco mais de 5,9 milhões de habitantes, 81% são judeus, mais da metade nascidos em Israel, e os restantes provenientes de 70 países do resto do mundo. Mas, se tornada permanente, a ocupação dos territórios árabes provocaria, em poucos anos, uma inversão demo-

gráfica, dada a taxa de natalidade significativamente mais elevada entre os árabes.

É um Estado democrático? É. Mas a ocupação dos territórios predominantemente habitados por palestinos leva Israel a recorrer a práticas até totalitárias, para reprimir a revolta dos palestinos.

Hebron é, de novo, um símbolo. Em inúmeras casas da rua King David, que era a principal artéria comercial da cidade, casas antes pertencentes aos árabes exibem agora uma estrela de David (símbolo do Estado judeu) amarela pintada na porta, para indicar quem são os donos supostamente verdadeiros.

A estrela de David amarela era pintada nas janelas ou portas de

são as propostas?

ISRAELENSES
Com a consolidação
da paz, Israel
pode devolver

os territórios árabes ocupados, mas sempre
com garantias de segurança
como prioridade. Não há consenso nos
vários setores da sociedade judaica
sobre quais são as áreas que devem ser devolvidas.



Reprodução - 14.mai.48

O líder sionista Ben Gurion proclama a independência de Israel em 48

casas de judeus, nos países europeus ocupados pela Alemanha nazista, para apontar as próximas vítimas das perseguições.

Além disso, os árabes com cidadania israelense (900 mil) são tratados como cidadãos de segunda classe. A ponto de sua renda per capita ser inferior à metade da de seus concidadãos judeus.

De todo modo, o nó decisivo e que ajuda a entender porque Israel ganhou guerras, mas não a paz, é a definição dos seus limites.

E não causa conflitos apenas com os vizinhos árabes. Acabou por criar profundas divisões internas no próprio Estado judeu, a ponto de estar na origem do assassinato, em 1995, do então primeiro-ministro Yitzhak Rabin.

Rabin aceitou o princípio "terra por paz", ou seja, a devolução de parte dos territórios ocupados após a guerra de 67 em troca da paz, com os palestinos e também com os demais vizinhos. Chamado de traidor pela extrema-direita, sua morte foi saudada por extremistas como "gesto sagrado".

A divisão ficou evidenciada na eleição de 1996, em que Binyamin Netanyahu, que defende um Estado judeu que abranja quase toda a terra de Israel, elegeu-se com 1,501 milhão de votos, contra 1,471 milhão dados a Shimon Peres, favorável à teoria da "terra por paz".

No fundo, o dilema de Israel é usar ou não a Bíblia "à guisa de mapa", como ironiza o jornalista americano Thomas Friedman.

Libano

Idiche: língua falada por uma parte dos judeus (ashkenazis), baseada no alemão do séc. 14, com elementos hebraicos e aramaicos

Intifada: revolta palestina entre 1987 e 1993, em Gaza e Cisjordânia, contra a ocupação israelense

Israelense: cidadão de Israel. Cerca de 20% dos cidadãos israelenses não são judeus

Jihad: "esforço", em árabe. Significa o esforço que o muçulmano deve desempenhar para difundir e proteger o islamismo. Ficou caracterizado como "guerra santa" na imprensa

Judeu: aquele que segue a religião judaica. Nem todo judeu é israelense. Judeus podem ser cidadãos de qualquer país

Kasher: alimento em concordância com preceitos religiosos judaicos

Kibutz: fazenda coletiva, base da economia de Israel na época da independência

Likud: partido israelense de direita. Liderado pelo premiê Binyamin Netanyahu, afirma priorizar a segurança do país. Acusado de intolerante por dirigentes palestinos. Assinou acordo de paz com o Egito em 1979

Muçulmano: aquele que segue a religião islâmica

OLP (Organização para a Libertação da Palestina): fundada em 1964, é liderada por Iasser Arafat. Corresponde a uma frente de grupos palestinos que domina a ANP. Nos anos 80, substituiu a luta armada pela negociação

Palestina: região que foi dividida pela ONU em 1947 entre judeus e palestinos. O termo derivaria de palaistina ou filistina, a terra dos filisteus, um povo da Antiguidade

Palestino: aquele que nasceu na Palestina. O povo palestino é formado pelos árabes (e seus descendentes) que vivem nessa região ou, após 48, na diáspora

Partido Trabalhista: grupo israelense de centro-esquerda, na oposição. Liderou a criação de Israel e governou da independência até 1977. Assinou acordo de paz com a OLP (93) e a Jordânia (94)

Sefardita: judeu de origem ibérica, que depois imigrou, em sua maioria, para países árabes

Sionismo: movimento nacionalista judaico, criado na Europa no final do século 19. Defende a criação de um Estado judeu na Palestina

Na parede da casa modesta de alvenaria, um retrato do dirigente palestino Iasser Arafat vigia a bandeira tricolor pendurada na parede. O símbolo de um país que ainda não existe se espalhou nos últimos anos pela faixa de Gaza, emprestando um clima de nacionalismo e de pré-independência ao território com a população mais jovem do planeta.

Segundo a ONU, 52% dos habitantes da faixa de Gaza contam menos de 15 anos. Uma população que cresceu em meio à ocupação israelense e, em sua maioria, acredita já viver no embrião de um Estado palestino.

Com a retirada das tropas israelenses prevista pelo acordo de paz de 1993, fincar um emblema palestino deixou de ser crime. "Colocamos a bandeira para comemorar a chegada do nosso país, embora ainda não saibamos quando será", afirma Samah el Qassas, 12. "Mas espero que seja no próximo ano."

Samah vive no campo de refugiados de Shati, com os pais e sete irmãos. Sobre seu colchão, no quarto que divide com mais oito pessoas, descansa um livro de inglês impresso no Egito. "Quero ser médica", explica, com um sorriso tímido e o véu jogado sobre os ombros.

É na faixa de Gaza e na Cisjordânia que Iasser Arafat, o presidente da Autoridade Nacional Palestina (governo que resulta da autonomia concedida por Israel aos palestinos), pretende proclamar um Estado independente.

Enquanto a independência não chega, a ANP se prepara para virar um governo de fato. Cerca de 80 países já abrigam embaixadas palestinas, a faixa de Gaza conta com uma casa de hóspedes para receber convidados como o presidente francês, Jacques Chirac. As latas de lixo na rua trazem as estrelas amarelas que indicam doação da União Européia.

Intifada

O acordo de paz sufocou a Intifada, a revolta das pedras. Entre 1987 e 1993, crianças armadas de fundas tomavam as ruas de Gaza e da Cisjordânia para atacar tropas israelenses desnorteadas pelo fato de enfrentar inimigos mirins. A pressão do levante funcionou como um dos fatores que empurraram Israel para as negociações.

sul-coreana Hyundai, substituíram as pichações antiisraelenses.

A ANP também tem o seu quinhão de responsabilidade no desaparecimento das inscrições políticas. Foram proibidas pela polícia de Arafat, com o intuito de aplacar exigências israelenses e o crescimento da oposição, sobretudo a islâmica.

Desafios

O maior desafio político a Arafat emana do Hamas, organização extremista que se apóia principalmente no conservadorismo religioso de Gaza, mais pobre e isolada do que a Cisjordânia. O Hamas patrocinou atentados contra Israel e ajudou a eleição do premiê Binyamin Netanyahu, em 1996.

O trabalhista e pró-paz Shimon Peres liderava as pesquisas até os atentados, que amedrontaram setores da população israelense. Votos migraram para o ideário linha-dura de Netanyahu.

O governo israelense, em nome da segurança do país, desacelerou bruscamente as negociações. Arafat se viu então na delicada posição de ter de explicar à população palestina as vantagens de sua opção pela paz, sem poder mostrar mais resultados da atual política arquitetada para obter um Estado em Gaza e na Cisjordânia.

"Somos contra os acordos de paz, mas damos uma chance a Arafat", comenta Suhel Zaqt, 26, da Frente Popular para a Libertação da Palestina, grupelho marxista sediado na Síria.

Zaqt, que amargou quatro anos em prisões israelenses por sua militância, diz que "Israel deseja apenas ganhar tempo e nos enganar, sem real vontade de paz".

Alheia aos meandros das negociações de paz, a comerciante Fatma Zaqtia, 65, afirma: "Não sei se teremos independência, mas pelo menos hoje não há mais soldados israelenses batendo à porta de minha casa, de madrugada, para fazer uma revista". (15)

Enquanto a independência não vem, a Autoridade Palestina se prepara para virar governo de fato

ATTESTAÇÃO



PALESTINA

Nome oficial: ainda não há um Estado palestino independente. A administração dos territórios cedidos por Israel chama-se Autoridade Nacional Palestina

Capital: os palestinos reivindicam Jerusalém Oriental como a capital de um futuro Estado palestino
Área: 6.257 km² (área total da faixa de Gaza e Cisjordânia, incluindo territórios ainda ocupados ou anexados por Israel)

População: 2.761.00*

Religião: majoritariamente muçulmanos, com minorias cristã e drusa

Idioma: árabe

*Dado de censo palestino, não aceito por Israel

Sistema de governo: administração autônoma nas áreas cedidas por Israel, comandada pela Autoridade Nacional Palestina. A ANP cuida dos assuntos internos, mas não pode agir na esfera externa, como nas relações internacionais e na defesa das fronteiras

Presidente da ANP: Iasser Arafat (eleito em 96, com 88% dos votos)

Legislativo: Assembleia Nacional Palestina, com 88 membros, eleita em 96, subordinada a Arafat

FORÇA POLICIAL
cerca de 35 mil homens, divididos em diferentes forças de segurança

DIRIGENTE ESPERA ESTADO EM MAIO DE 99

do enviado especial ao Oriente Médio

Os 50 anos de Israel trazem um "desastre" à memória de Mahmoud Abbas, o número dois da ANP (Autoridade Nacional Palestina) e provável sucessor de Iasser Arafat, o atual presidente da ANP.

Abbas, também conhecido pelo nome de guerra Abu Mazen, entrou para a história ao assinar, em 1993, o acordo de paz em Washington (EUA) como representante dos

palestinos.

Pelo lado israelense, firmou o então chanceler Shimon Peres, sob os olhares de Iasser Arafat e Yitzhak Rabin.

A família de Abbas deixou sua cidade natal, Tzefat (Israel), em 1948, quando da criação do Estado judeu. O garoto Mahmoud tinha então 15 anos.

Depois do exílio na Síria, na ex-URSS e na Tunísia, o advogado Abbas retornou secretamente a Tzefat em 94. Não queria ser reconhecido. Em 96, voltou a visitar Israel. Atualmente, vive entre Gaza e Ramallah (Cisjordânia), onde recebeu a Folha. (J5)

★

Folha - O que representa para o sr. os 50 anos de Israel?

Mahmoud Abbas - Esse fato traz à memória um verdadeiro desastre. Naquele tempo, nós perdemos nosso país. Perdemos a nossa existência, perdemos nossa comunidade.

de. Perdemos tudo. Viramos refugiados, gente sem casa. No mesmo dia em que eles (judeus) obtiveram seu próprio país, seu próprio Estado, nós, os palestinos, perdemos tudo.

Folha - Em 1948, o que ocorreu com o sr. e a sua família?

Abbas - Minha família teve de fugir, perdemos a nossa casa, na cidade de Tzefat, atual território de Israel. Não penso em recuperá-la ou reivindicá-la, porque aceitamos a legitimidade internacional de Israel.

Folha - Setores israelenses dizem que foi um erro do mundo árabe não aceitar a partilha definida pela ONU em 1947. O sr. concorda?

Abbas - Qual a utilidade dessa discussão agora? Se foi um erro, foi dos dois lados, desde o início. Por que não aceitaram a ideia da coexistência? Vamos nos fazer essa pergunta e fazê-la também aos israelenses.

Folha - O que o sr. entende por início? 1948?

Abbas - Não, falo do começo do século, dos anos 20, quando começou a imigração judaica. Em 1969, criamos um slogan: "Pelo Estado democrático palestino", no qual muçulmanos, cristãos e judeus viveriam em condições de igualdade. Já entendíamos a necessidade de conviver.

Ou seja, há mais de 20 anos estendemos nossa mão aos vizinhos israelenses. Não queremos viver para sempre fora do nosso país, queremos voltar.

Folha - Quando haverá um Estado palestino?

Abbas - Espero que em maio de 1999, como prevêm os acordos de paz assinados em 1993. Esse Estado deve ser o resultado de nossas negociações com os israelenses, temos apenas de exercer nosso direito a contar com um país. E concordamos com as fronteiras atuais, ou seja, um Estado palestino em Gaza e Cisjordânia, ao lado de Israel.

**Ano de 48 lembra
'desastre' para
o palestino
Mahmoud Abbas,
provável sucessor
de Iasser Arafat**

Árabes aceita

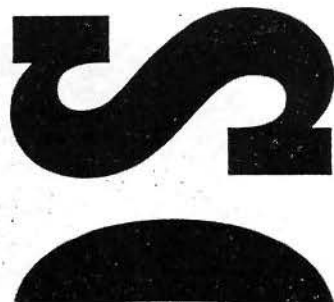
Fotos Niels Andreas/Folha Imagem



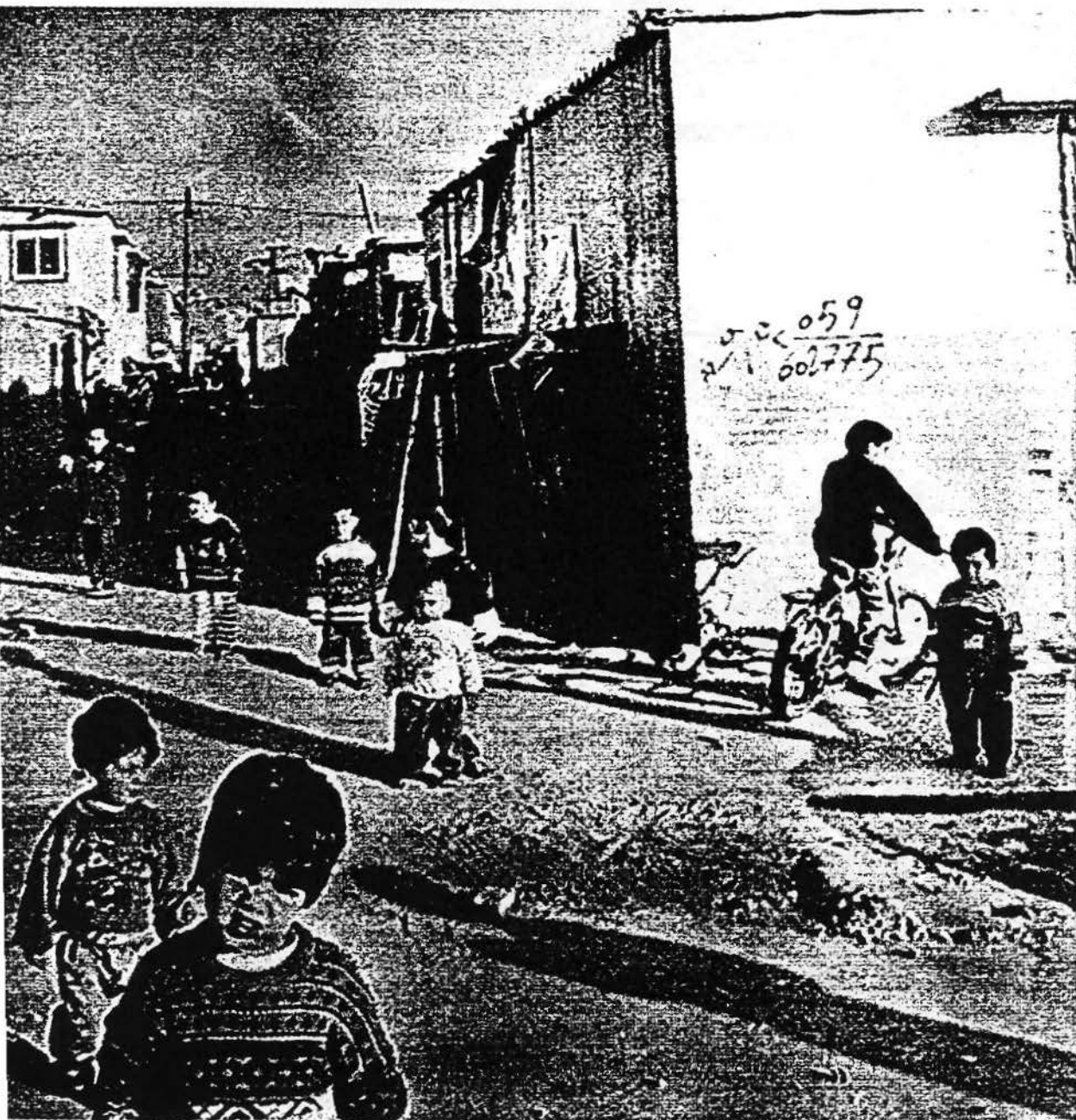
**CASAS JÁ
OSTENTAM
SÍMBOLOS
NACIONAIS**

dos se transformou. Atualmente, um carro com chapa israelense pode circular pelo centro de Ramallah (Cisjordânia), quase sem o risco de apedrejamento. No centro da cidade, os habitantes ignoram a presença de israelenses, caminhando com a velocidade exigida por uma decolagem econômica.

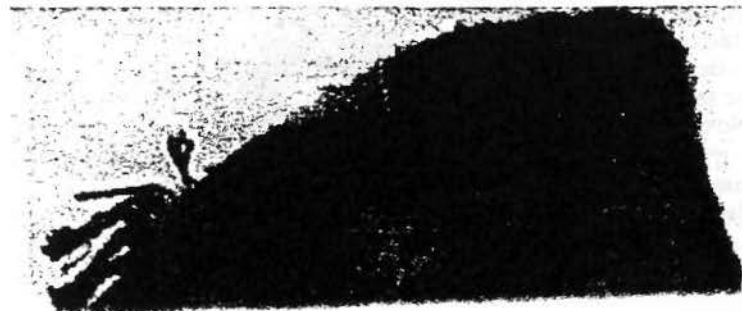
Na faixa de Gaza, os cartazes do



n existência de Israel,



Crianças brincam em campo de refugiados palestinos; ao lado, palestino da cidade de Gaza



um país fraturado pela c



CALDEIRÃO JUDAICO ENFRENTA TENSÕES

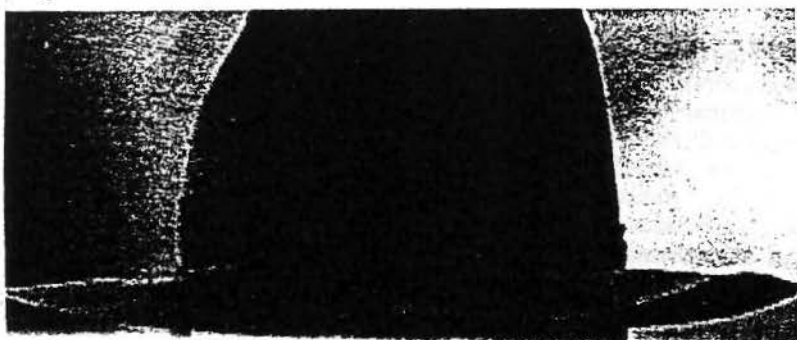
tanto, não cobre todos os grupos religiosos. Os seguidores de um deles, o Partido Nacional Religioso, já substituem os militares originários dos kibutzim (fazendas coletivas de inspiração socialista) como elite das Forças Armadas.

Essa tendência é emblemática das mudanças dos últimos 50 anos. Na criação de Israel, os gru-

IS F. I.

diversidade

Fotos Niels Andreas/Folha Imagem



Acima, judeus ortodoxos aguardam a vez para atravessar a rua no bairro Mea Sharim, em Jerusalém; à esquerda, seguidor da seita Chabad

Um pequeno país sacudido por uma efervescência de conflitos entre os fiéis do judaísmo e os não-religiosos, entre os judeus de origem européia e os de origem árabe, entre os belicistas e os pacifistas, entre os imigrantes mais antigos e os mais recentes, como russos e etíopes.

Caldeirão judaico, a sociedade israelense resiste às tensões que alguns observadores, mais alarmistas, já chamam de "guerra civil silenciosa". "Isso não existe", devolve o deputado Michael Kleiner, da coalizão governista (direita). "O que vemos são sinais de vitalidade de uma sociedade democrática."

O parlamentar trabalhista (centro-esquerda) Shlomo Ben Ami discorda. Aponta o conflito mais evidente, entre religiosos e não-religiosos, como espelho da discussão sobre a identidade de Israel.

"O principal conflito é cultural", analisa Ben Ami. "Vemos a disputa entre os que preferem as incertezas da modernidade e os que desejam as certezas oferecidas pela religião."

Os partidos religiosos, com exigências bíblicas que sugerem um Estado teocrático e grau mais profundo de desconfiança em relação ao processo de paz, encarnam a corrente política que mais cresce em Israel e detêm pelo menos 25 das 120 cadeiras do Parlamento.

Um exemplo de expansão é o Shass, que começou há 14 anos como uma lista para eleições municipais em Jerusalém e hoje representa a terceira força partidária, atrás apenas dos tradicionais Likud, do premiê Binyamin Netanyahu, e do Partido Trabalhista.

Os religiosos, com suas diversas correntes, formam cerca de 10% da população, mas são hoje a fatia mais organizada e militante da população. No parlamentarismo israelense, seus partidos acabam como o poderoso fiel da balança na hora de montar o governo.

Refratários a um sistema jurídico laico —argumentam que sua base seria a tradição britânica, que é "gói" (não-judia)—, os religiosos reúnem privilégios como abocanhar mais de 90% do orçamento do Ministério da Educação ou não fazer o serviço militar obrigatório, uma das pedras fundamentais da sociedade israelense.

A recusa a vestir a farda, no en-

O patriarca da independência, David Ben Gurion, concedeu aos ortodoxos privilégios como isenção do serviço militar pois, crente na "vitória do socialismo", achava que eles se transformariam em "museu do judaísmo".

Música

A música israelense oferece exemplos dos vincos que riscam o país. Arik Einstein, o Chico Buarque de Israel, expressão da boêmia e canções pró-paz, enfrentou problemas psicológicos quando seu melhor amigo, sua ex-mulher e filha se tornaram judeus ortodoxos. Em protesto, juntou-se a Shalom Hanoch, um patrono do rock.

Hanoch também desponta como mentor intelectual de um dos maiores sucessos do rock israelense, Aviv Guefen, outro símbolo das contradições locais. Sobrinho de Moshe Dayan, o maior herói militar da história de Israel, Guefen escapou do Exército por problemas de saúde e hoje defende o boicote ao serviço militar.

Sobre Netanyahu, Guefen disse ter "vergonha de ver o país dirigido por um homem tão cruel". O premiê prefere ignorar a ofensa e se esforça para ampliar sua base de apoio, principalmente judeus religiosos e os de origem árabe.

Netanyahu também corteja os votos dos imigrantes da ex-URSS. Estes, para o ex-dissidente soviético e hoje ministro israelense Natan Sharansky, conseguiram se adaptar em tempo recorde, mas ainda enfrentam preconceitos.

Os 600 mil imigrantes, que começaram a desembarcar em 89, sofrem com uma imagem da Rússia pós-soviética marcada por grupos mafiosos e prostituição.

Ao fazer 50 anos, Israel se despede dos tempos do consenso, quando a questão da sobrevivência do país apagava diferenças internas. "Não somos a sociedade monolítica imaginada por nossos fundadores", diz Kleiner. (JS)

Paz externa traz à tona os conflitos internos entre os vários segmentos da sociedade civil israelense

ISRAELIS




ISRAEL

Nome oficial: Estado de Israel (Medinat Israel) Capital: Jerusalém (sede do governo, não reconhecida pela ONU) e Tel Aviv (sede de embaixadas) Área: 20.700 km² População: 5.946.000 Índice de desenvolvimento humano da ONU (IDH): 23* Idiomas: Hebraico e árabe Religiões: judaísmo 81%, islamismo 14,5% (maioria sunita), cristianismo 2,9%, drusos e outros 1,6% Sistema de governo: república parlamentarista Presidente: Ezer Weizman (desde 93) Primeiro-ministro: Binyamin Netanyahu (desde 96)	Legislativo: unicameral; Assembléia (Knesset) com 120 membros eleitos por voto direto para mandato de quatro anos Constituição em vigor: não há Constituição escrita, mas leis básicas que definem o funcionamento do Estado e os direitos civis FORÇAS ARMADAS** <table border="0"> <tr><td>Exército</td><td>34 mil homens</td></tr> <tr><td>Reserva</td><td>365 mil homens</td></tr> <tr><td>Tanques</td><td>4.300</td></tr> <tr><td>Força Aérea</td><td>32 mil homens</td></tr> <tr><td>Aviões de combate</td><td>449</td></tr> <tr><td>Marinha</td><td>9.000 homens</td></tr> <tr><td>Navios de guerra</td><td>5</td></tr> </table> ** segundo organizações internacionais, Israel possui armas nucleares	Exército	34 mil homens	Reserva	365 mil homens	Tanques	4.300	Força Aérea	32 mil homens	Aviões de combate	449	Marinha	9.000 homens	Navios de guerra	5
Exército	34 mil homens														
Reserva	365 mil homens														
Tanques	4.300														
Força Aérea	32 mil homens														
Aviões de combate	449														
Marinha	9.000 homens														
Navios de guerra	5														

* Índice que mede a qualidade de vida nos países. O Canadá lidera a lista, e o Brasil ocupa a 68ª posição

FIM DOS CONFLITOS PREOCUPA ISRAELENSE

do enviado especial ao Oriente Médio

O desaparecimento de um inimigo externo, num eventual cenário de paz no Oriente Médio, deverá ser um desafio para Israel. Setores da população se acostumaram a viver numa situação belicosa e terão dificuldades para viver num clima de paz e prosperidade.

A análise é de Avraham Burg, o presidente da Agência Judaica. Ele avalia como "glorioso" o

que chama de primeiro capítulo do movimento sionista, terminado com os 50 anos de Israel.

Leia a seguir a entrevista concedida em Jerusalém pelo presidente da organização não-governamental responsável por promover a imigração de judeus a Israel. (JS)

★

Folha - O sr. diria que o projeto sionista se concretizou?

Avraham Burg - Eu diria que, sem dúvida, o primeiro capítulo foi escrito, mas ainda não temos o livro todo. Nos últimos 50 anos, o povo judeu passou por esforços extenuantes. O primeiro foi a tentativa de destruição por meio do Holocausto, e o segundo, a construção de Israel.

Tudo isso acompanhado de guerras sangrentas, esforços pela absorção de imigrantes, necessidade de desenvolver a infra-estrutura do país, em campos como agricultura e defesa.

Folha - E os próximos capítulos?

Burg - Teremos de lidar com problemas como a identidade moderna, tensões entre judeus de diferentes origens, as relações entre judeus e não-judeus, a relação entre Israel e a Diáspora. Mas o primeiro capítulo é glorioso.

Folha - E o último capítulo?

Burg - Não tenho idéia. Há mais de 4.000 anos existem análises tentando descobrir qual seria, e se haveria, um último capítulo. Os próximos capítulos: continuar trazendo judeus da ex-URSS e conseguir a paz nos próximos dois anos. É difícil falar em prazos, mas a paz bate à porta. Teremos então a pergunta: pode o povo judeu viver sem um inimigo externo?

Folha - Por que a preocupação com a ausência de um inimigo externo?

Burg - Para algumas pessoas, a ausência será uma tragédia. Existe gente que diz precisar de tempos duros, porque nesse caso eles sabem como agir. Se houver paz e prosperidade, essas pessoas ficam perdidas. Sonho com a paz, a tranquilidade e a prosperidade. Sem o inimigo externo, Israel terá de ser uma sociedade mais tolerante, mais positiva.

Folha - Qual o maior fracasso do movimento sionista?

Burg - Houve dois fracassos. Não conseguimos convencer a maioria dos judeus a escapar da Europa antes do Holocausto e não conseguimos convencer uma numerosa parcela do povo judeu a imigrar para Israel em vez de ir aos EUA ou outro país ocidental.

Folha - E a questão palestina?

Burg - Nós, da Agência Judaica, não temos nada com isso. Somos o braço que busca unir a sociedade israelense e as comunidades da diáspora judaica. Mas como ativista pela paz e militante do Partido Trabalhista, posso dizer que estou muito preocupado em construir pontes entre judeus e árabes.

“Existe gente que diz precisar de tempos duros”, diz Avraham Burg, o presidente da Agência Judaica

CARLOS HEITOR CONY
do Conselho Editorial

A terra é árida e pouca. Voltaire a descreveu como enfadonha sucessão de pedras e desertos. Até hoje é mais ou menos assim. Apenas arrumaram grande parte das pedras em forma de casas, edifícios e cidades. E os desertos, pouco a pouco, foram transformados em lavouras, pomares e jardins.

O leite e o mel nunca escorreram por lá, nem antes, nem agora. A Terra Prometida a Moisés, em termos de marketing, seria um blefe. Alguns judeus ainda acreditam numa velha piada, que o Senhor havia prometido o Canadá, mas Moisés entendeu Canaã.

Esse equívoco explica alguma coisa da história de Israel, inclusive, o lado inexplicável da crise do Oriente Médio. Seria intolerável o povo de Deus voltar à história para ser apenas um outro Canadá.

Por que os judeus insistem em permanecer naqueles desertos e em cima daquelas pedras, cercados por inimigos ou adversários que desejariam afogá-los no mar?

Ao longo dos 2.000 anos de Diáspora, o judeu suspirou pelas pedras e os desertos, cenários de seus patriarcas e profetas. Em cativeiro mais antigo, eles penduravam os alaúdes nos salgueiros e choravam sobre os rios da Babilônia lembrando as alegres tendas de Sião.

O retorno dos judeus a Israel, que antecedeu a criação do novo Estado há 50 anos, deve ser compreendido a partir dessa constatação: o lar deles é ali mesmo. Muitos prefeririam Manhattan ou a Escandinávia. De pouco adiantaria: eles continuariam cativos, habitando um gueto de luxo.

Visitei Israel diversas vezes, a primeira logo depois da Guerra do Yom Kippur (1973). Já ouvira lendas e cantigas falando dos desertos

transformados em jardins. Estavam lá, realmente, à esquerda e à direita da estrada que me levava a Beersheva (sul). Já naquele tempo, Israel conseguira o recorde de maior rendimento por hectare. No setor agrícola, nunca um povo herdara tanta pedra e desolação para, em poucos anos, transformar pedra e desolação numa de suas maiores fontes de renda.

Beersheva era uma aldeia perdida no deserto do Neguev, talvez uma pousada de camelos e beduínos. Hoje é uma cidade importante, sede da Universidade Ben Gurion, chamada de "Universidade do Deserto". Não tinha, pelo menos em 74, a imponência de outros centros culturais de Israel, como a Hebraica, de Jerusalém, o Technion, de Haifa, ou o Instituto

Weizmann, perto de Tel Aviv.

Ela impressionava pela sua concepção revolucionária: não se destinava a ser uma universidade acadêmica, imposta, ponta-de-lança de uma cultura estranha para a região. Fazia justamente o oposto: era a região que condicionava a instituição. A universidade nada ensinava ao deserto. O deserto é que ensinava à universidade.

Era necessário aprender a lição das pedras e da areia, sentir a sede do deserto e, depois, domesticá-lo. Um postal muito difundido naquela época mostrava uma rosa vermelha nascendo entre as pedras do Neguev. Não era uma rosa virtual. Era uma rosa de verdade num cenário verdadeiro.

O sucesso da implantação do Estado judeu ficou, infelizmente, li-

"Paz" é a palavra mais falada em Israel, onde a guerra se impõe no cotidiano; judeus venceram o deserto, mas não tiveram o mesmo resultado com os vizinhos

LUTA É UM FANTASMA NA CABEÇA DE TODOS



Niels Andreas/Folha Imagem



Jovem israelense passeia por feira de artesanato em Tel Aviv carregando um fuzil AR-15



mitado a essas conquistas materiais. Os vizinhos árabes aceitaram a presença dos judeus naquela região sob força militar. Nem a Declaração de Balfour, nem a partilha decidida pela ONU, nem a proclamação do novo Estado, em 1948, impediram quatro guerras e a permanente beligerância onde as partes envolvidas têm, ao mesmo tempo, razão e desrazão.

Em certo sentido, o povo judeu fez uma sofrida, mas bem aproveitada, bolsa de estudos no Ocidente (na Europa e na América). Voltou à antiga Palestina disposto a tomar posse de um chão que era seu. Posse que lhe foi assegurada, depois do Holocausto, pela consciência universal do homem.

Os judeus venceram a aridez dos desertos. Não tiveram o mesmo resultado com os vizinhos. Em 74 e durante os anos seguintes, em plena Guerra Fria, cada dia na vida de Israel era uma vitória.

Ainda hoje, quando se vai de Tel Aviv para Jerusalém, ao lado das plantações de algodão, que é de maior qualidade do que o produto egípcio, vêem-se as carcaças dos tanques e carros de combate das guerras havidas. São monumentos e, ao mesmo tempo, lições. A palavra mais falada em Israel é "shalom" (paz). Nem por isso a guerra ou a guerrilha deixam de ser a presença maior.

Fantasma visível, dia e noite, a luta se abriga em cada casa, em cada cabeça. Luta da qual todos são obrigados a participar. Em Israel não existe a instituição do "soldado desconhecido", que merece túmulo suntuoso e lâmpada votiva. Lá todos os soldados são conhecidos, têm mães que urram de dor a cada morte, têm amigos que clamam por vingança.

Os árabes estão na mesma. Daí que, apesar do esfriamento da tensão mundial, nas ruas de Jerusalém ou de Tel Aviv, nas sinagogas e mesquitas, com motivos justos ou injustos, a guerra ainda não acabou. Não faltam pretextos para ambos os lados.

GUERRAS TESTARAM ARMAS DE EUA E URSS

RICARDO BONALUME NETO
especial para a Folha

Em média uma vez por década, árabes e israelenses trocaram tiros em grandes conflitos —em 1948, em 1956, em 1967, em 1973, em 1982, e quase em 1991, quando o Iraque atirou mísseis contra Israel, que deixou o troco nas mãos dos americanos e sua coalizão.

Essas guerras são representativas da evolução da técnica militar no último meio século, não só por cobrirem todo o período, mas principalmente porque cada lado recebia seu material de um dos dois grandes blocos ideológicos.

Esses combates serviram de campo de teste do armamento desenvolvido por EUA e URSS durante a Guerra Fria, e nunca usado por um contra o outro.

Israel saiu vencedor militarmente de todos os combates graças a forças armadas qualitativamente melhores, embora quase sempre lutando em inferioridade numérica. Muitos especialistas se dedicaram a tentar explicar os motivos dessa supremacia. As respostas são variadas, mas de modo geral se concentram na melhor qualidade dos combatentes do Estado judeu.

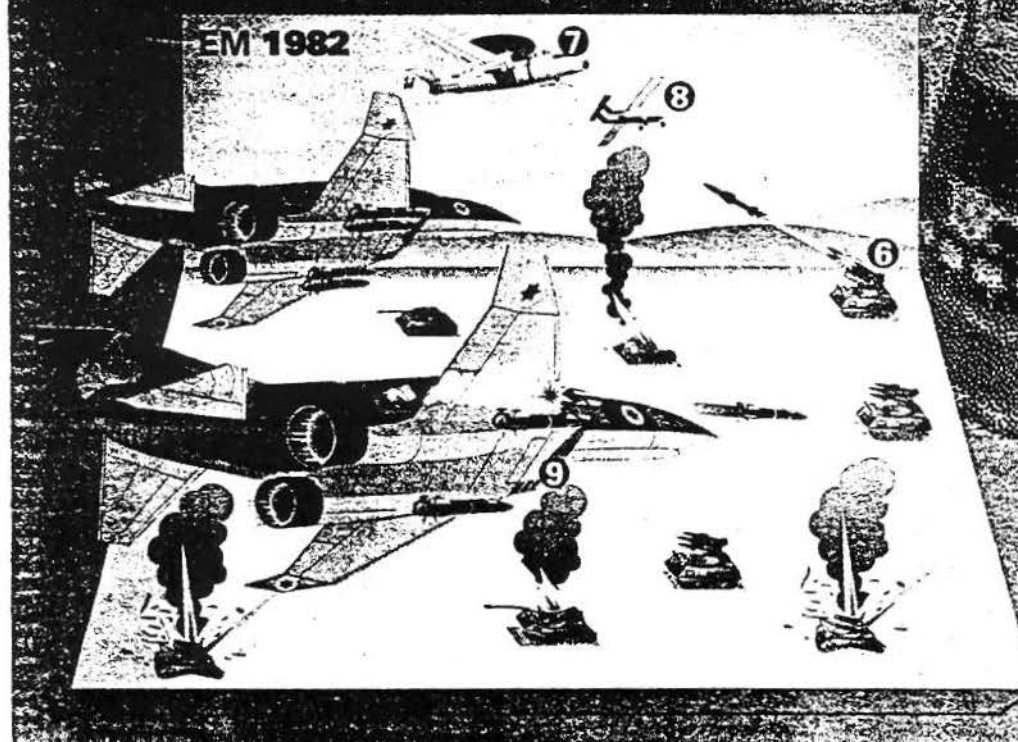
A população do país tem melhores indicadores sociais (educação, saúde etc.) que a de seus rivais, e isso é a base para se criar soldados eficientes. Ao contrário dos exércitos do passado, uma força moderna precisa de soldados inteligentes e dotados de iniciativa.

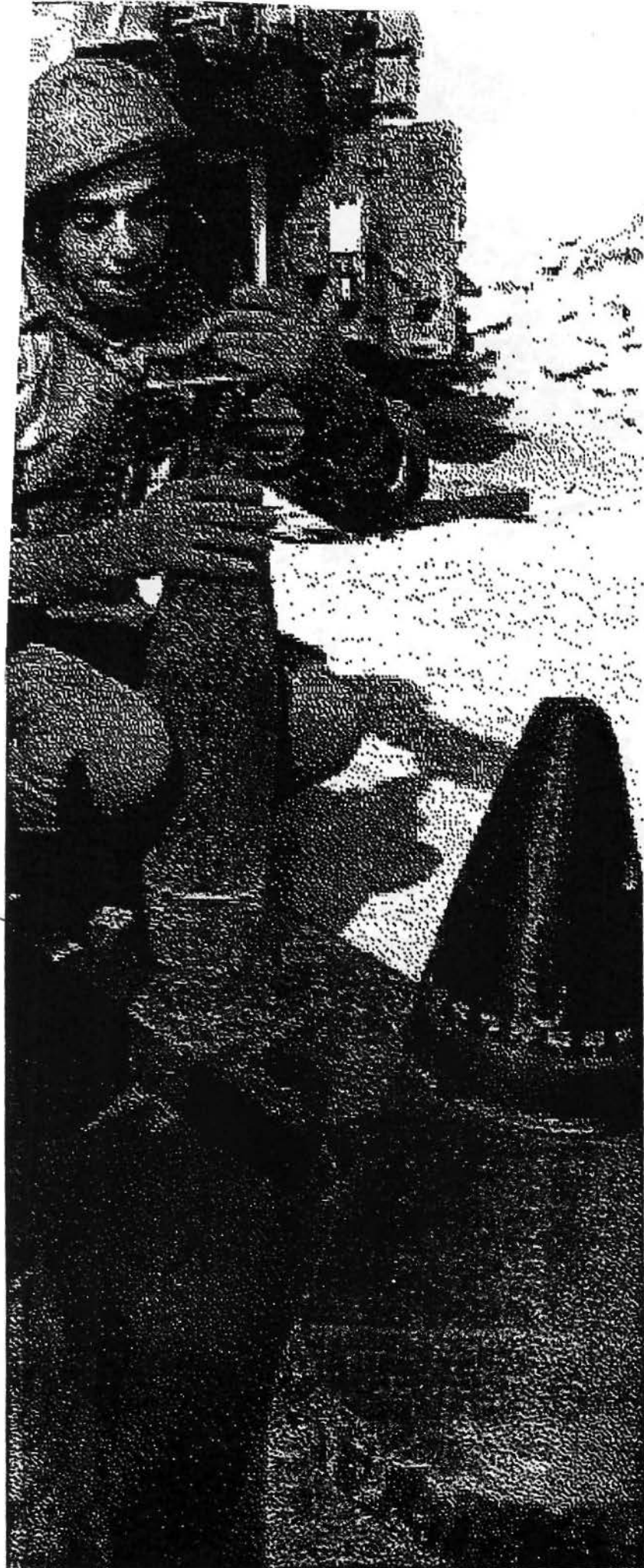
Israel tem um núcleo de soldados profissionais altamente treinados dentro de uma organização militar profissional. Em caso de guerra, a esse

CONHEÇA CENAS DE DUAS GUERRAS

EM 1973, um complexo sistema de defesa antiaérea (de origem soviética) dos países árabes neutralizou aviões da Força Aérea israelense (1): mísseis de longo alcance na retaguarda, como os SA-2 e SA-3 (2); e na frente de combate, mísseis SA-6 móveis (3) de médio alcance; canhões antiaéreos móveis (4) apontados por radar ZSU-23-4; e mísseis lançados do ombro SA-7 (5).

EM 1982, na invasão do Líbano, os israelenses aprenderam a lição e destruíram com facilidade os mísseis sírios (6) no vale de Bekaa e os aviões que vieram em socorro dos mísseis. A chave da vitória foi uma melhor utilização da eletrônica, através de aviões-radar E-2C Hawkeye (7), miniaviões não-tripulados (8), mísseis anti-radar (9), e bloqueio das emissões eletrônicas inimigas.





nam regularmente.

A busca da qualidade também depende de uma atualização tecnológica constante. Durante a Guerra Fria, os árabes recebiam o melhor equipamento disponível da União Soviética, forçando Israel a ter de buscar equivalentes em países ocidentais —primeiro a França, depois os EUA.

Ironicamente, foram os árabes que trouxeram algumas inovações importantes para os campos de batalha: o perdedor sempre tem mais motivos para buscar novidades, enquanto o vencedor tende a se acomodar com aquilo que já deu bons resultados.

O primeiro navio a ser afundado por um míssil foi o destróier israelense Eilat, em 21 de outubro de 1967, durante a chamada "Guerra de Atrito" que se seguiu à espetacular vitória israelense na Guerra dos Seis Dias (em junho).

Duas lanchas lança-mísseis egípcias da classe Komar, de fabricação russa, dispararam quatro mísseis "Styx", dos quais três acertaram o navio. Israel desenvolveu seu próprio míssil, o "Gabriel", e deu a resposta afundando vários navios sírios e egípcios em 73.

Em 1967, a Força Aérea israelense destruiu em um ataque surpresa as forças aéreas de seus inimigos, e em seguida forças terrestres baseadas em tanques realizaram um avanço rápido, no estilo da "Blitzkrieg" alemã da Segunda Guerra.

Em 1973, para se prevenir da letal combinação israelense de aviação e blindados, os árabes revolucionaram a guerra moderna ao empregar mísseis em grande quantidade. Mísseis antitanque soviéticos como o "Sagger" destruíram dezenas de tanques israelenses, fazendo fracassar as primeiras contra-ofensivas. Mísseis antiaéreos anularam boa parte do potencial da Força Aérea israelense em 73.

Mas a lição foi aprendida, e na invasão do Líbano em 82, novas táticas e tecnologias recuperaram a superioridade israelense.

Israel permanece em inferioridade numérica. Por isso gasta cada vez mais para se manter na liderança tecnológica. O país criou uma moderna indústria de armas que lidera o mundo em alguns setores. É o caso do moderno tanque Merkava 3, com blindagem modular de materiais compostos, e sistemas computadorizados para controle de tiro e detecção do inimigo, até recentemente privilégio de sistemas de armas mais complexos, como aviões de caça.

A
C
D
E
R
M
S
D
E

P
C



A ECONOMIA DOS PAÍSES DA REGIÃO

ISRAEL

PIB: US\$ 91,9 bilhões (1995)

PIB per capita: US\$ 15.900

Taxa de crescimento do PIB:
4,6 % (1996)

PIB por setor: agricultura (3,5%);

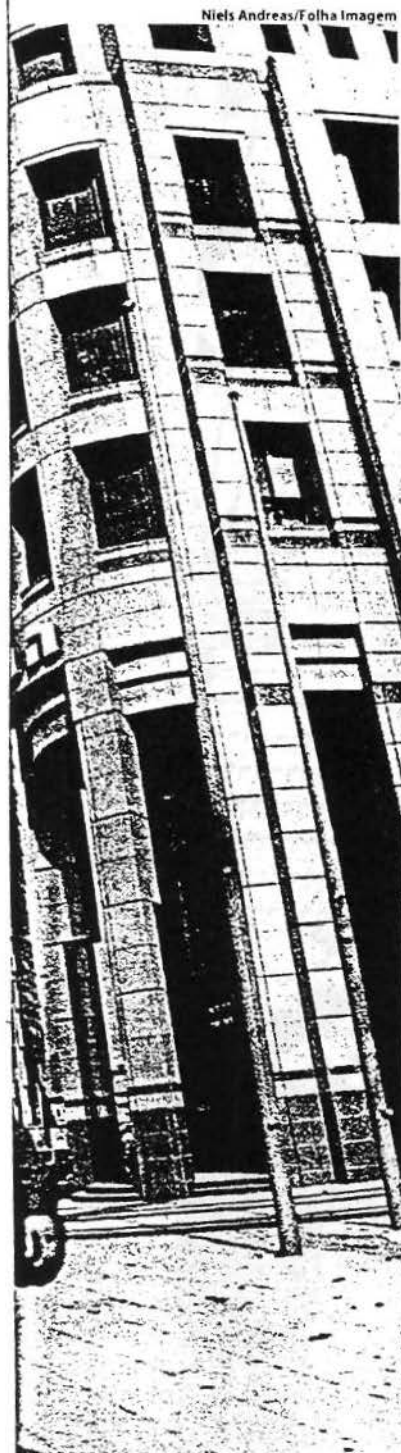
Setores



Indústria

Distribuição
da força de
trabalho
(em %)
22

EMPI DE P



Niels Andreas/Folha Imagem

A arquitetura moderna caracteriza os prédios da rua Yarkon, em Tel Aviv

como explicar a distância entre o desempenho macroeconômico medíocre e o quadro promissor, altamente dinâmico, de uma economia com excesso de oferta de "capital humano"?

Estagnação

Os investimentos estrangeiros estão em queda. A valorização cambial é um elemento adicional de intranquilidade. É verdade que a crise asiática atrapalhou no ano passado. Afinal, 18% das exportações de Israel estão direcionadas para o Sudeste Asiático.

Mas procurei um banqueiro em Israel (que obviamente prefere ficar anônimo) para responder à dúvida. A resposta aparece num dos seus boletins de conjuntura: um dos nós da questão é a instabilidade política e o congelamento no processo de paz. Juros altos atrapalham, mas a insegurança também.

Há outros conflitos sociais e políticos internos capazes de dificultar o bom andamento dos negócios. Um exemplo é o debate da reforma previdenciária, tão complicado em Israel quanto no Brasil. Lá, o conflito entre o Ministério da Fazenda e a Histadrut — a maior central sindical do país — é total, num contexto de desemprego crescente (no ano passado, batendo em 8%).

O desafio econômico israelense dos próximos anos é reduzir as contradições que se aprofundam entre desenvolvimento de alta tecnologia e recessão crônica, a necessidade de atrair capital e a instabilidade política, a orientação neoliberal da política econômica e o fortalecimento de políticas pú-

SIONISMO RENOVOU CULTURA JUDAICA

NELSON ASCHER
da Equipe de Articulistas

O sionismo, o primeiro projeto político secular dos judeus em quase 2.000 anos, não teria sido possível antes da Haskalá, o movimento cultural que, principiado em terras alemãs no final do século 18, foi o Iluminismo judaico.

Rompendo com suas comunidades fechadas e dominadas pela tradição, muitos judeus abraçaram a modernidade europeia. Quando se viram rejeitados, criaram uma cultura própria e um programa político que tinha tanto de pragmático quanto de utópico. A resposta deste ao "problema judeu" era abolir as condições anômalas nas quais viviam as populações judaicas europeias e substituir o assimilacionismo individual pela assimilação dos judeus como um todo, que, além de transformá-los num povo "normal", com seu próprio território e língua, resultaria na sua "redenção coletiva".

Os judeus falavam então todas as línguas do continente e mais duas: o ídiche, idioma comum das grandes massas compactas de judeus da Europa Oriental e grande parte dos da Europa Central; e o hebraico, que, reservado basicamente para fins religiosos, deixara há séculos de ser usado no dia-a-dia.

Havia literatura em ambos, mas a ídiche era a mais dinâmica. Os sionistas, no entanto, rejeitaram esta língua por vê-la como um dialeto dos guetos e também devido ao prestígio milenar do hebraico. Três personalidades, na virada do século e depois, fizeram deste uma língua viável: Ben Yehuda, que o modernizou e adaptou às novas necessidades; Chaim Nachman Bialik, seu maior poeta moderno; e S.Y. Agnon, seu maior ficcionista.

RESAS
ONTA
ESTRETA

equipamentos de transporte, alimentícia, bebidas, tabaco, química, maquinaria elétrica, refino de petróleo
Exportações: US\$ 20,3 bilhões
Importações: US\$ 28,3 bilhões
Principais parceiros comerciais: EUA, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Itália, Japão, Suíça
Força de trabalho: 2,2 milhões

	Construção	10
	Transporte e comunicações	6
	Serviços	33
	Serviço público	26
Taxa de desemprego: 6,5%		

LÍBANO

PIB: US\$ 11,1 bilhões (1995)
Taxa de crescimento do PIB: 3,5% (1996)
PIB per capita: US\$ 2.660
PIB por setor: agricultura (13%); indústria (28%); serviços (59%)
Taxa de inflação: 10% (1996)
Principais indústrias: têxtil, alimentícia, refino de petróleo
Exportações: US\$ 1 bilhão
Importações: US\$ 7 bilhões
Principais parceiros comerciais: Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Kuwait, Síria, França, Itália, EUA, Alemanha
Força de trabalho: 1 milhão
Taxa de desemprego: 20%

SÍRIA

PIB: US\$ 16,7 bilhões (1995)
Taxa de crescimento do PIB: 5,2% (1996)
PIB per capita: US\$ 1.120
PIB por setor: agricultura (28%); indústria (18%); serviços (54%)
Taxa de inflação: 20% (1996)
Principais indústrias: têxtil, química, refino de petróleo, carvão, vestuário, petroquímica, bebidas e tabaco
Exportações: US\$ 4,4 bilhões
Importações: US\$ 5,2 bilhões
Principais parceiros comerciais: Japão, Itália, França, Líbano, Alemanha
Força de trabalho: 4,7 milhões
Taxa de desemprego: 9%

JORDÂNIA

PIB: US\$ 6,1 bilhões (1995)
Taxa de crescimento do PIB: 5,9% (1996)
PIB per capita: US\$ 1.510
PIB por setor: agricultura (6%); indústria (28%); serviços (66%)
Taxa de inflação: 4,5% (1996)
Principais indústrias: química, refino de petróleo, alimentícia, metalúrgica, siderúrgica
Exportações: US\$ 1,9 bilhão
Importações: US\$ 4,1 bilhões
Principais parceiros comerciais: Iraque, Alemanha, Índia, Arábia Saudita, EUA
Força de trabalho: 859 mil (1992)
Taxa de desemprego: 7,9% (1994)

EGITO

PIB: US\$ 47,3 bilhões (1995)
Taxa de crescimento do PIB: 4,9% (1996)
PIB per capita: US\$ 790
PIB por setor: agricultura (16%); indústria (34%); serviços (50%)
Taxa de inflação: 7,3% (1996)
Principais indústrias: têxtil, refino de petróleo, alimentícia
Exportações: US\$ 4,6 bilhões
Importações: US\$ 13,8 bilhões
Principais parceiros comerciais: EUA, Itália, Alemanha, França, Austrália
Força de trabalho: 17,4 milhões
Taxa de desemprego: 9,4%

Fonte: CIA World Factbook 97, Enciclopédia Britannica, Banco Mundial

Milhares de cientistas financeiro e administrativo para criar companhias avançadas em substituição às coletivas, baseadas na

GILSON SCHWARTZ
da Equipe de Articulistas

A chave para entender a economia israelense está na bandeira do país. Bem no centro está a estrela de David. Aquele que derrotou Golias, o gigante, usando a inteligência.

A parábola bíblica virou política industrial. Já vão longe os tempos pioneiros em que o ideal socialista envolvia milhares de jovens na agricultura dos kibutzim (fazendas coletivas).

Hoje a economia de Israel é movida a alta tecnologia e incubadoras de empresas. Um pouco do ideal "socialista", entretanto, continua presente. Afinal, quando o Estado banca a criação de empresas, é a própria sociedade que está assumindo os custos do desenvolvimento econômico.

No lugar das antigas ondas de imigração movidas a idealismo, o problema recente é a integração de milhares de cientistas altamente qualificados. Muito mais do que as instituições acadêmicas e de pesquisa podem absorver. O modelo de incubadoras tecnológicas, espalhadas por todo o país, procura resolver esse problema.

O governo dá apoio inicial a micro e pequenas empresas formadas com pessoal qualificado. Em alguns casos, investimentos iniciais de poucas dezenas de milhares de dólares deram origem a empresas capazes de captar centenas de milhões de dólares no mercado de capitais dos Estados Unidos. As

recebem suporte rativo do governo s com tecnologia ição às fazendas ideal socialista

incubadoras garantem o apoio financeiro, logístico, administrativo e jurídico inicial.

Incubadoras

A empresa é inicialmente um projeto sem fins lucrativos e sempre alguma entidade pública deve estar envolvida no projeto.

Empresários, pesquisadores e consultores participam como voluntários de uma diretoria que avalia os projetos apresentados. Essa avaliação continua depois que uma empresa consegue o direito de entrar na incubadora.

As áreas de atividade das empresas estão distribuídas basicamente entre software, eletrônica, desenvolvimento de materiais e equipamento médico.

Essa estratégia de desenvolvimento industrial e tecnológico assumiu a tal ponto o caráter de compromisso nacional que a Organização Sionista Mundial e a Agência Judaica contribuem para o seu financiamento. Em alguns casos, as incubadoras fazem parte também de uma nova política de desenvolvimento regional.

Mas essa é a visão "microeconômica". Na "macro", a economia israelense continua enfrentando problemas de longo prazo.

O crescimento do PIB no ano passado foi medíocre, apenas 2%. O PIB per capita caiu 0,3%. O total de investimentos em capital fixo caiu 5,9%. Os investimentos em construção civil sofreram redução de 6,9%.

A questão fundamental é óbvia:

No curto prazo, o cenário macroeconômico é bastante desanimador. A recessão deve piorar e os setores de alta tecnologia devem perder dinamismo, tão afetados pela crise asiática quanto as empresas norte-americanas de alta tecnologia, em especial as do setor de informática.

Politicamente, o ajuste recessivo apenas complica as coisas. Há uma relação incestuosa entre a população israelense e a massa de trabalhadores palestinos. Estes não apenas estão fora das incubadoras como são os mais afetados pela crise da construção civil.

Obviamente, o aumento do desemprego entre os trabalhadores palestinos constitui um molho ideal para reforçar a mobilização terrorista na região.

Perspectivas

O futuro, entretanto, não é totalmente sombrio. A mesma receita utilizada pelos judeus nas incubadoras começa a ser usada por ninguém menos que os palestinos.

Entre os projetos mais ousados, que ganharam impulso se o processo de paz voltasse a ganhar ritmo, estão os parques industriais, assumidos pela Autoridade Nacional Palestina como um dos seus elementos de política de desenvolvimento econômico.

A idéia é estabelecer fábricas próximas às fronteiras com Israel. O motivo é o paradoxo dos paradoxos: os principais investidores nesses projetos podem ser os próprios israelenses.

O Banco Mundial tem apoiado essas iniciativas e pode ajudar com recursos. O organismo recomenda a criação de uma Autoridade Industrial Palestina, uma agência independente que seja capaz de manter distância das interferências políticas dos dois lados. E já existem planos para instalar nove parques industriais em território palestino.

Talvez pareça um projeto ingênuo. Alguns críticos dizem que essa válvula de escape não passa de uma esperta manobra de propaganda política.

Mas David também parecia não ter chances contra o monstruoso Golias. Num ambiente de contradições sociais, econômicas e políticas crescentes, a única esperança continuará dependendo do uso da inteligência, não da violência. No mundo atual, é a economia do conhecimento que atrai dinheiro.

numa cultura cujo ramo que obtém maior repercussão internacional é precisamente o literário.

As primeiras gerações de seus continuadores na Palestina britânica e, mais tarde, em Israel, constituíram um fenômeno único: escritores que tinham como língua materna o ídiche, russo, alemão, polonês etc., dirigiam-se a um público fluente nessas mesmas línguas, só que numa outra, cujos recursos e tradição literária moderna eram ainda inferiores aos daquelas. Mas o que produziam tinha funções bem definidas: consolidar o hebraico enquanto língua nacional, convertê-lo num autêntico instrumento literário e veicular um ideário que insistia na impossibilidade de os judeus viverem na diáspora e na necessidade de estabelecerem um país onde não estivessem em minoria.

Seus modelos eram anglo-americanos, franceses, alemães, russos e, três ou quatro gerações após o início, a literatura israelense chegou à maturidade e a algum tipo de normalidade nas obras de poetas contemporâneos como Dan Paguís, Yehuda Amichai, T. Carmi, Nathan Zach e prosadores como Yakov Shabtai, A. B. Yeoshua, Amós Oz e David Grossman. São escritores densos e complexos, capazes de abordar uma variedade de questões difíceis com uma grande riqueza de recursos. O Holocausto, a experiência central dos judeus do século 20, ocupa um lugar importante em seus poemas, contos e romances, mas o mesmo se pode dizer de muito da melhor literatura atual, não só da judaica.

O renascimento do hebraico e o nascimento de Israel logo depois do momento mais negro da história dos judeus despertaram interesse e simpatia no mundo inteiro até que a aliança, na Guerra Fria, do anti-semitismo soviético e da hostilidade árabe impelisse parte da opinião pública e da intelectualidade internacional a tratar os israelenses como párias.

O Brasil não foi exceção e algumas das principais personalidades brasileiras apoiaram, à sua maneira, a nação recém-fundada: Cecília Meireles traduziu uma pequena antologia de poetas israelenses e Cândido Portinari, visitando, em junho de 56, Israel para expor suas obras, realizou lá os esboços, estudos e croquis que alicerçaram a "Série Israel", elaborada após seu regresso ao Brasil.

Guerra pei

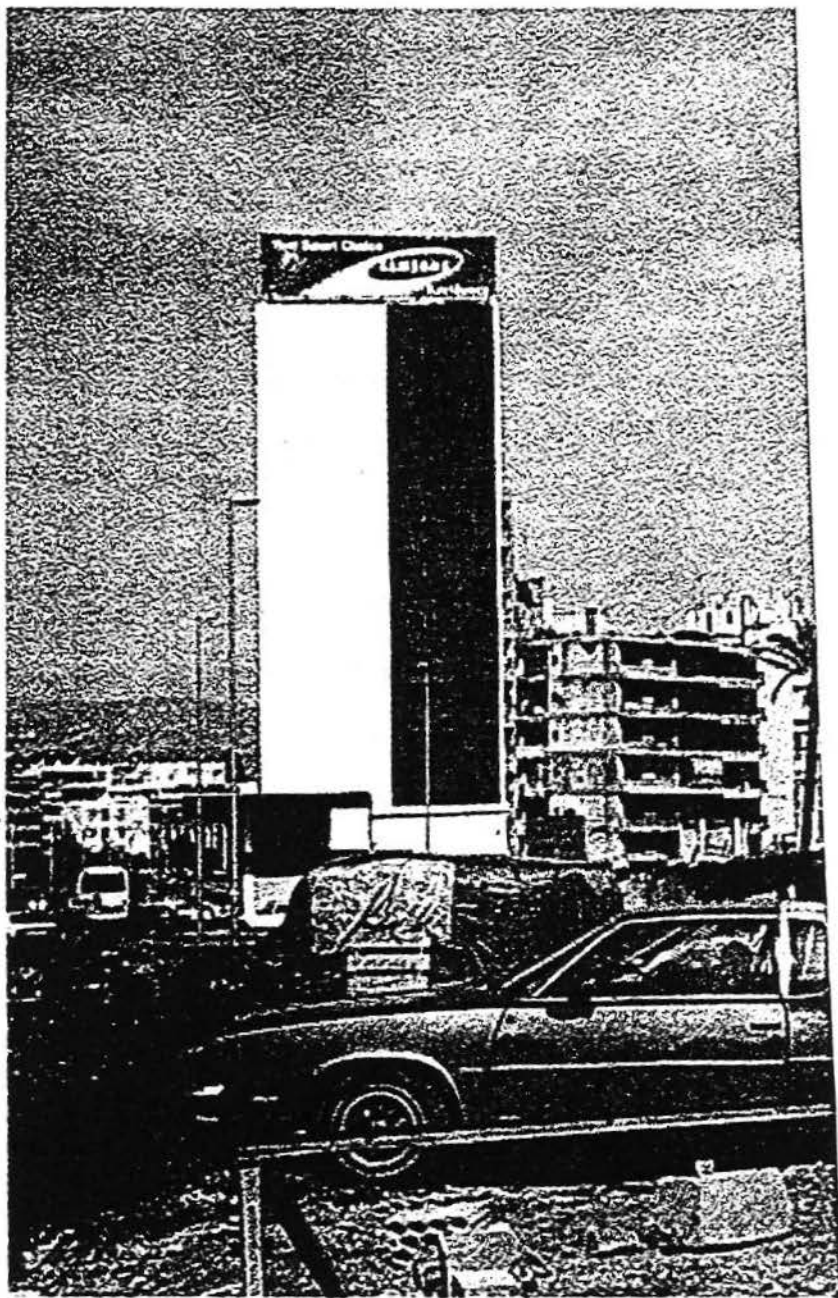
OCUPAÇÃO DO LÍBANO FORTALECE GUERRILHA

do enviado especial ao Oriente Médio

Após passar pelo controle de passaportes no aeroporto internacional, o passageiro se depara com o cartaz do presidente sírio, Hafez Assad, pendurado na primeira coluna à vista. Numa jornada da capital ao sul do país, um comando do Exército sírio revista carros e checa os documentos dos viajantes. Na frente do Ministério da Defesa, soldados sírios acampam em tendas para se proteger do sol escaldante do verão mediterrâneo.

O país, no entanto, não é a Síria. É o Líbano, que recebe hoje cerca de 35 mil soldados sírios. "Sofremos uma dupla ocupação", lamenta Dory Chamoun, presidente do Partido Nacional Liberal do Líbano: "No sul, os israelenses ocupam 10% do nosso território; o resto fica nas mãos da Síria."

Os sírios afirmam não se tratar



VIZINHOS ENFRENTAM

banes e de um esforço para estabelecer um país dilacerado por 15 anos de guerra civil entre muçulmanos, cristãos e drusos (religião derivada do Islã), responsável pela morte de 150 mil pessoas.

"A Síria é um grande Estado e não podemos ignorá-la", diz Walid Jumblat, líder druso e integrante do governo do premiê Rafic Hariri, enquanto arruma as malas para passar um fim-de-semana nas montanhas perto de Beirute (capital). Em seu trajeto, ele deve passar por diversos prédios semi-destruídos, carcomidos pelas bombas e perfurados por rajadas de bala. Herança da guerra civil terminada em 1990.

O violento conflito entre milícias significou o fim da hegemonia dos cristãos maronitas (igreja criada no Líbano por São Marun no século IV), apesar da tentativa israelense, em 1982, de impor um governo-fantoches cristão, com a invasão na chamada operação "Paz para a Galiléia".

Essa parte do plano fracassou. No entanto, as tropas do general israelense Ariel Sharon conseguiram um objetivo: expulsar do Líbano Iasser Arafat e seus guerrilheiros. Milícias cristãs, apoiadas por Israel, promoveram, ainda em 1982, os massacres de Sabra e Chatila, nos quais morreram cerca de 500 palestinos.

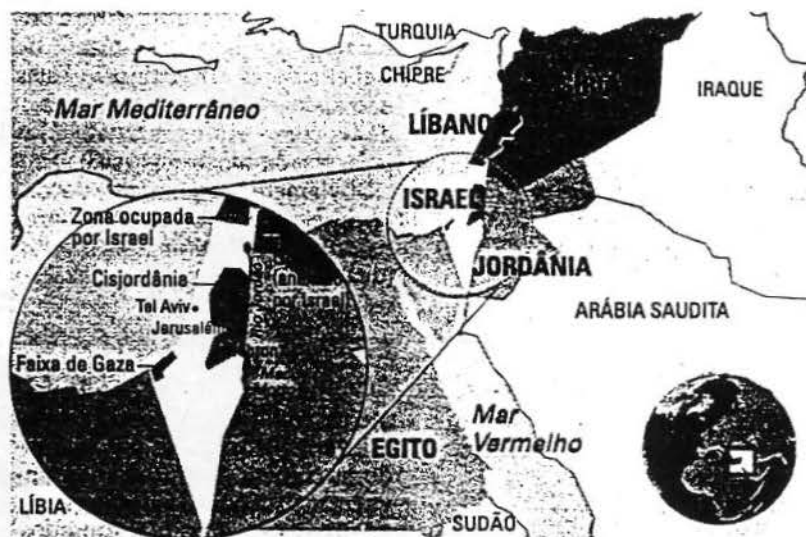
Apesar do custo em vidas humanas, Israel não obteve paz em sua fronteira norte. Continuou a sofrer ataques e, em 1985, arrancou uma faixa de cerca de 15 km no sul do Líbano, chamando-a de "zona de segurança". Os principais aliados dos EUA no Oriente Médio criavam seu próprio Vietnã.

Só no ano passado, 39 soldados israelenses morreram, sobretudo em choques com o Hizbolah, uma organização fundamentalista apoiada pelo Irã e pela Síria. Os guerrilheiros islâmicos passaram a controlar a região junto à "zona de segurança" controlada por israelenses e por uma milícia cristã pró-Israel, impedindo até mesmo ações do Exército libanês.

Conhecido antes como a Suíça do Oriente Médio, por causa de sua sofisticação cultural e pujança financeira, o Líbano se transformou num mosaico de milícias, guerrilhas e invasores que castigam o pequeno país de 3 milhões de habitantes.

"Todos os dias, entre 6h e 6h30, acordamos com as bombas israelenses", conta Mohammad al

CONFLITO CONSTANTE



O Líbano tornou-se o "Vietnã" do Oriente Médio, sob ocupação militar da Síria e de Israel, que perdeu 39 soldados, só em 97, em confrontos com guerrilheiros islâmicos

Hussien, um agricultor que mora no vilarejo de Alamiriah, a 1,5 km da "zona de segurança". No teto de sua casa, em frente a um quartel das tropas de paz da ONU, tremulava uma bandeira brasileira. "Coloquei porque torço para a seleção de futebol do Brasil", diz.

No mês passado, o governo Netanyahu propôs a saída das tropas israelenses do sul do Líbano. Sua condição, rejeitada por Beirute: que o Exército libanês garantisse o fim das ações de milícias como o Hizbolah.

O governo do presidente Elias Hrawi sabe não reunir condições de oferecer as garantias exigidas por Israel. Dois motivos impedem-no: a ordem para o Hizbolah teria de vir de Damasco, o atual centro de decisões para Beirute, e a organização fundamentalista colhe apoio entre a população, ao oferecer escolas e hospitais construídos com dinheiro iraniano.

Em Qana, cidade sob influência do Hizbolah, cartazes pregam a

destruição do "inimigo sionista". Um pequeno cemitério numa das ruas centrais abriga os túmulos de guerrilheiros mortos em combate.

Qana testemunhou, em 96, a morte de 106 civis, quando israelenses bombardearam um abrigo da ONU. Israel argumentou, inicialmente, que guerrilheiros usavam as instalações como esconderijo, mas depois disse que o bombardeio foi um "erro de cálculo". Os escombros transformaram-se num centro de peregrinação para grupos anti-Israel. Um cartaz afirma: "Qana, o novo Holocausto".

As cicatrizes da guerra com o inimigo do sul ainda aparecem em Beirute. "Israel é um país do demônio", afirma Salim Jorbi, 20, nascido na capital libanesa em uma família que deixou Jaffa, território israelense, em 1948. A saída de uma mesquita em Beirute Ocidental, a parte muçulmana da cidade, Jorbi declara: "O profeta Maomé disse que não devemos fazer qualquer acordo com eles". (JS)

siste no sul do Líbano, e

Niels Andreas/Folha Imagem



 LÍBANO
Nome oficial: República do Líbano (Al-Jumhūriya al-Lubnāniya)
Área: 10.400 km ²
Capital: Beirute
População: 3.449.578
Divisão étnica: árabes libaneses (80%), árabes palestinos (12%), armênios (5%), árabes sírios e cur- dos (2%)

Prédio reconstruído ao lado da "linha verde", que dividia os setores cristão e muçulmano em Beirute; a capital libanesa mostra até hoje os sinais da destruição provocada pela guerra civil, terminada em 1990

religiosos: islamismo (70%), cristianismo (30%)
 idioma: árabe e francês
 sistema de governo: república parlamentarista
 presidente: Elias Hrawi (desde 1989)
 primeiro-ministro: Rafik al-Ham (desde 1992)
 Legislativo: sistema unicameral
 Assembleia Nacional, com 128 membros (50% cristãos, 50% muçulmanos) eleitos por voto direto para mandatos de quatro anos
 Constituição em vigor: 1992

FORÇAS ARMADAS
 Exército: 175 mil homens
 Tanques: 330
 Força Aérea: 630 homens
 Aviação de combate: 3
 Marinha: 500 homens
 Gastos militares por ano: US\$ 220 m

SÍRIA

Nome oficial: República Árabe da Síria
 Síria Árabe Lítima e Livre
 Arábia
 Área: 185 mil km²
 Capital: Damasco

População: 16,37 milhões
 Divisão étnica: árabes (90,3%), curdos, armênios e outros (9,7%)
 IDH: 78

Religiões: islamismo (74%), drusos (16%) e cristianismo (10%)
 Idioma: árabe (oficial)

Sistema de governo: república presidencialista

Presidente: Hafez Assad (Partido Socialista Árabe - Baath, desde 1971)

Legislativo: sistema unicameral
 Assembleia do Povo, com 250 membros eleitos por voto direto para mandatos de quatro anos
 Constituição em vigor: 1973

FORÇAS ARMADAS

Exército: 315 mil homens
 Reserva: 500 mil homens
 Tanques: 1.650
 Força Aérea: 100 mil homens
 Aviação de combate: 449
 Marinha: 15.900 homens
 Navios de guerra: 15
 Gastos militares por ano: US\$ 225 m

Índice de Desenvolvimento Humano da ONU que mede o desenvolvimento dos países com base na expectativa de vida, nível educacional e renda per capita. O Canadá lidera a lista, e o Brasil ocupa a 68ª posição.

Fontes: CIA World Factbook 1997
 Encyclopædia Britannica 1997, Print 1997

MESMO SÓ, SÍRIA CRÊ NA VITÓRIA MILITAR

do enviado especial ao Oriente Médio

Nenhum país do Oriente Médio sentiu tanto o fim da Guerra Fria como a Síria do presidente Hafez Assad. O brusco desaparecimento da União Soviética deixou a economia e a máquina militar síria sem o seu patrocinador, o que provocou recessão e aumento da insatisfação entre seus habitantes.

Damasco, antes estimulada por Moscou e pelo desejo de liderar o nacionalismo pan-árabe, teve de flexibilizar a sua posição e, de "líder da resistência contra a agressão sionista", passou a um hesitante personagem do processo de paz dos anos 90.

As negociações, no entanto, se congelaram com a chegada, há dois anos, de Binyamin Netanyahu ao governo israelense. A Síria argumenta não ter pressa para assinar um acordo de paz com Israel e acabar com o "estado de guerra" que persiste entre os países.

O autoritário governo de Hafez Assad, que conquistou o poder por meio de um golpe de Estado em 1970, sugere ainda crer na "teoria de Saladino". Segundo ela, desde a vitória dos árabes comandados por Saladino sobre os cruzados (cristãos) no século 12, os seguidores de Maomé têm sucesso militar garantido na região. Seria só uma questão de tempo.

"O mais importante é que os israelenses não podem vencer no longo prazo caso continuem num estado de guerra com os árabes, não importando o quanto eles são ou serão fortes", acredita Farouk al-Sharaa, o chanceler sírio: "Os árabes não são apenas muito numerosos e concentram um grande potencial, mas eles contam com uma história, herança e cultura que os farão vitoriosos caso guerras sejam impostas a eles".

Essa teoria da história tinha eco na defunta URSS. O secretário-geral do Partido Comunista soviéti-

co, Nikita Khrushchov, morto em 1971, escreveu em suas memórias, logo após a vitória israelense na Guerra dos Seis Dias (quando a Síria perdeu as colinas do Golã): "Os árabes derrotarão Israel, sem dúvida. Só não sei quando".

A Síria se livra gradativamente da influência soviética. A partir dos anos 80, começou a implementar um tímido cardápio de reformas no modelo da economia planificada, para aplacar o descontentamento da população. As mudanças trouxeram maior abertura a investimentos estrangeiros, com uma lei implantada em 1991.

No plano internacional, restou a tentativa de aproximação com a única superpotência em vida, os Estados Unidos, o que significou embarcar, a contragosto, no processo de paz. Hafez Assad chegou a segredar ao governo britânico, em novembro de 1995, logo após o assassinato de Yitzhak Rabin, que apenas "questões técnicas" des-pontavam como obstáculos para a paz entre seu país e Israel.

Tais "questões técnicas" nunca foram reveladas e Rabin morreu sem deixar claro se estaria disposto a devolver as colinas do Golã incondicionalmente, como quer Damasco. Em recente encontro com o presidente iraniano, Mohammad Khatami, Assad teria dito que "nunca abriria mão de sequer uma árvore do Golã", posição que se choca frontalmente com os cálculos de segurança do governo israelense. Para Netanyahu, a devolução colocaria Israel em posição enfraquecida diante da ainda forte máquina militar síria.

Netanyahu e até mesmo setores da oposição israelense acusam a Síria de intransigência. Apesar do golpe representado pelo fim da Guerra Fria e das atuais reviravoltas ideológicas, o regime sírio e a oposição tolerada continuam impregnados de um arraigado sentimento nacionalista, de um desejo, ainda que maquiado, de constituir uma "Grande Síria".

"Israel foi imposto aqui como uma extensão do colonialismo. Os americanos não mudaram sua posição em uma polegada", opina o professor Nafez Shamas, da Universidade de Damasco e integrante do oposicionista Partido Nacionalista Social Sírio. "E Israel não vai parar sua agressão até encontrar um poder forte. Não acreditamos de maneira alguma na existência de Israel". (JS)

Cartazes na rua Dizengoff, principal rua de Tel Aviv (acima); vendedor de masbahs que, como os terços católicos, são usados durante orações por árabes muçulmanos ou cristãos, no centro de Beirute (abaixo)



Israel é uma nação de 5,9 milhões de profetas, rabinos e professores; todo mundo fala, e ninguém ouve

AMÓS OZ

Amo Israel mesmo nos momentos em que nem sequer gosto dele, quando não o suporto.

Eu o amo porque me sinto um pouco em casa em Israel, apesar de ser uma casa com defeitos. Ela precisa de alguns consertos. Se Israel é decepcionante às vezes, é porque é essa a natureza dos sonhos: serem um tanto quanto decepcionantes depois de realizados.

Israel é um sonho concretizado. A única maneira de manter um sonho intacto, cor-de-rosa, é jamais vivê-lo concretamente. Isso se aplica a plantar um jardim, criar filhos, viver uma fantasia sexual ou construir uma nação. Algumas pessoas esperavam que Israel fosse um exemplo moral, difundindo luz ao mundo. Outras esperavam que fosse um espetáculo de virilidade ininterrupta — um resgate em Entebbe por semana. Outras queriam que fosse a encarnação de uma aldeia judaica do Leste Europeu.

As pessoas de fora dizem: "Será que vocês israelenses não podem abaixar a voz um pouquinho quando discordam entre si? O barulho que fazem nos deixam em situação embaraçosa diante de nossos vizinhos não-judeus".

Não, não tem jeito. Uma das consequências de ser cidadão de um Estado independente do povo judeu é que me sinto livre para conduzir minha discussão em alto e bom som, aos brados, quando me aprouver, e que se danem os vizinhos. Israel se enquadra num filme de Fellini, não em um de Bergman. Vêm daí o som e a fúria, a raiva e às vezes o ressentimento.

Quando estamos fora do país, alguns de nós, israelenses voltados para a paz, somos solicitados a calarmos a boca em prol da unidade. Pelo menos no exterior, dizem alguns judeus americanos, precisamos apresentar uma fachada judaica unida. Eu digo a eles: "Brilhante idéia! Vamos apresentar uma fachada unida. Por que vocês aí não fazem de conta que integram o Paz Agora e guardam suas idéias em silêncio, para que possamos todos falar na voz do Paz Agora e apresentarmos uma aparência totalmente unida?" Mas o único tipo de unidade que têm em mente é que eu cale a boca em nome da unidade. Por alguma razão bizarra, a única unidade que têm em mente é ortodoxa e de direita.

Em Israel, cada fila num ponto de ônibus corre o risco de pegar fogo com qualquer farsa e transfor-

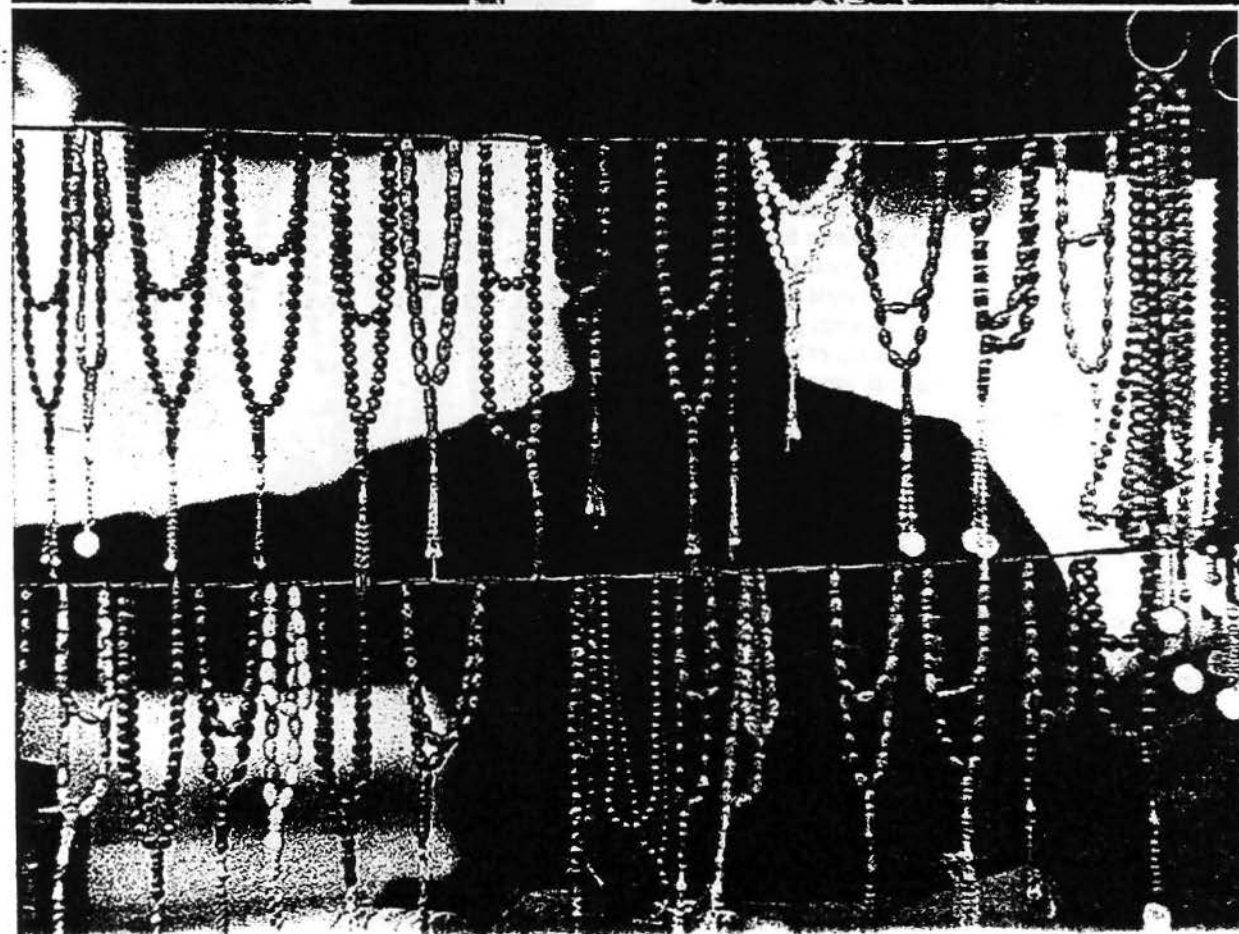
mação em protesto

Fotos Niels Andreas/Folha Imagem



ח ותשתית

יהום רחוב,



maravilhosos encontros e desencontros. Mas o verdadeiro Israel não é um sonho que se concretizou, mas todo um conglomerado de sonhos, fantasias, planos e projetos.

Arco-íris de fantasias

Houve pessoas que vieram para cá para aguardar a chegada do Messias. Outras pretendiam fazer com que o Messias viesse imediatamente. Outras, ainda, queriam ser o Messias elas mesmas, ou reconstruir os antigos reinos de Davi e Salomão em toda a sua glória, ou erguer um paraíso marxista em um dia.

Houve europeus que tinham a esperança de reconstruir Viena ou Praga no coração do Oriente Médio, com boas maneiras, chá e o decoro europeu, com paz e tranquilidade entre duas e quatro da tarde e muito aconchego e elegância. Ao lado deles, havia os que queriam que este lugar se tornasse o 52º Estado dos EUA ou uma social-democracia escandinava.

Os fundadores do meu kibutz eram anarquistas sociais semi-religiosos e afirmavam que já era hora de o povo judeu retornar a Israel para criar uma federação de comunidades rurais onde os judeus passariam por um profundo renascimento religioso, não na sinagoga, mas pelo fato de estar em contato constante com os elementos da natureza, pelo trabalho duro e por compartilhar tudo.

Havia todo um arco-íris de fantasias. O sionismo era uma coalizão intranquila de sonhos diversos e, por definição, teria sido difícil todos esses sonhos se concretizarem. Hoje alguns deles estão parcialmente realizados, alguns foram esquecidos e alguns se transformaram em pesadelos.

Alto e bom som

Israel é um conjunto de discussões exaltadas, e gosto dele assim, embora não seja nenhum jardim de rosas. Existe algo muito criativo nessa situação. Israel é um seminário vivo realizado no meio da rua sobre a herança judaica, o significado do judaísmo, a moralidade, o significado ou a falta de significado dos lugares sagrados, a hierarquia dos diferentes valores judaicos. Nos últimos 30 anos, uma nação inteira esteve mergulhada num debate que, superficialmente, é de natureza política ou militar, mas que em essência é ético, histórico, até teológico, sobre a identidade que ela quer ter.

nunca antes se viram discutindo política, estratégias, a Bíblia, moralidade, ética e o verdadeiro propósito de Deus.

Impacientes, algumas pessoas de fora perguntam: "Quando é que vocês vão nos brindar com uma suculenta guerrilha civil judaica?" Elas querem briga: colonos atirando em defensores da paz, judeus de origem europeia contra judeus de origem oriental, religiosos contra seculares. Digo a essas pessoas: "A guerra civil israelense já se arrasta há 70 anos, mas é uma guerra civil em sua maior parte verbal. Lutamos com palavras, xingando uns aos outros e, desse modo, infligindo câncer e ataques cardíacos uns aos outros".

Confronto civilizado

Em outros países, questões como a separação entre igreja e Estado foram resolvidas por meio de guerras civis muito sangrentas. A nossa, em comparação, é relativamente civilizada. Ela levará muito, muito tempo para ser resolvida. Mas acho que não será tão sangrenta quanto outros conflitos desse tipo. Pode ser que mais um político ou escritor seja assassinado. Não estamos imunes a outros episódios de violência repugnante. Mas não acho que vamos ter uma guerra civil na tradição honrada da maioria das nações civilizadas.

O assassinato de Yitzhak Rabin foi sombrio e imensamente significativo, mas o que aconteceu a seguir foi igualmente significativo. Na manhã seguinte a nação inteira estava nas ruas, metade lamentando a morte de Rabin, que via como santo, a outra metade afirmando que Rabin foi o pior traidor em toda a história judaica e que merecia ser submetido a uma corte marcial por traição à nação. Embora todo mundo estivesse discutindo com todo mundo, não houve um único incidente registrado de violência — nem um soco no olho ou tapa na cara. Se o presidente da França tivesse sido assassinado a tiros, veríamos tanques nas ruas de Paris no dia seguinte. O assassinato foi extremamente não-judeu; o que ocorreu a seguir foi muito judeu.

Não temos, na realidade, uma discussão sobre "quem é judeu?". A discussão, na verdade, gira em torno de "quem é um rabino?". Para mim, a resposta é muito simples: todo mundo é um rabino. Esta é uma nação de 5,9 milhões de rabinos, professores, profetas, primei-

TRIGUANA

QUEM É AMÓS O

Amós Oz, 58, é o mais célebre consagração literária não imdireita nacionalista-religiosa pacifista no movimento supPrêmio Israel, maior premia Nacional Religioso tentou, n

ros-ministros e messias. To mundo fala, e ninguém ouve. Nã por nada que nunca tivemos i papa. Se alguém se dissesse pi dos judeus, todo mundo daria pinhas nas costas desse papa: zendo: "Oi, papa. A gente não conhece, mas seu tio e meu avô ziam negócios juntos em Minsk Casablanca, então vou lhe dizer uma vez por todas o que é Deus realmente quer de nós".

Silêncio ortodoxo

O judaísmo é um jogo de interpretações e de interpretações interpretações. Cada vez que os deus vivem em submissão, em disciplina religiosa cega, em lugar um estado de interpretação abe essa é uma época ruim para os deus. Israel enfrenta problemas enormes, sendo que o mais urgente deles é a tradicional inimizade com os palestinos. Mas a ortodoxia é um desvio, porque procura: tringir e excomungar a liberdade de interpretação, a disposição ta de discutir tudo, que sempre a alma da cultura judaica.

É possível que o pior do conflito árabe-israelense já tenha passado. No mais íntimo de seus cora-

AGÉDIA LA TODOS CULPA

Desde 1967,
uma nação inteira
esteve mergulhada
num debate que,
superficialmente, é
de natureza política
ou militar, mas que
em essência é ético,
sobre a identidade
que Israel quer ter

Zescritor israelense da atualidade. A
rede que ele seja contestado pela
por causa de sua militância
partidário Paz Agora. Ao receber o
io literária do país, o Partido
Justiça, impedir a homenagem.

até as pessoas da direita sabem que
haverá uma partilha e, embora
possam brigar sobre as fronteiras,
elas sabem que haverá um Estado
palestino. Acabaram-se os dias dos
bloqueios cognitivos totais entre
Israel e os árabes, quando os ára-
bes tratavam Israel como uma in-
fecção passageira e muitos de nós
tratávamos a tragédia palestina co-
mo problema inexistente.

Quando não pudermos mais
usar o problema palestino como
meio para fugirmos da questão,
nos veremos confrontados uns
com os outros —uma sociedade
repleta de profetas que gritam alto.
Então teremos que enfrentar nos-
sos verdadeiros problemas: como
lidar com a decepção de tantos?
Como conduzirmos o diálogo en-
tre nós mesmos e também entre
nós e os judeus que desejam viver
fora do país? Como se pode conciliar
mesmo uma nação-Estado de-
cente com as exigências da ética?

Não sou otimista, mas ativista.
Faço parte daqueles que gostam de
indagar: "O que precisamos fazer a
seguir?" Acho que tenho a respos-
ta: em lugar de examinar nossa
consciência para tentar entender
como o sonho se espatifou, deve-

rámos conquistar os cerca de 30
mil a 40 mil israelenses de posição
média que poderiam estar do nos-
so lado, não apenas com relação à
paz com os palestinos, mas tam-
bém com relação a questões relati-
vas à separação entre o Estado e a
sinagoga e à defesa de mais demo-
cracia e dos direitos humanos.

Muitos de nossos defensores po-
tenciais estariam do nosso lado se
não fosse pelos erros cometidos
pelas forças progressistas, que mu-
itas vezes se mostraram condes-
cendentes e zombaram dos medos
e das apreensões justificados de
muitos israelenses comuns.

Alguns de nós, ativistas da paz,
zombamos desses medos e apreên-
sões, tratamos a insegurança como
sinal de falta de inteligência e, des-
se modo, nos distanciamos de mu-
itos israelenses de posição média.
Esse foi um grave erro, tanto moral
quanto político. Poderíamos con-
quistar o apoio de mais 50 mil is-
raelenses se tentássemos argu-
mentar racionalmente com eles. É
isso que faço, em lugar de frequen-
tar lugares intelectuais em Tel Aviv
para falar com outros partidários
da paz sobre quão terríveis são as
coisas e quão impotentes somos.
Vou para cidades que estão sendo
erguidas e para outros lugares on-
de posso falar com israelenses de
postura média.

Os cidadãos árabes de Israel não
foram tratados corretamente. Não
pode haver um Estado judeu; ele
precisa ser o Estado do povo judeu
e de todos seus cidadãos, o que sig-
nifica que os árabes israelenses te-

rão a opção de ser cidadãos totais,
com todos os direitos e deveres que
isso implica. Israel precisa encarar
a tragédia palestina de frente e di-
zer: "Excetuando o suicídio, fare-
mos tudo que pudermos para cu-
rar essa tragédia".

Vejo o conflito entre Israel e Pa-
lestina em 1948 como tragédia,
porque foi um conflito entre o cer-
to e o certo. Tanto palestinos quan-
to israelenses foram responsáveis
por ele. Foi um conflito entre duas
nações profundamente feridas,
históricas, aterrorizadas. Nenhum
lado pode ter grande orgulho do
que fez em 1948.

Precisamos ver como poderemos
curar essas feridas, lidando com os
refugiados palestinos. Esses refu-
giados deveriam ser retirados de
seus campos de refugiados agora
mesmo, antes mesmo de sabermos
quais serão as fronteiras exatas de
uma futura Palestina. Talvez Israel
e Palestina vivam para sempre com
narrativas diferentes do que real-
mente aconteceu em 1948. Mas,
quando vejo um acidente de carro,
não pergunto quem provocou o
acidente, mas quem está sangran-
do mais; é essa pessoa que merece
o atendimento mais urgente. Hoje
são os refugiados que vivem nos
campos, eles e as vítimas do terro-
rismo nas ruas de Israel e as víti-
mas da opressão na Cisjordânia,
que precisam de atenção. É isso
que é urgente, e não a culpa. Culpa
é o que não falta: há o suficiente pa-
ra todos.

Tradução de Clara Allain

BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE ABRIL. *Palestina*. Editora Abril. São Paulo, SP. 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas*. Editora da Unicamp. Campinas. 1998.

BARTHES, Roland. *Michelet*. Editora Schewarez Ltda. São Paulo, 1991.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Pontes. Campinas, 1976.

-----, *Problemas de lingüística geral II*. Pontes. Campinas, 1991.

BOSREDON, Bernard. *Modos de Ver, modos de dizer – Titulação da pintura e discursividade*. In Revista RUA nº 5. UNICAMP - Campinas, 1999.

FONSECA, Celso. *Luta épica – Norman Mailer recria confronto histórico*. Revista IstoÉ. Editora Três Ltda. São Paulo, 13 de Janeiro, 1999.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional*. Pontes. Campinas, 1996.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de lingüística*. Editora Cultrix. São Paulo, 1997.

DUCROT, Oswald. *“As escalas argumentativas”*. Provar e dizer. Global. São Paulo, 1981.

-----, *“Referente”*. Enciclopédia Einaudi, vol. 2 linguagem/enunciação. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

-----, *O dizer e o dito*. Pontes. Campinas, 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Caderno Especial*. São Paulo, 23 de abril de 1998.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Cultrix. São Paulo, 1978.

GILBOA, Yael & GILBOA, Sara Karni. *Israel, ano 50 – do sonho à realidade –* Ahva Press, Jerusalém, Ismael. 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. *Textos e argumentação. Um estudo de conjunções do Português*. Pontes. Campinas, 1987.

- , *"Enunciação e história"*. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Editora da Unicamp. Campinas, 1989.
- , *"Os sentidos da república no Brasil"*. Revista proposições. Cortez. Campinas, 1991.
- , *Terra de Vera Cruz, Brasil*. Cultura Vozes – 4, Rio de Janeiro, 1992.
- , *"Independência e morte"* In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso Fundador*. Pontes. Campinas, 1993.
- , *Os Limites dos sentidos*. Pontes. Campinas, 1995.
- , *"Os sentidos de cidadão no império e na república no Brasil"*. GUIMARÃES & ORLANDI (Orgs.). *Língua e cidadania o português no Brasil*. Pontes. Campinas, 1996.
- , *Um mapa e suas ruas*. DL/IEL/LABEUB – UNICAMP – Campinas, 1999.
- HIRSCH, Ellen. *Realidades de Israel*. Hamakor Press. Jerusalém, Israel. 1997.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Editora da Unicamp. Campinas, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Pontes. Campinas, 1993.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *"Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)."* In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso Fundador*. Pontes. Campinas, 1993.
- , *O PCB e a imprensa, os comunistas no imaginário dos jornais 1922 - 1989*. Editora da Unicamp. Campinas, 1998.
- , *Discurso e instituição: a imprensa*. Revista Rua 5. Unicamp. 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo*. Editora da Unicamp. Campinas, 1990.
- , *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Editora da Unicamp. Campinas, 1997.

- , *A linguagem e seu funcionamento*. 2ª. Ed. Editora Pontes. Campinas, 1987.
- , *Discurso e leitura*. Cortez Editora/Unicamp. Campinas, 1988.
- , (Org.) *Discurso fundador*. Editora Pontes. Campinas, 1993.
- , *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Vozes. Rio de Janeiro, 1996.
- , *Paráfrase e polissemia a fluidez nos limites do simbólico*. In Rua 4. UNICAMP. Campinas, 1998.
- , *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes. Campinas, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da UNICAMP. Campinas, 1997.
- , (1969). *Análise Automática do discurso*. In GADET, Françoise & Hak, Tony . *Por uma análise automática do discurso*. Editora da Unicamp. Campinas, 1990.
- , *O discurso estrutura ou acontecimento*. Pontes. Campinas, 1997.
- , *O papel da memória*. Pontes. Campinas, 1999.
- RANCIÈRE, Jaques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Pontes. Campinas, 1994.
- , *O dissenso*. In: NOVAES, Adauto. *A crise da razão*. Companhia das Letras. São Paulo, 1999.
- REICHERT, Rolf. *História da Palestina: dos primórdios aos nossos dias*. Herder. São Paulo, 1992.
- SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural um estudo da repetição na discursividade*. Editora da Unicamp, Campinas, 1997.
- SOLIMAN, Lotfallah. *Por uma História Profana da Palestina*. Brasiliense. São Paulo, 1990.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Hucitec. São Paulo, 1980.

ZOPPI FONTANA, Mônica. *Os sentidos marginais*. Leitura teoria e prática 18. Mercado aberto. São Paulo, 1991.

-----*.Cidadãos modernos – discurso e representação política*. Editora da Unicamp. Campinas, 1997.

-----*. É o nome que faz fronteira*. In: INDURSKY, Freda (org.) *O múltiplo território da Análise do Discurso*. Coleção Ensaios do CPG – Letras/UFRGS, 1999.